Mariângela Nascimento
Julio Cesar de Sá da Rocha

Organização

Maria Hilda Paraíso
Sarah Roberta Carneiro
Maria Luiza Silva Santos

MIGRAÇÃO, REFÚGIO E DIREITOS HUMANOS:

REFLEXÕES DE PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS

EXPERT
EDITORA DIGITAL

A presente publicação MIGRAÇÃO, REFÚGIO E DIREITOS HUMANOS: REFLEXÕES DE PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS é resultante de produção acadêmica de pesquisadoras e pesquisadores do fenômeno migratório, que reúne todas as universidades públicas federais e estaduais da Bahia. A publicação é uma iniciativa da Rede Universitária de Pesquisas e Estudos Migratórios (RUPEM), do Núcleo de Apoio a Migrantes e Refugiados da UFBA (NAMIR) e da Cátedra Sérgio Vieira de Melo da ACNUR UFBA, com o apoio do grupo de pesquisa/CNPQ "Mobilidade Humana Política de Exceção e Subjetividades", e do grupo de pesquisa/CNPQ Historicidade do Estado de Direito e Direitos Humanos, sob coordenação de Mariângela Nascimento, Julio Cesar de Sá da Rocha, Maria Hilda Baqueiro Paraíso, Sarah Roberta Carneiro e Maria Luiza Silva Santos. A proposta do livro é ampliar o debate acadêmico sobre a realidade migratória na Bahia, no Brasil e no mundo. Os temas estão todos relacionados à questão da mobilidade humana, direitos humanos e subjetividades com as implicações teóricas e empíricas que o tema provoca. O livro se estrutura em doze capítulos, ao longo do livro são abordados os temas: migração feminina no Brasil; a Cátedra Sérgio Vieira Mello na Universidade Federal da Bahia, com análise das iniciativas estruturantes na temática de migração e refúgio; reflexões possíveis a partir de brasileiras que trabalham com arte na França; identidade como questão e a diferença como problema: realidades em contextos migratórios; a internacionalização do Ensino Superior: reflexões sobre o caso da UNILAB; contornos da exceção: o fechamento de fronteiras do Brasil na pandemia de covid-19 e a discriminação a migrantes venezuelanos nas portarias de 2020; migrações da e para a Região Metropolitana de Feira de Santana(RMFS); diáspora Venezuelana para o Brasil: youtube como ferramenta facilitadora para o migrante; bases de fascismo; (in)efetividade dos direitos dos refugiados: uma análise das negativas a aceitação dos refugiados pelos países da Europa; a situação das brasileiras na Hungria, apontando considerações de gênero, xenofobia e aspectos psicossociais no processo migratório; por fim, degredados no trecho, refletindo sobre as experiências de trabalho e migração.

ISBN 978-65-6006-000-5

9 786560 060005 >

EXPERT
EDITORA DIGITAL

MIGRAÇÃO, REFÚGIO E DIREITOS HUMANOS:

REFLEXÕES DE PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS

CONSELHO
EDITORIAL

Dra. Adriana Goulart De Sena Orsini
Professora Associada IV e membro do corpo permanente do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito da UFMG.

Dra. Amanda Flavio de Oliveira
Professora associada e membro do corpo permanente do PPGD da faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

Dr. Eduardo Goulart Pimenta
Professor Associado da Faculdade de Direito da UFMG e do Programa de Pós-graduação em Direito da PUC/MG

Dr. Francisco Satiro
Professor do Departamento de Direito Comercial da Faculdade de Direito da USP – Largo São Francisco

Dr. Gustavo Lopes Pires de Souza
Professor da Universidad de Litoral (Argentina)

Dr. Henrique Viana Pereira
Professor do Programa de Pós-graduação em Direito da PUC Minas.

Dr. João Bosco Leopoldino da Fonseca
Professor Titular da Faculdade de Direito da UFMG

Dr. Leonardo Gomes de Aquino
Professor do UniCEUB e do UniEuro, Brasília, DF.

Dr. Luciano Timm
Professor da Fundação Getúlio Vargas - FGVSP e ex Presidente da ABDE (Associação Brasileira de Direito e Economia)

Dr. Marcelo Andrade Féres
Professor Associado da Faculdade de Direito da UFMG

Dra. Renata C. Vieira Maia
Professora Adjunta da Faculdade de Direito da UFMG

Dr. Rodolpho Barreto Sampaio Júnior
Professor Adjunto na PUC Minas e na Faculdade de Direito Milton Campos, vinculado ao Programa de Mestrado.

Dr. Rodrigo Almeida Magalhães
Professor Associado da Faculdade de Direito da UFMG e do Programa de Pós-graduação em Direito da PUC/MG

Direção editorial: Luciana de Castro Bastos
Diagramação e Capa: Daniel Carvalho e Igor Carvalho
Revisão: Do Autor
A regra ortográfica usada foi prerrogativa do autor.

Todos os livros publicados pela Expert Editora Digital estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 BY-SA. https://br.creativecommons.org/
"A prerrogativa da licença creative commons 4.0, referencias, bem como a obra, são de responsabilidade exclusiva do autor"

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
NASCIMENTO, Mariângela, ROCHA, Julio Cesar de Sá da, PARAÍSO, Maria Hilda, CARNEIRO, Sarah Roberta, SANTOS, Maria Luiza Silva (org.)
Titulo: Migração, Refúgio e Direitos Humanos: Reflexões de pesquisas Contemporânes - Belo Horizonte - Editora Expert - 2023.
Organizadores: Mariângela Nascimento
Julio Cesar de Sá da Rocha Maria Hilda Paraíso
Sarah Roberta Carneiro
Maria Luiza Silva Santos
ISBN: 978-65-6006-000-5
Modo de acesso: https://experteditora.com.br
1.Direito Social 2. Direitos Humanos 3. Migração 4. Refúgio I. I. Título.
CDD. 344

Pedidos dessa obra:

experteditora.com.br
contato@editoraexpert.com.br

EXPERT
EDITORA DIGITAL

ORGANIZAÇÃO

Mariângela Nascimento

Julio Cesar de Sá da Rocha

Maria Hilda Paraíso

Sarah Roberta Carneiro

Maria Luiza Silva Santos

APRESENTAÇÃO

A presente publicação MIGRAÇÃO, REFÚGIO E DIREITOS HUMANOS: REFLEXÕES DE PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS é resultante de produção acadêmica de pesquisadoras e pesquisadores do fenômeno migratório, que reúne todas as universidades públicas federais e estaduais da Bahia. A publicação é uma iniciativa da Rede Universitária de Pesquisas e Estudos Migratórios (RUPEM), do Núcleo de Apoio a Migrantes e Refugiados da UFBA (NAMIR) e da Cátedra Sérgio Vieira de Melo da ACNUR UFBA, com o apoio do grupo de pesquisa/CNPQ "Mobilidade Humana Política de Exceção e Subjetividades", e do grupo de pesquisa/CNPQ Historicidade do Estado de Direito e Direitos Humanos, sob coordenação da professora Mariângela Nascimento, professor Julio Cesar de Sá da Rocha, professora Maria Hilda Baqueiro Paraíso, professora Sarah Roberta Carneiro e da ProfessoraMaria Luiza Silva Santos. A proposta do livro é ampliar o debate acadêmico sobre a realidade migratória na Bahia, no Brasil e no mundo. Os temas estão todos relacionados à questão da mobilidade humana, direitos humanos e subjetividades com as implicações teóricas e empíricas que o tema provoca.

O livro se estrutura em doze capítulos. No primeiro capítulo, Mariângela Nascimento; Luciana Lopes; Carla M. R. Teodoro abordam a temática da migração feminina no Brasil; no segundo capítulo, Julio Cesar de Sá da Rocha trata da Cátedra Sérgio Vieira Mello na Universidade Federal da Bahia, com análise das iniciativas estruturantes na temática de migração e refúgio; no terceiro capítulo, Sarah Roberta de Oliveira Carneiro aborda reflexões possíveis a partir de brasileiras que trabalham com arte na França; no capítulo quarto, Maria Luiza Santos analisa a identidade como questão e a diferença como problema: realidades em contextos migratórios; no capítulo quinto, Carla Craice da Silva, Larissa Welane Moreira de Jesus, Emanuel de Jesus Correia Semedo e Aldine Valente Bathillon abordam a internacionalização do Ensino Superior: reflexões sobre o caso da UNILAB; no capítulo sexto, José Sacchetta Ramos Mendes e Fernanda Gonçalves Carvalho tratam

dos contornos da exceção: o fechamento de fronteiras do Brasil na pandemia de covid-19 e a discriminação a migrantes venezuelanos nas portarias de 2020; no capítulo sétimo, Ricardo Monteiro de Carvalho e Silvana Nunes de Queiroz abordam a temática das migrações da e para a Região Metropolitana de Feira de Santana(RMFS); no capítulo oitavo, Sérgio Carvalho Benício de Mello, Antonio Fagner da Silva Bastos e Gabriel Benício de Mello tratam da diáspora Venezuelana para o Brasil: youtube como ferramenta facilitadora para o migrante; no capítulo nono, Wolfgang Theis aborda as bases de fascismo; no capítulo décimo, Lisa Lima Benevides Carneiro de Oliveira e Érica Rios de Carvalho tratam da (in)efetividade dos direitos dos refugiados: Uma análise das negativas a aceitação dos refugiados pelos países da Europa; no capítulo décimo primeiro, Clara Suit aborda a situação das brasileiras na Hungria, apontando considerações de gênero, xenofobia e aspectos psicossociais no processo migratório; por fim, no capítulo décimo segundo, Sérgio Ricardo Oliveira Martins trata dos degredados no trecho, refletindo sobre as experiências de trabalho e mgração.

Por fim, agradecemos à Expert Editora Digital, a iniciativa da RUPEM, do Núcleo de Apoio a Migrantes e Refugiados da UFBA (NAMIR) e da Cátedra Sérgio Vieira de Melo da ACNUR UFBA, com o apoio do grupo de pesquisa/CNPQ "Mobilidade Humana Política de Exceção e Subjetividades", e do grupo de pesquisa/CNPQ Historicidade do Estado de Direito e Direitos Humanos. Por fim, a obra contou com apoio para publicação do Projeto Centro Integrado de Direitos Humanos.

Salvador, 14 de fevereiro de 2023

Organizadores (as)
Mariângela Nascimento
Julio Cesar de Sá da Rocha
Maria Hilda Paraíso
Sarah Roberta Carneiro
Maria Luiza Silva Santos

ORGANIZAÇÃO

Mariângela Nascimento

Graduada em Filosofia pela UFMG e doutorado em Ciência Política pela UFRJ. Foi professora da UFMG e da UFJF, atualmente é professora do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da UFBA. Pós-doutorado pela Faculdade de Comunicação da UFRJ. Membro da Rede Nômade – Brasil. Foi coordenadora do Grupo de Pesquisa GIRA/CNPQ, e editora da revista Gênero e Diversidade. Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do Núcleo de Apoio a Migrantes e Refugiados (NAMIR/UFBA). Coordenadora do Grupo de Pesquisa (CNPQ) Mobilidade Humana, Política de Exceção e Subjetividades (MOPES). Coordenadora da Rede Universitária de Pesquisas e Estudos Migratórios.

Julio Cesar de Sá da Rocha

Possui Graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1992) e em Ciências Sociais (Antropologia) pela Universidade Federal da Bahia (2022)., Mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001) e Doutorado em Doutorado Sanduíche - Tulane University (2000). Pós-doutoramento em Antropologia pela UFBA (2012). Atualmente é Diretor da Faculdade de Direito da UFBA (2021-2025). Foi Diretor da Faculdade de Direito (2017-2021). Professor Associado da Universidade Federal da Bahia. Professor do Quadro Permanente do Mestrado e Doutorado em Direito da UFBA (PPGD). Foi Membro do Colegiado do Programa de Pós-Graduação da UFBA . Atual Professor/Vice Coordenador do DINTER (Doutorado Interinstitucional) com a Universidade Federal de Sergipe (UFS) Faculdade Pio X, Faculdade FANESE e UNIRIOS. Foi vice-diretor da Faculdade de Direito (2013-2017). Foi Coordenador da Especialização “Direitos Humanos e Contemporaneidade” (CAPES/UAB) e foi Coordenador da Especialização em “Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais” (CAPES/UAB). Foi Coordenador

do Grupo de Pesquisa “Historicidade do Estado, Direito e Direitos Humanos: interações sociedade, comunidades e meio ambiente” da Universidade Federal da Bahia. Foi Pesquisador-visitante IPEA. Experiência em cooperação técnica internacional na área de gestão das águas com ABC/MRE e países africanos de língua portuguesa. Participante de COPs na área ambiental (Copenhague, Madri, Curitiba). e Fórum Mundial da Água (Istambul). Prêmio Destaque no 3o. Prêmio Esdras de Ensino Jurídico na proposta “História do Direito, Meio Ambiente e Povos e Comunidades Tradicionais” (2020). Coordenação na UFBA da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (ACNUR/ONU/UFBA/FDUFBA/FFCH).

Maria Hilda Baqueiro Paraíso

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1971), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1983) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1998). Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal da Bahia do Departamento e do Programa de Pós Graduação em História. Diretora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, membro do corpo editorial da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e da Universidade Federal de Uberlândia. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em História Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: História Indígena e da Bahia, Etnologia indígena e relações interétnicas.Coordenação na UFBA da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (ACNUR/ONU/UFBA/FDUFBA/FFCH).

Sarah Roberta Carneiro

Professora Adjunta do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Entre 2015 e 2018, exerceu as funções de Coordenadora de Assuntos Estudantis, na Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), e de Coordenadora de Cultura e Universidade, na Pró-reitoria de Extensão (PROEXT). Fez

pós-doutorado na Uiversité Paris 8. É doutora em Ciências Sociais pela UFBA, com estágio doutoral na Université de Strasbourg, onde esteve vinculada ao Laboratoire Cultures et Societés en Europe (MISHA). Tem formação em estudos latinoamericanos pelo Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine (IHEAL) da Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3. Suas áreas de interesse são Sociologia e Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, movimentos sociais, vozes insurgentes e migração. Sua trajetória profissional abarca experiências como professora, pesquisadora, coordenadora de projetos em Organizações Não Governamentais; correspondente internacional, repórter e editora de veículos impressos.

Maria Luiza Silva Santos

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Mestre em Cultura pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Possui Graduação em Direito e Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz e Especialização em Psicopedagogia. É professora titular de sociologia da Universidade Estadual de Santa Cruz, pesquisadora nas áreas temáticas das migrações, refúgio, cultura e identidade, urbanização e desenvolvimento. Coordenadora dos projetos de pesquisas - Migrações e Refúgio: Os Muros e as Pontes no Brasil do século XXI e A pandemia e o comportamento xenofóbico frente a migrantes e refugiados, com publicações na área. Líder do Grupo de pesquisa Observatório das Migrações do Estado da Bahia. Ocupa o cargo de Ouvidora na Universidade Estadual de Santa Cruz desde o ano de 2004 e Gestora do Serviço de Informação ao cidadão desde 2012.

AUTORAS (ES)

Aldine Valente Bathillon

Bacharel em Humanidades, Licenciada em Ciências Sociais (UNILAB), e mestra em Sociedade, Ambiente e Território (UFMG).

Antonio Fagner da Silva Bastos

Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Administração (PROPAD) da Universidade Federal de Pernambuco.

Carla Craice da Silva

Cientista social, doutora em Demografia (UNICAMP). Atualmente atua como docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Carla M. R. Teodoro

Estudante de Direito da Faculdade Estácio de Sá/MG. Membro pesquisadora do Grupo MOPES.

Clara Suit

Estudante da graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e atua como membro voluntária do Núcleo de Apoio a Migrantes e Refugiados (NAMIR) na mesma instituição. Filha de migrantes, entre fevereiro de 2020 e novembro de 2021, Clara esteve trabalhando e morando na cidade de Budapeste, Hungria, onde entrou em contato direto com a questão migratória e iniciou seu envolvimento acadêmico com esse assunto.

Emanuel de Jesus Correia Semedo

Bacharel em Humanidades (UNILAB), mestre em Estudos Africanos (UNEB), doutorando em Ciência Política (IESP- UERJ).

Érica Rios de Carvalho

Professora da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Especialista em Direito Privado. Mestre, e Doutora em Políticas Sociais e Cidadania pela UCSAL. Bolsista FAPESB. Email: erica.carvalho@pro.ucsal.br.

Fernanda Gonçalves Carvalho

Mestranda em Relações Internacionais na UFBA. Pesquisa refúgio e migrações Internacionais. Atua junto ao escritório do ACNUR em Manaus-AM.

Gabriel Benício de Mello

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA) da Universidade de Brasília.

José Sacchetta Ramos Mendes

Professor Associado no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) da Universidade Federal da Bahia. Atua no ensino, pesquisa, orientação e extensão. Docente no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (UFBA). Bacharel em Direito (USP). Doutor em História Social (FFLCH/USP). Pós-doutor no Departamento de Filosofia e Teoria do Direito (Direito/USP), no Department of History and Civilization (European University Institute, Florença, Itália) e no Lateinamerika Institut da Frei Universität em Berlim, Alemanha. Visiting scholar no Center for Brazilian Studies, Columbia University (Nova York, EUA). Foi bolsista do Instituto Camões (Portugal) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Tem formação em psicanálise no Centro de Estudos Psicanalíticos (CEP, São Paulo). Foi vice-diretor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (UFBA) e coordenador do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (IHAC/UFBA). É pesquisador no Laboratório de Análise Política Mundial (Labmundo).

Julio Cesar de Sá da Rocha

Possui Graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1992), Mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001) e Doutorado em Doutorado Sanduíche - Tulane University (2000). Pós-doutoramento em Antropologia pela UFBA (2012). Atualmente é Diretor da Faculdade de Direito da UFBA (2021-2025). Foi Diretor da Faculdade de Direito (2017-2021). Professor Associado da Universidade Federal da Bahia. Professor do Quadro Permanente do Mestrado e Doutorado em Direito da UFBA (PPGD). Foi Membro do Colegiado do Programa de Pós-Graduação da UFBA Coordenação na UFBA da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (ACNUR/ ONU/UFBA/FDUFBA/FFCH). E-mail: julior@ufba.br

Larissa Welane Moreira de Jesus

Bacharela em Humanidades; graduanda em Relações Internacionais.

Lisa Lima Benevides Carneiro de Oliveira

Bacharela em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica do Salvador – Salvador/BA. Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista Capes. – Email: lbeneviides@gmail.com

Luciana Lopes

Pesquisadora e Membro do Núcleo de Apoio a Migrantes e Refugiados (NAMIR/UFBA), Bacharel Interdisciplinar em Humanidades com ênfase Relações Internacionais (UFBA), Membro do Grupo de Pesquisa Mobilidade Humana e Reconfiguração do Capitalismo no Século XXI (CNPQ) e Estudante de Direito da UFBA.

Maria Luisa Silva Santos

Professora titular de Sociologia da Universidade Estadual de Santa Cruz. Lotada no Departamento de Filosofia e Ciências Humanas,

na área de conhecimento em Ciências Sociais. Pesquisadora com projetos cadastrado na PROPP- Migrações e Refúgio: Os muros e as pontes no Brasil do século XXI e A Pandemia e o comportamento xenofóbico. Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ – Observatório das Migrações do Estado da Bahia – UESC.

Mariângela Nascimento

Professora do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da UFBA. Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do Núcleo de Apoio a Migrantes e Refugiados (NAMIR/UFBA)

Coordenadora do Grupo de Pesquisa (CNPQ) Mobilidade Humana, Política e Exceção e Subjetividades (MOPES). Coordenadora da RUPEM.

Ricardo Monteiro de Carvalho

GraduandoemCiênciasEconômicaspelauniversidadeRegionaldo Cariri(URCA),e-mail: ricardo.monteiro@urca.br

Sarah Roberta de Oliveira Carneiro

Professora Adjunta do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CECULT/UFRB). E-mail: sarahcarneiro@ufrb.edu.br

Sérgio Carvalho Benício de Mello

Doutor em administração pela City University of London. É Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco.

Sérgio Ricardo Oliveira Martins

Doutor em Geografia Humana, docente do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Silvana Nunes de Queiroz

Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora do Departamento de Economia e do PPGERU na URCA e no PPGDEm/UFRN. e-mail: silvana.queiroz@urca.br

Wolfgang Theis

Professor, mestrando em filosofia, Universidade de Brasília (UnB), correspondência para wolfgang.theis1973@gmail.com

SUMÁRIO

Migração feminina no Brasil – breves reflexões 21
Mariangela Nascimento, Luciana Lopes, Carla M. R. Teodoro

A Universidade Federal da Bahia e a cátedra Sérgio Vieira de Melo/ ACNUR UFBA: iniciativas estruturantes na temática da migração e refúgio 45
Julio Cesar de Sá da Rocha

Reflexões possíveis a partir de brasileiras que trabalham com arte na França 57
Sarah Roberta de Oliveira Carneiro

A identidade como questão e a diferença como problema: realidades em contextos migratórios.....81
SANTOS, Maria Luiza

A internacionalização do ensino superior: reflexões sobre o caso da UNILAB 99
Carla Craice da Silva, Larissa Welane Moreira de Jesus, Emanuel de Jesus Correia Semedo, Aldine Valente Bathillon

Contornos da exceção: o fechamento de fronteiras do Brasil na pandemia de Covid-19 e a discriminação a migrantes venezuelanos nas portarias de 2020 121
José Sacchetta Ramos Mendes, Fernanda Gonçalves Carvalho

Migrações da e para a região metropolitana de Feira de Santana (RMFS) 149
Ricardo Monteiro de Carvalho, Silvana Nunes de Queiroz

Diáspora venezuelana para o Brasil: Youtube como ferramenta facilitadora para o migrante 177
Sérgio Carvalho Benício de Mello, Antonio Fagner da Silva Bastos, Gabriel Benício de Mello

Bases de fascismo 199
Wolfgang Theis

A (in)efetividade dos direitos dos refugiados: Uma análise das negativas a aceitação dos refugiados pelos países da Europa 233
Lisa Lima Benevides Carneiro de Oliveira, Érica Rios de Carvalho

Brasileiras na Hungria: Considerações de gênero, xenofobia e aspectos psicossociais do processo migratório 265
Clara Suit

Degredados no trecho: experiências de trabalho e migração 287
Sérgio Ricardo Oliveira Martins

MIGRAÇÃO FEMININA NO BRASIL – BREVES REFLEXÕES

Mariangela Nascimento[1]
Luciana Lopes[2]
Carla M. R. Teodoro[3]

RESUMO: o artigo apresenta o fluxo migratório como um movimento de geração de diferenças e identidades que exige nova base teórica e empírica para ser compreendido. Dessa forma, procura compreender o fenômeno da migração em outra base teórico-metodológica, permitindo-nos investigar a condição da mulher migrante no contexto social brasileiro como sujeito ativo, contrariando o estereótipo da mulher migrante como dependente e passiva.

PALAVRAS-CHAVE: migração, direitos, mulher

ABSTRACT: The article presents the migratory flow as a movement that generates differences and identities that requires a new theoretical and empirical basis to be understood. In this way, it seeks to understand the phenomenon of migration in another theoretical-methodological basis, allowing us to investigate the condition of migrant women in the Brazilian social context as an active subject, contradicting the stereotype of migrant women as dependent and passive.

KEYWORD: migration, rights, woman

---

1 Professora do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da UFBA. Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do Núcleo de Apoio a Migrantes e Refugiados (NAMIR/UFBA). Coordenadora do Grupo de Pesquisa (CNPQ) Mobilidade Humana, Política e Exceção e Subjetividades (MOPES).

2 Pesquisadora e Membro do Núcleo de Apoio a Migrantes e Refugiados (NAMIR/UFBA), Bacharel Interdisciplinar em Humanidades com ênfase Relações Internacionais (UFBA), Membro do Grupo de Pesquisa Mobilidade Humana e Reconfiguração do Capitalismo no Século XXI (CNPQ) e Estudante de Direito da UFBA.

3 Estudante de Direito da Faculdade Estácio de Sá/MG. Membro pesquisadora do Grupo MOPES.

1. APRESENTAÇÃO

O século XXI é sem dúvida o tempo da mobilidade humana. No mundo nunca houve tanta gente fora do país de origem. Hoje são quase 300 milhões de pessoas circulando o planeta, pessoas fora do país de origem por motivos mais variados, é uma verdadeira nação flutuante.

A nova configuração do poder globalizado, a precarização do mundo do trabalho, a perda de direitos conquistados historicamente, a concentração de riquezas e o empobrecimento de grande parte da população mundial têm criado as condições favoráveis à mobilidade humana. Soma-se a esses acontecimentos o recrudescimento das políticas de restrição adotadas por muitos países que sempre foram rotas preferenciais da população migrante.

Na crise sanitária com a covid-19, as políticas de restrição foram ampliadas e justificadas, apesar de terem se tornado, em muitos casos, políticas seletivas. O crescente fluxo migratório, contrapondo-se às políticas de restrição, tem apontado as contradições das relações internacionais no seu exercício de consolidar e ampliar o alcance global neoliberal com suas políticas de precarização e flexibilização que estruturam as relações produtivas.

Uma vasta literatura tem procurado estudar e analisar as experiências migratórias, tanto no Brasil quanto no mundo, revelando os conteúdos sociais, culturais, políticos e subjetivos de uma nova classe de trabalhadores/as que vivem em constante mobilidade, seguindo as transformações das relações produtivas concernentes à nova configuração do poder capitalista no século XXI.

Hoje a migração acontece em todos os cantos do mundo, e, diferente do que aponta parte dessa literatura, os motivos que levam os/as migrantes a saírem do país de origem não se explicam e se resumem apenas nas chamadas causas "objetivas", como péssimas condições de vida, guerra, catástrofes ambientais, trabalho etc.

Há outra forma de olhar e analisar esse fenômeno. Por isso, é importante, como forma de ampliar a nossa capacidade analítica,

considerar os múltiplos e imprevisíveis elementos presentes na realidade daqueles/as que migram. O que significa olhar o/a migrante como um ser singular, identificando-o/a como protagonista político capaz de ressignificar os processos de produção e reprodução do capital e do modo de vida. Visto e analisado nessa perspectiva de sujeito ativo, o\a migrante passa a ser o\a promotor\a das novas lutas e resistências, o que faz com que seja desconstruída a imagem de sujeito passivo, subalterno, perigoso e carente de cuidados, principalmente no caso da mulher (NASCIMENTO, 2017).

É fundamental compreender a questão migratória em outras perspectivas, não apenas tomar as causas objetivas como fonte de explicação, mas também as causas subjetivas, que ganham importância nos estudos sobre o tema. Destarte, podemos ampliar o nosso conhecimento sobre as reais possibilidades e limites das pessoas em situação de mobilidade, bem como conhecer as transformações que experimentam ao chegar no lugar de destino e identificar os impactos sociais, políticos e culturais causados com a sua chegada.

2. CONTEXTO MIGRATÓRIO NO MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

Uma nova epistemologia, portanto, é necessária para analisar essa realidade, só assim é possível identificar a condução dos processos da produção de subjetividades para a constituição de uma alternativa social e política; ou seja, identificar o momento em que a produção das subjetividades é também a construção, pelos novos protagonistas, de uma nova forma de resistência, erigida numa condição livre das estruturas estabelecidas pelas fronteiras da territorialização e empenhada na luta contra as políticas de restrição.

O processo migratório, sob essa perspectiva analítica, passa a ser visto não apenas como uma estratégia de sobrevivência dessa população, mas também como um momento de resistência e luta contra o sistema capitalista. A resistência promove a ressignificação da fronteira e provoca a reconfiguração das políticas de restrição; ou seja,

a presença do/a migrante cria e transforma as relações dos indivíduos com o Estado, do capital e trabalho e, do mesmo modo, realiza um processo constante de produção de novos laços intersubjetivos.

O/A migrante, ao mesmo tempo que carrega o peso de ser diferente, a maioria pobre, pouco ou nada qualificada e potencialmente vista como suspeita (CORSINI, 2007), revela-se potente em suas lutas por direitos e cidadania[4]. Compreender e analisar o fenômeno da migração em outra base teórico-metodológica nos permite investigar o tema central do nosso artigo: a condição da mulher migrante. Tendo como referência teórica e empírica as novas condições do mundo globalizado, do qual a mulher migrante participa ativamente como agente transformadora e não subordinada e dependente passiva.

A reconfiguração no mundo do trabalho no século XXI, proveniente do desmantelamento do fordismo, trouxe a expansão do trabalho informal, englobando em seu bojo a precarização e a flexibilização do processo produtivo. A reflexão sobre essas mudanças remete, obrigatoriamente, à figura da mulher migrante. Isso nos coloca em consonância com alguns estudos que têm denunciado a invisibilidade da mulher migrante, principalmente como trabalhadora, pelo fato de o fenômeno de migração ser tratado, ao longo da história, como um fenômeno masculino.

O estereótipo da mulher migrante como dependente e passiva, cuidadora da família nega a capacidade da mulher que migra em busca de autonomia e do desenvolvimento pessoal e profissional. Essa forma de compreender a migração feminina nos provoca muitas indagações e questionamentos. Mesmo partindo da suposição de que a mulher tem um papel decisivo no processo migratório, como força de trabalho e agente transformadora das relações sociais, é importante

4 Para Arendt, o Estado-nação, ao fundamentar a comunidade política em definições essencialistas e organicistas, foi responsável pela ruptura entre direitos e nação, direitos e cidadania. Os indivíduos que não têm acesso à cidadania, afirma ela, que não estão vinculados a uma determinada cultura nacional, a um Estado-nação estão desprovidos dos direitos universais, são excluídos e se encontram em situação de vulnerabilidade. E não há nada, até os dias de hoje, nenhum lugar que se apresente como um espaço político mundial, mas apenas uma realidade política vinculada a uma nacionalidade.

verificar e entender, do ponto de vista da emancipação feminina, de que modo a migração tem sido capaz de promover a articulação entre as pessoas, de alterar comportamentos e influenciar o modo de vida e, principalmente, como tem empoderado essa mulher para enfrentar o racismo, o machismo, o preconceito e a superexploração (NASCIMENTO, 2017).

Cabe, do mesmo modo, investigar se a mulher que migra tem motivações externas e independentes da própria vontade, ou se suas decisões de deixar o país são voluntárias e movidas por sentimentos de libertação da opressão da cultura do país de origem. Pretendemos, munidos dessas indagações e questionamentos, contextualizar a mulher migrante de forma a realçar não necessariamente a situação de vulnerabilidade e subalternidade, mas percebê-la como parte de um corpo político transformador, que participa ativamente do processo de desconstrução das fronteiras nacionais – um dos pilares históricos para a organização e consolidação do processo de reprodução do capital no contexto de mundo globalizado.

O fenômeno migratório é constitutivo de uma dinâmica estrutural do desenvolvimento capitalista; por outro lado, a figura do/a migrante concentra em si um conjunto de valores inerentes ao desejo de libertação das condições de opressão impostas pelo capital. Ou seja, o fenômeno migratório, a precarização do trabalho, a reprodução do capital são fatos da vida contemporânea que surgem em condições de estreito entrelaçamento estruturante. É nesse contexto que devemos enfatizar a integração da mulher migrante ao seu novo território e apontar as tentativas que são feitas por parte de quem a acolhe para integrá-la como força de trabalho.

É fundamental valorizar as disposições subjetivas da condição da mulher migrante, aquelas disposições que a impulsionam a exercer o direito de libertação, circunstância em que a migração adquire uma dimensão de resistência, do desejo de rebelar-se. A libertação é aqui entendida como a possibilidade dos encontros com as múltiplas e diferentes subjetividades e de novas relações com o Outro e com o mundo. A ênfase, aqui colocada na subjetividade, propõe contrariar

a imagem da migrante como sujeito débil e subalternizado. Do ponto de vista teórico, porém, é necessário assinalar que essa imagem se presta a reproduzir uma ordem discursiva e um conjunto de práticas que relega a mulher migrante a uma posição subalterna, negando-lhe qualquer oportunidade de subjetivação (MEZZADRA, 2012).

Dar ênfase à subjetividade não implica negar as causas objetivas do processo migratório. Trata-se de contrapor-se à perspectiva teórica que considera o/a migrante como uma figura paradigmática do desenraizamento e das características que definem o sujeito que migra como um indivíduo sem direitos. Contrariando essa imagem, a mulher migrante, do ponto de vista da subjetividade, contribui para a (re)construção dos símbolos e percepção de mundo no novo território, uma nova simbologia passa a ser construída para definir as novas formas de vida da mulher que migra.

Nesse sentido, podemos afirmar que as práticas subjetivas que caracterizam a mobilidade humana na fase do capitalismo pós-fordista contribuem para romper com os ordenamentos tradicionais do trabalho e estabelecem novas formas de produção de valores que emergem das novas relações sociais.

A mobilidade da força de trabalho torna-se cada vez mais acelerada nesse novo cenário e a difusão da produção em redes de circulação tornou-se o novo modo de organizar as relações produtivas e sociais. Essa realidade exige reinterpretar ou reconstruir estratégias teórico-metodológicas mais adequadas para compreender o fenômeno das migrações, com vista a interpretar a mobilidade como resistência das formas de opressão e exclusão. É nesse cenário que verificamos a crescente migração da mulher. Muitas pesquisas feministas que se baseiam em uma análise da[5] divisão sexual do trabalho revelaram

5 Informe da ONU aponta uma substancial igualdade da participação feminina e masculina nas migrações internacionais. As mulheres, que eram 46,7% dos migrantes em 1960, atualmente perfazem 48,6% do total. No entanto, o aumento da migração feminina não é universal nem homogêneo. Na Ásia, por exemplo, as mulheres passaram de 46%, em 1960, para 43%, em 2000. Na África, embora tenha aumentado, o percentual de mulheres migrantes perfaz apenas 46,7% do total. Já houve um significativo aumento entre os anos 1960 e 2000: na América Latina, de

formas diferentes de trabalho, muito além dos trabalhos reprodutivos, de cuidados com a família e trabalhos domésticos, tradicionalmente conhecidos como tarefas femininas. A mulher que migra tem assumido um papel fundamental nos locais aonde chega, tem assumindo um lugar pioneiro nos processos relacionais e laborais.

Precisamos, portanto, compreender a migração feminina na perspectiva teórica e empírica que considera o fenômeno da migração como constitutivo do capitalismo e, do mesmo modo, entender que a opção por migrar por parte da mulher não se dá apenas com o objetivo de acompanhar a família. Ela também é motivada pelo desejo e exercício do direito a uma vida melhor, no sentido de buscar autonomia e resistir às formas de opressão da sociedade machista e patriarcal, além de buscar novas experiências de vida, de trabalho, de profissão e conhecer novas realidades culturais. Nesse caso, é possível identificar e compreender "um dado estado de coisas" não como reações defensivas e vitimizadas pela mulher, mas como formas de resistências diferenciadas daquelas formas tradicionais de luta.

A mulher migrante, ao ser portadora de todo um conjunto de possibilidades, de variações e de potentes transformações a partir de seus encontros com o outro que a acolhe, ao afirmar sua diferença, ao estabelecer novos vínculos e negociações, ao produzir novas subjetividades, torna-se o sujeito ativo que desencadeia mudanças capazes de reconfigurar as formas de organização do poder do capital (CORSINI, 2007).

Diante desses pressupostos iniciais, o recorte que pretendemos dar à discussão sobre os efeitos das migrações no mundo atual passa pela experiência da mulher migrante, principalmente aquela que vem para o Brasil.

44,7% para 50,2%; na Oceania, de 44,4% para 50,5%; e, na Europa, de 48,5% para 51% (MARINUCCI; MILESI, 2011).

3. BREVE HISTÓRICO DA MIGRAÇÃO BRASILEIRA

A formação histórica, social e cultural do Brasil é constituída de processos migratórios, desde o seu descobrimento até hoje; a migração é um fenômeno presente, mas vista e analisada de formas bem distintas. Vejamos uma breve história da migração no país: até o século XIX, a migração foi interpretada como uma estratégia de colonização baseada na ocupação e proteção do território nacional. Isso mudou no início do século XX, com a transição do trabalho escravo para o chamado trabalho "livre" e assalariado.

O país passou a promover a adoção da mão de obra estrangeira para atender à demanda dos latifúndios cafeicultores no sudoeste e sul do país. Seguindo os estudos realizados por Antônio Oliveira (2015), podemos citar três fatores que caracterizam o processo migratório nesse período: a necessidade econômica, a eugenia (branqueamento da população brasileira) e a necessidade de proteção nacional. Entre 1874 e 1930, entraram no país cerca de 4 milhões de migrantes oriundos da Europa, principalmente italianos e alemães. A implantação da política de branqueamento da população, no entanto, não surtiu o efeito esperado pelo fato de as famílias de imigrantes viverem fechadas em sua cultura e muito pouco terem se relacionado com os brasileiros.

O Governo Vargas, na década de 30 do século XX, impulsionou as medidas restritivas à imigração. É o período de mudanças, do estímulo à urbanização e regulação das relações trabalhistas. Esse período deu início à migração interna, do campo para os centros urbanos, e ao desenvolvimento industrial nas principais cidades do país. Época que coincide com o desvio do fluxo migratório europeu para os Estados Unidos, para atender às exigências do novo modelo de reprodução capitalista – o fordismo.

Mesmo com tais restrições, o país recebeu entre 1940 e 1970, mais de 1 milhão de estrangeiros (LEVY, 1974). Na época do Governo militar (1964), foi criado, em 1980, o Estatuto do Estrangeiro, instituído pela Lei n. 6.815, a qual tem como base a segurança nacional, e o/a migrante passou a ser visto/a como uma ameaça à soberania nacional.

Ou seja, trata-se de uma lei pensada e editada pelo Estado de exceção do Governo militar. Infelizmente, essa Lei esteve em vigor até março de 2017. É ela quem regulava a entrada e a permanência da população migrante no país antes de 2017; no entanto, além de estar desatualizada, não correspondeu às demandas do novo contexto migratório que caracteriza a realidade global.

No final da década de 80, com o processo de redemocratização ganhando consistência, começou a chegar à população vizinha, principalmente vinda do Paraguai, Bolívia e de outros países latinos. Apesar de o processo de redemocratização não significar estabilidade econômica e manter a alta taxa de desemprego, o país se tornou uma opção para a população latina. Nos anos seguintes e, principalmente a partir de 2010,[6] cresceu o fluxo migratório para o Brasil, não só da população latina, mas também de africanos e asiáticos, a maioria por motivo de perseguição política, social e cultural. O fluxo migratório que mais impactou o país foi a chegada dos haitianos nesse período, que obrigou o país a tomar medidas emergenciais e colocar na agenda do Governo federal a questão migratória e a necessidade de uma nova legislação.

O atual fluxo migratório em direção ao Brasil tem sido crescente e tem evidenciado a fragilidade do país para enfrentar a questão migratória. No início de 2010, o Brasil não estava preparado, nem política nem juridicamente, para se tornar um país de acolhida. Apesar da concessão do visto humanitário, que possibilita a condição legal por certo período, a população migrante ficou entregue à própria sorte, contando com a assistência e cuidados de organizações sociais. As soluções obtidas foram de caráter improvisado e precário, o que manteve a população migrante em situação de vulnerabilidade

6 Entre as razões apontadas para o crescimento da emigração intra regional, sinalizam-se: a característica cultural, as raízes históricas comuns e a complementaridade dos mercados laborais subjacentes aos intercâmbios migratórios, além, claramente, da cessação das correntes imigratórias de ultramar. Os dados da Cepal confirmam também a intensidade do fluxo migratório dos anos 90, cujo resultado é a presença de, no mínimo, 20 milhões de latino-americanos fora do país de nascimento (MARINUCCI; MILESI, 2011).

(superexploração, inserção em trabalho degradante e exploração sexual). A ausência de um aparato jurídico-legal atualizado para enfrentar a crescente onda migratória deixou clara a ineficiência de programas de políticas sociais e humanitárias propostos pelo Governo brasileiro, o que em muito sobrecarregou setores sociais que têm se dedicado a acolher os/as migrantes.

O esgotamento do modelo fordista de produção e os conflitos provenientes das mudanças do modo de acumulação flexível do capitalismo impulsionaram, como já referimos, a regulamentação do processo migratório com medidas restritivas, adequando a fase de esgotamento do Estado social de inspiração neoliberal, ao negar muitos direitos básicos de proteção à vida. No caso do Brasil, é fácil encontrar muitos/as imigrantes em situação de vulnerabilidade social. Tornam-se força de trabalho superexplorada, por muitas vezes em situação de trabalho escravo, seja o/a migrante regular ou irregular. Muitas empresas têm usado as condições de irregularidade da população migrante para se beneficiar dessa força de trabalho, explorando-a como mão de obra barata. Mesmo aqueles/as em situação legal, mas socialmente vulneráveis, são alvo da superexploração.

Portanto, não é diferente a situação do Brasil em relação à realidade migratória global. A transnacionalização das atividades econômicas com o capital financeiro exige que os países façam frente à conflitante circulação de bens, capitais e informações, e, para atender a tais exigências, é preciso implementar uma política de controle da mobilidade humana (NASCIMENTO, 2017).

Algumas medidas jurídico-legais foram tomadas, visando a essa política restritiva, principalmente no período da crise sanitária. Apesar disso, concordamos com Ventura (2014), ao afirmar que é falso pensar que o Brasil não possui uma política migratória. Evidente que o país não possui uma política de controle ostensivo de fronteira, como é o caso da Europa e dos Estados Unidos. No entanto, embora fragmentada, opaca e casuística, a política de restrição existe e garante a mesma discricionariedade absoluta do Estado da época da ditadura (VENTURA, 2014).

Isso ocorreu muito na época da instituição do Estatuto do Estrangeiro, que traz a ideia de que o/a imigrante, além de ser uma ameaça à soberania nacional, é uma ameaça aos brasileiros. Os fatos revelam que essa mentalidade ainda não foi alterada, apesar da nova legislação migratória. As normas e diretrizes promulgadas no país pela Lei 13.445/2017 ainda não tiveram total alcance prático.

Apesar dos avanços contemplados pelo nova[7] Lei, que elimina a associação do/a imigrante com a soberania nacional e desmitifica a ideia do/a imigrante como um/a estranho/a, ainda assim a norma não atende muitas das exigências da nova realidade migratória no país, principalmente na questão de gênero. A chegada dos/as haitianos/as ao Brasil ilustra muito bem as limitações das instituições brasileiras para enfrentar a realidade migratória. A partir de 2010, o país começou a receber um grande número de imigrantes haitianos/as, após os desastres ambientais no Haiti que abalaram o país geograficamente e acentuaram a crise econômica e a instabilidade política existente há muitos anos. Depois de ter estado à beira de uma guerra civil em 2004, o Haiti entrou em situação de calamidade extrema, a capital foi destruída pelo megaterremoto, que deixou mais de 200 mil mortos. Esses acontecimentos levaram pessoas a um processo de diáspora, a buscar outros países onde pudessem refazer suas vidas.

Vários fatores contribuíram para tornar o Brasil a rota migratória dos/as haitianos/as, entre eles o crescimento da economia brasileira no período do Governo Lula e início do Governo Dilma, quando, no exterior, a imagem do país era de ascensão econômica e de uma nação hospitaleira. Outro fator que contribuiu para a vinda dos/as haitianos/as foi o recrudescimento ou o fechamento das fronteiras dos países europeus e dos Estados Unidos (OLIVEIRA, 2015).

7 O PL 2.516\15 tramitou na Câmara dos Deputados sob a relatoria do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), em uma Comissão Especial. Aprovado pelo plenário da Câmara em dezembro de 2016, o projeto voltou para o Senado. O novo relator designado foi o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que recomendou a aprovação de um texto muito próximo ao que voltará da Câmara. O PL foi aprovado por 43 dos senadores presentes e teve quatro votos contrários e uma abstenção. No dia 18/04/2017, o PL 2.516\15 foi aprovado pelo Senado e sancionado pelo presidente Temer em 24 de maio de 2017.

A população haitiana que entrou no Brasil no final de 2011 soma mais de 4 mil pessoas, número este que não cessou de aumentar, sendo que, ao final de 2013, já teria ultrapassado a casa dos 20 mil imigrantes, retraindo, nos anos seguintes, quando a crise econômica brasileira afetou o mercado de trabalho, com milhares de desempregados/as.

O fluxo de imigrantes haitianos no Brasil provocou reações e foi visto com alguma desconfiança pela sociedade, principalmente quando o país, já em 2013, deu fortes sinais de crise econômica, com taxas de inflação e desemprego crescentes. Mesmo com as medidas tomadas pelo Governo e o apoio das instituições da sociedade civil, o que prevaleceu foi a falta de instrumentos legais e de uma política migratória adequada para enfrentar a realidade da migração.

As medidas tomadas pelo Governo federal[8], apesar de necessárias e emergenciais, mostraram-se generalistas e de pouca aplicabilidade, pois não contemplam especificamente a proteção para as mulheres, e as políticas públicas foram praticamente inexistentes. As mulheres migrantes latinas e de origem pobre ficaram socialmente expostas aos fatores que contribuem para as desigualdades e as diversas formas de violência e agressão provenientes de um sistema de desigualdade de sexo e da cultura do patriarcalismo.

A chegada da população haitiana ao Brasil foi fundamental para desencadear a discussão sobre a política de migração vigente no país e expor as fragilidades estatais de acolhimento aos imigrantes, obrigando a tomada de medidas emergenciais por parte do Governo. Entretanto, as discussões e ações no plano governamental não incluíram a questão de gênero para pensar e fundamentar a nova lei. A mulher imigrante não é tratada como sujeito ativo, pelo contrário, permanece invisível no fluxo migratório e isso não muda com a nova Lei de Migração. A experiência e a vida da mulher imigrante são diluídas nesses debates

8 Dados e informações obtidos no *link* do relatório de pesquisa sobre a população migrante haitiana, coordenado por Duval Fernandes e Maria da Consolação G. de Castro, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: file:///C:/Users/maria/Desktop/RELATORIO_PESQUISA_HAITIANOS_versao_final_27-04-14-2.pdf

que apontaram a necessidade de se reelaborar uma nova legislação da migração para o país.

Essas discussões retrataram a mulher imigrante como um agente secundário e passivo, responsável pelo cuidado familiar. A realidade migratória, mesmo com todas as conquistas dos movimentos feministas a partir do século XX, continua, de certo modo, a ser tratada como uma questão exclusivamente masculina. Apesar disso, a presença cada vez maior da mulher migrante sugere uma feminização quantitativa, é o caso da migração latino-americana em comparação com outras regiões do mundo – é cada vez maior o número de mulheres latinas deslocando-se para outros países.

4. A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO E A MULHER MIGRANTE

O projeto de Lei de Migração foi aprovado pelo Senado em 2017. Depois de muitas audiências públicas, quando foram ouvidos vários representantes da sociedade, o projeto aprovado pelo Senado tratou o fenômeno da migração sob outra perspectiva. É de fato um grande avanço no que se refere à acolhida digna ao/à imigrante no país. O Brasil passa a tratar a questão migratória a partir da perspectiva do ser humano, dos direitos, e não dentro da habitual lógica de segurança nacional, como se o/a migrante fosse uma ameaça, como faz pensar o Estatuto do Estrangeiro, além de acabar com uma série de restrições que constavam no Estatuto. Entre as mudanças importantes ocorridas com a nova lei, estão a garantia aos/às imigrantes detidos/as nas fronteiras de contar com um defensor público, a proibição da deportação imediata pela Polícia Federal e o direito à ampla defesa. Também passaram a ser consolidadas iniciativas que eram provisórias, como os vistos humanitários, que, até hoje, só foram concedidos de forma extraordinária para os haitianos e as pessoas que fugiam da guerra na Síria.

Apesar de tantos avanços que acabaram com a lei obsoleta e excludente, o texto da nova Lei de Migração não leva em consideração a perspectiva de gênero, não trata das necessidades diferenciadas da

mulher imigrante, principalmente em relação à divisão sexual do trabalho e ao acesso às políticas públicas vinculadas às demandas femininas.

No que tange às relações laborais, a lei dispõe, de forma genérica, sobre a garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e a aplicação das normas de proteção previstas na CLT ao/à trabalhador/a imigrante. A lei não fala das especificidades de gênero, apenas faz referência à necessidade de não discriminar com base nesse aspecto, atribuindo, vagamente, a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Nesse sentido, não temos muito o que comemorar porque manteve a lógica que resulta na invisibilidade da mulher migrante, desconsiderando o papel de protagonista que ela tem tido nas lutas pela permanência no Brasil, por direitos e no processo de ressignificação das fronteiras.

5. MIGRAÇÃO FEMININA NO BRASIL

Após alguns anos de estudos e pesquisas[9] Sobre a mulher migrante e latina no Brasil, constatamos que, apesar de a presença de homens no fluxo migratório ser maior, é crescente o número de mulheres. O universo feminino é bastante heterogêneo, são mulheres em situações distintas: solteiras, casadas, chefes de família, viúvas. Ao chegarem ao Brasil, encontram uma situação nada satisfatória. O relato de algumas migrantes que entrevistamos revela que a realidade para elas foi bem diferente daquela que esperavam, a expectativa de que aqui encontrariam emprego e condições melhores de vida foi frustrada na maioria dos casos. Foram inúmeros os obstáculos, como a adaptação e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, principalmente nos últimos anos, em decorrência da crise econômica que chegou ao Brasil.

Mesmo tendo qualificação profissional, muitos migrantes enfrentaram restrições para encontrar trabalho na sua área

9 A pesquisa foi realizada no período de 2016 a 2018, nos estados do sudoeste brasileiro.

profissional; as exigências institucionais e burocráticas para fazer a revalidação do diploma são muitas, o que torna difícil a obtenção. As atividades remuneradas para as mulheres, em geral, são o emprego doméstico, a prestação de serviços e a confecção de roupas. A maioria é recrutada para o trabalho informal e em condições de superexploração. São minoria aquelas que conseguem emprego com carteira de trabalho assinada.

Apesar de viverem situações degradantes e algumas terem sobrecarga de atividades, as mulheres entrevistadas afirmaram que querem continuar no país e são otimistas em relação ao futuro. Revelaram desejo de rebelar-se contra as relações opressivas que vivem no trabalho e nas relações sociais e acreditam que são capazes de melhorar as suas condições de vida. Apesar das situações adversas que enfrentam, nenhuma dessas mulheres se sente vítima ou subalterna, pelo contrário, afirmaram que sair do seu país foi uma decisão própria e autônoma, e que, mesmo frustradas nas expectativas iniciais, a experiência de morar no Brasil tem mudado o seu modo de vida, e isso, segundo elas, significa conquistar novos relacionamentos, novos valores e novas possibilidades.

Essas afirmações positivas se contrapõem, no entanto, com a luta que travam na sua vida cotidiana contra a discriminação e o preconceito por serem estrangeiras. Com a presença crescente da mulher migrante, muitas têm sido alvo de opressão, violência e desigualdade, e esse fato tem provocado reações de setores da sociedade. Exigem-se mudanças não apenas jurídico-legais, mas também no sentido de que almejam uma outra perspectiva cultural pautada na justiça social, nos direitos humanos, no respeito à mulher, na sua dignidade e no reconhecimento do papel da migrante como protagonista das transformações inerentes à condição migratória.

Os debates sobre a nova legislação realizados por vários setores sociais no Brasil procuraram pautar a questão da migração como um fenômeno que deve levar em consideração as diferenças nas relações de gênero no processo migratório, principalmente no que se refere à construção de novas subjetivações emergentes. No entanto, esse

debate enfrentou resistência e sofreu grande pressão de setores conservadores, em especial a bancada evangélica no Parlamento, que combateu a questão de gênero na formulação legislativa, e aqueles que continuam a tratar e a olhar o/a migrante como ameaça aos/às trabalhadores/as brasileiros/as na disputa por postos de trabalho.

Nesses encontros que realizamos com as mulheres imigrantes, constatamos que a vinda para o Brasil mudou, em muitos aspectos, as suas vidas. Nesse sentido, vir para o Brasil, mesmo com muitas dificuldades de inserção no mercado de trabalho e vida precária, significou expectativas de mudanças, de novos desafios. Apesar de todos os obstáculos enfrentados, elas nos afirmam que o país lhes possibilitou aquisição de novos conhecimentos e experiências. Ou seja, a imigração para o Brasil atribui novos significados às suas vidas, novas referências valorativas foram construídas e passaram a expressar mudanças na inserção social, econômica, afetiva e cultural, o que possibilitou outras formas de enfrentamento e empoderamento dessas mulheres.

A ideia do retorno acompanha, na maioria dos casos, apenas as mulheres que mantêm laços duráveis com a família e com a comunidade de origem, e, ao retornarem, como relataram, estão conscientes de que vão levar o estigma de não pertencer a lugar nenhum, mesmo na sua terra de origem, o que acontece com a maioria dos/as migrantes.

A forte cultura patriarcal dos países de origem, muitas vezes, impeliu essas mulheres a tomarem a decisão de sair em busca de melhores condições de vida. A saída do país de origem, portanto, constituiu-se no "direito de fuga", no direito de rebelar-se para buscar outras condições de vida e outras oportunidades. Isso demonstra que o papel da mulher no processo migratório não é neutro em relação às questões de gênero, pois hoje muitas delas estão na linha de frente das lutas de resistência às políticas de restrição e por direitos nos países de destino.

As entrevistas que realizamos em São Paulo e Rio de Janeiro nos anos de 2015 e 2017 forneceram os seguintes dados: 70% vivem em situação ilegal, 60% vieram acompanhadas das famílias e 40% vieram

sozinhas, estimuladas por algum/a conhecido/a ou familiares que já vivem no Brasil. Oitenta por cento delas vivem de trabalho informal, a maioria vende mercadorias nas ruas das cidades, enfrenta a pressão da fiscalização municipal e sofre discriminação por parte de vendedores/as ambulantes brasileiros/as. Vinte por cento das migrantes atuam no setor de serviços ou realizam trabalhos domésticos, nem sempre com carteira de trabalho assinada.

Apesar do trabalho precário, as mulheres migrantes melhoraram sua posição na família quando passaram a trabalhar no Brasil. No país de origem, elas se encontravam excluídas de certas áreas do mercado de trabalho e, na família, estavam restritas às atividades domésticas. As migrantes entrevistadas nas cidades brasileiras eram, na sua maioria, mulheres solteiras, poucas com filhos/as. Nas entrevistas, revelaram um perfil muito jovem: 80% na faixa etária de 21 a 40 anos, ou seja, no auge da capacidade produtiva. Sessenta por cento delas afirmaram que pretendem continuar no Brasil e que a situação no país de origem era bem pior; aquelas que desejam retornar (25%) alegaram motivos diversos: familiares, profissionais e desilusão com o país. Outras (15%) não pretendem retornar ao país de origem, mas querem sair do Brasil e conhecer outros países.

Esses dados parciais da pesquisa dão uma ideia de que as migrantes latinas (haitianas, bolivianas, colombianas e peruanas) têm assumido um papel fundamental nos locais onde chegam, tornando-se corresponsáveis por (re)construir o mundo no novo território que as acolhe.

Nessas condições, as subjetividades emergentes passam a caracterizar a mobilidade humana no atual estágio do capitalismo. A emancipação das mulheres migrantes também pode ser identificada com base nas relações que afirmam e disseminam a sua diferença, seja na capacidade de transmitir a cultura de origem para sua prole, seja nas relações com a sociedade receptora. Apesar de realizarem trabalhos de baixa remuneração, o movimento migratório feminino é uma estratégia de busca de autonomia e oportunidade para as

mulheres escaparem de situações extremamente precárias vividas em seus países de origem.

Dessa forma, podemos afirmar que a migração é uma estratégia de luta contra as discriminações de gênero, tanto no país de origem quanto na sociedade de acolhida. Os resultados da pesquisa têm revelado a possibilidade de pensar e acreditar que a migração feminina é uma realidade capaz de provocar mudanças estruturais nas relações capitalistas e a necessidade de construirmos novos paradigmas que nos permitam conhecer o fenômeno migratório, na perspectiva de gênero, em tempos de mudanças globais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o fenômeno migratório, levando em conta a questão de gênero, permite afirmar que o tema da mulher migrante tem sido muito pouco explorado, está pouco presente na maioria dos estudos migratórios. As teorias da migração não têm dado a devida importância à questão de gênero e têm, com algumas exceções, se apegado aos estereótipos sobre a migração feminina. Só a partir da década de 80 do século XX (no Brasil, a partir dos anos 90) é que começam a surgir, mesmo que de modo incipiente, estudos sobre migração feminina, considerando as relações de poder assimétricas nas quais as mulheres são situadas pela condição de subalternidade e passividade, em razão das necessidades de cuidado e atenção demandadas pela família, cônjuges e filhos.

A importância do estudo de gênero significa a possibilidade, segundo Louro (1995), "de provocar não só novas questões, mas novas respostas para velhas questões, além de colocar como ativos e visíveis sujeitos que usualmente têm estado escondidos nas análises mais tradicionais" (LOURO, 1995, p. 106). Analisar a migração na perspectiva de gênero significa, portanto, reconhecer que a desigualdade entre homens e mulheres não responde a uma explicação biológica, mas à construção social e de relações de poder.

Nesse sentido, este artigo propõe, ainda que modestamente, a contribuir com o debate na tentativa de ampliar as possibilidades teóricas e empíricas acerca da realidade da mulher migrante no Brasil, principalmente de migrantes oriundas da América do Sul, buscando retirá-las da condição histórica da invisibilidade.

É fundamental lembrar que o aumento numérico e a importância das mulheres no processo migratório são explicados pelo fato de muitas vezes elas estarem à frente da organização e manutenção da família, além de serem, em muitos casos, as articuladoras do movimento migratório, revelando-se capazes de montar estratégias de saída de grupos familiares, de amigos/as, conhecidos/as, nos espaços em que essas mulheres se inserem ativamente. É nesse sentido que os estudos sobre migração feminina contribuíram para

> A crítica das teorias migratórias baseadas nos modelos econômicos clássicos, principalmente as do tipo *push-pull forces*, uma vez que os movimentos migratórios de mulheres não se explicam facilmente como sendo produtos de decisões individuais orientadas por um comportamento economicamente racional (BILAC, 1995, p. 69).

A migração não é um processo linear, mas é tortuoso, feito de idas e vindas. A multiplicação dos lugares das mulheres no fenômeno migratório não é aleatória, mas constitui uma estratégia de um processo acumulativo de fugas e resistências que, em muitos casos, são condutoras de movimentos de lutas por direitos, impulsionando e provocando iniciativas governamentais e reações propositivas por parte da sociedade de acolhida.

Analisar a migração sob a perspectiva de gênero não significa apenas que as mulheres passem a fazer parte de estudos tratados como um fenômeno masculino, mas também que seja atribuído centralidade às subjetividades emergentes que resultam do envolvimento dessas mulheres nas relações sociais, políticas e culturais. Não se trata

apenas de tornar visíveis as mulheres no fenômeno migratório, mas de dar visibilidade às diferenças das causas, das experiências e dos impactos da migração para as mulheres, bem como desconstruir a história da migração como o lugar de domínio do sexo masculino sobre o feminino e tratar essa trajetória da migração como a história de lutas de mulheres pelo "direito a ter direitos", como diz Hannah Arendt.

Por fim, cabe ressaltar que os estudos da feminilização migratória têm que almejar uma perspectiva de justiça social e de direitos humanos, podendo assim construir um feminismo transversalizado, pautado na questão de raça, sexualidade e luta de classes, evidenciando que as mulheres sempre estiveram presentes, ativamente, no processo migratório.

REFERÊNCIAS

BENERIA, l.; Roldan, M. Las encrucijadas de clase y género – trabajo a domicilio, subcontratacion y dinâmica de La unidad domestica em La ciudad de México, Ed. México, El Colegio de Mexico, El FCE, 1992.

BILAC, Elizabeth. Gênero, família e migrações internacionais. In N. Patarra (Coord), Emigração e imigrações internacionais no Brasil contemporâneo. São Paulo, Funap. 1995.

CORSINI, Leonora F. Êxodo Constituinte: multidão, democracia e migrações. Tese. Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social/UFRJ:2007

FERREIRA, Ademir Pacelli. O migrante na rede do outro. Rio de Janeiro: TeCorá Editora, 1999. Gazeta do Povo,

Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/justica/nova--lei-de-migracao-enfatiza-direitos-humanos-mas-criticos-pedem-veto-73gx8w8g94mjekn4rvtzb982c/

HALL, Stuart. Da diáspora. Identidades e Mediações Culturais. (org. Liv Sovik). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. Sociologias, Porto Alegre, ano 11,n.21, jan/jun, 2009

HIRATA, Helena. Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo, Boitempo, 2002

IOTTI, Luiza H. A política migratória brasileira e sua legislação: 1822-1914. In: X Encontro Nacional de História. Santa Maria, ANPUHRS, anais,2010.

LEVY, M.S. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872- a 1972). Revista Saúde Pública, São Paulo, nª8, 1974

LOURO, G. (1995). Gênero, história e educação: construção e desconstrução. Educação & Realidade, 2012.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. Migração no mundo - CSEM/ IMDH - 2011 Disponível em: http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/ MIGRA%C3%87%C3%83O-NO-MUNDO.pdf

MEZZADRA, Sandro. Direito de Fuga – migrações, cidadania e globalização. EdUnipop,PT, 2012.

_____Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. In Dossiê: "Migrações e Fronteiras"- revista REMHU – Brasília, ano XXIII, n.44, 2015.

MORALES, Ofelia. La migracion de lãs mujeres? Um proyecto indivudual o familiar, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. Ano XV, nº29, 2007 MORINI, Cristina. The feminization of labour in cognitive capitalism. Feminist Review, 87, 40-59, 2007

MOROKVASIC, M.L. L'(in)visibilité. Cahiers Du Genre, n. 51/2011, Paris, 2011 MOULIER-BOUTANG, Yann. Les chaînes de la migration en Europe. Multitudes, n. 19, 31-40, dez. 2004

NASCIMENTO, M. Revista Cadernos de Gênero e Diversidade. Vol 03, N. 01,2017. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv

NEGRI, Antonio. Império. Rio de Janeiro, Editora Record,2006

PERES,R,G. Os dois lados da fronteira: a imigração boliviana, gênero e o uso estratégico dos espaços. Iforme Gepec, v.15, n.especial, Toledo, 2011. OLIVEIRA, Antônio T, R,. Migrações internacionais e políticas migratórias no Brasil. Cadernos OBMigra, v.1, n.3, 2015

SILVA, Sidney A. da. Fronteira Amazônica: passagem obrigatória para haitianos? REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXIII, n. 44, jan./jun. 2015.

VENTURA, Deisy. Política migratória brasileira. Disponível em: http://noticias.uol.com.br\opiniao/2014/05/03/politica-migratoria brasileiradeixaestrangeiros-em-situaçao-precaria.htm

A UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E A CÁTEDRA SÉRGIO VIEIRA DE MELO/ACNUR UFBA: INICIATIVAS ESTRUTURANTES NA TEMÁTICA DA MIGRAÇÃO E REFÚGIO

Julio Cesar de Sá da Rocha[1]

RESUMO: o artigo apresenta a noção de Cátedra Sérgio Vieira de Mello, estrutura e proposta, analisando a Cátedra Sérgio Vieira de Mello/UFBA/ACNUR e suas ações estruturantes.Em seguida, traz reflexão sobre os Desafios da CSVM na temática dos Refugiados Ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: CSVM; ACNUR; UFBA

1 Possui Graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1992) e Ciências Sociais - Antropologia pela Universidade Federal da Bahia (2022). Mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001) e Doutorado em Doutorado Sanduíche - Tulane University (2000). Pós-doutoramento em Antropologia pela UFBA (2012). Atualmente é Diretor da Faculdade de Direito da UFBA (2021-2025). Foi Diretor da Faculdade de Direito (2017-2021). Professor Associado da Universidade Federal da Bahia. Professor do Quadro Permanente do Mestrado e Doutorado em Direito da UFBA (PPGD). Foi Membro do Colegiado do Programa de Pós-Graduação da UFBA . Atual Professor/Vice Coordenador do DINTER (Doutorado Interinstitucional) com a Universidade Federal de Sergipe (UFS) Faculdade Pio X, Faculdade FANESE e UNIRIOS. Foi vice-diretor da Faculdade de Direito (2013-2017). Foi Coordenador da Especialização "Direitos Humanos e Contemporaneidade" (CAPES/UAB) e foi Coordenador da Especialização em "Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais" (CAPES/UAB). Coordenador do Grupo de Pesquisa "Historicidade do Estado, Direito e Direitos Humanos: interações sociedade, comunidades e meio ambiente" da Universidade Federal da Bahia, Foi Pesquisador-visitante IPEA para Projeto "Diálogos para o aperfeiçoamento da Política e do Sistema de Recursos Hídricos no Brasil". Atualmente é pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal da Bahia PPGP/UFBA. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direitos Especiais, atuando principalmente nos seguintes temas: Direitos Humanos, controle e participação popular, direito ambiental, recursos hídricos, meio ambiente, saúde, comunidades tradicionais e minorias, História do Direito, Sociologia Jurídica e Antropologia. Experiência em cooperação técnica internacional na área de gestão das águas com ABC/MRE e países africanos de língua portuguesa. Participante de COPs na área ambiental (Copenhague, Madri, Curitiba). e Fórum Mundial da Água (Istambul). Prêmio Destaque no 3o. Prêmio Esdras de Ensino Jurídico na proposta "História do Direito, Meio Ambiente e Povos e Comunidades Tradicionais" (2020). Coordenação na UFBA da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (ACNUR/ONU/UFBA/ FDUFBA/FFCH).

ABSTRACT: The article presents the notion of the Sérgio Vieira de Mello Chair, structure and proposal, analyzing the Sérgio Vieira de Mello/UFBA/UNHCR Chair and its structuring actions.
KEYWORDS: CSVM; UNHCR; UFBA

1. INTRODUÇÃO: CSVM E O ENSINO SUPERIOR

A relação institucional entre o Alto Comissariado da ONU para Refugiados com as instituições de ensino superior no Brasil iniciou-se em 2003, por meio da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM). Trata-se de proposta de acordo de cooperação em que o ACNUR estabelece com as universidades responsabilidades e critérios para adesão à iniciativa dentro de quatro linhas de ação: ensino, pesquisa, extensão e formulação de políticas públicas. Além de difundir o ensino universitário sobre temas relacionados ao refúgio, a CSVM também visa promover a formação acadêmica e a capacitação de professores e estudantes dentro desta temática. A "Cátedra é inspiração e base para o argumento da garantia de acesso e permanência na educação superior para pessoas refugiadas" (RODRIGUES, 2021, p. 260).

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) passa a integrar a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) no final de 2021, em articulação com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). A UFBA se soma a outras mais de 30 instituições de ensino superior localizadas em todas as regiões do Brasil, cuja proposta é de promover o ensino e capacitações sobre o tema das pessoas refugiadas, fomentar pesquisas e possibilitar extensão universitária no atendimento às pessoas refugiadas nestas diversas localidades, além de atuarem conjuntamente para o fortalecimento de políticas públicas inclusivas e efetivas para essa população. A CSVM/UFBA é a primeira Cátedra em universidade pública federal na região Nordeste do Brasil, o que indica a relevância, oportunidade e desafio para ampliação da proposta.

A Cátedra tem como finalidade promover a educação, pesquisa e extensão acadêmica voltada à população em condição de refúgio é um dos objetivos da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). Portanto,

em 30 anos, o ACNUR implementa a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) em cooperação com universidades e centros universitários nacionais. No acordo de cooperação com as IES (instituições de ensino superior) interessadas, o ACNUR estabelece termo de referência com objetivos, responsabilidades e critérios para adesão à iniciativa dentro das três linhas de ação: educação, pesquisa e extensão.

Além de difundir o ensino universitário sobre temas relacionados ao refúgio, a Cátedra também visa promover a formação acadêmica e a capacitação de docentes, servidores e estudantes dentro desta temática. A importância desta iniciativa foi reconhecida pela Declaração e Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina, assinada em 2004 por vinte países da região e que recomenda a investigação interdisciplinar da promoção e da formação do direito internacional dos refugiados. A Cátedra, como seu nome indica, é uma homenagem ao brasileiro Sérgio Vieira de Mello, falecido no Iraque naquele mesmo ano e que dedicou grande parte da sua carreira profissional nas Nações Unidas ao trabalho com refugiados, como funcionário do ACNUR.

Por sua vez, o trabalho direto com os refugiados em projetos comunitários também é definido como uma grande prioridade. Como exemplos de iniciativas, diversas universidades têm desenvolvido ações para fomentar o acesso e permanência ao ensino, a revalidação de diplomas, assim como o ensino da língua portuguesa à população de refugiados, assim como processo de ingresso e reingresso nas universidades por meio de editais específicos. Na Universidade Federal da Bahia, é importante registrar a importante iniciativa Núcleo de Migrantes e Refugiados (NAMIR/UFBA), priorizando diversas ações extensionistas de acolhimento. O papel da CSVM UFBA possui sua ênfase na pesquisa, capacitação da comunidade acadêmica e diálogos interinstitucionais. O presente capítulo propõe avaliar a implantação na UFBA da CSVM, iniciativas desempenhadas e possibilidades de atuação das Cátedras.

2. CÁTEDRA SÉRGIO VIEIRA DE MELLO PARCERIA ENTRE UFBA E ACNUR

As ações da Cátedra Sérgio Vieira de Mello se concentraram nos objetivos da proposta das CSVMs, com especial relevância para processos formativos, pesquisa e *advocacy* em Direitos dos Refugiados. A parceria entre o ACNUR e a UFBA se implementou pela Reitoria da Universidade e com demanda do Núcleo de Apoio a Migrantes e Refugiados (NAMIR), visando ampliar e diversificar as ações desenvolvidas pela Universidade Federal da Bahia para a garantia dos direitos das pessoas em situação de deslocamento forçado nas esferas do município e do estado, estreitando a articulação com o poder público.

O NAMIR possui coordenação na pessoa da professora Dra. Mariângela Nascimento (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA), como assistente a pesquisadora Luciana Lopes (Faculdade de Direito ORI FDUFBA) e participação de diversas unidades da Universidade Federal da Bahia, como a Faculdade de Direito, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Letras, Instituto de Matemática, Instituto de Psicologia, Instituto de Saúde Coletiva, Faculdade de Odontologia, dentre outras unidades, docentes, servidores técnico-administrativos e discentes.

Desde sua criação na UFBA, a foram realizadas diversas atividades pela CSVM: a) componente Direitos Humanos com concentração em Direito dos Refugiados no Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA no semestre 2022.2; b) Curso de Advocacy em Direitos Humanos/ Direito dos Refugiados; c) Diálogos da Cátedra Sérgio Vieira de Mello; e) outras atividades.

Como mencionado em outra oportunidade, o componente Direitos Humanos com concentração em Direito dos Refugiados no Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA foi oferecido para discentes regulares do PPGD UFBA, discentes especiais, discentes da graduação e de extensão. Nesse sentido foi aberto edital 24/2022, para ocupar as vagas de especiais da turma do componente curricular

“DIRA56 – Direitos Humanos e Direitos Fundamentais” ministrada pelo professor Julio Cesar de Sá da Rocha com o recorte temático “Direito Internacional dos Refugiados” vinculadas à Cátedra Sérgio Vieira de Mello, da qual a UFBA se tornou integrante ao assinar termo de cooperação técnica, científica e cultural com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Com efeito foram selecionados onze discentes na modalidade especial de diversos estados da federação (Alagoas, Maranhão, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Tocantins) e mais dez discentes de extensão (a exemplo, cúpula da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Feira de Santana e do Serviço de Assessoria Jurídica – SAJU UFBA), somados aos nove regulares e cinco discentes de graduação, totalizando trinta e cinco participantes do Curso.

Assim, foram vários referenciais teóricos utilizados no campo dos Direitos Humanos e na metade final do componente o estudo aprofundou-se na questão do refúgio forçado com debate de aspectos normativos da implementação da Convenção de 1951 sobre a condição dos refugiados, da relevância do Protocolo (1967) e demais documentos internacionais (como a Declaração de Cartagena, 1984) e o Pacto Global sobre Refugiados (2019). Ademais, profundos debates tomando como base as obras: The Oxford Handbook of International Refugee Law. Oxford: Oxford University Press, 2021, organizadas por Cathryn Costello, Michelle Foster e Jane McAdam; e a publicação 70 anos da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados: (1951-2021): perspectivas de futuro, organizada por André de Carvalho Ramos, Gilberto M. A. Rodrigues, Guilherme Assis de Almeida. Brasília: ACNUR Brasil, 2021. Ao longo do semestre participaram como convidados: Camila Sombra (coordenadora ACNUR São Paulo), Vladimir Ferreira Correia (Defensor de Direitos Humanos - Defensoria Pública da União Bahia), Yenifer Muñoz, indígena colombiana e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica de Salvador e de Émilie Beaulieu-Guérette (cineasta canadense/ Programa de Residência do Instituto Goethe Bahia).

Por sua vez, foi oferecido Curso de Advocacy em Direitos Humanos/Direito dos Refugiados, promovido pela CSVM/UFBA com apoio do Escritório São Paulo do ACNUR e com participação ativa tendo como público alvo a comunidade acadêmica UFBA e sociedade civil organizada da Bahia para o tema de refugiados e migrantes. A atividade ocorreu no dia 19 de outubro, das 09h às 17h, com inscrições gratuitas e vagas limitadas. O evento foi inteiramente presencial e realizado na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. A programação de abertura do evento aconteceu com a participação do Reitor da Universidade Federal da UFBA, Paulo César Miguez de Oliveira, do Diretor da Faculdade de Direito (FDUFBA), Julio Cesar de Sá da Rocha, e da Coordenadora Camila Sombra (ACNUR). O curso contou com a participação de expositores como Letícia Carvalho, Assessora de Advocacy da Missão Paz, discorrendo o tema "Conceito de advocacy e a atuação estratégia da sociedade civil: a experiência da Missão Paz; a coordenadora de Soluções Duradouras do ACNUR São Paulo, Camila Sombra, ministrou palestra sobre "Advocacy na perspectiva do ACNUR" .a Professora Brunela Vincenzi (Universidade Federal do Espírito Santo) abordou o tema "Advocacy na perspectiva da UFES/CSVM"; a Professora Mariângela Nascimento (Universidade Federal da Bahia) tratou o tema "Advocacy na perspectiva da UFBA/NAMIR".

Outrossim, os Diálogos da Cátedra Sérgio Vieira de Mello foram organizados através de atividades presenciais e online com temas diversos e interação entre convidados (as) e público com temas atuais de interesse da Cátedra, com participação do professor André de Carvalho Ramos (USP) com o tema "Direito Internacional à luz dos Direitos Humanos: avanços e recuos", no dia 31 de agosto; da mestra e doutora Camila Sombra, no dia 23 de setembro, tratando da temática "Papel do ACNUR e migração forçada"; no dia 09 de dezembro, Lyvia Barbosa, antropóloga e assistente sênior do ACNUR e Yennifer Muñoz, indígena colombiana, pós-graduanda em Direito UCSAL trataram do tema dos "Refugiados Indígenas: o caso dos Warao". As atividades

possibilitaram o debate e interação entre presentes e palestrantes na temática do deslocamento forçado.

Por fim, a CSVM/UFBA tem apoiado diversas iniciativas realizadas nas atividades promovidas pelas Cátedras e seus grupos de trabalho, como a oficina "Educação e migração: os desafios do acolhimento digno", realizada no dia 30 de novembro de 2022, na cidade de Feira de Santana, Bahia, organizada pela ACNUR, CSVM Grupo 1, através de proposta da professora Dra. Mariângela Nascimento (NAMIR UFBA), com apoio institucional da CSVM/UFBA Prof. Dr. Julio Cesar de Sá da Rocha e da pesquisadora Luciana Lopes (NAMIR UFBA, ORI/FDUFBA). Na referida oficina, a CSVM/UFBA participou da abertura da atividade e proferiu palestra "A legislação migratória no Brasil e seus desafios: educação superior a partir do Pacto Global de Refugiados (2019) ".

3. DESAFIOS DA CSVM: REFUGIADOS AMBIENTAIS

Como pontuado em outra oportunidade, o Brasil é um país vulnerável às mudanças climáticas globais, pois apresenta grande extensão territorial e diversidade de biomas, com secas prolongadas, urbanização concentrada que implica em diversidade de intempéries. Em especial, para a região Nordeste, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais produziu Relatório do Clima do Brasil, no qual apresenta cenários para o final do século 21, inclusive o número de refugiados do clima pode chegar a um milhão de pessoas no Nordeste, quantitativo intensificado pelo fenômeno da desertificação (ROCHA, 2022, p. 03).

Por sua vez, surgem novas temáticas de interesse para o ACNUR e para as Cátedras: o deslocamento forçado decorrente das mudanças climáticas é um dos temas atuais mais relevantes em escala global. Com efeito, deslocamentos forçados ambientais têm demandado preocupação global, inclusive como indicado em publicações do ACNUR (2012) e da Organização Internacional para a Migração (IOM, 2007). A temática vem sendo abordada nas Conferências de partes da Convenção do Clima, inclusive de forma enfática na COP 27 no Egito.

Assim, adota-se aqui a definição dos Deslocados Ambientais Forçados (refugiados ambientais) como:

> "Aquele que é obrigado a deixar seu lugar de moradia devido a um desastre ambiental ou degradação ambiental, que colocam sua vida em perigo, ou que não permitem assegurar sua sobrevivência, produzindo-se a violação dos Direitos Humanos, sendo necessário que se aplique o Princípio de Assistência à Vítima, e que, por toda essa situação, é obrigado a se deslocar para outro lugar dentro ou fora de seu país, e que não pode ser obrigado a retornar a seu lugar de origem enquanto durem as ameaças a seus Direitos Humanos".

Neste sentido, é bastante interessante a atuação das Cátedras no diálogo com a temática das mudanças climáticas e deslocamentos forçados de modo interseccional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) é experiência extremamente exitosa na aproximação das universidades e com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Com efeito, com três décadas de iniciativas, as CSVM das universidades no Brasil são referência. A CSVM/UFBA foi implantada no final de 2021, sendo a primeira Cátedra em universidade pública federal na região Nordeste do Brasil, configurando oportunidade de ampliação das iniciativas. Assim, as ações da Cátedra Sérgio Vieira de Mello se concentraram nos objetivos da proposta das CSVMs, com especial relevância para processos formativos, pesquisa e *advocacy* em Direitos dos Refugiados. Ao longo de 2022 foram propostas atividades: a) componente Direitos Humanos com concentração em Direito dos Refugiados no Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA no semestre 2022.2; b) Curso de

Advocacy em Direitos Humanos/Direito dos Refugiados; c) Diálogos da Cátedra Sérgio Vieira de Mello; e) outras atividades. Por fim, surge como oportunidade de atuação da CSVM/ACNUR em áreas diversas de atuação.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Fórum global sobre refugiados.** Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/forum-global-sobre-refugiados/>Último acesso em 15 dez. 2022.

ACNUR. **O que é a CSVM. Cátedra Sergio Vieira de Mello**. Disponível em: **<**https://www.acnur.org/portugues/catedra-sergio-vieira-de--mello/**>** Último acesso em 15 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13445, de 27 de maio de 2017.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Último acesso em 17 dez. 2022.

BRASIL. **Lei 9474, de 22 de julho de 1997**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474] Último acesso em 17 dez. 2022.

COSTELLO, Cathryn, FOSTER, Michelle, MCADAM, Jane. **The Oxford Handbook of International Refugee Law**. Oxford: Oxford University Press, 2021.

IIHL. 6th Online Course on Teaching Refugee Law. Disponível em: <https://www.elearning.iihl.org/course/view.php?id=124#section-0> Último acesso em 16 dez. 2022.

LUCHINO, María Mercedes Rodríguez Fontán e RIBEIRO Wagner Costa. Refugiados ambientais e a atuação do ACNUR como organismo internacional de proteção. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**. Ano: 2016 | Volume: 11 | Número: 3.

RAMOS, André de Carvalho, RODRIGUES, Gilberto M. A., ALMEIDA, Guilherme Assis de. **70 anos da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados**: (1951-2021): perspectivas de futuro. Brasília: ACNUR Brasil, 2021.

ROCHA, Julio Cesar de Sá da. **A vez do clima**. ATARDE, Salvador, 22 de dezembro de 2022, p. 03.

RODRIGUES, Gilberto M. A.O acesso de pessoas refugiadas ao ensino superior e o pacto global sobre os refugiados: a experiência da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, In: André de Carvalho Ramos, Gilberto M. A. Rodrigues, Guilherme Assis de Almeida (Org.). **70 anos da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados**: (1951-2021): perspectivas de futuro. Brasília: ACNUR Brasil, 2021.

RODRIGUEZ FONTÁN LUCHINO, María de las Mercedes. La Pérdida del territorio de los Pequeños Estados Insulares.In: **Anais do XI Encontro Nacional da Anpege**: A diversidade da Geografia Brasileira -Escalas e dimensões da análise e da ação. Presidente Prudente: ANPEGE-UNESP, 2015.

REFLEXÕES POSSÍVEIS A PARTIR DE BRASILEIRAS QUE TRABALHAM COM ARTE NA FRANÇA

Sarah Roberta de Oliveira Carneiro[1]

RESUMO: Tendo como recorte empírico as dinâmicas vividas por duas brasileiras que vivem na França e realizam trabalhos que envolvem arte, o presente artigo volta-se à análise de como tais imigrantes se fixaram no território francês. Reflexões são, então, enunciadas e perguntas formuladas, ao se observar quais aspectos de uma imigrante, em sendo oriunda do Brasil e lidando com arte, acabam por emergir na França. A pesquisa científica acerca da imigração está majoritariamente centrada nos aspectos econômicos que a contornam (Sayad, 1999), por isso, caminhos investigativos que elegem a tríade migração, arte e cultura como via interpretativa, como faz este artigo, se revelam como uma importante contribuição para o debate atual sobre imigração e imigrantes.

PALAVRAS-CHAVE: migração; arte; cultura.

ABSTRACT: Having as an empirical focus the dynamics experienced by two Brazilian women who live in France and carry out works involving art, this article focuses on the analysis of how these immigrants settled in French territory. Reflections are, then, enunciated and questions formulated, when observing which aspects of an immigrant, being from Brazil and dealing with art, end up emerging in France. Scientific research on immigration is mostly focused on the economic aspects that surround it (Sayad, 1999), therefore, investigative paths that choose the triad migration, art and culture as an interpretative path, as this article does, reveal themselves as an important contribution to the current debate on immigration and immigrants.

1 Sarah Roberta de Oliveira Carneiro é professora Adjunta do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CECULT/UFRB). E-mail: sarahcarneiro@ufrb.edu.br

KEYWORDS: migration; art; culture

1. INTRODUÇÃO

As motivações para as pessoas migrarem internacionalmente são múltiplas e a fixação no país de recepção se delineia de muitas formas diferentes, comunicando-se, claro, com as razões que acionam os deslocamentos. Em outras palavras: nota-se uma correlação entre as características que compõem o movimento migratório e a forma como o imigrante constrói a sua "fixação" no local eleito como a sua nova morada.

Habitações precárias e um comportamento público por demais restritivo – quando não se aprende o idioma do país onde se está a viver, por exemplo – são comuns entre homens que migram buscando um ganho monetário tal que os permita enviar com regularidade dinheiro para a família em seu país de origem. Trata-se de imigrantes que se fixam no país de recepção mirando, passado um certo tempo, o regresso para perto dos seus, levando consigo um capital que dê conta minimamente de estruturarem uma vida nova, graças aos ganhos do período em que viveram como imigrante.

Logo, sua vida no país de recepção é exclusivamente voltada ao labor, trabalhando, muitas vezes, em atividades desprezadas pelos autóctones, a exemplo de coleta de lixo e lavagem de pratos em restaurantes. As jornadas são extenuantes e os salários pagos não são altos, como já pontuado por Sayad (1999, p. 46), que fala "em salário de fome" e menciona o gigantesco esforço de economia que os imigrantes costumam fazer. Mas são, todavia, salários mais altos do que os praticados nos países de origem desses imigrantes. Este artigo, obviamente, não rastreia todo o leque de formatos de fixação viabilizados por imigrantes nos mais variados países de recepção e as complexidades relacionadas a esses desenhos.

A escrita aqui apresentada se faz, deixo dito, a partir de um recorte, a saber: imigrantes brasileiras que vivem em Paris e na periferia de Paris e realizam trabalhos que envolvem arte. Sendo

assim, o presente texto volta-se à análise de como tais imigrantes constroem sua sobrevivência, recorrendo à arte para se instalarem na cultura do "outro", e, neste sentido, algumas reflexões são enunciadas, ao observamos que aspectos de uma imigrante, em sendo oriunda do Brasil e trabalhando com arte, acabam por emergir na França.

No período de novembro de 2018 a novembro de 2019, estive ligada à Université Paris 8, para a realização do pós-doutorado sob a supervisão da professora Kátia Légeret. Além das leituras feitas e das conferências que acompanhei no Institut Convergences Migrations (ICM) e no Musée national de l'histoire de l'immigration, entrevistei quatro brasileiras e quatro brasileiros que vivem na cidade de Paris e em sua periferia.

Mas, para este artigo, são usadas apenas duas destas entrevistas[2], ambas feitas com mulheres. Aqui elas estão identificadas pelas iniciais dos seus nomes, a saber: R. A., atriz, dançarina e arteterapeuta nascida na cidade de Vitória, no Espírito Santo, e B.C., atriz e dançarina oriunda da cidade do Rio de Janeiro. As entrevistas feitas com elas e todas as demais contaram com perguntas previamente definidas, às quais foram agregadas outras questões a partir das respostas dadas. As pessoas entrevistadas foram encontradas espontaneamente e a dinâmica de um entrevistado indicar outro foi acolhida. Na época, todas as pessoas moravam há pelo menos um ano em território francês e não enfrentavam problemas relativos ao visto.

A tríade "arte", "migração" e "cultura" dá sustentação ao recorte que viabiliza este artigo e é curioso notar que tal conjunção é ainda residuária no campo investigativo sobre migração, o qual é muito centrado nas teorias ligadas à economia. Chama a atenção, por exemplo, que, na França, país de tradição migratória, conforme afirma Gilles Pison (2019, p. 2), pois trata-se de "um velho país de imigração, com imigrantes vindos no século XIX de países vizinhos – Bélgica, Inglaterra, Alemanha, Suíça –, depois no século XX, após

2 As entrevistas foram transcritas pelo estudante do curso de Psicologia da UFRB, Luiz Assunção, a quem eu muito agradeço.

a Primeira Guerra Mundial, de Portugal, do Magrebe[3], e depois mais recentemente da África Subsaariana e da Ásia", a dimensão cultural, por exemplo, pouco apareça no discurso massivo e também nas abordagens científicas sobre migração, ainda que a integração, em se tratando da temática migração, seja o horizonte do governo e da sociedade francesa e seja sabido que integrar necessariamente passe pela cultura.

A pesquisa científica acerca da imigração está majoritariamente focada nos aspectos econômicos que a contornam (SAYAD, 1999), de modo que a abordagem de fluxos migratórios sob a ótica da arte e da cultura é bem menos frequente e, em sendo assim, desenvolver caminhos investigativos que sigam nesta direção se converte numa importante contribuição para o debate atual sobre imigração e imigrantes.

2. CULTURA COMO COLO

"Cultura" abarca incontáveis definições. É um daqueles conceitos que se constituem como contorno vibratório, para usar as palavras de Deleuze & Guattari (2010). Este artigo, no entanto, nem faz um inventário de suas noções mais gerais e nem mesmo elenca as mais corriqueiras, bastando, para fins operacionais, apoiar-se na tradução que mais tem a ver com as reflexões aqui desenvolvidas, de modo que se faz pertinente termos em tela que a palavra '"cultura" traz em si uma raiz latina; ela vem do verbo colo que significava 'cultivar a terra'" (BOSSI, 1987, p. 38). Logo, a feição conceitual de cultura que se interliga com o debate feito neste texto diz respeito à ideia de cultura como cultivo, cultura como colo.

Esta definição faz sentido para o presente escrito porque estou a abordar a brasilidade das práticas laborais de duas imigrantes, que, ancoradas em trabalhos que envolvem arte, se inserem no disputado

3 Região noroeste da África, ou seja, Marrocos, Tunísia e Argélia. Considera-se também como parte da grande Magrebe a Mauritânia e a Líbia.

mercado francês e, assim, cultivam na vida social que levam na França o fazer brasileiro, porque é no colo da cultura brasileira que encontram abrigo para seguirem compondo seus percursos existenciais no além fronteira. Vejamos o que nos fala uma delas:

> Então, o candomblé, ele é presente, porque eu falo dele, mas não falo da religião, mas eu falo da força da mulher no candomblé, falo da força dos grupos que o candomblé forma, eu não entro muito na religião, porque o meu público aqui é maioria de muçulmanas e eu não quero entrar no âmbito religioso no aspecto de questionar ou ensiná-las, mas eu pego todos os elementos, alguns elementos que o candomblé nos ensina para alimentar o corpo e trabalhar essa energia, que a gente trabalha em si, que não vou falar identidades, mas eu falo de forças, forças naturais, e aí eu cito muito, metaforicamente, a questão, mais ou menos assim... eu falo de Iansã no sentido de falar da força do vento, mas não como uma entidade natural, então, é dessa forma que **eu cultuo o candomblé nas minhas práticas, no meu teatro, nas minhas criações teatrais, o candomblé está sempre presente**, sempre tenho que pedir licença a Nanã porque senão o bicho pega! E quando falo de candomblé, eu ouço delas qual é a força que elas têm, onde elas procuram as forças delas e eu procuro sempre afeminar as forças que me trazem [R.A.].

A declaração acima nos leva a considerar o valor da singularidade que a cultura de origem de uma imigrante pode agregar ao trabalho que ela realiza no país de recepção. Nota-se, no entanto, um manejo cuidadoso por parte de R.A., na medida em que, ao escolher colocar o candomblé em sua condução como arteterapeuta, recorre ao uso de metáforas. Afinal, sabe que está a lidar com um público majoritariamente islâmico. R.A. deixa-nos compreender que seu vínculo com as divindades que conhece a partir do Brasil assegura-lhe

um repertório simbólico que a ajuda com as mulheres que acompanha em suas vivências terapêuticas.

Ela está convicta de que este é o seu distintivo: "a França, país por demais alinhado com o pragmatismo, não dá conta de engendrar arteterapeutas com este tipo mais expandido de oferta, ou seja, eu, por ser brasileira, consigo fazer uma proposta em que arte e candomblé se encontram para realçar a força feminina", atesta. É muito válido perceber como a subjetivação de R.A., no segmento em que atua na França, ou seja, na arteterapia, se configura justamente a partir da cultura da qual ela é filha.

Assim sendo, fica evidente que aspectos subjetivos do imigrante são reinventados e (re)valorados quando em contato com os valores que estruturam a "cultura do outro" na qual ele está. Na mesma direção de salientar a formalidade que caracteriza a França, B.C. se posiciona, dizendo: "os franceses são dentro da caixinha e querem te encaixar também. Eles têm dificuldade com a mistura que somos".

Um dos desejos de quem atua no campo da cultura, seja pesquisador, ativista ou agitador cultural, diz respeito à dissolução da concepção utilitarista da cultura e a composição de uma perspectiva em que a cultura seja vista como estruturante da vida social. Sem dúvida, esta inversão coloca em questionamento a forma como Marx (1982) traçou suas observações sociológicas.

Afinal, são conhecidos seus conceitos de "estrutura" e "superestrutura", e é sabido que a cultura não foi inserida por Marx na estrutura, ficando, portanto, como uma camada da superestrutura, na qual ressoariam os desdobramentos das relações de produção e da forma como o trabalho – categoria analítica muito importante no esquema teórico de Marx – se organiza, estando esses dois fenômenos, ou seja, as relações de produção e a forma como o trabalho se organiza localizados exatamente na estrutura.

Muitos estudos ligados à economia da cultura vêm, entretanto, redesenhando a abordagem marxista e associando cada vez mais a cultura ao domínio da reprodução material da vida. Paulo Miguez (2008) é um dos autores que buscaram traçar o histórico da constituição do

campo de estudos da economia da cultura, e está visto que as reflexões acadêmicas em torno da relação entre cultura e renda, por exemplo, se multiplicaram significativamente nos últimos anos.

Embora não esteja ancorado nas ideias principais que transitam na economia da cultura, este artigo, ao analisar o lugar da cultura brasileira na dinâmica laboral de imigrantes brasileiras que moram na França, acessou contornos da cultura brasileira que revelaram a potencialidade estruturante da cultura, posto que foram verificadas práticas artístico-culturais que viabilizam materialmente a experiência da imigração, de modo que facetas da cultura brasileira podem ser compreendidas como insumo para que que vidas se organizem dentro da cultura francesa.

> *[...] quando a gente sai do Brasil, a gente carrega o Brasil com a gente, sabe? Sobretudo no primeiro ano, assim que eu cheguei, a primeira pessoa que encontrei foi meu mestre de Capoeira Angola, que mora aqui em Paris há dez anos e com quem eu tinha perdido o contato no Brasil e vim a descobrir que ele estava morando aqui, e aí eu comecei a praticar Capoeira Angola e continuei indo a muitas festas brasileiras, e acabou que em uma dessas festas brasileiras, e que era de samba – tem vários eventos aqui brasileiros, forró, e eu adoro forró – eu encontrei uma associação e eles me chamaram para dar aula de dança, porque como eu tenho essa formação de dança... então,* ***eu pensei: pode ser o início de um trabalho****, e eu queria muito dar aulas de dança, e como eu conhecia um pouco da dança do maracatu, embora minha especialidade seja muito mais forró, coco e ciranda, mas todas são danças populares brasileiras, eu falei assim: o maracatu eu também toquei,* ***eu sabia alguns passos do maracatu****!* ***Então, eu falei: bom, eu acho que dá pra ter o básico do maracatu e fazer um cortejo****, porque essa era a ideia do projeto. Na verdade, havia três pessoas que davam aula de todos os instrumentos, então, às vezes, tinha 30 alunos, 50 alunos, mas voltando: a ideia era tocar e fazer cortejos pela França, então, a gente viajava muito, fazia muito*

> *trabalho em torno, dos lugares mais ao redor e foi assim, inclusive, que conheci a França [B.C.]*

Os destaques em negrito acima são para realçar as afirmativas feitas por B.C. e que indicam como o elo entre arte e cultura brasileira se mostra como um ponto de partida fecundo na vida de uma dançarina brasileira que decide trabalhar na França. Considerando as vozes que dão força empírica a este artigo, faz-se indispensável fazermos um cruzamento entre migração e gênero, lembrando-nos, inclusive, de que no campo das teorias sobre migração o que vigorou por um longo período é a afirmativa de que as pessoas migram para buscar uma posição econômica melhor, de modo que as investigações que tomam por objeto os fluxos migratórios, conforme já foi dito aqui, estiveram muito marcadas por um discurso economicista.

O que pode, no entanto, ser recuperado deste esquema analítico é o tom "melhor", posto que as pessoas migram mirando o melhor para si e para os seus sim (CARNEIRO, 2022), mas este melhor pode estar atrelado a aspectos da vida que não necessariamente estão associados ao campo monetário, e este melhor, quando o sujeito migrante é uma mulher, deve ser encarado dentro de um vasto espectro, pois conforme nos informa Tereza Lisboa, a partir da escuta de mulheres imigrantes, muitos são os motivos que impulsionam uma mulher a migrar, a saber:

> 1) A questão socioeconômica: falta de oportunidades de emprego ou ocupações remuneradas no país de origem, bem como a desvalorização do trabalho feminino; 2) o acesso à educação ou a oportunidades de maior qualificação profissional; 3) a conquista da independência econômica e social de suas famílias de origem, principalmente as solteiras, viúvas ou mulheres que sofriam violência no local de origem; 4) a possibilidade de alcançar mobilidade social, melhorar de status em relação ao emprego que exerciam nos países de origem, ou seja, serem desvalorizadas; 5) o acesso a serviços básicos, atendimento à saúde; 6)

> experimentar diferentes sensações: conhecer um país diferente, divertir-se, ir a festas, sair com as amigas, aprender coisas novas; 7) ir atrás da rede familiar: de conhecidos ou amigos que já se encontram no país e motivam a emigração (LISBOA, 2007, p.810).

Logo, a vida de uma mulher pode ser tão limitante no local onde ela vive, que um projeto de migração pode ter como impulso o simples desejo de ir sozinha a uma festa, ou seja, é a sede de liberdade mais primitiva que demarca o passo que aponta para outros caminhos, e não, por exemplo, o sonho da emancipação financeira ou o incremento da renda, ainda que estas motivações também existam. Trazendo as afirmativas de Lisboa para a realidade das imigrantes que compõem o corpus deste artigo, o que tem a ser dito é que as duas deixaram suas cidades no Brasil e foram para Paris com o intuito de redimensionarem suas formações.

> *Eu escolhi a França, porque aqui eu já tinha conhecidos, e* ***como eu queria passar só um ano****, não tinha outro lugar mais apropriado pra mim, por isso escolhi vir pra cá. Eu precisava sair do Brasil, precisava ficar um ano fora do Brasil, sozinha e olhando para mim de forma diferente, de longe, olhar como vivia a R.A. no Brasil, precisava desta distância,* ***precisava me encontrar porque eu estava perdida****.* ***Então, nesse período de um ano, eu vi que realmente estava sendo muito bom pra mim ficar aqui escrevendo, então eu fiz o mestrado em dois anos e depois eu decidi ficar para fazer um doutorado****. [R. A.] Eu moro em Paris há oito anos,* ***eu vim pra cá porque eu queria fazer uma especialização na minha área****, eu venho da dança, né? Eu sou formada em dança e em teatro, e eu queria encontrar uma técnica para teatro e aqui na França tem uma escola muito séria de mímica corporal dramática, e eu fiz uma seleção e fui chamada para a escola; a formação dura três anos, a princípio dois anos, mas depois tem mais um ano da parte pedagógica*

pra quem quer dar aula, como eu; ***aí eu fiz esses três anos e resolvi permanecer aqui****. [B. C.]*

O contato com a migração pela via da formação, ou seja, em virtude de cursos de aperfeiçoamento, mestrados e doutorados, como é o caso de R.A e B.C., distancia os imigrantes de uma série de constrangimentos e horrores que atravessam as pessoas que são obrigadas a migrar para salvarem a própria vida, seja porque em seus países de origem recebem ameaças de ordem ambiental, seja porque não têm emprego ou são perseguidas por motivos político e/ou religioso. Sendo assim, as experiências das duas mulheres que dão contorno empírico a este artigo se revelam encobertas por certos privilégios.

É importante mencionar que a França, na medida em que se constitui como um país associado a aspectos como glamour e requinte, os quais interpelam uma camada mais burguesa da sociedade latinoamericana, nos séculos XIX e XX, se compôs como destinação para a elite brasileira, a qual se dirigia para Paris como mais uma estratégia de composição de prestígio social; devendo ainda citar que, no período das ditaduras na América Latina, a cidade de Paris se converteu no local de exílio para alguns defensores da democracia.

3. BRASILEIROS E BRASILEIRAS NA FRANÇA

A categoria analítica "fronteira" ainda é alvo de interpretações vagas, tanto no discurso midiático, quanto nos enunciados teóricos sobre migração, pois ainda que estudos a seu respeito venham sendo sistematicamente realizados por distintas áreas do conhecimento, nota-se que importantes aspectos que a contornam não costumam ser pauta em pesquisas, como é o caso das altas cifras[4] gastas pelo estado,

4 As altas cifras envolvem, por exemplo, a destinação feita, por parte de alguns países europeus, de recursos financeiros para a criação, em 2016, da Agence européenne de garde-frontières et de garde-côtes (Frontex), com sede em Varsóvia, na Polônia, e que tem a declarada missão de "ajudar" os Estados membros da União Europeia

seja na Europa ou nos Estados Unidos, para reforçá-la e impedir o trânsito de pessoas, contrariando assim, portanto, a ideia de que num mundo globalizado, com facilidades de transporte e conectado pelas possibilidades comunicacionais permitidas pela internet, a circulação das pessoas seria indistintamente mais facilitada.

Vale dizer que Blic (2013) afirma que a França investe mais de 700 milhões de euros por ano nas políticas de expulsão e de recondução para as fronteiras. Se olharmos para o deslocamento internacional de pessoas no planeta, notamos que existem fraturas e clivagens no mundo, o mesmo mundo que, se lido sob a ótica do capital e das virtualidades parece ser um só, mas se encarado sob a perspectiva do trânsito de pessoas, revela-se como um espaço que congrega muros e barreiras, elementos que portam a simbologia da separação e da quebra de unidade.

O ponto de partida para a afirmativa de que o mundo está povoado de fissuras e fragmentações parte do valor exacerbado que a fronteira vem ganhando nos últimos anos, lembrando que são muitas as imagens televisivas e fotográficas que confirmam os investimentos em sua intransponibilidade – sendo, sem dúvida, as registradas no mar Mediterrâneo as mais chocantes.

Wenden (2017, p. 45), citando os mares do Norte e do Mediterrâneo, assim como a fronteira construída entre Índia e Bangladesch, para impedir as migrações movidas pela busca por trabalho ou em virtude de razões ambientais, afirma que existem lugares que se tornaram simbólicos do enfrentamento das fronteiras, onde se desenrolam os dramas humanos, e acrescenta: "a fronteira é múltipla, jurídica, geográfica, imaginária, à distância, com muros, acampamentos, prisões e mortes".

Boaventura de Souza Santos (2019, p.1) acredita que "nunca as fronteiras foram tão mobilizadas para delimitar pertenças e criar exclusões", e informa que diante da pergunta se "vivemos num tempo de abolição de fronteiras ou num tempo de construção", a resposta é

---

e do Espaço Schengen a fazerem a segurança nas fronteiras exteriores e mais, precisamente, controlar a imigração ilegal.

que, para a internet e o capital financeiro, de fato, não há fronteiras, mas quando o assunto é o humano, existem sim fronteiras entre o que ele chama de humanidade e sub-humanidade, sendo esta constituída pelos "milhares de emigrantes, ou melhor, de fugitivos da fome, da miséria, das guerras e das mudanças climáticas que atravessam a América Central a caminho dos EUA, ou naufragam no Mediterrâneo ao cruzá-lo a caminho da Europa".

Inicialmente os países mais procurados por migrantes brasileiros são Estados Unidos, Japão e Portugal. Como destino mais frequente, a França passa a integrar o leque de opções recentemente, e o informe do Ministério das Relações Exteriores (MRE) é que em 2013 havia 60 mil brasileiros vivendo em terras francesas.

As pessoas sempre se deslocaram. Marc Augé (2014, p. 85) inclusive nos lembra de que "o movimento é a verdade das sociedades humanas". No entanto, é preciso que tenhamos em mente o que informa Ricardo Corrêa Coelho (2016, p.36), a saber: "a imigração tem e teve significados muito distintos no Velho e no Novo Mundo". Ele afirma que o imigrante no Novo Mundo é uma razão de orgulho e, na Europa, em geral, é o contrário disso. "Se o Novo Mundo entra na história do Ocidente como terra de imigração, o Velho ocupa o papel simétrico e complementar de terra de emigração" (*Ibidem*, p. 37).

Segundo Gisele Maria e Rosana Baeninger (2016), a emigração brasileira é um fenômeno que data de 1980. Elas reafirmam o pensamento de Sales (1991), que informa que a situação econômica do Brasil nos anos 80, associada à maneira como o capital passou a se reproduzir internacionalmente, explica o interesse dos brasileiros em saírem das cidades onde vivem para morarem fora das fronteiras nacionais. No entanto, o que nos informam Bógus (1995), Amorim (2009) e Almeida (2013) é que brasileiros há alguns anos vêm partindo para a França em busca de melhores oportunidades.

Para Gérard Chaliand (1999, p. 74), "o domínio do espaço e das comunicações e a redução considerável do custo dos transportes mudam de maneira radical o fenômeno migratório, com exceção dos países onde não se pode circular livremente". Com base neste mesmo

viés, Wilhtol de Wender (2001) e Baeninger (2012) apontam para o que eles chamam de "modalidades migratórias", sendo possível afirmar que, em se tratando do fluxo Brasil-França, nos últimos anos houve uma mudança na modalidade migratória, de modo que as motivações e os perfis de quem migra mudaram significativamente.

Esta mudança aponta para uma diversificação de modalidades migratórias, conforme elucidam Gisele Maria e Rosana Baeninger (2016, p. 137), uma vez que apontam em seus estudos que as modalidades migratórias atuais concernentes ao fluxo Brasil-França "são profissionais altamente qualificados; estudantes; laboral; afetiva; e 'cosmopolita'". E as experiências das imigrantes R.A. e B. C. aqui analisadas endossam esta afirmativa, já que a entrada de ambas na França teve o estudo como porta de acesso.

Aliás, o conjunto das nove entrevistas realizadas para a pesquisa, da qual se desdobra o presente artigo, deixa mesmo a impressão de que o imigrante brasileiro na França pertence às classes A e B e adentra o território francês munido de um visto temporário, geralmente de estudante; ou no caso de uma migração por motivos afetivos, tem-se o visto que está possibilitado para cônjuges ou, ainda, são brasileiros e brasileiras, que por terem ascendência europeia, dispõem de dupla nacionalidade. Mas embora aparentemente o drama das fronteiras não perpasse a vida das pessoas que foram entrevistadas, nota-se outras linhas divisórias atravessando a fixação delas em Paris, mas este é assunto para outro artigo.

É isso, os imigrantes brasileiros entrevistados não partiram para a França com o desejo de lá morarem em definitivo, mas sim para passarem um tempo e depois voltarem para o Brasil. Contudo, uma vez vivendo em Paris, desenvolveram o desejo de morar lá por mais tempo e até mesmo não regressarem mais para o Brasil. Este modo de lidarem com a França, ocupando num primeiro momento o lugar de "turista" ou "visitante", segundo eles, de um modo geral despertou nos franceses um tratamento amigável. Contudo, uma vez decididos a permanecerem no país e, consequentemente, terem que se inserir no mercado de trabalho, acessaram certos tensionamentos:

> *"Enquanto eu era alguém que não disputava oportunidade de trabalho aqui, eu recebia um tipo de tratamento por parte dos franceses, mas foi eu decidir viver aqui e desenvolver minha sobrevivência que eu tive de baixar a minha cabeça e me curvar ao que me foi oferecido como espaço de atuação e, hoje, eu estou muito pensativa sobre a minha permanência aqui, porque eu vim pra cá pra me aperfeiçoar e dar aula para atores e estou aqui dando aula de capoeira para crianças. " [B. C.]*

Comparada à presença de outros imigrantes na França, a exemplo dos magrebinos, a imigração brasileira se encaixa no que a literatura classifica como imigração invisível (Pai, 2008), mas ainda que seja assim, a investigação em torno desses imigrantes revelou que, se voltarmos o nosso olhar para imigrantes brasileiros em Paris, temos condições de trazermos à tona perguntas valiosas para o campo, tais como: quais processos criativos, econômicos, políticos e interculturais são desencadeados quando a fixação do imigrante no país de recepção se desenvolve a partir da sua cultura de origem?

Em que termos ocorre a negociação entre a cultura estrangeira – neste caso a brasileira – e a cultura francesa, quando o mercado de trabalho é desejado pelos imigrantes brasileiros? Em que medida a forma como os imigrantes brasileiros realizam sua reprodução material, em Paris, revela os limites operacionais da "exigência" de integração que a sociedade francesa propaga, evidenciando então as contradições de uma configuração societal, que, embora fomente o discurso da não guetização, operacionaliza dinâmicas que incitam a circunscrição do imigrante à sua cultura de origem?

E teria o "exotismo" força para permitir que a população francesa conheça a cultura brasileira, visto que os signos desta passam a circular com mais frequência nos espaços? Tais perguntas aparecem aqui com o intuito de inspirar outras pesquisas, mas não para serem respondidas nestas páginas, cujo limite de espaço não permite o aprofundamento das questões levantadas.

4. NOTAS DE BOURDIEU, VILLEGAS E CANCLINI

Este artigo, ao se interessar pela conexão migração e cultura, e no caso aqui abordado a cultura de origem ser a brasileira e, portanto, encontrar-se inscrita na América Latina, e a cultura de recepção ser a francesa e, por isso, europeia, as abordagens teóricas de Bourdieu (1975), Clanclini (1998) e Juan Villegas (2003), visto que eles se interessam por "trocas simbólicas" e pela equação "cultura e relações de poder" são bem-vindas e eu me permito recuperar apontamentos que eu já fiz em outro texto[5].

No caso dos dois últimos autores, faz-se necessário afirmar que ambos elaboram importantes observações voltadas à composição de um olhar não hierárquico endereçado às produções culturais da América Latina. Logo, não tomam o eixo "legitimidade" numa perspectiva tão restritiva, como faz Bourdieu (1975), que informa que a cultura serve como dispositivo para as classes sociais se definirem e se distinguirem das demais, de modo que haveria "subculturas", e estas se veriam desta forma porque se observam a si mesmas tomando como parâmetro a cultura dominante.

Observemos tanto o que Juan Villegas fala acerca dos discursos culturais que povoam a América Latina, no que diz respeito à sua diversidade e à historicidade, quanto o que Canclini diz sobre "culturas híbridas". Villegas, reconhecendo que alguns modelos de análise voltados aos produtos culturais perderam validade, e tendo em mente os avanços investigativos proporcionados pelos Estudos Culturais[6], propõe que adotemos a "cultura" como um discurso, o que ele faz tomando como referência as ideias do campo da comunicação, e deste modo acaba por sugerir uma "Pragmática da Cultura".

5 Refiro-me ao artigo "O Tropicalismo como entrada para pensarmos a arte da América Latina" que apresentei no XI ENECULT, realizado em 2015 na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

6 Os Estudos Culturais buscam desvencilhar a discussão da cultura da dicotomia positivista. Estes estudos, segundo Stuart Hall,"abarcam discursos múltiplos, bem como numerosas histórias distintas" (2003, p. 200), pois tem como "objeto privilegiado de estudo: cultura, ideologia, linguagem, o simbólico" (*Ibid.*, p. 203).

> *Desde esta perspectiva, 'pragmática de la cultura' vendría a significar que las prácticas sociales y lós objetos culturales constituyen signos utilizados em procesos de communicaión. De este modo, tanto um texto teatral como lírico, novela, canción popular, pintura, imagem gráfica, etc., constituyen objetos culturales que comunican mensajes sustentados em imaginários sociales (VILLEGAS, 2003, p. 14).*

Ao se lançar um olhar para a produção cultural advinda da América Latina, tendo como arcabouço o referencial da "Pragmática da Cultura" – a qual Villegas faz questão de dizer que não é um modelo, mas sim uma estratégia de trabalho –, as práticas culturais são tomadas como objetos que comunicam mensagens sustentadas em imaginários sociais, e assim, a interpretação lançada não se encerra no produto em si, mas abarca também o seu processo produtivo. Segundo Villegas, pensar em termos de produto cultural é ter um marco de instrumentalização estética que legitima uma cultura, e esta normalmente é a europeia.

Se Villegas tem este propósito, Canclini, por sua vez, elege a troca simbólica entre diferentes processos socioculturais como possibilidade de ampliação e reinvenção de tais processos e versa sobre a hibridação de culturas, que é compreendida por ele, em linhas gerais, como: "processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas" (1998, p. XIX). Nestes termos, vale trazer para cá a fala de R.A que diz ser identificada como livre pelas mulheres que acompanha em seu trabalho como arteterapeuta: "Eu enquanto brasileira, sou muito bem vista, o francês adora brasileiro, e meu público, que é mais feminino... as francesas, elas olham para mim e falam: 'Brasil, vocês são mais liberais'".

Tomar conhecimento de que mulheres – que vivenciam em grupo, na França, atividades de caráter terapêutico e artístico veem a brasileira que as conduz como uma mulher livre – nos convoca para um exercício de desconstrução. Afinal, a França goza de uma aura

de liberdade no mundo. As francesas fazem topless, e, "herdeiras" das assertivas de Simone Beauvoir, se propagam no imaginário internacional, seja por meio do cinema, seja por meio da literatura, como mulheres libertas.

A dimensão da liberdade como marca brasileira perante o olhar francês também aparece na fala de B.C., mas de uma forma mais crítica. Ela diz que um dos grandes aprendizados que precisou desenvolver, ao começar a trabalhar com dança na França, foi encontrar uma maneira de deixar dito: "não é porque o meu corpo é alegre, que ele é um corpo fácil". Em sua compreensão, o povo francês, por ser mais rígido, tende a associar a espontaneidade brasileira à oferta sexual.

Le Bras (2017) indica que o fenômeno da migração nos remete ao imaginário da invasão de Roma pelos bárbaros, ao ontológico conflito entre agricultores e pastores e ao estigma da ideia de ameaça. Diante das falas das duas atrizes sobre a forma como são vistas na França, em termos de manejo corporal, seria a migração brasileira, mesmo que invisível, identificada como uma ameaça, posto que agrega o corpo ao fazer e, assim, o presentifica nos trabalhos artísticos muito mais ativamente do que as francesas?

Esta pergunta encontra motivação nas considerações feitas por R.A. Ela afirmou que sua oferta de trabalho – como arteterapeuta que habilita o corpo dos grupos com os quais realiza suas vivências – ganhou destaque no centro cultural onde trabalha no bairro Saint-Denis, e isso acarretou o desligamento de outras profissionais que realizam trabalhos similares no mesmo centro.

Villegas crítica os conceitos de "cultura" que esbarram em generalizações transhistóricas, enxerga a necessidade de mediadores em campos específicos e mostra-se atento à configuração entre produções culturais, relações de poder e formação social. Canclini, por sua vez, considera a cultura como uma "colagem de traços" e acredita que existem inúmeros exemplos de negociações e redimensionamentos possíveis frente ao desconhecido com o qual as práticas artísticas populares se deparam. Sendo assim, tanto Villegas

quanto Canclini constatam a necessidade de redefinir o conceito de "cultura".

Canclini salienta a mutação discursiva que a ideia de culturas híbridas proporciona, na medida em que "modificaram o modo de falar sobre identidade, cultura, diferença, desigualdade, multiculturalismo e sobre pares organizadores dos conflitos nas ciências sociais: tradição-modernidade, norte-sul, local-global" (*Ibidem.*, p. XVII). Logo, o autor empreende uma percepção que aponta para possíveis novas abordagens em relação a termos indispensáveis a uma nova investigação sobre culturas da e na América Latina, a exemplo de "tradição-modernidade".

O autor chega à seguinte definição: "a cultura é um processo de montagem multinacional, uma articulação flexível de partes, uma colagem de traços que qualquer cidadão de qualquer país, religião e ideologia pode ler e utilizar" (*Ibidem.*, p. 41), e Villegas sugere que a cultura:

> *[...] ya sea como práctica social o como discurso – supone un sistema dinâmico, dinamismo que emerge de los câmbios dentro del próprio sistema, de los desplazamientos y transformaciones de los sistemas com lós cuales entra en contacto el sistema cultural y de las alteraciones que experimenta el sisma cultural al que pertenecen los emisores del discurso definidor. Tanto el sujeto definidor como el objeto definido cambian continuamente, de acuerdo con las condiciones políticas, económicas y sociales (VILLEGAS, 2003, p. 18).*

Villegas preconiza que se fale em macrodiscursos e microdiscursos, e não em culturas e subculturas. Isto posto, percebe-se que tanto Canclini quanto Villegas, que em seu trabalho pontua algumas críticas[7] às reflexões feitas por Canclini, tendem a ver o

7 O autor considera que Canclini reproduz a hierarquização cultural que Bourdieu sugere; enquanto este classifica as práticas culturais em três níveis, os quais são:

dinamismo que perpassa a cultura, rejeitando as concepções de transmissão, conformação e a utilização das nomeações de alta e baixa cultura. Esta maneira de perceber a cultura, sem dúvida, é uma abordagem que importa ao presente artigo, uma vez que a forma de fixação de imigrantes aqui tratada, a qual abarca o desenvolvimento de práticas artístico-culturais por brasileiras na França, está atravessada por aquilo que toca geopoliticamente o campo da cultura.

Ocupando-se com o popular, Stuart Hall reconhece que há "pontos de resistência e momentos de superação" (2003, p. 255). Tem-se a dialética da luta cultural, e ele admite que essa luta é ininterrupta e se desdobra nas linhas complexas da resistência e da aceitação, que "transformam o campo da cultura em uma espécie de campo de batalha permanente, onde não se obtêm vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas" (*Ibidem.*, p. 255).

Tendo em vista este esboço, é evidente que a reflexão sobre os desdobramentos da cultura brasileira na França se reveste de possibilidades interpretativas que podem vir a render abordagens que incitam a problematização de pares operativos, como estes: Europa - América Latina, cultura hegemônica - cultura contra hegemônica, cultura local-cultura estrangeira, culturas nacionais-interculturalidade e territorialidade-desterritorialidade.

Villegas chama a atenção para o fato de que o sujeito é emissor de um discurso que está imerso num modelo de percepção do mundo social. E se o sujeito emissor está imerso num modelo, o sujeito que examina a prática cultural também está. Neste sentido, cabem tais indagações: como um francês, ancorado geralmente numa concepção eurocêntrica de mundo e com uma relação mais estreita com o cartesianismo, absorve a arte latino-americana e se interessa pela cultura brasileira? Como escapar de um possível juízo de valor frente ao que não se tem código para decifrar? Nestes termos, é que se faz urgente o senso de alteridade e o reconhecimento de que a cultura

legítimo, médio e popular, Canclini delineia a seguinte ordem: arte burguesa, média e popular.

latino-americana pode vir a escapar dos códigos de leitura aprendidos na Europa, mas não por isso ela é menor.

Afinal, parafraseando Villegas: a competência cultural não é um conceito que sugere um valor, e urge pensar em termos de competências culturais específicas, tendo a historicidade e a contextualização como chaves interpretativas. A interação entre sistemas culturais, objetos culturais, formações sociais, projetos nacionais e poder desloca a perspectiva com respeito às transformações das culturas latino-americanas. Fato é que é necessário examinar as relações entre as produções culturais, as transformações históricas e os deslocamentos de poder. É imperativo perceber as produções culturais como atos de fala e, assim sendo, saber que geopoliticamente o mundo é perpassado por um desigual acesso ao ato de fala.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em tela que vivemos um período histórico em que a mobilidade das pessoas pelo mundo é um fenômeno cada vez mais evidente, e ao mesmo tempo repleto de complexidades – vide o drama dos refugiados –, adentrar o terreno da migração nos moldes como este artigo fez, ou seja, sob uma perspectiva reflexiva que coloca luz na tríade migração, arte e cultura, pode proporcionar pertinentes análises de caráter sociológico, psicológico, econômico, antropológico e político, possibilitando a emergência de apontamentos que venham a contribuir com o arcabouço teórico em torno das referências tão caras à contemporaneidade no tocante à convivência humana, a exemplo de "fronteira", "globalização", "interculturalidade" e "transnacionalidade".

Observou-se que, diante das experiências aqui apresentadas, o conceito de cultura que se mostra pertinente, quando se tem imigrantes acessando seu repertório cultural de origem para se inserirem no mercado da sociedade de recepção, é o conceito trabalhado por Bosi (1987), e este conceito faz elo com as referências de colo e de cultivo. Trata-se de ver a cultura, em que nasceu e mais fortemente se inscreveu

– e por isso com ela tem mais intimidade –, como um acervo frutífero com o qual se pode contar na hora de "colocar o corpo no mundo", parafraseando aqui a cantora baiana Luedji Luna (2017).

E nessa perspectiva de se colocar "o corpo no mundo", vimos que quando imigrantes brasileiras se inseriram no mercado francês desenvolvendo trabalhos que envolvem arte, os aspectos que delas rapidamente emergiram têm a ver com particulares características da cultura brasileira. Afinal, a arteterapeuta capixaba, mesmo atuando com grupos de mulheres muçulmanas, evocou em suas ações arquétipos do candomblé, ao passo que a dançarina passou a dar aulas de maracatu e de capoeira, e não de ballet clássico, por exemplo.

Olhando esta realidade, uma série de perguntas foram apresentadas neste artigo como semente para outras pesquisas, outras publicações, sendo uma das perguntas feitas está a seguir: em que medida a forma como os imigrantes brasileiros realizam sua reprodução material, em Paris, revela os limites operacionais da "exigência" de integração que a sociedade francesa propaga, evidenciando então as contradições de uma configuração societal, que, embora fomente o discurso da não guetização, operacionaliza dinâmicas que incitam a circunscrição do imigrante à sua cultura de origem?

Constatou-se que a aliança quase imediata que a sociedade francesa faz entre Brasil e espontaneidade, tanto rende desdobramentos que agradam, como foi dito por R.A., na medida em que ela é vista pelo público do seu trabalho como uma mulher liberta, quanto produz chateações, posto que B.C. se viu obrigada a demarcar que "seu corpo alegre não era um corpo fácil".

A migração tem elo direto com o corpo. Afinal, é no corpo que mora a força laboral ofertada ao capitalismo pela massa de imigrantes em condições de precariedade no mundo, e esta constatação e, também, as nuances relativas ao corpo, acessadas pelas reflexões feitas neste artigo, demandam novos estudos e rigorosos aprofundamentos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de et BAENINGER, Rosana. **A imigração brasileira na França: do tipo histórico às modalidades migratórias contemporâneas**. Rev. bras. estud. popul. [online]. 2016, vol.33, n.1, pp.129-153.

AMORIM, M. A. **Para além de partidas e de chegadas: migração e imaginário entre o Brasil e a França, na contemporaneidade**. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2009.

AUGÉ, Marc. **O antropólogo e o mundo global**; tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012.

Blic, de D. **Les immigrés, manne ou fardeau économique?** (vol. 4, n. 335, pp. 22-29). Projet : Paris: Projet, 2013.

BÓGUS, L. M. Migrantes brasileiros na Europa Ocidental: uma abordagem preliminar. In: PATARRA, N. (Org.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo.** São Paulo: FNUAP, 1995. p. 111-121.

BOSI, Alfredo. Cultura como tradição. In: **Cultura Brasileira. Tradição. Contradição.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1987.

BOURDIEU, Pierre (avec Luc Boltanski) : **Le fétichisme de la langue, Actes de la Recherche en Sciences Sociales** n° 4, Paris, 1975.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas.** Trad. Ana R. Lessa & Heloisa P. Cintrão. São Paulo: Edusp, 2 ed., 1998.

CARNEIRO, Sarah Roberta de Oliveira. Mulheres que migram. In**: Ir e Ficar... Ir e Voltar; mulheres brasileiras em movimento**. Org. Renata Carvalho Lima Brandão. São Paulo: TRIOM, 2022.

CHALIAND, Gérard. O desterro. In **O século**. Org. Betty Milan. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COELHO, Ricardo Corrêa. **Os franceses.** São Paulo: Contexto, 2016.

DELEUZE, G e GUATTARI, F. **O que é a Filosofia?.** 2 ed. São Paulo: Editora 34, 1993.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do "popular". In. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

LE BRAS, Hervé. **L'âge des migrations**. Paris: Éditions Autrement, 2017

LISBOA, Teresa. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.15, n. 3, p. 805-821, set./dez. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ref/v15n3/a17v15n3.pdf. Acesso em: 15 maio 2020.

LUNA, Luedji. **Um corpo no mundo**. São Paulo: YB Music, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=V-G7LC6QzTA Acesso em 17 de agosto de 2022.

MARX, Karl. Teses Sobre Feuerbach. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 3a edição, São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

MIGUEZ, Paulo. Alguns aspectos do processo de constituição do campo de estudos em economia da cultura. In: **Anais do IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult).** Salvador, 2008.

Pai, H. **Chinese Whispers: The True Story Behind Britain's Hidden Army of Labour**, Londres: Pinguin Press, 2008.

Pison, G. (2019). Le nombre et la part des immigrés dans la population: comparisons internationals. *Population & Sociétés*. Paris, n. 563, février, 1-5. Recuperado de https://www.ined.fr/fichier/s_rubrique/28889/563.comparaison.internationale.immigre.2019.2.fr.pdf

SALES, T. **Novos fluxos migratórios da população brasileira.** Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, v. 8, n. 1/2, p. 21-32, janeiro/dezembro 1991.

SANTOS, Boaventura de Souza (2019). **Um mundo sem fronteiras?**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/boaventura-um-mundo-sem-fronteiras/>. Acesso em 12/08/2019

SAYAD, Abdelmalek. **La double absence; des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré.** Paris: Éditions du Seuil, 1999.

VILLEGAS, Juan, ***Pragmática de las culturas en América Latina***. Ediciones del Orto, Universidad de Minnesota, 2003.

WENDEN, Catherine Wiltol de. **L'immigration; découvrir l'histoire, les évolutions et les tendances des phénomènes migratoires**. Paris: Eyrolles, 2017.

WIHTOL DE WENDEN, C. **Un essai de typologie des nouvelles mobilités. Hommes & Migration**, n. 1233, 2001, pp. 5-12.

A IDENTIDADE COMO QUESTÃO E A DIFERENÇA COMO PROBLEMA:

REALIDADES EM CONTEXTOS MIGRATÓRIOS

SANTOS, Maria Luiza[1]

RESUMO: O artigo em pauta apresenta uma discussão teórica entre os conceitos de identidade e diferença na perspectiva de dois autores referência para as ciências sociais. O primeiro Stuart Hall, sociólogo britânico-jamaicano evidencia as noções de identidade e o segundo Achille Mbembe, filósofo e teórico político camaronês, traz a perspectiva da diferença, principalmente no que tange às relações valorativas que permeiam o entendimento. Ambos os conceitos são analisados sob a perspectiva dos contextos migratórios, campo fértil e propício para o debate, uma vez que, em se tratando da realidade das migrações, as noções de pertencimento, resistência, acolhimento e preconceito estão sempre na ordem do dia.

PALAVRAS – CHAVE: Identidade, Diferença, Migrações

ABSTRACT: The article in question presents a theoretical discussion between the concepts of identity and difference in the perspective of two reference authors for the social sciences. The first Stuart Hall, a British-Jamaican sociologist, highlights the notions of identity and the second Achille Mbembe, a Cameroonian philosopher and political theorist, brings the perspective of difference, especially with regard to the evaluative relationships that permeate understanding. Both concepts are analyzed from the perspective of migratory contexts, a fertile and favorable field for debate, since,

1 Professora titular de Sociologia da Universidade Estadual de Santa Cruz. Lotada no Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, na área de conhecimento em Ciências Sociais. Pesquisadora com projetos cadastrado na PROPP- Migrações e Refúgio: Os muros e as pontes no Brasil do século XXI e A Pandemia e o comportamento xenofóbico. Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ – Observatório das Migrações do Estado da Bahia – UESC.

when dealing with the reality of migrations, the notions of belonging, resistance, reception and prejudice are always on the agenda.

KEYWORDS: Identity, Difference, Migrations

1. A IDENTIDADE COMO QUESTÃO E A DIFERENÇA COMO PROBLEMA: REALIDADES EM CONTEXTOS MIGRATÓRIOS

O título deste artigo parte de dois autores de grande referência no campo das identidades e das diferenças: Stuart Hall (1932 -2014), sociólogo jamaicano que atuou no Reino Unido, um dos fundadores da escola de pensamentos conhecida como Estudos Culturais Britânicos, e autor do livro *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*; e Achille Mbembe, historiador e cientista político camaronês, intitulado de teórico do pós-colonialismo, autor do livro *Crítica da Razão Negra*, atuante em universidades da África e dos Estados Unidos.

Ambos os conceitos de identidade e diferença podem ser discutidos na ambiência dos estudos migratórios, pois são inerentes a esta temática e tratam ou se relacionam com o lugar, a formação, a etnicidade e o tempo dos grupamentos humanos.

Hall (2014) evidencia que a identidade como questão é difícil de ser definida. No entanto, ao mesmo tempo, afirma que este é um conceito presente em todos os tempos e lugares. Ora, se é comum, não deveria ser de difícil definição. Mas, o autor registra de forma assertiva que o conceito aparece por contraste ou quando vem alicerçado em um problema. Por contraste, quando se fala em novas e velhas identidades; e pautado em problema, quando se discute "crise de identidade".

A velha identidade seria a do sujeito "vivido com uma identidade unificada e estável [...] Indivíduo centrado dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo centro consistia em um núcleo interior, que emergia quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia" (HALL, 2014. p.11).

Aqui se percebe um sujeito encaixado, bem recortado, que se auto identifica e é identificado, na maior parte das vezes, da mesma

forma, com relação a sua nacionalidade, seu biotipo, sua raça, seu gênero, sua etnia e sua classe social. De fácil percepção nas sociedades tradicionais, conservadoras, de maior quantidade de população nativa ou autóctone e com mudanças sociais lentas e bastante gradativas – "a identidade de alguém era aquilo que o distinguia, não o que o ligava aos outros (APPIAH, 2016, p.17) ".

A nova identidade é entendida como uma "celebração móvel" (HALL, 2016, p.13), transformada continuamente, definida histórica, e não biologicamente, em que o sujeito se percebe através de elementos identitários contraditórios, "com sistemas de significação e representação cultural que se multiplicam" (HALL, 2016, p.14). Nada é fixo, tudo é fluido. Está tão identificada com o social, que Appiah (2016, p.23) vai dizer que

> *as identidades são tão variadas e extensas porque, no mundo moderno, as pessoas precisam de um enorme rol de ferramentas para construir sua vida [...] pelo fato de sermos evolucionariamente destinados ao jogo social de construir a coalizão na busca de alimento, parceiros e proteção [...] nós a construímos como homens e como mulheres, como ganeses e como brasileiros, como cristãos e como judeus.*

Tais tendências se apresentam de forma ambígua e geram a crise, que pode ser identificada quando velhas e novas identidades se aproximam ou quando as novas identidades se apercebem das fragmentações e das suas extensas possibilidades. Aqui se iniciam os questionamentos quanto à identidade nacional e étnica, fazendo o que Hall (2014) denomina de "culturas híbridas" entendidas como fusão entre diferentes tradições culturais.

A crise é identificada, segundo Hall (2014, p. 19), quando o "sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos", identidades que não são unificadas ao redor de um eu coerente. São movimentos contraditórios empurrados em diferentes direções, sendo

continuamente deslocados. A ideia de uma identidade unificada, segundo o autor, é uma fantasia, uma construção histórica, uma vez que,

> *à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados com uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar ao menos temporariamente (HALL, 2014,p.14).*

São os conceitos de tradição, passado venerado, linear, símbolos valorizados com a ideia de tradução, realidade que vem, "à medida que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, onde ondas de transformação social atingem virtualmente toda superfície da terra, permitindo que os rótulos identitários sejam contestáveis em suas fronteiras". (GIDDENS, 1991, p.06).

Hall (2014) defende a ideia de que a noção de identidade fragmentada é compatível com a pós-modernidade, uma vez que, no mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem na principal fonte de identidade cultural. A ideia é estar contido em uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação no qual o sujeito reconhece como seu. Gellner (1993) ressalta que, sem esse sentimento de identificação nacional, o sujeito moderno experimenta um sentimento de perda subjetiva. Desconstruindo esta premissa, Schwarz (1986), vai registrar que "uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica o seu poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade". Não são coisas com as quais nascemos, mas que estão ligadas ao fenômeno da representação".

Nos vários aspectos em que se trata a identidade, seja no unificado, ou fragmentado, seja no tempo da modernidade ou da pós-modernidade, a presença do conceito de diferença está latente. Perpassa toda e qualquer discussão, uma vez que a dimensão social

é cotidianamente feita por contraste. O “eu” em relação ao “outro”, o “nós” em relação ao “eles”.

Achille Mbembe (2016, s/p) explicita a naturalização da diferença, porém, defende o ponto de vista que “a diferença tem que ser reconhecida, aceita e ao mesmo tempo transcendida”. A premissa de Mbembe (2016) evidencia o problema, o nó da questão, não na diferença, mas no cunho valorativo que se faz dela. E ressalta:

> *Por que é que achamos que a diferença é um problema? Por que ela não é simplesmente um fato da realidade? A diferença é um problema apenas se acreditarmos que a uniformidade é o estado normal das coisas. A diferença se tornou um problema político e cultural no momento em que o contato violento entre povos, por meio da conquista, do colonialismo e do racismo, levou alguns a acreditarem que eram melhores que outros. No momento em que começamos a fazer classificações, institucionalizar hierarquias em nome da diferença, como se as diferenças fossem naturais e não construídas, acreditando que são imutáveis e, portanto, legítimas (MBEMBE, 2016, s/p).*

Nesse viés valorativo, a chamada superioridade de grupos é identificada, e alicerçada em relações de poder que podem perpassar bens materiais, terras, cor de pele, grupo étnico, posição no globo terrestre, gênero e outras tantas variantes. Isto irá dividir e estabelecer a pertença das posições, determinando de forma hegemônica o que e quem não é ou não tem o que o grupo “superior” tem. A singularidade não é acolhida, ao contrário, é sobrepujada pela norma que identifica o que se devia e a diminui.

Tanto na discussão sobre diferenças como na discussão sobre identidade, o conceito de tradição e de cultura será evocado, de modo igual para os que desejam desconstruir a ideia de superioridade e para os que desejam reforçá-la. Interessante é que cultura é sempre um termo amplo, que abrange infinitas ações e comportamentos, abrange diversidade, criatividade, transformação, mas esbarra, por

vezes, no conceito de mudança, quando se refere a padrões rígidos e a costumes fixos, o que não deixa de ser um contrassenso. Mbembe (2016, s/p) questiona a evocação do respeito à tradição e à cultura em comportamentos ditos culturais, que tolhem as escolhas e as liberdades ainda no século XXI:

> *Muitos usam a cultura como meio de reafirmar divisões estabelecidas, sejam elas divisões de gênero, de raça ou religião. O fato é que muitos que adotam essa argumentação não gostariam de ser tratados como as mulheres costumavam ser ou são tratadas ainda hoje em muitas partes conservadoras do mundo. Muitos brancos não iriam querer ser tratados como negros eram tratados na época da segregação ou como ainda são tratados no complexo prisional-industrial norte-americano de nossa era. Muitos ocidentais não iriam querer ser tratados como os muçulmanos são tratados na Europa e na América atuais. Portanto, desejar a outra pessoa um tratamento que eu consideraria odioso se fosse aplicado a mim e tentar justificar isso em nome da cultura, da tradição ou da religião é uma forma de presunção. Não deveríamos desejar aos outros aquilo que não desejaríamos para nós mesmos. São comportamentos que alimentam o poder de poucos, aumentam a valorização do preconceito e retiram as liberdades individuais. "É necessário sair com urgência de um entendimento da cultura como propriedade. Isso precisa vir com um abraço consciente do que é distante e desconhecido, e em função disso me parece absolutamente necessária a criação de diferentes disposições e sensibilidades." (MBEMBE, 2016, s/p).*

Quando trazemos essa discussão para o campo dos estudos migratórios, principalmente no que tange às migrações forçadas, percebemos que a diferença não é questão de individualidade ou singularidade: "é uma questão de separação, de construir muros, de militarizar fronteiras, imunizar corpos contra ameaças externas,

reais e inventadas. (MBEMBE, 2016, s/p). É o "nós" e os "outros" em conflito permanente, e um desejo crescente de segregação. Se existem discursos, políticas de aberturas, mundialização cultural e globalização, aqui entendida como "àqueles processos atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo em realidade e em experiência, mais interconectado" (McGREW, 1992), há o movimento oposto, que, muitas vezes, em nome da "tradição", resiste ao contato, à abertura, à integração, pois o outro representa uma ameaça. Refugiados e indivíduos que se deslocam por opção, vivem tais experiências cotidianamente, por vezes até antes de efetuarem o deslocamento, dificultando sua assimilação diante do novo espaço. Mbembe (2016, s/p) registra que,

> *sob certas circunstâncias, alguns abraçam a diferença no sentido de querer preservar seus modos de ser, ou o que chamam de seus modos de vida, por acreditar que tais modos de vida estão ameaçados. A ameaça vem de fora, ou de forasteiros que agora fazem parte da população. E proteger-se dessa ameaça requer a expulsão do forasteiro.*

A afirmação de Mbembe (2016) faz lembrar as fortes tentativas para a reconstrução de identidades puras e as resistências diante do hibridismo e da diversidade. Hall (2014) também cita exemplos do ressurgimento do nacionalismo na Europa Oriental e do crescimento do fundamentalismo. Na esteira desse contexto, discorre ainda sobre o caso Salman Rushdie, que, ao escrever seu livro *Versos Satânicos* e defender o hibridismo, foi acusado de blasfêmia pelo governo iraniano e sentenciado à morte.

> *No centro do romance está um grupo de personagens, a maioria dos quais é constituída de mulçumanos britânicos, ou de pessoas não particularmente religiosas, de origem*

> *islâmica, lutando precisamente com o mesmo tipo de problema que tem surgido em torno do livro, problemas de hibridização e guetização, de reconciliar o velho com o novo. Aquelas pessoas que se opõem violentamente ao romance, hoje são de opinião de que a mistura entre diferentes culturas inevitavelmente enfraquecerá e destruirá sua própria cultura. Sou da opinião oposta. O livro Versos Satânicos celebra o hibridismo, a impureza, a mistura, a transformação que vem de novas e inesperadas combinações de seres humanos, culturas, idéias, políticas, filmes e músicas. O livro alegra-se com os cruzamentos e teme o absolutismo do puro. Mélange, mistura um pouco disso, um pouco daquilo, é dessa forma que o novo entra no mundo, e eu tenho tentado abraçá-la. O livro Versos Satânicos é a favor da mudança por fusão, da mudança por reunião. É uma canção de amor para nossos cruzados (RUSHDIE, 1991, p. 394).*

Se tal sentença se deu ao final do século XX, significa que as nações não eram mais cordatas em 1989, que o relativismo cultural não era entendido, mesmo com sua precariedade, que o etnocentrismo não tinha deixado de existir, que a aculturação e exploração não tinham deixado de ser práticas evidentes e que o fechamento de fronteiras não fazia parte do passado. Ao contrário, em nome da identidade e da diferença, as mazelas desse contexto ainda avançam a passos largos em todos os cantos do mundo. A série da Folha de São Paulo, "Um mundo de muros", ganhou o prêmio do Comitê Internacional da Cruz Vermelha de cobertura humanitária internacional. O mote da série foram as edificações construídas pelo mundo com o intuito de barrar entradas e evitar trânsitos, registros contidos em uma pesquisa da professora canadense Elisabeth Vallet.

Um grande marco para o mundo no ano de 1989 foi a queda do muro de Berlim (símbolo da Guerra Fria). Nesse período, havia 16 muros a defender fronteiras no mundo. Hoje, existem 65 construídos ou em via de construção (CUNHA, 2017). Este dado vem acompanhado de um questionamento: para que serve um muro? Um muro é uma

construção física que existe para dividir o mundo de dentro do mundo de fora. Um muro cria territórios e evita o encontro indesejado com o outro. Ele limita a livre circulação num espaço e também serve como barreira de proteção. E então fica-se diante de um grande paradoxo proposto no século XXI: incentivo à globalização econômica, interconexão midiática global e permanente controle de barreiras com base econômica e etnocêntrica. Este último elemento está ligado intimamente aos fluxos migratórios e de refugiados, que muitos ainda insistem em chamar de atual, mas, na verdade, pode se denominar, tais fluxos, de visível ou midiático. Como diria Bauman (2017, p.09)

> *a migração em massa não é de forma alguma um fenômeno recente. Ele tem acompanhado a era moderna desde seus primórdios (embora com frequência mudando e por vezes revertendo a direção), já que nosso "modo de vida moderno" inclui a produção de "pessoas redundantes" localmente "inúteis", excessivas ou não empregáveis, em razão do progresso econômico, ou localmente intoleráveis, rejeitadas por agitações, conflitos e dissensões causadas por transformações sociais/políticas e subsequentes lutas por poder.*

Voltando à diferença, Mbembe (2016, s/p) explicita que a mesma "é usada como alavanca para instituir relações de desigualdade e injustiça", por apresentar uma constante contradição entre nacionalismo, tradição, propriedade e a ideia de democracia e direitos humanos. O nacionalismo ou o nativismo emerge do seio da sociedade e é fomentada pela mesma. Os aspectos comuns ligados à ancestralidade são cultivados e por vezes interpretados por alguns como elementos que devem restringir o grupo, não dando abertura para aqueles que chegam. De maneira limitada, os direitos humanos são interpretados como

> *os direitos de seus cidadãos, em oposição aos direitos dos não-cidadãos. Portanto a diferença cultural é manipulada para estabelecer uma divisão entre cidadãos e não-cidadãos, nacionais e não-nacionais, homens e mulheres (MBEMBE, 2016, s/p).*

Em várias discussões, presenciam-se, inclusive, as colocações diante da usurpação de espaço no mercado de trabalho, concorrência desnecessária, incômodos de presenças... Situações que redundam em preconceitos, estereótipos e até xenofobia.No livro *Os Estabelecidos e os Outsiders,* um ensaio baseado em uma pesquisa feita no interior da Inglaterra, Norbert Elias (2000) apresenta uma cidade chamada Wiston Parva com uma clara divisão de grupo, os que já estavam e os recém-chegados. "O grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano" (ELIAS, 2000, p. 19). Mais adiante é descrito o valor do estabelecido, o peso do poder de quem já estava na organização do grupo e a identidade com que se auto representava. Não se trata, como lembra o autor, de algo que possa ser visto ou analisado de maneira individual, é preciso ver e analisar do ponto de vista de um grupo, dos quadros sociais de referência, como por exemplo

> *os senhores feudais o faziam em relação aos vilões, os brancos em relação aos negros, os gentios em relação aos judeus, os protestantes em relação aos católicos e vice-versa, os homens em relação às mulheres, os Estados nacionais em relação aos pequenos estados (ELIAS,2000, p.19).*

E os locais em relação aos migrantes, em vários contextos e situações. Aqui vale registro importante quanto a questão econômica enfrentada por muitos países que afirmam não ter condição de acolher migrantes. Em sua maioria, não são realidades falseadas, são reais, que implicam falta de infraestrutura, condições precárias, grande

oferta de mão de obra, dificuldades com idiomas, com oportunidades em educação, fatores que dificultam e até impedem a acolhida, por demandarem políticas públicas adequadas.

Quando há um interesse recíproco, ou seja, quando aqueles que chegam são necessários de algum modo, o chamado "vínculo duplo" (ELIAS, 2000, p.33) começa a funcionar, não desaparecendo a desigualdade da dependência, mas promovendo um melhor equilíbrio de poder. Ainda segundo Elias (2000, p.34), "quanto menos isso acontece, mais claramente reconhecíveis se tornam os aspectos econômicos das tensões e conflitos".

Nesse viés as identidades aparecem, e a diferença é ressaltada de forma mais intensa. É a imagem ou auto imagem do "nós" frente aos "outros". Bauman (2017, p.08) perguntaria:

> *quem se lembra agora dos refugiados afegãos buscando asilo na Austrália, espremendo-se contra as cercas de arame farpado de Womera ou confinados nos grandes centros de detenção construídos pelo governo australiano em Nauru ou na ilha Christmas, para impedi-los de entrar em suas águas territoriais?*

Na perspectiva do refúgio, as realidades identitárias são bem percebidas, principalmente quando se trata de guerra civil. Os conflitos estão bem marcados no globo, e sociedades entram em conflito devido aos seus valores, culturas e religiões. Verificam-se evidências na África, em países árabes, no Leste Europeu, na América do Sul e em tantos outros espaços onde sua população ou grupamentos sociais têm dificuldades no exercício da alteridade. No livro *Eu venho de Alepo*, há um bom exemplo desse embate no próprio território. Jassouma (2017, p. 13) descreve a seguinte divisão na Síria, no ano de 2015:

> estava dividida em quatro partes. No Nordeste, os curdos, sunitas, dominavam um grande território ao longo da fronteira turca. No Leste, o Estado Islâmico,

> sunita, ocupava o vale do Eufrates, de Deir ez-Zor até Kobani, na fronteira turca, além da cidade de Raqqa. No Oeste à beira do Mediterrâneo, as forças do regime de Damasco mantinham a região de Latarquia, povoada de alauitas, uma minoria saída do cisma, a divisão das religiões islâmicas, a qual pertence Bashar AL-Assad. As forças do regime dominavam também uma faixa de território até Israel, ao longo com a fronteira com o Líbano. Finalmente, no Nordeste, as forças rebeldes islamitas da frente Al-Nusra estavam posicionadas ao redor de Alepo.

Uma vez vencida a luta interna, com base nas diferenças políticas, econômicas e religiosas, os que conseguem se salvar percebem que têm que ir embora por questões de sobrevivência.... É o início de uma nova luta para entrar e ser aceito no novo espaço, numa nova cultura, na apreensão de novos conceitos e na assimilação do trânsito entre as identidades. Grupos que hoje atravessam o Mediterrâneo tentando entrar, via Grécia e Itália, na comunidade europeia são impedidos pela guarda de fronteiras, cercas e muros, em nome da economia e da "limpeza étnica". Fala-se, aqui, de pessoas que tinham, em sua maioria, uma vida equilibrada, profissão, casa, família e que, em pouco tempo, veem suas vidas e a de suas famílias transformadas. A nova situação, de instabilidade e precariedade, acirra as forças polarizadas. Ao mesmo tempo em que se enxerga fragilidade, desespero, sofrimento, percebe-se força, luta e garra num empenho pela vida.

As diferenças e a questão identitária entre nacionais e "estrangeiros", assumem teor valorativo, implicando na resistência de países em aceitar as solicitações de refúgio e promover a acolhida dos refugiados. Hall (2014, p. 91) salienta que: "o fortalecimento de identidades locais pode ser visto na forte reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas. "

Reverbera, então, o entendimento equivocado sobre direitos humanos como o direito dos cidadãos locais, e não o de todos os

cidadãos. Dos nacionais em contraposição aos não nacionais. Para Mbembe (2016 s/p)

> *essa é a razão da xenofobia ou, por exemplo, para o status incerto dos refugiados. Seria o deslocamento uma alternativa à estagnação cultural da nação? E se for, como se poderia promover o deslocamento? Isto é, as pessoas se deslocam para todo lado mundo afora. Está se tornando cada vez mais comum mover-se de um lado para outro. Isso poderia levar a uma espécie de aceitação das diferenças?*

A isto, o autor responde, salientando que a mobilidade é o outro e que é mais provável que pessoas que circulam tenham maior probabilidade de acolher a diferença, pois também se expõem a outros mundos e outros modos de vida. Encaram a diferença como algo natural. O deslocamento aparece, então, como alternativa para todo tipo de estagnação. O contrário a essa realidade é a criação de fronteiras ao seu redor. São as barreiras impeditivas da circulação cultural e identitária. Mbembe (2016, s/p) ainda sobre o assunto, deixa um questionamento:

> *a expressão cultural precisa da diferença, porque deriva da diferença, caso contrário não teria se desenvolvido. Mas também dissemos que a expressão cultural pode ser o veículo para a resolução da crise, o começo do diálogo, porque a diferença é interessante. Assim, por um lado, poderíamos dizer que as culturas são motivo de confrontos, e por outro lado podem ser o meio de avançar, de encontrar um terreno comum, de compartilhar espaços. Eu me interessaria pelo seguinte: em que formatos, por meio de que ideias, esse tipo de abordagem de tentar alcançar um diálogo pode ser empreendido?*

No viés das migrações e dos deslocamentos internos, pode se exemplificar a importância da diferença como motivo de confronto, mas também de possibilidades e avanços, através do livro *Fluxos Contemporâneos,* que descreve a pesquisa realizada no Sul da Bahia, por ocasião do declínio da cultura cacaueira e ascensão e desenvolvimento do Ensino Superior, compreendida no período entre 1990-2010, (SANTOS, 2014). Período de mudanças em que o êxodo das roças foi significativo devido à praga que assolou a lavoura, a "vassoura de bruxa" [2]. Ao mesmo tempo, houve a chegada de professores, pesquisadores, e alunos de outros lugares para morar na região, em função da criação de universidades, institutos e faculdades. O livro traz a realidade da Universidade Estadual de Santa Cruz, em um conjunto de 211 entrevistas a professores e pesquisadores que, entre outros aspectos, tratam da diferença e da identidade. Registros de pessoas locais, a princípio, evidenciam resistência aos novos grupos, seus valores e culturas. Ao mesmo tempo, relatos dos migrantes registram o outro lado da resistência, os impactos e antagonismos. Nesse contexto, a resistência se faz ainda mais presente diante do ambiente acadêmico, das concorrências e disputas internas, bem como dos valores relativos ao *status* profissional.

São discursos com o tom "os de dentro e os de fora"; "os que construíram" e os "chegantes"; "os nativos e os estrangeiros", "os que são da região e os que nunca serão". (SANTOS, 2014). Registros que relatam situações como: "escuto sempre falar do nativo e do forasteiro, tenho grande apego ao lugar, ao mesmo tempo não participo de associações, clubes e nem da política local, não me sentindo, portanto, integrada"; (SANTOS, 2014, p.245) "ouvi, há algum tempo atrás, que os de fora não deveriam ser candidatos a reitor nem assumir pró-reitorias" (SANTOS, 2014, p.256); "numa reunião de departamento, numa discussão sobre um evento, teci um comentário sobre a região e o colega disse: você vai ter que comer muito caranguejo até entender isso. Já ouviu essa expressão? Não gostei" (SANTOS, 2014, p.258); "não

2 ***Vassoura de bruxa***. (Crinipellis perniciosa). É uma praga natural da Região Amazônica, sendo considerada uma das mais ameaçadoras do cacaueiro.

me sinto da região cacaueira, na verdade acho que as pessoas daqui excluem as pessoas de fora" (SANTOS, 2014, p.243); "pra minha família que ficou em São Paulo, eu sou a sem pátria" (SANTOS, 2014, p.199); "costumo cozinhar e faço as comidas do meu estado de origem. Vocês aqui são adeptos do coentro, colocam em tudo" (SANTOS, 2014, p. 235). Em uma assembleia de professores, uma professora que assume posição contrária a professora que discordava no momento anterior diz: " você não é daqui, não conhece a história da região e as nossas lutas, se conhecesse não defendia o que está defendendo" (SANTOS, 2014, p. 216).

Com exceções, é claro, há uma verdadeira demonstração de egos, supremacia, falta de informação e vaidades de ambos os lados, que emperram o entendimento de completude da diferença, explicitada por Mbembe (2016). Um hiato no casamento perfeito, que pode ser delineado por dois *aportes* do conhecimento, interno e externo, e que pode redundar em avanços significativos para as comunidades.

Hall (2014), ao falar do global e do local, aproxima-se das inferências acima citadas e defende a aproximação cultural, o respeito e o exercício da alteridade quando diz que, não se deve pensar em um substituindo o outro, mas, numa articulação entre ambos.

> *Em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são produtos desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado (HALL, 2014, p. 95).*

Numa referência aos deslocamentos e migrações, Hall (2014) descreve as formações identitárias que atravessam as fronteiras naturais compostas por pessoas que se deslocaram, utilizando o seu conceito de tradução: essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno

ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas [...] elas são o produto de várias histórias e culturas interconectadas e pertencem, ao mesmo tempo, a várias casas. São as chamadas culturas híbridas, produto dos deslocamentos, e que devem aprender a conviver com duas ou mais identidades e a transitar por entre culturas. A evidência dessa mescla poderia fazer o leitor pressupor uma facilidade maior das relações e a quebra de resistência e aniquilamento de fronteiras. Não é assim que Mbembe (2017, s/p) traz sua perspectiva, ao contrário, em entrevista intitulada "A Era do Humanismo está Terminando", ele afirma que o *apartheid*,

> *sob diversas modulações, será restaurado como a nova velha norma. Sua restauração abrirá caminho para novos impulsos separatistas, para a construção de mais muros, para a militarização de mais fronteiras, para formas mortais de policiamento, para guerras mais assimétricas, para alianças quebradas e para inumeráveis divisões internas, inclusive em democracias estabelecidas [...] os conflitos sociais tomarão cada vez mais a forma de racismo, ultranacionalismo, sexismo, rivalidades étnicas e religiosas, xenofobia, homofobia e outras paixões mortais.*

O horizonte descrito não parece favorável. A realidade tem demonstrado que, no que tange aos contextos migratórios e de refugiados, os impactos são grandes e as interações nem sempre são de fácil acesso. Ao contrário, o que se tem visto, apesar de toda interconexão global, é um emergir de muros evidenciando um perfil nocivo para a diferença e uma resistência ou uma falta de conhecimento quanto ao hibridismo identitário, indo na direção oposta ao entendimento defendido por Achille Mbembe e Stuart Hall.

REFERÊNCIAS

APPIAH, Kwame Anthony. **Identidade como problema**. In: SALULUM JUNIOR, Brásilio et al. (Org). **Identidades**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à Nossa Porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CUNHA, Carolina. **Os Muros que Dividem o Mundo**. Novelo Comunicações, 17/2/2017.

ELIAS, Norbert.***Os Estabelecidos e os Outsiders***- Rio de Janeiro: Zahar editora, 2000

GELLNER, Ernest**. Nações e Nacionalismo**. São Paulo: Gradiva, 1993.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-modernidade**. 12º edição. Rio de Janeiro:Editora DP&A, 2014.

JASSOUMA, Joude. **Eu Venho de Alepo**: itinerário de um refugiado. São Paulo: Vestígio, 2017.

MBEMBE, Achille. **A Era do Humanismo Está Terminando**.2017. Disponível em: HTTP://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta -terminando. Acesso em21/dez/2017

_____. **Por que Julgamos que a Diferença É um Problema?** 2016. Disponivél em:HTTPS://.goethe.de/ins/BR/PT/kul/mag/20885952.html. Acesso em 17/out/2017

SALULUM JUNIOR, Brásilio et al. (Org.). **Identidades**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

SANTOS, Maria Luiza Silva. **Fluxos Contemporâneos**: capital humano e acadêmico-cultural reconfigurando a região do cacau. Ilhéus: Editus, 2014.

SCHWARZ. **Conservatism, nationalism and imperialism**. In-Donald, J.;HALL, Stuart. **Politics and Ideology**, Milton Keynes: Open University Press, 1986.

VALLET, Elisabeth. **Um mundo de muros**.http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/10/1930334-serie-um-mundo-de-muros. Acesso em: 17/jan/2018.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE O CASO DA UNILAB

Carla Craice da Silva[1]
Larissa Welane Moreira de Jesus[2]
Emanuel de Jesus Correia Semedo[3]
Aldine Valente Bathillon[4]

1. INTRODUÇÃO

A internacionalização da educação se mostra, a princípio, como um meio de disseminação e circulação de informações e, consequentemente, de indivíduos, se fazendo presente principalmente no ensino superior, "sendo marca das relações entre universidades" (MOROSINI, 2006a, p. 108). Deste modo, é relevante refletir sobre as especificidades acerca do fenômeno migratório associada à internacionalização. Fatores como raça, gênero e local de partida se imbricam da experiência do migrar manifestando-se de forma intensa na vivência daqueles e daquelas que se deslocam para além de suas fronteiras nacionais. Além disso, a experiência universitária pode se tornar desafiadora para os e as futuras estudantes em consequência da grande diversidade de modos de ser, estar e viver num país diferente do seu país de origem, tendo que lidar não somente com a diversidade de nacionalidades, mas também de culturas, etnias e formação escolar (GUSMÃO, 2014).

Nesse ínterim, o presente artigo tem como objetivo de compreender a internacionalização no caso da Universidade da

1 Cientista social, doutora em Demografia (UNICAMP). Atualmente atua como docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

2 Bacharela em Humanidades; graduanda em Relações Internacionais.

3 Bacharel em Humanidades (UNILAB), mestre em Estudos Africanos (UNEB), doutorando em Ciência Política (IESP- UERJ).

4 Bacharel em Humanidades, Licenciada em Ciências Sociais (UNILAB), e mestra em Sociedade, Ambiente e Território (UFMG).

Integração Internacional Afro-Brasileira (UNILAB), uma universidade que coloca a internacionalização como um de seus pilares. Para isso, o artigo traz uma reflexão sobre como a universidade se estrutura a partir da internacionalização, refletindo sobre este conceito e apresentando os mecanismos forjados pelo projeto para garantir que ela se realize com foco na presença dos estudantes vindos dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

2. AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA E A UNILAB

Alicerçada pelas premissas da Cooperação Sul-Sul, o início do século XXI foi marcado pela mudança na agenda política externa do governo brasileiro em relação aos países africanos, principalmente aos Países de Língua Oficial Portuguesa, os PALOP. De acordo com Visentini (2014), a política externa do governo de Luís Inácio Lula da Silva logrou em recuperar o protagonismo diplomático e de cooperação no continente africano, superando as expectativas nas cooperações entre o Brasil e os Países da África por conta da construção de uma cooperação de caráter multifacetada.

As relações diplomáticas do Brasil com os países africanos no início do século XXI se desenharam com a perspectiva de entender as contribuições históricas do continente ao país, buscando restabelecer laços culturais e sociais. Assim, a construção da cooperação solidária Brasil-África teria raízes históricas tendo em vista o passado escravista de diversos povos africanos, aspecto crucial na formação da histórica social e cultural da nação (MUNANGA, 2018). Neste sentido, Lula e seus representantes reconheceram em seus discursos a dívida histórica que o Brasil possui com a África, devendo a cooperação partir deste cimento histórico-cultural (MALOMALO, 2015; MUNANGA, 2018).

Os estudos da política externa do Brasil reafirmam a intensificação das relações durante o governo Lula, por meio de visitas aos países africanos, abertura de embaixadas e consulados, e intensificação de cooperação no âmbito bilateral e multilateral no campo do comércio,

tecnologia, segurança e defesa, educação, saúde, assistência social, agricultura, capacitação de mão de obra, gestão pública entre outros (VISENTINI, 2013; MENDONÇA JUNIOR, 2013). No âmbito educacional, destacam-se como exemplos de uma nova abordagem das relações de solidariedade: os acordos de cooperação cultural e universitária através dos programas de vagas e bolsas de estudos para graduação e pós-graduação; a promulgação da Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da história africana na escola brasileira; e a criação da Universidade de Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) instituída como Universidade Pública Federal (MUNANGA, 2018). Neste sentido, se estabelece relações Brasil/África para além dos âmbitos econômicos, comerciais e políticos, entendendo a importância das relações históricas e culturais.

Não há relações sem interesses entre estados internacionais, o que não seria distinto da relação Brasil-África (MUNANGA, 2018). No entanto, acredita-se que as relações Brasil/África se diferem daquelas estabelecidas entre os países africanos com outras potências europeias e asiáticas. Ao fazer a análise da aproximação do Brasil com os países africanos durante a era Lula, Munanga (2018) aponta exemplos específicos sobre o perfil de comportamento das relações diplomáticas que se distanciam do modelo das relações com as antigas metrópoles. Se no caso das antigas metrópoles se verifica uma relação vertical com moldes próximos a do colonizador com o colonizado, o Brasil "por não ter sido um país colonizador na África (pelo contrário foi colonizado), ele não entraria na África para vender ou para comprar munido do complexo de superioridade e da prepotência do ex-colonizador" (MUNANGA, 2018, p. 16). As relações Norte-Sul se diferenciam das relações Sul-Sul, já que as primeiras são construídas a partir de um passado de relação colonial, o que guardaria uma posição subjugada para aqueles países que dantes se constituíram como colônias.

Cabe ressaltar que, nos anos 70, o então regime militar brasileiro iniciava uma retomada das relações com o continente africano depois de um grande período de ruptura. Neste período, as ações em relação ao continente africano eram feitas por meio de

"renegociação das dependências", ou seja, tratava-se de diversificar os parceiros comerciais do Brasil, ampliando, sobretudo, mercados para a exportação de bens manufaturados e serviços para enfrentar o protecionismo de EUA e Europa Ocidental (LEITE, 2011, p. 143). Por exemplo, o reconhecimento do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) em 1975 pelo general Ernesto Geisel então presidente mostrou um pragmatismo responsável que, com isso, buscava construir parcerias estratégicas na região independentemente das orientações ideológicas.

Entretanto, historicamente, foi a partir do mandato do presidente Lula onde se reconhece alguma solidariedade que vai para além dos interesses econômicos e comerciais (MUNANGA, 2018). A Universidade de Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) pode ser vista fruto da integração entre África e Brasil por meio desta cooperação solidária, durante a era Lula (MALOMALO, 2015).

Além disso, em termos de produção de conhecimento sobre o continente africano, a aproximação recente também foi proveitosa. Certamente que, para fazer negócios na África, era necessário um conhecimento sobre os seus parceiros. Seria a partir desta necessidade concreta que surgiu a demanda de se desenvolver estudos sobre o continente africano, especialmente sobre a sua parte ao sul da Sahara (MUNANGA, 2018). Os estudos de intelectuais brasileiros sobre essa parte da África tiveram dois momentos fundamentais: entre 1900 e 1960 com o nascimento destes estudos que estaria relacionado aos estudos afro-brasileiros, sendo o continente africano pano de fundo cultural para compreender os fenômenos da continuidade e inovação das culturas africanas e elucidar os fenômenos da sua resistência e contribuições no Brasil; a partir da década de 60 até os dias atuais teremos o segundo momento, no qual se verifica o ressurgimento desses estudos, que vão se desenvolver no âmbito da solidariedade dos países do terceiro mundo (MUNANGA, 2018).

Contudo, a solidariedade apresenta limites. Quando se observa os discursos dos representantes políticos sobre a África geralmente se iniciam com a reafirmação da cooperação solidária por conta da dívida

histórica, porém, por fim, enfatizam questões ligadas às relações comerciais (MALOMALO, 2015). O termo solidariedade utilizado pela diplomacia brasileira pode funcionar como princípio da justiça social para todos, porém não necessariamente incluiria troca, reciprocidade e reconhecimento do outro como sujeito histórico dos países parceiros. Neste sentido, Saraiva (2012) sinaliza uma singularidade na disposição de forças nas relações entre Brasil-África, considerando-se que o Brasil tem mais a oferecer a África em termos materiais, e tem muito a receber da África no plano da imaterialidade. Deste modo, mesmo um discurso que coloca a cooperação solidária em ênfase, há um movimento de interesse de ganhos (VISENTINI, 2013).

Neste contexto de aprofundamento das relações do Brasil com países do continente africano que a UNILAB foi forjada. Dentre os diferentes desafios postos na construção desta universidade, um dos principais é constituir uma internacionalização que se realize de forma mais solidária. No próximo tópico, será apresentada uma reflexão sobre o processo de internacionalização e como a UNILAB se apresenta.

3. A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E SEUS SIGNIFICADOS

Historicamente, a dimensão internacional esteve presente na universidade no que tange à função de pesquisa tendo em vista a autonomia do pesquisador no que se refere às suas escolhas de investigação. Esse quadro se modifica principalmente pós-1990 no contexto do neoliberalismo quando houve regulamentação da educação como serviço pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Anteriormente à regulamentação da OMC, a educação superior era tida como construtora de conhecimento voltado à sociedade e, consequentemente, como bem público resguardado, assim, pelo Estado (DIAS SOBRINHO, 2005). As políticas neoliberalistas do início da década de 1990 refletiram uma mudança de concepção quando a educação passa a ser direcionada para e pelo mercado, ou seja,

fundamentalmente por entes privados, tornando-se central sua função econômica e as capacidades laborais dos estudantes. Neste sentido, a internacionalização do ensino superior se tornou uma tônica fundamental no contexto de globalização e, consequentemente, de transnacionalização (DIAS SOBRINHO, 2005; TAKAYANAGUI, 2019).

Morosini (2006b; 2011) diferencia o conceito de internacionalização da educação superior a partir de uma leitura histórica, entendendo-o como um processo estratégico posterior à guerra fria relacionado à globalização. Anteriormente ao período da globalização, havia uma dimensão internacional das universidades, porém não apresentava uma constituição organizada (MOROSINI, 2006b). Desta forma, a globalização se mostra como um elemento fundamental para se entender a internacionalização das universidades atualmente, já que a as alianças estratégicas para a produção de conhecimento, intercâmbio social e cultural objetiva melhoraria a qualidade de ensino bem como formaria um profissional voltado para a circulação ampla (KNIGHT, 2007).

Existe, assim, uma "dupla face" do fenômeno da internacionalização. Por um lado, há perspectiva de uma formação transnacionalizada dos estudantes que atenda à intensa troca promovida em um mundo globalizado. Por outro lado, há o viés mercadológico sob o qual se deve ter em conta que:

> *[...] a internacionalização da educação superior não é apenas um fluxo motivado pela busca de uma nova afetividade e culturalidade, mas um processo que vem se transformando a partir de elementos da globalização, permitindo a movimentação de milhares de dólares em todo o mundo, contribuindo, portanto para uma dinâmica na economia mundial. (BEZERRA, 2017, p. 5)*

Neste sentido, a internacionalização Sul-Sul promove o fortalecimento de blocos econômicos (MOROSINI, 2011) para além da solidariedade entre os países em desenvolvimento, aspecto

fundamental num mundo transnacionalizado. Bezerra (2017) ressalta nesse contexto os casos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), com o processo de integração educacional no Mercosul devido a participação dos estudantes dos países do referido bloco regional, e da UNILAB, por causa dos estudantes oriundos dos PALOP, que partilham um processo histórico de colonização.

O próprio site da UNILA enfatiza que a missão institucional da universidade:

> *é a de formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul (Mercosul).*
> *A vocação da UNILA é o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com países integrantes do Mercosul e com os demais países da América Latina. Os cursos oferecidos são em áreas de interesse mútuo dos países da América Latina, sobretudo dos membros do Mercosul, em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e a integração regionais.*

A edificação de universidades com as características da UNILA e da UNILAB, e a relação dos países pertencentes a estas universidades com esses blocos econômicos não são meras coincidências. Tanto a UNILA é fruto do Mercosul, quanto a UNILAB também surge em decorrência da CPLP. Pelo fato de ambas se situarem no solo brasileiro e serem universidades federais, ou seja, o Brasil está a frente e não há um compartilhamento da organização institucional, nos dá indícios de qual é o país que está se tornando uma peça chave e central desses dois blocos econômicos.

Apesar da internacionalização do ensino estar em um contexto de relações econômicas, é possível diferenciar dois processos de internacionalização voltados estritamente para formação do quadro profissional globalizado e outro que busca dialogar com a pluralidade

cultural. O primeiro, a Cooperação Internacional Tradicional (CIT) caracteriza-se por enfatizar a presença de atores internacionais na instituição, em especial na pesquisa e na pós-graduação, com a tônica da competitividade entre as instituições (MOROSINI, 2011). Este modelo, predominante nas universidades, acirra as diferenças entre as instituições, fortalecendo os centros acadêmicos de regiões mais desenvolvidas, ou seja, do Norte global. Como outro modelo possível de internacionalização há a Cooperação Internacional Horizontal (CIH) (MOROSINI, 2011), que valoriza as potencialidades locais e propõe a articulação entre as instituições. Com isso, busca-se valorizar a perspectiva local e/ou regional e a identidade de uma instituição em detrimento a uma internacionalização com tendência à homogeneização do ensino superior (TAKAYANAGUI, 2019).

Por um lado, o modelo de cooperação tradicional pauta-se pela centralidade de circulação de pesquisadores em torno dos centros mundialmente consolidados. Primeiro, pois reforça a circulação periódica de pesquisadores de centros já consolidados sem o comprometimento com a troca de *expertise*, em um modelo de relação hierárquica. Além disso, o modelo tradicional promove a migração de talentos, ou fuga de cérebros, de centros em localidades menos desenvolvidas para, novamente, centros consolidados (MOROSINI, 2006b; TAKAYANAGUI, 2019), o que significa migração do Sul para o Norte. A migração de cérebros tem sido ponderada pelo fato de acadêmicos manterem relações acadêmicas com o seu país de origem, ou mesmo retornam, pois, sua estadia depende das políticas migratórias. Entretanto, nota-se que na circulação de acadêmicos pautada pela cooperação tradicional, sobressai os centros consolidados como uma das pontas e, em grande parte, daqueles da pós-graduação ou de docentes das instituições.

Quanto ao último modelo, a de CIH, no Brasil sua emergência está ligada ao estreitamento das relações do Brasil com os países em desenvolvimento, dentro da proposta de Relação Sul-Sul. A cooperação educacional entre o Brasil e os países africanos se iniciou através dos programas PEC-G e PEC-PG, que contribuiu significativamente

no processo de internacionalização do ensino superior brasileiro. Contudo foi com a UNILAB que houve uma política que traz a tônica a integração e a cooperação solidária como princípio.

Portanto, a nossa perspectiva é que o projeto da UNILAB é peculiar, enquadrando no modelo weberiano Central de internacionalização da educação superior proposta por Morosini (2006). Pois, a UNILAB "incorpora uma dimensão internacional, intercultural ou global aos objetivos, funções e organização da educação pós-secundária" (MOROSINI, 2006, p. 96-97).

A UNILAB adquire o *status* de uma universidade singular, assim como a UNILA, pela incorporação e afirmação do compromisso com a internacionalização, integração e interiorização nas suas bases edificatórias enquanto universidade que se propõe, desde o início, a ir à contramão dos modelos de universidade. Sua proposta é pautada na internacionalização enquanto constituinte primordial, e não apenas a trata como um setor ou um dos objetivos da universidade.

Isso se faz evidente desde o processo de constituição do seu corpo discente pautado no estatuto desta universidade, 50% para estudantes estrangeiros da CPLP e 50% para estudantes nacionais (UNILAB, 2010), até o no processo da assistência estudantil. Mesmo com os seus problemas no que se refere à efetivação desses 50 por 50 e no que se refere a abrangência da assistência estudantil para todos os discentes, essas iniciativas são facilitadoras e impulsionadoras do processo de internacionalização.

Outro ponto relevante refere-se a própria perspectiva de ensino da universidade, que, segundo suas diretrizes, busca:

> *"[...] promover avanços na produção e disseminação do conhecimento em atendimento à demanda de formação e de pesquisa de países de expressão em língua portuguesa, em um ambiente de respeito às distintas identidades, ao pluriculturalismo e à cooperação solidária (UNILAB, 2010, p.10)."*

Dentro desse âmbito de produção e disseminação de conhecimento, a desmistificação e desconstrução crítica dos estereótipos sobre a África se torna um dos principais eixos de atuação da universidade, assim como a leitura e produção de narrativas contra-hegemônicas, o que exige um novo olhar sobre África e sua diáspora pelo mundo afora. Neste sentido, os componentes curriculares previstos no Projeto Pedagógico Curricular (PPC) dos cursos da instituição assumem um debate mais aprofundado das temáticas sobre o continente e sua diáspora.

Desta forma, há um processo de internacionalização também dos currículos. Temos, por exemplo, na Licenciatura em História disciplinas como Antiguidade Africana e suas conexões; História da América: colonização e resistência; História da África I e História da África II (UNILAB, 2017a). O mesmo acontece no Bacharelado em Relações Internacionais, apresentando disciplinas voltadas para entender o continente africano e suas relações com outros países. Este último apresenta em suas disciplinas obrigatórias: Política Externa Africana Contemporânea; Análise das Relações Sul-Sul; Política de Cooperação e Integração Internacional: Brasil-África; e Geografia Política e Geopolíticas do Sul Global (UNILAB, 2017b). Os cursos de Licenciatura contam com disciplinas voltadas a compreender as particularidades do ensino nos países parceiros além de refletir sobre o próprio processo pedagógico em uma perspectiva não eurocêntrica, como nas disciplinas: Educação, Sociedade e Cultura na Perspectiva da Descolonização do Saber; Filosofia da Ancestralidade e Educação; e didática nos países da Integração. Em todos os cursos, mesmo nas disciplinas sem o recorte específico relacionado à UNILAB, as ementas contam com material que versa sobre a América Latina, África e Ásia, sem deixar de mencionar o quadro de disciplinas optativas que também abrange uma diversidade grande de conteúdos nesse viés.

Vale frisar que não é só o compartilhamento e a construção de conhecimento que se verifica em espaços com essas características, acrescentam-se: o questionamento dos "clássicos" engessados pelos países do Norte, a denúncia da existência de uma relação de poder que

também perpassa na construção do conhecimento e o debate sobre a invisibilidade no campo da produção de conhecimento pela qual os países do Sul são vítimas. Contudo, um dos pontos mais centrais desse processo reside nos questionamentos e debates acalorados do que se pode considerar conhecimento ou saber. A internacionalização (e também a interiorização no caso brasileiro) permite uma maior aproximação e o estabelecimento de diálogos e debates com sujeitos oriundos dos lugares e envolvidos com as dinâmicas a serem estudadas na academia. Isso evita que os conhecimentos sistematizados ou pesquisados continuem a obedecer uma lógica fria, distanciada e objetificante. Começa-se também a mudar a forma de produção de conhecimento, o que é muito interessante e relevante.

4. ESTUDAR NO BRASIL: FERRAMENTAS DE ACESSO, ACOLHIDA E PERMANÊNCIA

Tendo em vista que a internacionalização é base da sua proposta, não à toa a UNILAB aparece como a instituição de ensino superior com maior contingente de estudantes internacionais no Brasil. Em 2018, 1.259 estudantes internacionais estavam matriculados na UNILAB, sendo 761 estudantes de Guiné-Bissau, 273 de Angola, 79 de Cabo Verde, 77 de São Tomé e Príncipe, 41 de Moçambique, 26 do Timor Leste, 1 da Costa do Marfim e 1 de Portugal[5] (OBSERVATÓRIO, 2018).

O processo seletivo que possibilita o acesso dos estudantes internacionais à UNILAB é realizado pela própria instituição em parceria com as embaixadas brasileiras e centros culturais nos respectivos países de origem. O Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros (PSEE) de responsabilidade da Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais (Prointer) é a porta de entrada para os estudantes de outros países que têm interesse em ingressar na UNILAB, sendo tal processo dividido em duas partes. No primeiro

5 Dados do Censo do Ensino Superior compilados pelo Observatório das Migrações em São Paulo.

momento a inscrição é recebida com envio de formulário contendo documentação específica solicitada (documentos de identificação pessoal e da trajetória escolar). Após esta primeira etapa, é realizada uma classificação com base no histórico escolar e há uma chamada para a segunda etapa, a realização das provas que são realizadas nas respectivas embaixadas em cada um dos países parceiros. Após a publicação dos resultados das provas, aqueles e aquelas que forem aprovados podem confirmar suas pré-matrículas apresentando a documentação exigida nas embaixadas para, posteriormente, obter o visto temporário e ingressarem de fato ao Brasil.

A realização do processo seletivo no país de origem facilita o ingresso na universidade, pois reduz os custos dos candidatos. Porém, a vinda para o Brasil requer a mobilização de recursos para a passagem e para a estadia, pois, apesar de grande parte dos estudantes internacionais conseguirem algum auxílio estudantil, isso não acontece no momento de chegada, apenas após participarem de editais quando já estão no Brasil. Neste sentido, as redes de apoio são essenciais para o primeiro acolhimento ao estudante recém-chegado, seja parentes, amigos ou mesmo conhecidos que já estão na UNILAB (SILVA, SOUZA, BATHILLON, 2021).

Para minimizar as questões que afligem os recém-chegados, existem ações institucionais como o Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros (PAIE) e o Seminário de Ambientação Acadêmica (SAMBA). Ambos possuem como objetivo auxiliar o processo de inserção e adaptação dos estudantes internacionais. No PAIE, os estudantes novatos contam com acompanhamento, orientação e apoio de colegas mais antigos no que diz respeito à inserção na vida acadêmica, acomodação, regularização da documentação diante dos órgãos competentes, procedimentos relacionados à saúde e apoio na inclusão no programa de auxílios. A proposta é que esse acompanhamento seja iniciado através das redes sociais nos países de origem de cada estudante logo após a confirmação de matrícula. Conhecidos como “tutores”, os estudantes mais antigos interessados em mediar a vinda de colegas internacionais passam por

um processo seletivo e, após aprovação, por algumas oficinas, recebem uma bolsa durante três meses para exercer a função de acolhimento, podendo se inscrever discentes nacionais ou internacionais.

No que diz respeito a eventos, a UNILAB realiza o Seminário de Ambientação Acadêmica (SAMBA) a cada novo ingresso de estudantes. A realização do seminário visa dar boas-vindas aos recém-chegados, bem como apresentar a universidade e seus diferentes setores, apresentando a estrutura organizacional da universidade para facilitar a circulação administrativa por parte dos estudantes. O evento é voltado para todos os recém-ingressos, tanto aqueles e aquelas que vieram dos países parceiros quanto para os brasileiros e brasileiras.

Em termos de permanência, o programa de auxílios se torna fundamental para estar na universidade, sendo que a disponibilização de diferentes modalidades de auxílios consiste em estratégias eficazes que auxiliam na concretude do viés internacionalista, em especial no modelo voltado ao Sul Global como a UNILAB. Bezerra (2017) defende que:

> A oferta de bolsas a alunos com escassos recursos econômicos tem como objetivos facilitar o acesso, a permanência e o bom desempenho acadêmico nos estudos de graduação. [...] A oferta de auxílios estudantis permite aos discentes, em especial os em situação econômica vulnerável a permanecer e concluir os cursos de nível superior" (BEZERRA, 2017, p. 10-11).

O Programa de Assistência ao Estudante (PAES), vinculado a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas Estudantis (PROPAE), é destinado "aos/às estudantes matriculados/as em cursos de graduação presencial, cujas condições socioeconômicas são insuficientes para permanência na universidade" (UNILAB, 2019, p.1). As modalidades dos auxílios são: Moradia, Instalação, Transporte, Alimentação, Social, Emergencial e, mais recentemente, houve a criação da modalidade Inclusão

Digital tendo em vista as exigências em termos de conectividade que a pandemia trouxe. De acordo com a documentação, a finalidade do programa é de possibilitar o acesso aos direitos da assistência estudantil para os discentes dos cursos de graduação que apresentam vulnerabilidade socioeconômica que comprometem a permanência exitosa destes (UNILAB, 2021).

Diferentemente de grande parte das universidades (e semelhante à UNILA), a UNILAB garante o acesso e o acúmulo de duas ou mais modalidades de subsídio para a permanência dos estudantes. A UNILAB não dispõe de um programa de auxílio específico para estudantes internacionais, sendo que a inserção no programa acontece mediante edital amplo voltado para o alunado como um todo. Porém os estudantes internacionais, em sua maioria, são contemplados com duas modalidades de auxílios (moradia e alimentação) entre as seis disponíveis.

O desenvolvimento de assistência estudantil também é reflexo do modelo de internacionalização que a universidade adotou. O modelo de internacionalização em si se caracteriza num divisor de águas para a assistência estudantil destinada para esses estudantes internacionais. Por exemplo, ao compararmos as diferentes modalidades de assistência estudantil destinadas para estudantes internacionais da UNILAB (acima mencionados) e estudantes internacionais do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) nas suas universidades, verifica-se que existem enormes diferenças. Isso acontece porque, primeiramente a Internacionalização pela qual a Unilab se pauta está nas suas diretrizes de criação enquanto universidade, enquanto que o PEC-G é um programa administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com as Instituições de Ensino Superior que fazem parte do programa (MANUAL PEC-G, 2016). Ou seja, não existe uma grande autonomia das universidades parceiras. O próprio manual de orientação do programa é coletivo, não é específico e nem readaptado especificamente para as universidades parceiras. E no que tange à assistência estudantil, o manual cita apenas três pontos:

> Vaga gratuita em curso de graduação em mais de 90 IES brasileiras, sem cobrança de taxas; Assistência médica, odontológica e farmacêutica pelo Sistema Único de Saúde (SUS); Recebimento gratuito de seus documentos acadêmicos (diploma, ementas e histórico escolar) legalizados, na missão diplomática brasileira do país onde se inscreveu no PEC-G. (MANUAL PEC-G, 2016, p.6)

Além desses três itens, o manual não aponta nenhuma outra forma de assistência ou acompanhamento para os estudantes internacionais. As documentações necessárias nos primeiros momentos de chegada, como CPF e RNE (atualmente RNM), constam como deveres dos alunos e não se disponibiliza nenhum apoio ou acompanhamento para eles nesse primeiro momento de chegada. Existe uma grande diferença entre os dois processos de internacionalização por motivos anteriormente citados, e de uma forma ou outra, tentar compará-los a par e passo seria um erro. Outro ponto importante onde os dois processos de internacionalização também se diferem diz respeito aos conteúdos sobre a História da África e afro-brasileira-Brasileira.

Apesar da relevância do programa de auxílio, existem críticas relevantes para como o programa se apresenta. A primeira diz respeito à exigência de se morar no município onde se localiza os campi. De acordo com o último edital, o Auxílio Moradia visa garantir condições de residência nos municípios sede dos Campi da Unilab (UNILAB, 2022). No caso de São Francisco do Conde, os preços dos aluguéis são altos e uma das possibilidades seria morar em municípios nas proximidades, como Candeias e Santo Amaro, o que não é possível por conta do edital. Um segundo ponto que gera certa tensão entre o corpo discente refere-se a lista de documentação exigida distinta entre os estudantes nacionais e internacionais (SILVA et al., 2020).

O programa de auxílios é crucial para universidades com perfis internacionalista e interiorano. No entanto, o processo de permanência desses estudantes não é só condicionado pelo fator financeiro, também depende do seu processo de inserção inicial no

contexto das cidades e da própria universidade, bem como da sua manutenção e adaptação acadêmica. Assim outros programas se direcionam a apoiar os estudantes com dificuldades acadêmicas. É comum, por exemplo, dificuldades sobre uma escrita mais formal, dúvidas sobre os formatos de trabalho próprios do ensino superior, como fichamentos e resenhas, ou mesmo na leitura e interpretação de texto. Durante a pandemia, o manejo à tecnologia de acesso às aulas também apareceu como um ponto a ser aprimorado, com dificuldades desde a disponibilidade de equipamentos, ao acesso ou mesmo a um espaço adequado de participação nas aulas (JORGE et al. 2022).

O apoio acadêmico se dá através do programa PULSAR, de responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), que tem por objetivo "promover a adaptação do estudante à Unilab, contribuir para permanência qualificada do estudante nos cursos de graduação, bem como orientar o estudante para uma transição tranquila e organizada da Educação Básica para a Superior" (UNILAB, 2020, p.1). Esse programa conta com os intitulados "tutores juniores", encarregados por realizar atendimentos, palestras e seminários explicativos sobre as atividades básicas concernentes à vida acadêmica. Assim como no PAIE, estudantes nacionais e internacionais que desejam participar são submetidos a processo seletivo que confere a bolsa. Cada curso possui dois tutores juniores bolsistas e um tutor voluntários, além do docente responsável que acompanha as atividades. Além do Pulsar, também existe o Programa de Bolsas de Monitoria (PBM), no qual os monitores acompanham de forma mais próxima as atividades acadêmicas de determinadas disciplinas, geralmente aquelas com maior número de reprovações nos semestres anteriores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo trouxe uma reflexão sobre o projeto da UNILAB tratando de forma mais aprofundada sua proposta de internacionalização. O modelo de internacionalização proposto pela universidade se aproxima de uma perspectiva mais horizontalizada

com uma proposta de incluir na sua estrutura o caráter internacional desde a nomenclatura, uma proposta de formação de corpo acadêmico de metade dos países parceiros até os currículos dos cursos, entre outras dimensões fundamentais para a estruturação da proposta.

Destaca-se a presença de estudantes internacionais que, atualmente, compõem cerca de 25% do total de discentes. A instituição possui uma forma de ingresso mais acessível aos estudantes internacionais quando comparado a outras instituições que atraem este perfil de discente, facilitado pelo processo seletivo dos países parceiros. Além do ingresso, a UNILAB apresenta mecanismos associados à assistência estudantil que se volta para a permanência material e acadêmica.

O ambiente acadêmico constitui-se a partir de múltiplas experiências escolares, e este é um grande desafio na dimensão pedagógica para as salas de aula e fora delas. Além disso, por seu acesso mais amplo, a instituição deve se atentar para as vulnerabilidades dos estudantes, em especial os internacionais, que estão longe do seu país de origem e, por vezes, não possuem uma rede de apoio ampla. O projeto, assim, constituiu mecanismos importantes para a internacionalização, porém os desafios para consolidá-la e aprimorá-la permanece, sendo necessários estudos constantes que compreendam com profundidade seu projeto e sua efetivação.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, A. F. D. Internacionalização da Educação Superior no Mercosul: uma análise comparada de universidades públicas de Argentina e Brasil. **Anais. XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária**. Mar de Plata, Argentina, 2017.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior, globalização e democratização: qual universidade? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, Abr. 2005, p. 164–173.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Intelectuais negros: migração e formação entre conflitos e tensões. **O Público e o privado,** v. 1, n. 23, 2014.

JORGE, Luciana; SILVA, Carla Craice; ALMEIDA, Luciana. Construindo uma universidade internacionalizada: um estudo sobre a permanência estudantil na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). **Revista Teias**. v. 23, n. 69 • abr./jun. 2022.

KNIGHT, J. Internationalisation: management strategies and issues. **International Education Magazine**, v.9, 1993

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 228 p.

MALOMALO, Bas'lele. A integração Brasil-África: uso e sentido da cooperação solidária nos discursos de Luiz Inácio Lula da Silva. In: FREITAS, R. C.; MACHADO SEGUNDO, H. B. (Orgs.). **Democracia, equidade e cidadania**. Curitiba: CRV, 2015. p. 70-91.

MENDONÇA JÚNIOR, Wilson. P**olítica externa e cooperação técnica: as relações do Brasil com a África durante os anos FHC e Lula da Silva**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2013.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar em revista**, n. 28, p. 107-124, 2006a.

MOROSINI, M. C. Internacionalização da Educação Superior. In: MOROSINI, M. C.(Ed) **Enciclopédia de Pedagogia Universitária**. v. 2. Glossário. Brasília: Inep, 2006b.

MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização na produção de conhecimento em IES Brasileiras: Cooperação Internacional Tradicional e Cooperação Internacional Horizontal. **Educação em Revista,** Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 93–112, 2011.

MUNANGA, Kabengele. Relações África-Brasil: o que seria? **Novos Olhares Sociais**. Revista do PPGCS/UFRB, Vol.1, n.1, 2018.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO. **Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" (NEPO). Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/ acesso em 21 out. 2020.

SARAIVA, José Flávio S. **África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.166 p.

SILVA, Carla Craice; SOUZA, Cristiane Santos; BATHILLON, Aldine. O ser e o estar na Unilab: o olhar das/os estudantes africanas/os sobre a integração. In: Artemisa Odila Candé Monteiro; Ivan Costa Lima (orgs). **Unilab 10 anos: Experiência, desafios e perspectivas de uma Universidade Internacional com a África e Timor-Leste no interior da Bahia e Ceará.** v.1, Fortaleza: Imprece, 2021.

TAKAYANAGUI, Axel Didriksson. La construcción de una agenda de transformación para la universidad en América Latina y el Caribe. **Perfiles Educativos**, México, v. XLI, n. 136, 2019.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A África e as potências emergentes: Nova partilha ou Cooperação Sul-Sul?** 1ª. ed. Porto Alegre: Leitura XXI/CEBRAFRICA-UFRGS, 2013.

Documentação:

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **Diretrizes Gerais**. Redenção, Julho, 2010.

_____. Pró-Reitoria de Graduação (Prograd). **Projeto Pedagógico de Curso Licenciatura em História Bahia**. Bahia, 2017a. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2019/11/PPC-HIST%C3%93RIA-Vol-VI.pdf>. Acesso em 20 mai. 2022.

_____. Pró-Reitoria de Graduação (Prograd). **Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais – Bacharelado**. Bahia, 2017b. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2018/07/PPC-Rela%C3%A7%C3%B5es-Internacionais-Terceira-Vers%C3%A3o-17-FEV-2017.pdf>. Acesso em 20 mai. 2022.

_____. Pró-Reitoria de Graduação (Prograd). **Seleção de Tutor Júnior para o Programa Pulsar**. Redenção, 2020. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Edital--Prograd-n%C2%BA-017.2020-Programa-Pulsar-2.pdf>. Acesso em 20 dez. 2020.

_____. Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas Estudantis (Propae). **Programa de Assistência ao Estudante (Paes)**. Redenção, 2019. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/

uploads/2019/07/edital-03_2019-PROPAE-FINAL.docx-1.pdf>. Acesso em 20 dez. 2020.

_____. Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas Estudantis (Propae). **RESOLUÇÃO AD REFERENDUM CONSUNI/UNILAB Nº 31, DE 30 DE JULHO DE 2021**. Redenção, 2021. Disponível em: < https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2022/02/SEI_UNILAB-0313897-RESOLUCAO-AD-REFERENDUM-CONSUNI_ATUAL.pdf> Acesso em 25 mai. 2022.

CONTORNOS DA EXCEÇÃO: O FECHAMENTO DE FRONTEIRAS DO BRASIL NA PANDEMIA DE COVID-19 E A DISCRIMINAÇÃO A MIGRANTES VENEZUELANOS NAS PORTARIAS DE 2020

José Sacchetta Ramos Mendes
Fernanda Gonçalves Carvalho

RESUMO: A pandemia de coronavírus afetou o movimento de migrantes e refugiados em todo o mundo. A imposição de restrições à circulação de pessoas em nome da segurança sanitária impactou no exercício de direitos. No Brasil, o decreto que reconheceu o estado de calamidade pública, emitido em 16.03.2020, fundamentou proibições e o fechamento de fronteiras. Parte dessas medidas foi editada por meio de portarias que, em vários aspectos, contrariavam o ordenamento brasileiro e tratados de que o país é signatário. O capítulo analisa as portarias migrantistas de 2020, primeira fase da pandemia, momento agudo de seu alastramento. O texto ressalta a ocorrência de discriminação e características do estado de exceção, conforme conceito do teórico Giorgio Agamben. O foco discriminatório concentrou-se em estrangeiros oriundos da Venezuela. As medidas denotaram a tentativa de retomada do paradigma securitário nas diretrizes migratórias e de refúgio, em desacordo com a nova Lei de Migração (lei nº 13.445/2017) e sua dimensão humanitária.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia; Migração; Refúgio; Estado de Exceção; Venezuelanos.

ABSTRACT: The coronavirus pandemic affected the movement of migrants and refugees. The restrictions on the movement of people in the name of health security impacted on the exercise of rights. In Brazil, the recognition of the state of public calamity justified prohibitions and the closing of borders. Part of the measures was edited through ordinances that contradicted the Brazilian legal system and treaties to which the country is a signatory. This chapter analyzes provisions adopted in the first phase of the pandemic, the acute moment of its

spread. The text emphasizes the occurrence of characteristics of the state of exception, according to the concept of the theorist Giorgio Agamben. In the ordinances issued, the discriminatory focus was on displaced persons from Venezuela. It is argued that the measures denoted the resumption of the security paradigm in the migratory and refugee guidelines, in disagreement with the new Migration Law (law nº 13.445/2017) and its humanitarian character.

KEYWORDS: Pandemic; Migration; Refuge; State of Exception; Venezuelans.

1. INTRODUÇÃO

Um dos impactos sentidos fortemente na fase inicial da pandemia de covid-19 foi a imposição em todo o mundo de regras limitadoras da circulação de pessoas. Ao longo do ano de 2020, a proteção da saúde pública por meio do distanciamento físico justificou o estabelecimento de regulações e medidas restritivas pelos países, em caráter excepcional, alegadamente para conter a disseminação do novo coronavírus. O fenômeno cerceou a mobilidade de milhões de seres humanos de diferentes maneiras. Sua abrangência foi generalizada e em nome da segurança sanitária tocou a estabilidade normativa dos Estados, inclusive os de sólida tradição democrática. Legislações de viagem foram suspensas, abrindo espaço para normas de exceção que afetaram o exercício de direitos fundamentais. As dificuldades de trânsito foram ainda mais severas no âmbito dos deslocamentos internacionais, o que ampliou a vulnerabilidade entre migrantes e pessoas em situação de refúgio.

No Brasil, antes mesmo da Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar, em 11 de março de 2020, que a pandemia estava em curso, a chamada Lei da Quarentena, editada no mês anterior, limitou a entrada e saída de pessoas do território nacional (Brasil, 2020). O reconhecimento da crise sanitária pelo Congresso Nacional ocorreu alguns dias depois da declaração da OMS, com a instituição do estado

de calamidade pública por meio do decreto-lei nº 6 de 20 de março de 2020.

O texto legal que amparou a adoção de regras emergenciais no Brasil em razão do alastramento da pandemia não abordou nenhum aspecto de saúde pública. Redigido a partir de solicitação da Presidência da República, o decreto-lei n° 6/20 tratou exclusivamente da questão fiscal, liberando a administração federal de Jair Bolsonaro para novos gastos (Brasil, 2020a). A ausência de menção a aspectos epidemiológicos ou sociais na redação da norma que instituiu o estado de calamidade pública denotou uma postura de alheamento – e mesmo negação – que se repetiu em outros gestos do governo federal durante a primeira fase da pandemia, ao mesmo tempo em que a medida legitimava disposições excepcionais.

O avanço das contaminações pelo coronavírus nas semanas e meses seguintes de 2020 levou à publicação de um conjunto de portarias interministeriais que determinou o fechamento das fronteiras brasileiras e restringiu ao extremo o ingresso de estrangeiros no país. A proibição de entrada de não nacionais pela fronteira terrestre com a Venezuela balizou algumas dessas portarias (Brasil, 2020b, 2020c). A conjuntura de crise sanitária e as novas regras restritivas dos deslocamentos internacionais fizeram emergir um cenário atípico na ordem migratória brasileira. A situação remete ao regime de exceção suspensivo do Estado de direito, conceito reintroduzido na época pelo teórico italiano Giorgio Agamben para identificar situações em que a necessidade, ou a defesa de interesses coletivos, surgem como justificativa do poder constituído para subtração da ordem legal democrática.

Para Agamben, desde as primeiras décadas do século XX, a permanência do excepcional tornou-se uma régua de normalidade e a recorrência ao estado de exceção passou a ser o "paradigma de governo dominante na política contemporânea". Desse prisma, "o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal" (AGAMBEN, 2004, p. 12-13).

Na especificidade brasileira do momento, a adoção de medidas excepcionais no curso da pandemia combinou-se com a discriminação à Venezuela e aos venezuelanos, o grupo migrante e refugiado mais numeroso no Brasil no período anterior ao fechamento de fronteiras. A crise socioeconômica no país vizinho e o êxodo humano que gerou, em parte direcionado ao Brasil, haviam sido demarcadores de manifestações sobre política externa migrantista feitas por Jair Bolsonaro desde a sua campanha eleitoral (MENDES e MENEZES, 2019), bem antes, portanto, do alastramento do novo coronavírus.

A contrariedade de algumas das regras instituídas por portarias em 2020 com o espírito das leis brasileiras tornou-se flagrante quando elas passaram a sobrepor segurança e defesa social ao respeito aos direitos humanos, como se fossem noções incompatíveis. A prorrogação da vigência de medidas restritivas e discriminatórias durante o primeiro ano da pandemia e nos primeiros meses de 2021 sugeriu sua projeção em termos de maior alcance, um risco que Agamben também anteviu sobre o caráter das normas exceção, que passariam a reverberar, direta ou indiretamente, como substrato de novos regramentos sem relação com a realidade fática geradora da excepcionalidade.

Este capítulo faz um levantamento analítico das diretivas sobre entrada e circulação de estrangeiros no Brasil, migração internacional e refúgio adotadas na primeira fase da pandemia de covid-19. O destaque foi a instituição de regras limitadoras por meio de portarias que expressavam nominalmente discriminação negativa aos deslocados venezuelanos. O texto comenta as principais medidas tomadas pelo Estado brasileiro em matéria migratória de março a dezembro de 2020. Na primeira parte, apresenta a caracterização das diretrizes do governo brasileiro que tiveram enfoque nos migrantes e refugiados venezuelanos. O texto questiona a adequação da emissão de portarias para tratar da temática e sua legalidade, levando em conta que as disposições muitas vezes colidiam com normas hierarquicamente superiores, como a Lei de Migração (lei nº 13.445 de 24.05.2017) e acordos internacionais de que o Brasil é signatário.

A tentativa de imputação criminal de migrantes em situação indocumentada – e de modo abrangente a criminalização das migrações internacionais nas portarias de 2020 do governo de Jair Bolsonaro – é tratada na segunda parte do texto. Dispositivos incluídos nas regras adotadas preceituavam sobre deportação sumária de estrangeiros que entraram ou permaneceram no país em condição irregular. Contra estes, outra penalidade prevista em portaria era sua inabilitação para pedido de refúgio no Brasil, medida que violava tanto o ordenamento interno quanto os tratados internacionais sobre migração e refúgio.

Na terceira parte do capítulo, comenta-se o impacto da pandemia de covid-19 na dinâmica da Operação Acolhida, principal iniciativa em matéria migratória e de refúgio do Estado brasileiro desde 2017. Inaugurada na gestão de Michel Temer (2016-2018), a ação foi continuada no mandato de Jair Bolsonaro (2019-2022). A proibição de ingresso de não nacionais pela fronteira da Venezuela na primeira fase da pandemia provocou o esvaziamento da operação e impactou na sua natureza de acolhimento de recém-chegados daquele país. A retomada do caráter receptivo e de interiorização de migrantes e refugiados pela Operação Acolhida aconteceu junto com a reabertura da fronteira e, mais recentemente, com o fim do estado de calamidade pública e a revogação de grande parte das regras migratórias especiais.

2. LEGISLANDO EM PORTARIAS: O ATAQUE EXPLÍCITO À MIGRAÇÃO VENEZUELANA

Desde os primeiros meses, o governo federal sob a Presidência de Jair Bolsonaro baixou portarias para regular os deslocamentos internacionais, a entrada e permanência de não nacionais em território brasileiro. Alguns dos dispositivos contrariavam abertamente a legislação. Foi o caso da portaria nº 666 de 26.07.2019, assinada pelo então ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro, que previa a deportação sumária de estrangeiros considerados suspeitos. A portaria concedia 48 horas para que o acusado apresentasse defesa ou deixasse voluntariamente o país. A medida se opunha à Constituição

Federal de 1988, que outorga direitos e garantias a nacionais e estrangeiros em igualdade de condições, e à nova Lei de Migração (lei nº 13.445/17), que assegura o exercício do devido processo legal a toda pessoa ameaçada de deportação. Infringia também a Convenção das Nações Unidas de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados, da qual o Brasil é signatário.

A linguagem em que a portaria nº 666/19 foi escrita retomou o uso de uma terminologia de desconfiança sobre os migrantes própria do modelo policial que se acreditava superado com a revogação do Estatuto do Estrangeiro, instituído pelo Regime Militar em 1980 e extinto pela Lei de Migração em 2017. A portaria nº 666/19 mencionava "pessoa perigosa" para se referir ao migrante que deveria ser impedido de entrar no Brasil, ou que poderia ser deportado sumariamente, ou ter cancelada a permissão de permanência no país. Na dúvida sobre como definir o indivíduo perigoso, seu artigo 2º incluía nessa categoria os estrangeiros "suspeitos de envolvimento" em um rol de delitos. A mera suspeição bastava para o enquadramento legal e a deportação (BRASIL, 2019-a), o que provocou críticas do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e protestos dos grupos humanitários.

Com o início da pandemia de covid-19, a prática de regular questões migratórias por meio de portaria tornou-se corriqueira no Brasil, num movimento em que diversas regras de exceção passaram a ser incorporadas temporariamente à ordem jurídica (Agamben, 2004), sem previsão de termo. Entre março e dezembro de 2020, o Poder Executivo federal editou 24 portarias com diferentes disposições sobre o ingresso de não nacionais no país.

A primeira medida que limitou a mobilidade transfronteiriça oficialmente visando conter a expansão do vírus foi a portaria nº 120 de 17.03.2020, que restringiu o ingresso de "estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela" por via terrestre (Brasil, 2020b). A disposição acarretou o fechamento da fronteira e bloqueou o principal portão de entrada de migrantes e refugiados venezuelanos no Estado de Roraima. Dois dias depois, um novo dispositivo, à portaria nº 125 de

19.03.2020, estendeu o bloqueio às fronteiras brasileiras com outros oito países vizinhos, deixando de fora apenas o Uruguai, para o qual previu uma regra específica (Brasil, 2020c).

A portaria nº 120/20 informava, em suas considerações introdutórias, que a restrição de entrada de estrangeiros no Brasil pela fronteira venezuelana atendia à recomendação da nota técnica nº 01 de 17.03.2020, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e se baseava em "motivos sanitários relacionados aos riscos de contaminação pelo coronavírus" (Brasil, 2020b). Essa mesma justificativa foi incluída na exposição de motivos de outros dispositivos que passaram a impedir ou limitar a entrada de estrangeiros no país.

Apesar da menção à nota técnica da Anvisa, o teor desse documento permaneceu desconhecido da sociedade brasileira, pois sua íntegra não foi divulgada prontamente pela agência. Isso não permitiu que se soubesse de imediato a fundamentação que teria levado a Anvisa a recomendar a contenção do ingresso de estrangeiros provindos da Venezuela, país que na época estava fora das zonas críticas de expansão da pandemia (OMS, 2020). Ao contrário, naquela fase de 2020 a Venezuela ainda havia sido pouco afetada pelas contaminações. Foi preciso que o Conselho Nacional de Direitos Humanos, organizações e entidades solicitassem formalmente para que a Anvisa tornasse público, de modo tardio, o texto da nota técnica (SJMR, 2020).

As determinações restritivas das duas portarias geraram preocupação em associações e grupos de defesa dos direitos dos migrantes e refugiados, que divulgaram uma "Nota Técnica da Sociedade Civil Sobre as Portarias nº 120 e nº 125 (Restrição de Entrada no Brasil)". A nota questionava as disposições das portarias e suas implicações: a proibição de entrada de não nacionais; a limitação do direito de reingresso de migrante residente no Brasil que houvesse se ausentado do país; a deportação; a inabilitação de pedido de refúgio como punição por eventual irregularidade cometida por migrante, refugiado ou aspirante, como por exemplo o ingresso ao território brasileiro sem autorização prévia.

Além de ressaltar esses tópicos, a nota da sociedade civil destacou a discriminação negativa à Venezuela e aos venezuelanos:

> *Chama a atenção que, dentre os países da América do Sul que impuseram medidas de restrição de ingresso em suas fronteiras, o Brasil foi o único a direcionar, em um primeiro momento, tais medidas restritivas apenas a um país específico (a Venezuela), país sequer reconhecido como área de risco (...) O tratamento diferenciado e discriminatório dado à Venezuela provoca ainda maior consternação pelo próprio entendimento do Estado brasileiro de reconhecer a condição de refugiadas às pessoas vindas deste país em virtude de sua situação de grave e generalizada violação de direitos humanos. (SJMR, 2020).*

Um dado discriminatório à Venezuela presente nas duas portarias foi o bloqueio da passagem de residentes entre os municípios limítrofes de Pacaraima (Brasil) e Santa Elena de Uairén (Venezuela). O impedimento da circulação de pessoas entre cidades gêmeas foi singular e teve implicações dramáticas no cotidiano da população regional. Venezuelanos costumavam cruzar a fronteira com o Brasil para acessar serviços de saúde, comprar alimentos, remédios etc. A limitação da mobilidade regional-internacional abalou negativamente o comércio de Pacaraima e agravou o desabastecimento em Santa Elena de Uairén (Araújo, 2020).

A noção de cidades gêmeas foi estabelecida oficialmente em 2014 pelo Ministério da Integração Regional para diferenciar centros urbanos na linha de fronteira em conurbação com localidades de países vizinhos. São cidades que requerem políticas públicas integradas, tendo em vista o conjunto de suas coletividades, e que não deveriam nunca ser fechadas uma à outra (Brasil, 2014). Pacaraima, Roraima, é a única cidade gêmea do Brasil com a Venezuela.

Antes do surgimento de casos de coronavírus no Estado de Roraima, o governador e a seção local da Associação Médica de

Brasileira (AMB) já haviam formalizado pedidos à Presidência da República solicitando o bloqueio da fronteira venezuelana. Alegavam que o fluxo de migrantes e refugiados aumentaria o risco de circulação do vírus e agravaria a precária rede pública de saúde (Barbieri, 2020; AMB 2020). Apesar de todas as portarias terem sido justificadas como decorrentes de recomendações técnicas da Anvisa, apenas as duas primeiras, que tratavam da restrição à entrada de estrangeiros oriundos da Venezuela, indicaram como motivo para o fechamento da fronteira "a dificuldade de o Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro comportar o tratamento de estrangeiros infectados pelo coronavírus e de impedir a disseminação do covid-19" (Brasil, 2020b, 2020c).

De outro ponto de vista, porém, impedir o acesso seguro de venezuelanos ao território brasileiro acarretaria maiores riscos à saúde pública da região. Migrantes e refugiados passaram a buscar rotas alternativas nas florestas e montanhas e, com isso, poderiam favorecer a propagação de doenças, inclusive pela falta de previsão de sua presença nas diretrizes e ações sanitárias. Aqueles que entram no país de forma irregular ou não possuem documentação tendem a evitar recorrer a serviços públicos por receio de expor sua condição (Ventura, 2016) e, em razão dela, serem deportados ou sofrerem outras punições.

A análise das portarias baixadas em 2020 indica o aumento de ameaças a migrantes em situação indocumentada. E embora a previsão inicial de fechamento das fronteiras estipulasse um período de 15 dias, as portarias editadas ao longo do ano renovaram esse prazo. Até que a portaria nº 648 de 23.12.2020 deixou de estipular o término de sua vigência, que se manteve em aberto por tempo indeterminado, contrariando o caráter temporário das medidas de exceção anteriores.

Outra dessas portarias aprofundou a discriminação de não nacionais provindos da Venezuela. A portaria nº 255 de 22.05.2020, que estendeu por trinta dias a proibição de entrada no Brasil por meios terrestres, via aérea ou transporte aquaviário, isentou da restrição diversas categorias: "imigrante com residência de caráter definitivo, por prazo determinado ou indeterminado, no território brasileiro

(...) cônjuge, companheiro, filho, pai ou curador de brasileiro (...) [e] portador de Registro Nacional Migratório". Mas o texto explicitava que as isenções não eram aplicáveis "a estrangeiros provenientes da República Bolivariana da Venezuela" (Brasil, 2020e).

A portaria nº 255/20 estabeleceu ainda dispositivos para facilitar o movimento de residentes nas 29 cidades-gêmeas reconhecidas nas linhas de fronteira brasileiras, mediante apresentação de documento comprobatório e desde que garantida reciprocidade pelo país vizinho. Apenas uma localidade foi excluída expressamente do texto legal, a cidade gêmea de Pacaraima (Brasil, 2020e). As disposições inseridas nessa e em outras portarias tornaram absoluta a proibição de entrada no Brasil de não nacionais vindos da Venezuela (Jarochinski Silva e Jubilut, 2020).

3. A CRIMINALIZAÇÃO DE MIGRANTES E DAS MIGRAÇÕES NAS PORTARIAS DE 2020

As regras sobre trânsito internacional de pessoas adotadas pelo governo brasileiro na primeira fase da pandemia de covid-19 determinaram, entre outros aspectos, a atribuição de responsabilidade criminal do migrante em caso de transgressão aos dispositivos das próprias portarias. Assim, entrar de modo indocumentado em território nacional configurava um delito passível de ser punido com a deportação da pessoa ou sua inabilitação para solicitar refúgio. É o que impunham as portarias n° 120/20 e nº 125/20, em idêntica redação de seu artigo 6º:

> O descumprimento das medidas disciplinadas nesta Portaria implicará:
> I - a responsabilização civil, administrativa e penal do agente infrator; e
> II – a deportação imediata do agente infrator e a inabilitação de pedido de refúgio (Brasil, 2020b; Brasil, 2020c).

A ideia de que o ato de migrar sem autorização do país de acolhimento configura crime contraria um preceito basilar de acordos internacionais e repercute na legislação interna brasileira. Opõe-se à nova Lei de Migração, que no artigo 3º inciso III adota a "não criminalização da migração" como princípio condutor das políticas públicas sobre a questão migratória, caracterizando a entrada irregular de estrangeiro como infração administrativa (Brasil, 2017). Essa modalidade de transgressão é sujeita a multa, mas não à imputação criminal do migrante ou aspirante a refugiado. Na esfera penal, não há nada na legislação brasileira que tipifique como crime o ato de migrar sem anuência do Estado.

A tentativa de criminalizar a entrada desautorizada no país violava também a lei n.º 9.474 de 22.07.1997, que definiu os mecanismos para implementação no Brasil da Convenção da ONU de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados. Seu artigo 7º proíbe a deportação de estrangeiro "para fronteira de território em que sua vida ou liberdade esteja ameaçada", enquanto o artigo 8º informa que "o ingresso irregular no território nacional não constitui impedimento para o estrangeiro solicitar refúgio às autoridades competentes" (Brasil, 1997).

A inabilitação do pedido de refúgio como medida punitiva, conforme previsão das portarias 120/20 e 125/20, não tem precedente no ordenamento democrático brasileiro, embora a deportação de migrantes e até mesmo sua detenção fossem antevistas no texto original do Estatuto do Estrangeiro (lei nº 6.815 de 19.08.1980), como meios de sanar o ingresso ou a estada irregular no país, caso o adventício não se retirasse voluntariamente do território nacional no prazo determinado (Brasil, 1980).

O Estatuto do Estrangeiro foi estabelecido como legislação especial migratória pelo Regime Militar de 1964. Fundamentava-se no paradigma da segurança nacional e da suspeição *a priori* do migrante, tendo sido instituído em sua primeira versão pelo decreto-lei n° 941 de 13.10.1969, no governo do general Artur da Costa e Silva (1967-1969), em plena vigência do Ato Institucional nº 5 (Brasil, 1969).

No período, o Brasil vivenciava condições institucionais de exceção, com a suspensão da Constituição de 1946 e a imposição de uma Carta Constitucional pelos militares. Na última fase do regime, uma nova redação do Estatuto do Estrangeiro foi elaborada (lei nº 6.815/80), mantendo, porém, a visão securitária das migrações internacionais (Brasil, 1980).

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, vários dispositivos do Estatuto do Estrangeiro foram derrogados, por serem incompatíveis com a ordem democrática. Mas ainda que o texto legal fosse criticado por amplos setores da sociedade e organismos internacionais, o Estatuto permaneceu em vigor por quase três décadas e só foi revogado em 2017 pela Lei de Migração. Com a mudança legislativa, o paradigma sociojurídico da segurança nacional deu lugar ao estrito respeito aos direitos humanos em matéria migratória, coerente com os princípios constitucionais vigentes no país.

Nesse sentido, a possibilidade de deportação de migrante indocumentado prevista na atual Lei de Migração e em seu decreto regulamentador (decreto nº 9.199 de 20.11.2017) decorre de um processo administrativo cuja abertura deve ser precedida de notificação do migrante e da concessão de um prazo mínimo de 60 dias para que possa regularizar sua condição no país. O procedimento deve respeitar princípios do Estado de direito, como acesso ao contraditório, ampla defesa e garantia de recurso com efeito suspensivo. Em todo caso, a deportação só poderá se efetivar se não colocar em risco a vida ou a integridade pessoal do migrante (Brasil 2017a).

Diferentemente, as portarias sobre matéria migratória editadas em caráter temporário durante a pandemia de covid-19 carecem de garantias de respeito aos direitos da pessoa migrante indocumentada e admitem sua deportação quase imediata por decisão de autoridade executiva. Assim, para além de constituírem regras especiais, as portarias criam flagrante desvio da legalidade, já que não há no ordenamento o instituto da deportação sumária. A anormalidade instaurada para proteger a saúde pública, por meio do cerceamento da circulação internacional de pessoas, permaneceu em vigor

durante o ano de 2020 e adentrou 2021 sem que medidas tenham sido encaminhadas para evitar violações dos direitos fundamentais.

Segundo dados da Polícia Federal (PF), entre abril e julho de 2020 – fase inicial da pandemia – foram realizadas pelo Brasil 744 deportações de estrangeiros, dos quais 522 eram bolivianos, 159 venezuelanos e 44 paraguaios. Os demais deportados eram colombianos, uruguaios, peruanos, argentinos, um espanhol e um inglês. Ainda de acordo com a PF, os locais onde mais ocorreram deportações foram Corumbá (MS), na divisa com a Bolívia, e Pacaraima (RR), na fronteira com a Venezuela. Apesar de não terem sido divulgados os motivos que justificaram sua retirada do território brasileiro, o fato de os deportados serem na maioria nacionais de países vizinhos sugere relação com o fechamento de fronteiras. Outra evidência foi o aumento exponencial desses números, em comparação ao mesmo período de 2019, quando foram realizadas pelo Brasil apenas oito deportações (Prazeres, 2020a).

As disputas na sociedade brasileira sobre adesão a medidas de distanciamento social e vacinação em massa tornaram complexa a defesa dos direitos de migrantes e refugiados durante a pandemia. Assim, contra a discriminação a migrantes e refugiados venezuelanos explicitada na portaria nº 255/20, a Defensoria Pública da União (DPU) ajuizou uma ação civil pública na 3ª Vara Federal de Porto Alegre (RS), em 27 de maio de 2020, solicitando a suspensão dos efeitos de vários dispositivos da portaria. A ação, porém, foi extinta em juízo por suposta ausência de interesse processual (Martins, 2020).

Com maior sucesso, uma outra ação civil pública contra a discriminação a migrantes e refugiados nas fronteiras brasileiras foi ajuizada em 17 de agosto de 2020 pela Defensoria Pública da União, em conjunto com o Ministério Público Federal, na 3ª Vara Federal do Acre. DPU e MPF pediram que "não sejam realizados atos de retirada compulsória, bem como a deportação de migrantes pela Polícia Federal e que os pedidos de refúgio sejam analisados sem impedimentos" (Conectas, 2020). Dois dias depois, em decisão liminar, a Justiça Federal suspendeu as deportações e determinou à União

que assegure aos migrantes o direito de solicitar reconhecimento da condição refugiada (Angelo, 2020).

A ação buscava resolver o impasse iniciado duas semanas antes, quando um grupo de 18 migrantes, na maioria venezuelanos, foi retido ao entrar no Brasil pela ponte sobre o rio Acre, no município de Epitaciolândia (AC), divisa com o Peru. A Polícia Federal imediatamente iniciou o procedimento de deportação coletiva, com base na portaria interministerial nº 1 de 29.07.2020, e os levou de volta para a fronteira com o Peru. Mas a polícia peruana também recusou sua entrada e o grupo permaneceu sobre a ponte entre os dois países, abrigado em barracas de lona, em condições precárias, até a decisão da Justiça brasileira que determinou sua acolhida em território nacional (DPU, 2020).

A portaria interministerial nº 1/20, que fundamentava a decisão de deportar o grupo de venezuelanos vindos do Peru, referenciava-se nos princípios da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, estabelecida em 2018 no governo de Michel Temer (Brasil, 2020f). A diretriz torna explícita a perspectiva securitária assumida também por Jair Bolsonaro no tratamento a migrantes e refugiados. A invocação da segurança nacional ou da defesa social da nação – combinada com preocupações sanitárias legítimas decorrentes da pandemia – faz contraponto ao paradigma do respeito aos direitos humanos dos migrantes, hoje prevalecente no ordenamento jurídico brasileiro. É também uma tentativa de retomar na prática ações de controle e vigilância a não nacionais características da política migratória de períodos ditatoriais, como o Regime Militar de 1964 e o Estado Novo de Getúlio Vargas (Mendes e Menezes, 2019).

4. O FECHAMENTO DA FRONTEIRA COM A VENEZUELA E A OPERAÇÃO ACOLHIDA

As restrições ao trânsito internacional de pessoas pela fronteira com a Venezuela adotadas pelo Brasil a partir de março de 2020, fase aguda de expansão da pandemia de coronavírus, provocaram forte

redução nas atividades da Operação Acolhida. O fechamento da fronteira e as medidas de contenção estabelecidas tornaram ociosa a estrutura montada pelo Exército Brasileiro na cidade de Pacaraima para recepção e regularização migratória dos venezuelanos (Figueira, De Figueiredo, 2020). Em Boa Vista e Manaus, as atividades nos postos de triagem e interiorização também foram reduzidas drasticamente. Os serviços de assistência a migrantes e refugiados passaram a atender apenas casos de alta vulnerabilidade (R4V, 2020).

A Operação Acolhida, oficialmente chamada Força-Tarefa Logística Humanitária para o Estado de Roraima, foi concebida como ação conjunta do Ministério da Defesa, de agências das Nações Unidas e organizações da sociedade civil para atuar no acolhimento de venezuelanos. Em seu início, a operação se estruturou em três eixos ou etapas: a) ordenamento do trânsito de pessoas na fronteira, quando é feito o controle de entradas em território brasileiro; b) assistência e abrigo e c) interiorização, etapa de encaminhamento dos migrantes para outros Estados brasileiros, com objetivo de facilitar sua fixação e inclusão socioeconômica.

Criada em fevereiro de 2018, no governo de Michel Temer (2016-2018), a Operação Acolhida tornou-se a mais importante, senão a única política migratória de fato no Brasil nos últimos anos. Em janeiro de 2019, ao tomar posse como presidente da República, Jair Bolsonaro decidiu dar continuidade à operação por um ano, prazo depois estendido por tempo indeterminado. A decisão buscou responder ao contexto de crise humanitária na fronteira com a Venezuela e à ausência de diretriz própria do governo recém-empossado para as migrações internacionais.

Com o início da pandemia e a edição das portarias que restringiram a entrada de estrangeiros, a Operação Acolhida não apenas foi reduzida, mas também teve que adaptar suas ações à nova situação sanitária. Um plano de contingenciamento implementou medidas de prevenção nos 13 abrigos para refugiados e migrantes instalados em Roraima. Em Boa Vista, foi criada uma área de proteção e cuidados, conhecida como Hospital de Campanha, com capacidade para tratar

e isolar pacientes de covid-19, incluindo brasileiros, venezuelanos e migrantes de outras nacionalidades (Acnur, 2020a). Em dezembro de 2020, após meses de fechamento da fronteira, a Operação Acolhida entregou a gestão do espaço para o governo de Roraima, que pretende utilizá-la como apoio para reformas no serviço de saúde (Araújo, 2020a).

A estratégia de interiorização de venezuelanos, segunda etapa da Operação Acolhida, também teve seu ritmo reduzido. Entre janeiro e março de 2020, 8.319 migrantes e refugiados foram levados de Roraima para outros Estados brasileiros, perfazendo uma média de cerca de 2.750 pessoas por mês. De abril a dezembro de 2020, o número de pessoas "interiorizadas" foi de 11.070 pessoas, média mensal de cerca de 1.200 pessoas, metade do contingente anterior à pandemia. No total, de abril de 2018 a dezembro de 2020, 46.589 venezuelanos foram beneficiados pela estratégia de interiorização (Brasil, 2021).

Duas formas de interiorização de migrantes foram fortemente afetadas em 2020: a modalidade abrigo-abrigo, quando a pessoa é transferida de um abrigo em Roraima para outro em diferente unidade da federação, e a interiorização por vagas de emprego (Figueira, De Figueiredo, 2020). Com a pandemia, os abrigos esgotaram sua capacidade de receber gente. As medidas de isolamento social dificultaram a integração local e levaram as pessoas a permanecerem por mais tempo nos abrigos. Já a modalidade de interiorização por oferta de trabalho foi impactada pela diminuição das atividades econômicas no país (R4V, 2020).

Em março de 2020, a Polícia Federal restringiu a emissão de passaportes e regularização de migrantes indocumentados, limitando-se aos casos de extrema necessidade. Embora os prazos de vencimento de documentos relativos à regularização migratória tenham sido suspensos, a interrupção do atendimento da Polícia Federal deixou muitos venezuelanos em situação indocumentada, com dificuldade de acesso a serviços de proteção social (Peduzzi, 2020).

A suspensão do atendimento presencial pelo Conselho Nacional para Refugiados (Conare), por sua vez, atrasou a abertura e o andamento

de procedimentos de refúgio, com deliberações por via remota apenas em casos de urgência. No contexto da pandemia, utilizando meios virtuais, duas decisões do Conare reconheceram como refugiados 772 menores venezuelanos, em abril de 2020, e outros 7.786 venezuelanos em agosto de 2020 (Acnur, 2020; Rodrigues, 2020).

Em relação ao auxílio emergencial, benefício financeiro criado pela lei nº 13.982 de 02.04.2020, destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados (Brasil, 2020d) para mitigar o impacto da perda de renda, em razão da pandemia do covid-19, não há impedimento para migrantes que se enquadrem nos requisitos exigidos para o benefício social. Na prática, alguns obstáculos dificultaram que refugiados e migrantes obtivessem o auxílio, como a necessidade de possuir cadastro de pessoa física (CPF). Seu registro e emissão era outro serviço agilizado pela Operação Acolhida, mas a suspensão do atendimento da Receita Federal nas suas instalações paralisou a emissão de CPF para migrantes (R4V, 2020). Apesar disso, 149 mil estrangeiros foram beneficiados pelo auxílio emergencial, segundo dados da Caixa Econômica Federal. Entre eles, 42,5 mil venezuelanos, principal nacionalidade contemplada, dos quais 18,5 mil estão fixados em Roraima (Freire, 2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento oficial pelo Brasil do estado de calamidade pública em razão da pandemia de coronavírus provocou uma escalada de medidas impondo limitações à circulação internacional de pessoas. Fechamento de fronteiras, disposições restritivas e discriminatórias balizaram as diretivas migratórias brasileiras em 2020. Grande parte das regras excepcionais adotadas durante o ano veio a público por meio de portarias interministeriais, que passaram a regular as migrações e o refúgio. Normas hierarquicamente superiores às portarias e incompatíveis com suas disposições, como a nova Lei de Migração e a Convenção de 1951 sobre os refugiados, foram colocadas de lado, em

obscurecimento ao estrito respeito que evocam a direitos e garantias fundamentais.

A análise das portarias migratórias restritivas do exercício de direitos editadas pelo governo Bolsonaro revela um padrão sistemático de violação de princípios consagrados no ordenamento brasileiro (Moreira, 2020). Algumas delas foram especificamente discriminatórias para com a Venezuela e os deslocados venezuelanos. A emergência sanitária e a necessidade de proteção da saúde pública justificaram a adoção das medidas em caráter excepcional e temporário. No entanto, a prorrogação sucessiva do seu prazo de vigência e a extensão do estado de calamidade pública até 2021 levantaram questões sobre a permanência da excepcionalidade legal.

Um paradoxo é que o mesmo governo que justificou a necessidade de impor restrições ao ingresso de migrantes e refugiados em nome da saúde coletiva tenha recusado assumir medidas internas de segurança sanitária, como o isolamento social e a obrigatoriedade do uso de máscaras.

A adequação da portaria como instrumento normativo também suscitou dúvidas. Como ato de natureza administrativa, a portaria normalmente contém instruções para aplicação de leis e regulamentos ou sobre a execução do serviço público. Embora tenha procedimento de produção simples, a portaria não é a via apropriada na sistemática jurídica brasileira para normatizar sobre trânsito internacional de pessoas, migrações ou refúgio. Ainda assim, as principais restrições à circulação internacional de pessoas adotadas pelo Brasil na fase inicial da pandemia de covid-19 foram instituídas por meio de portarias.

A adoção de regras emergenciais sugeriu paralelo com o regime de exceção suspensivo do Estado de direito, conforme formulação de Giorgio Agamben. Os estudos do autor sobre a instalação do estado de exceção como um dado de deterioração das democracias mencionam como elemento-chave o bloqueio à liberdade de locomoção das pessoas, interna ou internacional. Apesar das ponderações do autor, é preciso observar que em março de 2020, momento de espraiamento das infecções pelo coronavírus, Agamben denunciou o confinamento

compulsório adotado pela Itália e outros países como suposta instauração de uma prática autoritária em escala global. As medidas de saúde pública, em sua visão, fundava-se no avanço do autoritarismo (Agamben, 2020).

A despeito da crítica que se possa fazer ao filósofo italiano por ter minimizado a gravidade da pandemia em sua fase inicial, o que chama atenção no seu pensamento é a reflexão sobre em que medida os atos normativos excepcionais instrumentalizam uma revisão das políticas migratórias, primeiramente por intermédio da restrição temporária à entrada ou permanência de adventícios para, em seguida, levar à transformação ou perda de direitos consolidados. No contexto do governo de Jair Bolsonaro, uma das preocupações de grupos de defesa dos migrantes e refugiados foi que as medidas de exceção assumissem também um caráter seletivo. O fechamento da fronteira com a Venezuela, por exemplo, foi reiteradamente excluído das regras de flexibilização de trânsito internacional de pessoas. A abertura paulatina das fronteiras brasileiras com países vizinhos tardou a incluir a divisa com a Venezuela. Nesse sentido, "as portarias podem ser analisadas como um ajuste da política de recepção de venezuelanos no Brasil, disfarçadas de medidas sanitárias" (Leão, Fagundes, 2020, p. 27).

A tentativa de criminalizar migrantes e refugiados nas portarias de 2020 que buscaram promover a deportação e inabilitação de pedido de refúgio denota o caráter policial de suspeição atribuído às pessoas deslocadas. Não há meios termos para qualificar tais regras, ilegais e injustificáveis até mesmo no ambiente excepcional da pandemia e do estado de calamidade pública. O reconhecimento da crise sanitária e a preservação da saúde coletiva no Brasil não são incompatíveis com o acolhimento e o refúgio. A restrição à mobilidade humana internacional não pode ser compreendida de modo absoluto. Muito do que se observou foi a seletividade das portarias migratórias e sua desconsideração a aspectos humanitários.

A ausência de efetiva política para as migrações e o refúgio no Brasil agravou-se durante a pandemia de covid-19. A fase inicial

de alastramento do vírus foi terreno de restrições à circulação internacional de pessoas e apontou para o isolamento brasileiro, sob o governo de Jair Bolsonaro, em relação ao diálogo multilateral sobre os movimentos migratórios. A retirada do Brasil do Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular, definida pela chancelaria de Bolsonaro em 1º de janeiro de 2019, e a postura acerca da Organização Mundial da Saúde, no que tange às recomendações para enfrentamento da pandemia de coronavírus, provocaram uma difícil combinação para a sociedade brasileira e os migrantes. Ainda que a revogação do estado de calamidade pública no final de 2021 tenha encerrado a vigência das portarias de 2020, questões sobre migração e refúgio continuam a demandar atenção. Cabe, por fim, o alerta de que os princípios políticos humanitários que regem a nova Lei de Migração não foram assumidos na integridade, não em decorrência da pandemia, mas sim da postura dos governantes posteriores à sua promulgação.

REFERÊNCIAS

ACNUR. "Em reunião on-line, Brasil reconhece 772 crianças e adolescentes venezuelanos como refugiados." 29.04.2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/04/29/em-reuniao-on--line-brasil-reconhece-772-criancas-e-adolescentes-venezuelanos-como-refugiados/> Acesso em: 06.01.2021.

_____. "ACNUR amplia apoio a refugiados e brasileiros para frear consequências devastadoras da covid-19." Genebra, 24.07.2020a Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/07/24/acnur--amplia-apoio-a-refugiados-e-brasileiros-para-freiar-consequencias--devastadoras-da-covid-19/> Acesso em: 06.01.2021.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção. Homo Sacer (II,I).* São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. "Contágio". In: AGAMBEN, Giorgio et. al. *Reflexões sobre peste: ensaios em tempo de pandemia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

AMARAL, Antonio Carlos Cintra do. *Teoria do Ato Administrativo*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB). "AMB pede fechamento das fronteiras do Brasil com Venezuela e Guiana." *AMB Notícias*. 15.03.2020. Disponível em: <https://amb.org.br/noticias/amb-pede-fechamento-das-fronteiras-do-brasil-com-venezuela-e-guiana/> Acesso em: 09.08.2022.

ANGELO, Tiago. "Migrantes não podem ser deportados com base em portaria federal, diz juiz do AC." *Conjur*. 19.08.2020 Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-ago-19/portaria-governo-federal-nao-impedir-entrada-migrantes> Acesso em: 08.08.2022.

ARAÚJO, Fabrício. "Comércio em Pacaraima tem movimento fraco após fechamento da fronteira com a Venezuela." *G1*. Pacaraima, 19.03.2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/03/19/comercio-em-pacaraima-tem-movimento-fraco-apos--fechamento-da-com-a-venezuela.ghtml>Acesso em: 05.01.2021.

_____. "Governo de RR assume Hospital de Campanha e unidade deve servir de apoio à reformas na Saúde." *G1*. Boa Vista, 01.12.2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/12/01/governo-de-rr-assume-hospital-de-campanha-e-unidade-deve-servir--de-apoio-a-reformas-na-saude.ghtmll> Acesso em: 22 de dezembro de 2020.

BARBIERI, Luiz Felipe. "Governador de Roraima pede fechamento de fronteira devido ao coronavírus." *G1*. Brasília, 16.03.2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/16/governador-de-roraima-pede-fechamento-de-fronteira-por-causa-de--pandemia-do-coronavirus.ghtml> Acesso em: 29.12.2020.

BRASIL. Decreto-lei n° 941 de 13.10.1969. *Diário Oficial da União,* Brasília, 14.10.1969. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0941.htm> Acesso em: 08.01.2021.

_____ Lei nº 6.815 de 19.08.1980. *Diário Oficial da União*, Brasília 22.08.1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm> Acesso em: 08.01.2021.

_____ Lei nº. 9.474 de 22.07.1997. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23.12.1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm> Acesso em: 30.12.2020.

_____ Lei nº 13.445 de 24.05.2017. *Diário Oficial da União,* Brasília, 25.05.2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm> Acesso em: 30.12.2020.

_____ Decreto nº 9.199 de 20.11.2017. *Diário Oficial da União,* Brasília, 21.11.2017a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm> Acesso em: 30.12.2020.

_____ Portaria nº 125 de 21.03.2014. *Diário Oficial da União* nº 56, Brasília, 24.03.2014, p. 45. Disponível em:<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=45&data=24/03/2014> Acesso em 03.01.2021.

_____ Portaria nº666, de 25.07.2019. *Diário Oficial da União,* Brasília, 26.07.2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-666-de-25-de-julho-de-2019-207244569> Acesso em: 08.01.2021.

_____ Lei 13.979 de 06.02.2020. *Diário Oficial da União,* Brasília, 07.02.2020. *Disponível em:* <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n--13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735> Acesso em: 08.08.2022.

_____ Decreto Legislativo nº 6 de 20.03.2020. *Diário Oficial da União,* Brasília, 20.03.2020a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm> Acesso em: 08.08.2022.

_____ Portaria Interministerial nº 120 de 17.03.2020. *Diário Oficial da União,* Brasília, 18.03.2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-120-de-17-de-marco-de-2020-248564454> Acesso em 03.01.2021.

_____ Portaria Interministerial nº 125 de 17.03.2020. *Diário Oficial da União,* Brasília, 19.03.2020c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-125-de-19-de-marco-de-2020-248881224> Acesso em 03.01.2021.

_____ Lei nº 13.982 de 02.04.2020. *Diário Oficial de União,* Brasília, 02.04.2020d. Disponível em: < https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958> Acesso em: 08.01.2021.

_____ Portaria Interministerial nº 255 de 22.05.2020. *Diário Oficial da União,* Brasília, 22.05.2020e. Disponível em: < https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-255-de-22-de-maio-de-2020-258114133> Acesso em: 08.01.2021.

_____ Portaria Interministerial nº 1 de 29.07.2020. *Diário Oficial da União,* Brasília, 29.07.2020f. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-cc-pr/mjsp/minfra/ms-n-1-de-29-de-julho-de-2020-269235614> Acesso em: 08.01.2021.

_____ Deslocamentos assistidos de venezuelanos. Publicado em 08.01.2021. Disponível em: <https://r4v.info/es/documents/details/82930> Acesso em: 09.01.2021.

CONECTAS. Defensoria, MPF e ONGS entram com ação contra impedimento de acolhida a migrantes vulneráveis. 2020. *Conectas*. 18.08.2020. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/defensoria-ministerio-publico-e-ongs-entram-com-acao-contra-impedimento-de-acolhida-a-migrantes-vulneraveis> Acesso em: 30.12.2020.

DPU suspende deportação de migrantes que chegaram a pé ao Brasil. 2020. *DPU*. Rio Branco, 07.08.2020. Disponível em: < https://www.dpu.def.br/noticias-acre/58209-dpu-suspende-deportacao-de--migrantes-que-chegaram-a-pe-ao-brasil> Acesso em: 29.12.2020.

FIGUEIRA, Rickson Rios; DE FIGUEIREDO, Julia Petek. "A pandemia de covid-19 e seus impactos sobre a Operação Acolhida e a gestão da imigração venezuelana em Roraima". In: BAENINGER, Rosana *et. al. Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2020, p. 381-390. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/miginternacional/miginternacional.pdf. Acesso em: 08.08.2022.

FREIRE, Sabrina. "Mais de 149 mil estrangeiros são beneficiários do auxílio emergêncial". *Poder 360*. 03.10.2020. Disponível em:<https://

www.poder360.com.br/economia/mais-de-149-mil-estrangeiros-sao--beneficiarios-do-auxilio-emergencial/> Acesso em: 08.01.2021.

JAROCHINSKI SILVA, João Carlos; JUBILUT, Liliana Lyra. "Venezuelanos no Brasil e pandemia de Covid-19." In: BAENINGER, Rosana *et. al. Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2020, p. 417-425. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/miginternacional/miginternacional.pdf. Acesso em: 08.08.2022.

LEÃO, Augusto Veloso; FERNANDES, Duval. "Políticas de imigração no contexto da pandemia de covid-19". In: BAENINGER, Rosana et. al. *Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil - Resultados de Pesquisa*. Campinas, Nepo/Unicamp, 2020, p. 20-18. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/impactos_pandemia/COVID%20NAS%20MIGRA%C3%87%C3%95ES%20INTERNACIONAIS.pdf> Acesso em: 08.01.2021.

MARTINS, Jomar. Juíza extingue ação que quer derrubar portaria que regula entrada de estrangeiro. 2020. *Conjur*. 19.06.2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jun-19/juiza-extingue-acao-derrubar-portaria-regula-vida-estrangeiro> Acesso em: 30.12.2020.

MENDES, José Sacchetta Ramos; MENEZES, Fábio Bensabath Bezerra de. "Política migratória no Brasil de Jair Bolsonaro: 'perigo estrangeiro' e retorno à ideologia de segurança nacional" in: Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades, n. 247, pp. 302-321, dez. 2019. Disponível em:<https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/568> Acesso em: 08.01.2021.

MOREIRA, Thiago Oliveira. A (in)convencionalidade de política migratória brasileira diante da pandemia do covid-19. In: BAENINGER, Rosana *et. al. Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19*. Campinas, Nepo/Unicamp, 2020, p 273-281. Disponível em: https://

www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/miginternacional/miginternacional.pdf. Acesso em: 10.12.2020.

OMS. Relatório de situação da OMS nº–57. Genebra: OMS, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200317-sitrep-57-covid-19.pdf?sfvrsn=a26922f2_4> . Acesso em: 08.01.2021.

PEDUZZI, Pedro. Covid-19: Polícia Federal restringe atendimento ao público. 2020. *Agência Brasil*. Brasília, 17.03.2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/covid-19-policia-federal-restringe-atendimento-ao-publico> Acesso em: 05.01.2021.

PRAZERES, Leandro. Deportação de estrangeiros pela Polícia Federal dispara durante a pandemia. 2020. *O Globo*. Brasília, 06.09.2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/deportacao-de-estrangeiros-pela-policia-federal-dispara-durante-pandemia-24626208> Acesso em: 27.12.2020.

R4V. Brasil: COVID-19 - *Flash Update de 26.03.2020*. Disponível em: <https://data2.unhcr.org/en/documents/details/74966> Acesso em: 08.08.2022.

RODRIGUES, Alex. Brasil reconhece situação de refugiado a 7.786 venezuelanos. 2020. *Agência Brasil*. Brasília, 15.09.2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-09/brasil-reconhece-situacao-de-refugiado-7786-venezuelanos> Acesso em: 06.01.2021.

SJMR. SERVIÇO JESUÍTA A MIGRANTES E REFUGIADOS. "Nota Técnica da Sociedade Civil Sobre as Portarias 120 e 125 (Restrição de Entrada no Brasil)". *Comunicação Jesuíta*, 20.03.2020. Disponível em: <https://sjmrbrasil.org/sjmrbra-nota-tecnica/> Acesso em: 08.08.2022.

VENTURA, Deisy. “Impacto das crises sanitárias internacionais sobre os direitos dos migrantes”. *Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, Conectas Direitos Humanos, v. 13, n. 23, p. 61-75, 2016.

MIGRAÇÕES DA E PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE FEIRA DE SANTANA (RMFS)

Ricardo Monteiro de Carvalho[1]
Silvana Nunes de Queiroz[2]

RESUMO: Esse trabalho tem como objetivo analisar as migrações inter-regionais (longa distância), intrarregionais (média distância) e intraestaduais (curta distância) da e para a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), instituída em 2011. Estudos sobre a Bahia e a Região Metropolitana de Salvador sobre essa temática existem, mas pouco ou nada se conhece sobre a RMFS. Os principais resultados, a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010, apontam que entre 2005/2010, o fluxo de curta distância se destaca, ao apresentar maior migração bruta (volume de entrada e saída), bem como maior saldo migratório positivo na RMFS. Por sua vez, os deslocamentos de média distância são os menos praticados, mas mostram saldo migratório positivo, enquanto o fluxo inter-regional, possui saldo negativo, mostrando que a RMFS ainda tipifica como área de perda populacional na migração de longa distância. No tocante aos municípios que compõem a RMFS, Feira de Santana é o mais atrativo.

PALAVRAS-CHAVE: Migrações. Bahia. RMFS.

1. INTRODUÇÃO

As migrações são os deslocamentos populacionais que acontecem entre dois espaços/lugares. Nos últimos 30 anos, o Brasil vivencia mudanças em suas tendências a partir do arrefecimento das migrações inter-regionais (longa distância) e, por outro lado, aumento das migrações intraestaduais (curta distância), bem como

1 Graduando em Ciências Econômicas pela universidade Regional do Cariri (URCA), e-mail: ricardo.monteiro@urca.br

2 Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e-mail: silvana.queiroz@urca.br

o fluxo para novas direções/destinos (CUNHA; BAENINGER, 2005, p. 88; DOTA; QUEIROZ, 2019, p. 427). Nesse contexto, a região Nordeste, historicamente conhecida por expulsar população, tem papel fundamental na distribuição espacial da população brasileira.

No passado (ciclo da cana de açúcar), sua economia fora uma das mais prósperas do país, porém, com o seu declínio, transformou-se em área de perda populacional, com a concentração da atividade econômica entre os anos de 1930 e final da década de 1970 no Sudeste, notadamente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo (BRITO, 1999, p. 182). Mas em anos recentes, especialmente a partir de década de 1980, constata-se diminuição no volume dos emigrantes que partem do Nordeste, dado o paulatino crescimento econômico e desenvolvimento da região, junto com a atuação de políticas públicas e intensificação da urbanização, que contribuem para a retenção populacional (LUCAS, RIGOTTI, 2017, p. 2), bem como atração de migrantes de retorno e de não natural a partir da criação de oportunidades de empregos (SILVA, NUNES, QUEIROZ, 2018).

Por sua vez, a Bahia, maior estado em termos populacional e extensão territorial do Nordeste brasileiro, historicamente caracteriza-se por tipificar como o maior emissor populacional da região para outros destinos mais desenvolvidos (SEI, 2006, p. 29). Esse estado é formado por duas Regiões Metropolitanas: a Região Metropolitana de Salvador (RMS), determinada pela Lei Complementar Federal nº 14/1973, e a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), recorte geográfico deste estudo, instituída mais recentemente pela Lei Complementar Estadual nº 35/2011, sendo composta por uma população de 673.637 habitantes em 2010, distribuídos em seis municípios: Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho.

A literatura existente já estuda a RMS, mas pouco se sabe sobre a dinâmica migratória da e para a RMFS. Por isso, o presente estudo tem como objetivo analisar as migrações a partir de três fluxos: inter-regional (longa distância), intrarregional (média distância) e intraestadual (curta distância), da e para a RMF, a fim de identificar a

sua relevância no tocante a atração ou perda de migrantes e evidenciar qual município da metrópole se destaca. Para o alcance dos objetivos propostos, os microdados do Censo Demográfico 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é a principal fonte de informação.

Esse trabalho é composto por cinco seções, contando com esta introdução. A segunda seção revisa estudos sobre as migrações no século XX e início do XXI na Bahia. A terceira aborda os procedimentos metodológicos para o alcance dos objetivos propostos. A quarta trata dos resultados, analisando as migrações de longa, média e curta distância. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais do estudo.

2. O CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES NA BAHIA

Historicamente a Bahia teve participação de destaque nas migrações internas brasileiras, especialmente a partir da década de 1930, ao contribuir com o processo de concentração da força de trabalho/migratória/populacional no Sudeste, em especial para o estado de São Paulo (BRITO, 1999). Nesse contexto, de acordo com os Censos Demográficos de 1940, 1950 e 1970, a Bahia foi o estado nordestino que mais perdeu população para outras regiões/estados, especialmente para São Paulo, principal ponto de destino dos emigrantes baianos. Em contrapartida, os imigrantes de outros estados que chegavam a Bahia eram notadamente da região Nordeste, que praticam a migração intrarregional (média distância). Portanto, ao apresentar elevados saldos migratórios negativos, a Bahia se caracterizou nacionalmente como estado emissor de pessoas ou de emigração líquida (SEI, 2006, p. 29).

Sousa Filho (2017, p. 13) ratifica que a Bahia tem um fluxo maior de saída de pessoas do que de chegada. O autor aponta que isso ocorre em função de dois processos opostos que marcam a história econômica do estado. O primeiro é baseado pelo modelo primário-exportador desde o período colonial até os anos de 1960, onde os indivíduos

migraram para o campo. O segundo tem relação com o processo de industrialização, destacada pela chegada da indústria petroquímica, seguida pela indústria de celulose e automobilística que se fixa no estado. Com o processo de industrialização, a Bahia sofre mudanças significativas em sua estrutura econômica e, em certa medida, na sua dinâmica migratória. Contudo, Cunha e Baeninger (2005, p. 91) observam que a Bahia, entre os anos 1981 e 1991, ainda apresenta perda populacional, com um saldo negativo de -421.731 pessoas no fluxo migratório interestadual (longa distância).

Pereira (2011, p. 547) identifica a renda como um dos principais fatores para as emigrações da Bahia. Entre os anos de 1991 e 2000, ao dividir a população baiana pela renda domiciliar *per capita*, observa que a maior parte se concentra em até ½ salário-mínimo. Com isso, historicamente, o desenvolvimento baiano é concentrado e, portanto, para poucos, sendo em alguns momentos mais aquecidos e outras vezes mais estagnada. Devido as oscilações na economia, grande quantidade de indivíduos circula, entrando e saindo do estado, mas esses fluxos não são iguais para todos, mudando de acordo com a condição de vida das pessoas.

Com o objetivo de alavancar a economia regional, na década de 1970, foram feitos investimentos, principalmente no setor industrial, além do ramo de serviços, comércio e agrário. A instalação de pólos de desenvolvimento teve impacto no fluxo migratório baiano, pois a partir de tais políticas, mesmo sendo conhecido como o estado que mais perde população da região Nordeste, houve retração no tocante as perdas populacionais. Assim, de acordo com a SEI e o IBGE, o saldo migratório baiano que era de -282.477 migrantes entre 1986/1991, reduziu para -267.465 no período de 1995/2000. Já em 2004, o saldo na Bahia foi de -88.285 migrantes, revelando arrefecimento expressivo na perda populacional de longa distância (MOREIRA DA SILVA, 2012, p. 5).

Assis, Costa e Mariano da Silva (2014, p. 2) revelam que, segundo a PNAD 2009, dentro do processo migratório nordestino, em específico da Bahia, o estado se destaca por emitir próximo de 11% dos emigrantes

do país, recebendo somente cerca de 3,3% dos imigrantes. Do volume dos emigrantes, cerca de 58,4% tiveram o estado de São Paulo como destino, enquanto somente 28% dos imigrantes são procedentes deste estado. No tocante a migração de retorno, a Bahia possui em torno de 9,4% dos migrantes de retorno do Brasil, sendo que 60% eram residentes no estado de São Paulo. Queiroz (2015, p. 85) ao analisar as tendências das migrações interestaduais de retorno no Brasil aponta que, a Bahia, no período de 2005/2010, recebeu 86.637 de imigrantes de retorno. A autora indica que questões econômicas e pessoais como fatores decisivos para o movimento de retorno.

Com relação a dinâmica migratória nas metrópoles da Bahia, Costa (2007, p. 109) revela que os principais pólos de atração intraestadual entre 1991 e 2000 é a Região Metropolitana de Salvador (RMS), com destino especialmente para a capital Salvador, que tem forte atração de jovens de classe média e alta, que buscam cursar o ensino médio ou superior, seguido do oeste baiano, devido a expansão do agronegócio que se propaga com o estado vizinho Goiás.

Em 2000, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) foi considerada como uma das regiões importantes para os migrantes, pois esteve entre as mais atrativas entre os moradores na Bahia. Segundo a SEI, no mesmo ano, dos 417 municípios baianos, 21 concentravam cerca de 50% do volume de imigrantes, onde, Salvador, sozinho, era responsável por 14% dos imigrantes (PEREIRA, 2011, p. 551).

Por sua vez, Sidrim e Fusco (2016, p. 3) ao estudarem as migrações intrametropolitanas nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador, indicam que, entre 1995/2000, a RMS teve o menor fluxo migratório intrametropolitano, com migração bruta de 55.301 migrantes (entradas e saídas), atrás da Região Metropolitana do Recife (RMR) (130.989) e da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) (73.950). Já no quinquênio posterior (2005/2010), a RMS teve uma migração bruta de 63.468 indivíduos, enquanto a RMR contou com 114.963 e a RMF teve 67.964 migrantes. É importante ressaltar que das três regiões metropolitanas analisadas, apenas a RMS teve aumento no fluxo absoluto quando comparado o primeiro com o

segundo quinquênio. Em relação a direção em que esses migrantes têm tomado, a RMS cresceu em dois dos três fluxos analisados nos quinquênios. O fluxo núcleo-periferia ampliou o volume da migração bruta de 35.505 (64,54%) para 43.776 (68,97%); o fluxo periferia-núcleo diminuiu de 8.822 (16,03%) para 7.541 (11,88%); e o fluxo periferia-periferia que teve 10.707 (19,46%) migrantes em 1995/2000 aumentou para 12.151 (19,15%) no quinquênio seguinte (2005/2010). Assim, a RMS indicou crescimento, mesmo que pequeno, do fluxo migratório intrametropolitano.

Contudo, o estudo de Queiroz e Ojima (2019, p. 144) ao analisar as migrações interestaduais da e para as metrópoles nordestinas: Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Região Metropolitana do Recife (RMF) e a Região Metropolitana de Salvador (RMS), mostra que as três figuram com saldo migratório negativo, principalmente a metrópole baiana.

Assim, a partir dessa breve revisão da literatura, observa-se que existem diversos estudos sobre migrações da e para a Bahia, bem como para a Região Metropolitana de Salvador (RMS), em contrapartida, pouco ou nada se sabe sobre as migrações da e para a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), criada no ano de 2011.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 RECORTE GEOGRÁFICO

Para este estudo o escopo geográfico de análise é a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), instituída em 2011, sendo formada por seis municípios (Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho). A mesma está localizada na região Nordeste, no estado da Bahia (Mapa 1).

Mapa 1 – Localização da Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS)

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

3.2 RECORTE TEMPORAL, FONTE DE DADOS E TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

Para o alcance dos objetivos propostos, os microdados do Censo Demográfico 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é a principal fonte de informação.

O fluxo migratório foi determinado a partir de três recortes espaciais:

- **Inter-regional (longa distância):** envolve a imigração e emigração entre os municípios da Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) e os municípios das quatro grandes regiões do Brasil (Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste).

- **Intrarregional (média distância):** envolve a imigração e emigração entre os municípios da Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) e os municípios da região Nordeste.
- **Intraestadual (curta distância):** envolve a imigração e emigração entre os municípios da Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) e os demais municípios do estado da Bahia.

3.3 DEFINIÇÕES ADOTADAS NO ESTUDO

- **Migrante inter-regional:** possui cinco anos ou mais de idade e, na data de referência da pesquisa, residia em um município da RMFS, mas exatamente cinco anos antes do levantamento residia em outro município de outra grande região do Brasil (exclusive o Nordeste).
- **Migrante intrarregional:** possui cinco anos ou mais de idade e, na data de referência da pesquisa, residia em um município da RMFS, mas exatamente cinco anos antes do levantamento residia em outro município da região Nordeste.
- **Migrante intraestadual:** possui cinco anos ou mais de idade e, na data de referência da pesquisa, residia em um município da RMFS, mas exatamente cinco anos antes do levantamento residia em outro município do estado da Bahia.
- **Saldo migratório:** representa a diferença entre o total de imigrantes e o de emigrantes.

3.4 METODOLOGIA PARA O CÁLCULO DAS MIGRAÇÕES

A matriz migratória (inter-regional, intrarregional e intraestadual) representa o fluxo dos imigrantes e emigrantes da RMFS, apresentada sumariamente da seguinte forma:

$$\begin{bmatrix} a11 & \cdots & a1j \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ aj1 & \cdots & ajj \end{bmatrix} = \qquad (1)$$

A = aij = saída do migrante da área *i* para a área *j*

$\sum_{j=1}^{6} a1j$: Total de pessoas que emigram das áreas *i* para as áreas *j*.

$\sum_{i=1}^{6} ai1$: Total de pessoas que imigram das áreas *j* para as áreas *i*.

a11 = a22 = a33 = ... = ajj = 0

Através dos resultados da matriz pode-se calcular o volume de Imigrantes (I), Emigrantes (E), Saldo Migratório (SM), Migração Bruta (MB) e Taxa de Migração Líquida (TML), para o fluxo de longa (inter-regional) média (intrarregional) e de curta distância (intraestadual).

A Migração Bruta (MB) representa todos os movimentos de entrada (imigração) e de saída (emigração) de indivíduos de determinada área. É determinada pela soma entre o total de imigrantes e o de emigrantes (I + E).

$$MB = I + E \qquad (2)$$

A Taxa de Migração Líquida (TML) aponta o peso da migração (imigração e emigração) sobre a quantidade populacional de uma área. A TML é resultado da razão entre o Saldo Migratório (SM) e a população observada no final do período (Pn).

$$TML = \frac{SM}{Pn} * 100 \qquad (3)$$

Outro indicador usado é o Índice de Eficácia Migratória (IEM) que indica a relação entre a entrada e a saída da população e é calculado a partir da seguinte fórmula:

$$IEM = \frac{(I - E)}{(I + E)} \qquad (4)$$

Onde:

I – Representa o número de imigrantes, ou seja, as pessoas que entram no município;

E – Representa o número de emigrantes, ou seja, as pessoas que saem do município.

O IEM varia entre -1 e 1. Significa que quanto mais próximo de 1, maior a capacidade de absorção de migrantes no município; e quanto mais o valor se aproxima de -1, maior a evasão de pessoas. Valores próximos de zero apontam rotatividade migratória, ou seja, áreas que apresentam fluxos semelhantes de entrada e saída. Com isso, temos três classificações:

a. -1,00 a -0,13: área de perda migratória;
b. -012 a 0,12: área de rotatividade migratória
c. 0,13 a 1,00: área de retenção migratória.

4. MIGRAÇÕES DA E PARA A RMFS

Esta seção tem como objetivo analisar as migrações de curta (intraestadual), média (intrarregional) e longa distância (inter-regional) praticadas da e para a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), entre os anos de 2005/2010, a fim de identificar a sua relevância no tocante a atração ou perda de migrantes.

A Tabela 1 mostra que entre 2005/2010, 96.527 pessoas praticaram migrações da e para a RMFS, sendo que desse total, 49.848 (51,64%) foram imigrantes e 46.679 (48,36%) emigrantes, figurando com um saldo migratório positivo de 3.169, puxado notadamente pela

migração intraestadual. Através da migração bruta (MB) percebe-se que a migração intraestadual (78,93%) é a mais praticada, enquanto as migrações inter-regionais (15,13%) e intrarregionais (5,94%) são as menos realizadas, mostrando a relevância do fluxo de curta distância e importância da RMFS na atração de migrantes dos municípios da Bahia.

Tabela 1 – Migrações inter-regional, intrarregional e intraestadual da e para a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) – 2005/2010

Fluxo	Imigrante	Emigrante	SM	MB	TML
Inter-regional	5.189	9.417	-4.228	14.606	-0,63
Intrarregional	2.988	2.741	247	5.729	0,04
Intraestadual	41.671	34.521	7.150	76.192	1,06
Total RMFS	**49.848**	**46.679**	**3.169**	**96.527**	**0,47**

Legenda: SM – Saldo Migratório; MB – Migração Bruta; TML – Taxa de Migração Líquida.
Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE). Elaboração própria.

Contudo, no tocante especificamente ao fluxo inter-regional, ou seja, a migração de longa distância, a RMFS teve uma Migração Bruta (MB) de 14.606 migrantes, sendo 5.189 (35,53%) imigrantes e 9.417 emigrantes (64,47%), com isso, tem saldo migratório negativo (-4.228), sendo o único dos três fluxos analisados, comprovando o histórico de saídas para fora da região Nordeste.

Até a década de 1980 predominou um padrão migratório, onde facilmente via-se os estados no Nordeste, principalmente a Bahia, perdendo pessoas, em especial, para os estados do Sudeste, devido os investimentos concentrados nessa região. Mas a partir dos anos de 1980, as migrações de longa distância arrefecem devido a paulatina desconcentração da atividade econômica, desaceleração no ritmo da urbanização e crescimento/desenvolvimento em áreas menos prósperas, além das cidades médias, que passam a ganhar destaque

no cenário nacional e nordestino (PEREIRA, 2011, p. 69; QUEIROZ, ET AL., 2021, p. 5).

Por sua vez, dentre os três fluxos analisados, a migração de média distância é a que envolve menos pessoas (5.729), sendo que desse total, 2.988 (52,16%) foram imigrantes e 2.741 (47,84%) emigrantes, ocasionando um saldo migratório positivo de 245 pessoas. Dota e Queiroz (2019, p. 425) destacam que no Brasil, similar ao que acontece com o fluxo de longa distância, os deslocamentos de média distância sofrem uma diminuição no seu volume entre 2000 e 2010. Os autores indicam que a redução da migração intrarregional ao longo dos anos 2000 é diretamente influenciada pelos programas de transferência de renda, programas habitacionais, valor dos imóveis e custo de vida nas grandes metrópoles e centros urbanos, além de projetos pessoais, estimulando a migração de retorno e a migração intraestadual, especialmente para os estados do Nordeste.

No tocante ao fluxo intraestadual, a Tabela 1 mostra que os deslocamentos de curta distância concentram mais migrantes (76.192), sendo que 41.671 (54,69%) indivíduos são atraídos para a RMFS, enquanto 34.521 (45,31%) deixam a área em estudo. Assim, dentre os três fluxos analisados, este apresenta o maior saldo migratório, com um total de 7.150 pessoas. Dota e Queiroz (2019, p. 426), em uma análise para o Brasil, também constatam aumento na intensidade nas migrações de curta distância, devido serem movimentos (ida e volta) de menor despesas e oportunidades de trabalho e estudo no local/estado de origem. Aranha (1996, p. 83) aponta que a dominância dos fluxos migratórios passa a ser os de curta distância, devido a desconcentração industrial e distribuição de empregos em outras regiões e estados fora do Sudeste, ratificando os resultados para a RMFS.

Em relação ao fluxo inter-regional (Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) da e para os municípios da RMFS, ou melhor, de longa distância, a Tabela 2 aponta uma migração bruta de 14.606 pessoas, sendo o segundo maior entre os três fluxos analisados (Tabela 1). Assim, 35,53% (5.189) são de imigrantes e 64,47% (9.417) de emigrantes, ou seja, mais pessoas saem do que chegam a RMFS, por isso a metrópole apresenta

saldo negativo de 4.228 indivíduos nas migrações de longa distância. Fusco (2012, p. 111) aponta que os emigrantes nordestinos têm preferência emigrar para a região Sudeste, em especial para o estado de São Paulo. Por sua vez, Santos e Neto (2021, p. 214) corroboram com Fusco, indicando que, historicamente, os emigrantes nordestinos, em especial os baianos, ainda permanecem migrando para o Sudeste, preferencialmente para o estado de São Paulo, em busca de melhores oportunidades.

Tabela 2 – Migrações inter-regional da e para a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) – 2005/2010

Município	**Imigrante (%)**	**Emigrante (%)**	**Saldo Migratório**	**Migração Bruta (%)**
Amélia Rodrigues	3,31	1,40	40	2,08
Conceição da Feira	0,44	1,02	-73	0,81
Conceição do Jacuípe	4,47	2,51	-4	3,20
Feira de Santana	89,88	93,18	-4.111	92,01
São G. dos Campos	1,41	1,51	-69	1,47
Tanquinho	0,48	0,38	-11	0,42
Total RMFS	**5.189**	**9.417**	**-4.228**	**14.606**

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE). Elaboração própria.

A migração bruta, no caso do núcleo metropolitano, Feira de Santana, entre 2005/2010, contou com 13.439 migrantes (92,01%), dominando as migrações de longa distância na RMFS. Do volume imigratório, concentrou 89,88%, mas emigraram 93,18%, resultando em um saldo negativo de -4.111 pessoas, indicando que Feira de Santana é uma área de perda populacional no tocante as migrações de longa distância.

Com volume de migração bruta bem menor quando comparado ao núcleo metropolitano, os municípios de Conceição do Jacuípe (3,20%), São Gonçalo dos Campos (1,47%), Conceição da Feira (0,81%) e Tanquinho (0,42%), também apresentam saldo migratório negativo. Ojima e Fusco (2015, p. 23) indicam que os baianos continuam a migrar preferencialmente para o Sudeste e Sul, principalmente devido à expectativa de se inserir no mercado de trabalho. Com relação ao saldo migratório, Amélia Rodrigues é o único município que atrai mais pessoas do que perde, ocasionando em saldo positivo.

O Gráfico 1 indica a Taxa de Migração Líquida (TML) referente as migrações de longa distância dos municípios que compõem a RMFS. As perdas populacionais de Feira de Santana lhe asseguraram a maior TML negativa, ou seja, devido as emigrações/saldo migratório negativo, foi o município que mais perdeu população residente e por isso deixou de crescer em 0,61%. Por sua vez, Amélia Rodrigues é o único na RMFS que atrai mais pessoas do que perde, com isso, sua TML foi de 0,01%, indicando que as imigrações foram responsáveis por 0,01% do crescimento populacional do município.

Gráfico 1 – Taxa de Migração Líquida (TML) inter-regional da e para a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) – 2005/2010

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

O Índice de Eficácia Migratória (IEM) inter-regional ratifica os resultados do saldo migratório e da TML, mostrando que a RMFS é uma área de perda populacional no fluxo de longa distância. Isto porque, conforme o IEM (Figura 1), dos seis municípios que compõem a RMFS, quatro mais perdem migrantes do que recebem: Feira de Santana, Conceição de Feira, São Gonçalo dos

Campos e Tanquinho, todos com IEM entre -0,13 e -1,00.

Figura 1 – Índice de Eficácia Migratória (IEM) das migrações inter-regional da Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) – 2005/2010

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Amélia Rodrigues, com IEM superior a 0,12, se apresenta como área de retenção migratória, indicando que nas migrações de longa distância mais pessoas chegam ao município do que saem. Já Conceição do Jacuípe, por apresentar valores migratórios próximos,

tanto na perda quanto no ganho populacional, caracteriza-se como área de rotatividade migratória.

No tocante ao fluxo intrarregional (média distância), ou seja, migrações que envolvem a RMFS e os demais municípios do Nordeste, com exceção dos baianos, a Tabela 3 aponta uma migração bruta de 5.729 migrantes, o menor dentre os fluxos analisados. Desse total, 52,16% (2.988) são de imigrantes e 47,84% (2.471) são de emigrantes. Então, por receber mais pessoas do que perder, termina com um saldo migratório positivo de 247 pessoas.

Tabela 3 – Migrações intrarregional da e para a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) – 2005/2010

Município	**Imigrante (%)**	**Emigrante (%)**	**Saldo Migratório**	**Migração Bruta (%)**
Amélia Rodrigues	2,81	1,68	38	2,27
Conceição da Feira	1,20	0,18	31	0,72
Conceição do Jacuípe	1,81	0,80	32	1,33
Feira de Santana	92,57	97,34	98	94,85
São G. dos Campos	1,61	0,00	48	0,84
Tanquinho	0,00	0,00	0	0,00
Total RMFS	**2.988**	**2.741**	**247**	**5.729**

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE). Elaboração própria.

No Nordeste, o arrefecimento das migrações de longa distância por movimentos mais próximos está diretamente ligado com a diminuição da concentração da atividade econômica, oportunidades de trabalho na região, além de políticas públicas que desempenham papel crucial na decisão dos migrantes (LUCAS, RIGOTTI, 2017, p. 2).

Silva, Queiroz e Ojima (2021, p. 164) apontam para uma tendência de aumento na mobilidade no interior do Nordeste, devido principalmente a implantação e integração que impulsionou

a modernização urbana, mas também a expansão de investimentos públicos e privados em espaços não metropolitanos.

No período de 2005/2010, a migração bruta no núcleo metropolitano Feira de Santana foi de 5.434 indivíduos, que corresponde a 94,85% das migrações de média distância. Assim, 92,57% (2.766) imigraram, enquanto 97,34% (2.668) emigraram, o que resulta em um saldo migratório de 98 migrantes. Com fluxos de migração bruta bastante modesto quando comparado ao núcleo metropolitano, Amélia Rodrigues (2,27%), Conceição do Jacuípe (1,33%), São Gonçalo dos Campos (0,84%) e Conceição da Feira (0,72%) também apresentam saldo migratório positivo. Por sua vez, o município de Tanquinho não apresentou migrações (entrada e saída de migrantes) de média distância no quinquênio de 2005/2010.

Gráfico 2 – Taxa de Migração Líquida (TML) intrarregional da e para a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) – 2005/2010

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

O Gráfico 2 exibe a Taxa de Migração Líquida para o fluxo intrarregional, sendo que Feira de Santana, devido ao saldo migratório positivo, a população cresceu em 0,015%. Por sua vez, a TML para os municípios de São Gonçalo dos Campos (0,007%), Amélia Rodrigues (0,006%), Conceição da Feira (0,005%) e Conceição do Jacuípe (0,005%), mesmo que modestas, indicam que as imigrações foram responsáveis pelo aumento populacional, reforçando o que aponta o saldo migratório.

O Índice de Eficácia Migratória (IEM) no tocante ao fluxo intrarregional, evidencia que a RMFS é uma área de retenção populacional, dado que dos seis municípios dessa metrópole, quatro mais recebem habitantes do que perdem. O núcleo metropolitano, Feira de Santana, mesmo com saldo migratório positivo, apresentou IEM entre -0,12 e 0,12, por isso caracteriza-se como área de rotatividade.

Figura 2 – Índice de Eficácia Migratória (IEM) das migrações intrarregional da Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) – 2005/2010

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Já os municípios de São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe e Amélia Rodrigues, também como Feira de Santana, tiveram saldo migratório positivo, mas diferentemente do núcleo metropolitano, mostraram IEM entre 0,13 e 1,00, diante disso, caracterizam-se como aérea de retenção populacional.

Por sua vez, o fluxo intraestadual (curta distância), ou seja, as migrações que envolvem os municípios que compõem a RMFS e os demais municípios baianos, aponta que entre 2005/2010 ocorreu um volume migratório intenso, com 76.192 indivíduos, sendo o maior fluxo migratório dentre os analisados. Desse volume, 54,69% (41.671) são imigrantes e 45,31% (34.521) emigrantes, apresentando saldo migratório positivo de 7.150 migrantes (Tabela 4).

Queiroz e Santos (2011, p. 319) indicam que o Nordeste vem reduzindo os contínuos saldos migratórios negativos, uma vez que entre 1986/1991, era de -876.536 migrantes, caiu em aproximadamente 93,4% entre 2001/2006, ficando negativo em 53.423 indivíduos. Os autores apontam que essa retração está diretamente relacionada a migração de retorno, devido às dificuldades que os locais de destino oferecem, especialmente nas regiões metropolitanas a partir dos anos de 1980.

Silva, Nunes e Queiroz (2018, p. 405) indicam que a perspectiva migratória para o Nordeste no início do século XXI é de intensificação das migrações de curta distância, com isso, a região conhecida por sua tradicional perda populacional passa a observar uma retração nessas perdas, diminuindo o saldo migratório negativo.

Carvalho e Queiroz (2021, p. 10) apontam que Feira de Santana tem características de área de atração, pois indica forte absorção pendular por motivo de trabalho e estudo. Em relação a atração por motivo de trabalho, o município concentra 84,66% do PIB da RMF, onde o setor de serviços e comércio é o seu ponto forte, além do industrial, por causa dos investimentos realizados. Já por motivo de estudo, tal atração é justificada devido ao município ser considerado uma "cidade-universitária", pois possui diversas instituições de ensino públicas ou privadas, além de contar com a Universidade Estadual de

Feira de Santana (UEFS) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Enquanto isso, com exceção de Feira de Santana, os demais municípios da RMFS são área deperda diária através do deslocamento pendular.

Tabela 4 – Migrações intraestadual da e para a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) – 2005/2010

Município	**Imigrante (%)**	**Emigrante (%)**	**Saldo Migratório**	**Migração Bruta (%)**
Amélia Rodrigues	4,58	5,57	-16	5,03
Conceição da Feira	3,31	2,92	372	3,14
Conceição do Jacuípe	6,27	6,23	462	6,26
Feira de Santana	79,99	78,71	6.161	79,41
São G. dos Campos	5,05	5,31	271	5,17
Tanquinho	0,80	1,25	-100	1,01
Total RMFS	**41.671**	**34.521**	**7.150**	**76.192**

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE). Elaboração própria.

A migração bruta da metrópole apresentou 60.501 migrantes (79,41%), e como ocorre nos fluxos de média e longa distância, Feira de Santana concentra as migrações de curta distância. Desse volume, 79,99% (33.331) foram de imigrantes e 78,71% (27.170) de emigrantes, resultando em um saldo migratório positivo de 6.161 indivíduos. Para os demais municípios, os índices de migrações são menores, porém, Conceição do Jacuípe (6,26%), São Gonçalo dos Campos (5,17%) e Conceição da Feira (3,14%) apontaram saldo migratório positivo, enquanto Amélia Rodrigues (5,03%) e Tanquinho (1,01%) tiveram saldo negativo.

O Gráfico 3 indica a TML para o fluxo intraestadual, mostrando que Feira de Santana tem o maior índice. Isso mostra que devido o saldo migratório positivo, sua população cresceu em 0,91%. Também,

devido as imigrações superar as emigrações, os municípios de Conceição do Jacuípe, Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos apresentaram um acréscimo populacional de 0,07%, 0,06% e 0,04%, respectivamente. Em contrapartida, a TML para Tanquinho e Amélia Rodrigues foram negativo, indicando que devido as emigrações, ou melhor, o saldo migratório negativo, sua população deixou de crescer em 0,01% e 0,002%.

Gráfico 3 – Taxa de Migração Líquida (TML) intraestadual da e para a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) – 2005/2010

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

O IEM para as migrações de curta distância mostra que a RMFS é uma área de rotatividade populacional, isso porque, dos seis municípios dessa região metropolitana, quatro apresentam entradas e saídas de migrantes com volumes próximos, são eles: Feira de Santana (0,10), Conceição do Jacuípe (0,10), São Gonçalo dos Campos (0,07) e Amélia Rodrigues (-0,004). Por sua vez, Conceição da Feira é definida como área de retenção migratória, pois o IEM é de 0,16, ratificando

sua TML. Por fim, Tanquinho, por apontar IEM de -0,13, é classificada como área de perda populacional.

Figura 3 – Índice de Eficácia Migratória (IEM) das migrações intraestadual da Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) – 2005/2010

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente os estados nordestinos, especialmente o baiano, tem papel fundamental nas migrações internas e redistribuição espacial da população brasileira. A Bahia possui duas regiões metropolitanas instituídas, a Região Metropolitana de Salvador (RMS), que possui diversas pesquisas sobre a temática em estudo, e a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), instituída em 2011, e pouco se sabe sobre a sua dinâmica migratória. Nesse sentido, esse artigo teve por finalidade analisar as migrações inter-regionais (longa distância), intrarregionais (média distância) e intraestaduais (curta

distância) da e para a RMFS, com o objetivo de identificar qual fluxo ganha ou perde migrantes, bem como saber sobre a atratividade entre os municípios que fazem parte dessa metrópole.

Os resultados mostram que na RMFS, entre 2005/2010, predomina os deslocamentos de curta distância (intraestadual), evidenciando a tendência já observada para alguns estados e regiões metropolitanas do país a partir dos anos 1980, que indica uma nova dinâmica populacional, onde os migrantes estão praticando deslocamentos mais próximos. Por sua vez, o fluxo inter-regional (longa distância) apresenta a segunda maior migração bruta, reforçando a literatura e comprovando o histórico de emigrantes da região Nordeste. Enquanto isso, os deslocamentos de média distância (intrarregional) são o menos praticados.

Contudo, nota-se uma variação no tocante a retenção, rotatividade e perda migratória nos três fluxos analisados. A migração inter-regional se apresenta como área de perda migratória, dado que dos seis municípios que compõem a RMFS, quatro sofrem perda populacional, com saldo migratório negativo. Em relação ao fluxo intrarregional, a RMF é classificada como área de retenção populacional, isso porque, a maioria dos municípios da RM atraem mais indivíduos do que perdem. Por fim, nos deslocamentos intraestaduais são área de rotatividade populacional, dado que dos seis municípios dessa região metropolitana, quatro apontam valores de atração e repulsão próximos.

Em relação ao destino dos migrantes, evidencia-se a concentração das imigrações para o município de Feira de Santana, sendo de longe o mais atrativo, possivelmente por ser o mais desenvolvido economicamente, ao apresentar oportunidades de trabalho, infraestrutura, educação, saúde, lazer, além de fatores macro e microssociais, que influência na atração ou repulsão de migrantes. Portanto, ainda que a RMF tenha sido instituída em 2011, esse estudo aponta para resultados semelhantes aos constatados pela literatura nacional para outras regiões metropolitanas do país, no qual a atratividade migratória se concentra no núcleo metropolitano,

enquanto o entorno da metrópole é menos atrativo, bem como prevalece a maior migração bruta, ou melhor, volume de pessoas, no fluxo de curta distância (intraestadual).

REFERÊNCIAS

ARANHA, V. (1996). Migração na Metrópole Paulista. *São Pauo em Perspectiva*, 9. Acesso em 18 de jun de 2021

ASSIS, R. S., COSTA, E. M., & MARIANO DA SILVA, J. L. (2014). *Impacto da Migração de Não Naturais e a Migração de Retorno Sobre a Distribuição de renda dos Estados da Bahia e de São Paulo: Um Olhar Sobre a Inserção Desses Indivíduos no Mercado de Trabalho Local.* Acesso em 06 de fev de 2021

BRITO, F. (1999). Minas e o Nordeste - Perspectivas Migratórias dos Dois Grandes Reservatórios de Força de Trabalho. *II Encontro Nacional de Migração, Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, GT/Migração*. Acesso em 14 de dez de 2021

CARVALHO, R. M., & QUEIROZ, S. N. (2021). Pendularidade por Motivo de Trabalho e Estudo na Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS). *XIX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos - ENABER, GT População, migração e desenvolvimento*, 18. Acesso em 14 de dez de 2021

COSTA, C. C. (2007). *A Migração de Retorno Para o Estado da Bahia: Uma Análise Demográfico-Espacial 1991-2000.* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-Minas, Belo Horizonte. Acesso em 30 de jan de 2021

CUNHA, J. M., & BAENINGER, R. (2005). Cenários da Migração no Brasil nos Anos 90. *Caderno CRH*, 15. Acesso em 18 de dez de 2020

DOTA, E. M., & QUEIROZ, S. N. (2019). Migração Interna em Tempos de Crise no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,* 415-430. Acesso em 15 de mai de 2021

FUSCO, W. (jul/dez de 2012). Regiões Metropolitanas do Nordeste - Origens, Destinos e Retornos de Migrantes. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana - REMHU,* 16. Acesso em 05 de ago de 2021

FUSCO, W., & OJIMA, R. (2015). Migrações e Nordestinos Pelo Brasil: Uma Breve Contextualização. *Migrações Nordestinas no Século 21 – Um Panorama Recente,* 16. Acesso em 29 de jul de 2021, disponível em https://openaccess.blucher.com.br/article-details/19347

IBGE. (2021). *Censo Demográfico 2010, Malhas Territoriais*. Acesso em 10 de fev de 2021, disponível em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LUCAS, L. A., & RIGOTTI, J. I. (2017). Análise das Migrações Inter-regionais e Intrarregionais Nordestinas: Novos Paradigmas. *Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP - Anais do XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais,* p. 12. Acesso em 09 de out de 2021

MOREIRA DA SILVA, C. (2012). *O Fluxo Migratório Baiano: Uma Análise a Partir de Indicadores Socieconômicos.* Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Feira de Santana. Acesso em 04 de fev de 2021

PEREIRA, J. M. (2011). *Desconcentração, Migração e Diferenciais por Estrato de Renda na Bahia.* Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Acesso em 14 de dez de 2020

_____. (2011). *Política de Transferência de Renda e Migração na Bahia: Alguma Conexão?* Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Departamento de Demografia, Campinas. Acesso em 05 de fev de 2021

QUEIROZ, S. N. (2015). Tendências das Migrações Interestaduais de Retorno no Brasil. *Ciência e Sustentabilidade,* 19. Acesso em 04 de jan de 2021

QUEIROZ, S. N., & OJIMA, R. (2019). Balanco da migração do e para as metrópoles do Nordeste (Fortaleza, Recife e Salvador). *Revista Política e Planejamento Regional.* Acesso em 05 de dez de 2020

QUEIROZ, S. N., & SANTOS, J. M. (2011). Saldos Migratórios: Uma Análise por Estados e Regiões do Brasil (1986-2006). *Revista Econômica do Nordeste - REN,* 309-332. Acesso em 15 de dez de 2021

SANTOS, E. A., & NETO, A. S. (jan de 2021). Panorama dos Fluxos Migratórios na Dinâmica de Urbanização dos Cerrados Baianos: um olhar para as cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. *Geografia,* 205-255. Acesso em 10 de out de 2021

SEI. (2006). Migração e Migrantes da Bahia nos Anos de 1980 à 1990: Tendências e Perfis Sociodemográficos. *Tendências, Padrões e Especialização da Migração Interestadual da Bahia (1986–1991 e 1995-2000),* p. 124. Acesso em 02 de dez de 2020

SIDRIM, R. M., & FUSCO, W. (2016). *Migração Intrametropolitana: um estudo comparativo entre as Regiões Metropolitanas do Nordeste (Fortaleza, Recife e Salvador).* Acesso em 25 de jan de 2021

SILVA, J. G., NUNES, E. d., & QUEIROZ, S. N. (ago de 2018). Migração Inter-regional no Brasil: o que há de novo? *Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE,* p. 388 - 407. Acesso em 05 de out de 2021

SILVA, J. G., QUEIROZ, S. N., & OJIMA, R. (2021). Brasil: Minha rotina é me deslocar para trabalhar nesse país. *Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP,* 158-171. Acesso em 15 de dez de 2021

SOUSA FILHO, E. E. (2017). *Tamanho das Cidades e Qualificação dos Migrantes no Estado da Bahi.* Dissertação, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador. Acesso em 06 de dez de 2020

DIÁSPORA VENEZUELANA PARA O BRASIL: YOUTUBE COMO FERRAMENTA FACILITADORA PARA O MIGRANTE

Sérgio Carvalho Benício de Mello[1]
Antonio Fagner da Silva Bastos[2]
Gabriel Benício de Mello[3]

Resumo: A atual diáspora venezuelana é um exemplo da crise migratória no mundo. Aproximadamente 5 milhões de venezuelanos já deixaram o país fugindo de uma grave crise humanitária. Dentre os destinos escolhidos está o Brasil, que apresenta um contexto de acolhida problemático, com problemas socioeconômicos e diferenças culturais e de idioma. O artigo em tela busca compreender que mecanismos tornam possível a migração venezuelana para o Brasil, apesar das barreiras encontradas. Para tal, faz uso da noção de capital de rede como uma lógica para uma explanação crítica dos fenômenos migratórios em questão, a partir dos conhecimentos produzidos por migrantes venezuelanos no YouTube. Uma ferramenta que se mostra capaz de ajudar a atenuar o processo migratório de outros venezuelanos a partir do conteúdo produzido por YouTubers.

PALAVRAS-CHAVE: Venezuela, Migrações, Capital de Rede, YouTube.

VENEZUELAN DIASPORA TO BRAZIL: YOUTUBE AS AN ENABLING TOOL FOR THE MIGRANT

ABSTRACT: The current Venezuelan diaspora is an example of the migratory crisis in the world. Approximately 5 million Venezuelans

1 Doutor em administração pela City, University of London. É Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco.

2 Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Administração (PROPAD) da Universidade Federal de Pernambuco.

3 Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA) da Universidade de Brasília.

have already left the country fleeing a serious humanitarian crisis. Among the chosen destinations is Brazil, which presents a problematic welcoming context, with socioeconomic problems and cultural and language differences. This paper seeks to understand which mechanisms make Venezuelan migration to Brazil possible, despite the barriers encountered. To this end, it makes use of the notion of network capital as a logic of critical explanation of the migratory phenomena in question, based on the knowledge produced by Venezuelan migrants on YouTube. A tool that is capable of helping to mitigate the migration process of other Venezuelans based on the content produced by YouTubers.

KEYWORDS: Venezuela, Migrations, Network Capital, YouTube.

1. INTRODUÇÃO

A presente crise dos refugiados já alcançou patamares sem precedentes na história mundial. Conforme o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), cerca de 82,4 milhões de pessoas estavam deslocadas até o final de 2020 por guerras, conflitos, perseguições e violações de direitos humanos, sendo que mais de 85% daqueles além das fronteiras nacionais estão em países considerados em desenvolvimento, geralmente um país vizinho ao de onde fugiram, com apenas cinco países sendo responsáveis por dois terços destes deslocamentos: Síria, Venezuela, Afeganistão, Sudão do Sul e Mianmar (UNHCR, 2021).

É nesse contexto que, até junho de 2021, fugindo de uma crise humanitária, mais de 4 milhões de venezuelanos já haviam cruzado a fronteira e deixado o país em busca, principalmente, dos países vizinhos. Destes destinos, o Brasil, apesar de cultura e idioma distintos, e mesmo não sendo o mais procurado, foi aquele que reconheceu o maior número de venezuelanos como refugiados (R4V, 2021). No ensaio "Fronteiras do ser e do não ser", o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos afirma que as fronteiras são as feridas incuráveis e expostas de um mundo sem fronteiras. E que o único motivo de

esperança que as fronteiras (que são físicas e simbólicas) permitem está na emergência de movimentos e associações que se rebelam contra elas e se solidarizam ativamente com as lutas dos migrantes e refugiados. Não praticam somente ajuda humanitária, mas envolvem-se nas suas lutas, facilitam a comunicação entre migrantes e exploram meios (legais e ilegais) de os libertar (SANTOS, 2019).

O artigo em tela busca compreender que mecanismos tornam possível a migração venezuelana para o Brasil, apesar das barreiras como cultura e idioma diferentes encontradas. Multifacetado, a compreensão do fenômeno migratório exige esforços em diferentes direções. Dentre as possibilidades, optamos por investigar as formas de cooperação que estão emergindo entre venezuelanos e demonstrar a utilidade da noção de capital de rede como ferramenta explicativa de parte dos processos migratórios. Tendo isso em mente, abordamos o caso da recente crise migratória venezuelana, mais especificamente daqueles que escolheram o Brasil como destino. Trazemos o conceito de capital de rede e sua importância dentro de um olhar que vê a mobilidade como construtora das realidades sociais e produtora de conhecimentos descolonizados. Para ilustrar, utilizaremos o exemplo no Brasil, em que imigrantes venezuelanos estão utilizando o *Youtube* como uma ferramenta para ajudar seus conterrâneos a emigrar e a se adaptar ao Brasil.

Ao iniciar uma jornada migratória, um dos requisitos básicos está em buscar se informar sobre o destino escolhido. Quais os custos, os documentos necessários, como chegar, se o lugar é acolhedor, se é possível obter emprego, educação, saúde, etc. Com o advento da virtualidade, a busca por informações ficou muito mais acessível. Contudo, ao se buscar sobre um tema qualquer, a facilidade também gerou excessos de dados disponíveis, tornando necessário descobrir formas de se filtrar a informação que se deseja. Buscar a experiência de algum semelhante que também passou pelo mesmo processo é um caminho. É diante disso que canais de venezuelanos em plataformas virtuais como o *youtube* ganham relevância. Mesmo que o novo migrante não possua qualquer contato com alguém

conhecido no destino selecionado, ele poderá usar a ferramenta para buscar informações. Portanto, o objetivo deste artigo é analisar como *youtubers* venezuelanos atuam como facilitadores de processos relativos à migração.

Nas seções seguintes, contextualizaremos a crise venezuelana e a acolhida no Brasil. Em seguida, apresentaremos a noção de capital de rede e os olhares ontológicos e epistemológicos atrelados a ela. E exemplificaremos como o *Youtube* funciona como elemento do capital de rede para facilitar a capacidade de movimento de indivíduos forçados a migrar.

2. A CRISE VENEZUELANA

A diáspora venezuelana é oriunda de uma profunda crise econômica e política que se instaurou no país a partir de 2013, pela qual os migrantes deixaram a Venezuela em busca de melhores condições de vida tanto para si como para outros que ficaram. Quando o ambiente em que se vive não proporciona condições básicas como alimento, trabalho e segurança, abandoná-lo passa a ser a alternativa derradeira. Diante de um cenário de crise humanitária e política, a Venezuela encontra-se em uma situação de extrema migração.

O chavismo, iniciado com a eleição de Hugo Chávez, consolidou um projeto político focado em maior controle e atuação do Estado (MANTOVANI, 2014). Voltado ao petróleo, o desenvolvimento agrícola e industrial venezuelano foi colocado em segundo plano, com a produção local sendo substituída por importações mais baratas. Escolhas que tornaram o país altamente dependente deste recurso (e praticamente sua única fonte de receita). Em 2014, no entanto, o preço da matéria-prima desabou e no país se iniciou a mais recente e severa crise econômica (CORAZZA; MESQUITA, 2018).

Eleito ainda em 2013, com o país já apresentando sinais de crise econômica e política, o atual presidente Nicolás Maduro deu continuidade às políticas de Hugo Chávez de um projeto focado em maior controle e atuação do Estado, voltado ao petróleo, com o

desenvolvimento agrícola e industrial sendo colocado em segundo plano, com a produção local sendo substituída por importações mais baratas (MANTOVANI, 2014). Escolhas que tornaram o país altamente dependente deste recurso.

A partir de 2014, a queda internacional dos preços do barril de petróleo, somada à política de controle de preços para segurar artificialmente a inflação, acabou com a indústria interna e gerou uma hiperinflação que fomentou a destruição da moeda local, o bolívar venezuelano. Além disso, sanções impostas pelo imperialismo dos Estados Unidos prejudicaram substancialmente a economia do país (CORAZZA; MESQUITA, 2018). Com isso, a Venezuela passou a viver a maior recessão de sua história com quatro anos seguidos de retração econômica com efeitos severos para a população; só com a fome, por exemplo, os venezuelanos perderem, em média, 11 quilos em 2018 (PARDO, 2019).

Todavia, embora estejam presentes discursos de que a crise seja fruto apenas de ações de Nicolás Maduro, na verdade as causas do colapso do país são mais profundas. Seu passado como colônia fomentou uma sociedade rentista (BRICEÑO-LEÓN, 2006) cuja a dependência da lógica extrativista na economia até hoje perdura (MANTOVANI, 2016), tendo o país a maior reserva de petróleo do mundo (FONTAINE; CAVIEDES, 2016) e extensas reservas de outros minérios como o ouro a serem exploradas (ROSALES, 2019), as disputas pelo controle dos recursos e domínio de tal lógica resultaram nas crises políticas e econômicas que acabaram por deteriorar o país (CHAVEZ *et al.*, 2017), tornando a vida de grande parte da população inviável, com forte polarização política, inflação desenfreada, casos de violência extrema, escassez de comida e acesso a recursos, ausência de serviços de saúde e medicamentos, forçando a população a deixar o país (JOHN, 2019). Crise que não apresenta perspectivas de solução independentemente de quem governe o país e que continua tendo a população venezuelana como a principal afetada.

O contexto de deterioração venezuelana, portanto, forçou sua população a buscar meios para sobreviver. No entanto, enquanto a

grande maioria da população passa necessidades, sofre com violência e com os problemas econômicos, alguns poucos grupos — elites como os boliburgueses[4] — não foram afetados e, graças às suas conexões, continuaram a usufruir de uma série de benesses e promover o *status quo*. Assim, a maioria, que não possui a mesma estabilidade, se viu forçada a enfrentar dois caminhos para a sobrevivência. Os primeiros são aqueles que por possuírem pouca ou nenhuma capacidade de movimento, estão paralisados e tentam resistir às condições impostas. Os últimos, utilizam de sua capacidade de movimento para tentar sobreviver em outro país e até mesmo auxiliar os remanescentes através de remessas de dinheiro do exterior, por exemplo. Situação que os leva a enfrentar condições precárias nos abrigos oferecidos e até mesmo a dormir na rua, mendigar, se prostituir ou a migrar sem apoio algum por regiões dos destinos à procura de algum lugar acolhedor, numa verdadeira condição sub-humana[5]. Cenário comum àqueles que escolheram o Brasil como destino.

3. VENEZUELANOS NO BRASIL

Com poucos recursos, os migrantes venezuelanos se viram forçados a escolher os destinos mais próximos, principalmente aqueles que fazem fronteira com a Venezuela. Para os que optaram pelo Brasil, os desafios são tamanhos, haja vista que se deparam com outro idioma e também com uma cultura bem diferente da sua, o que implica num esforço ainda maior para se integrarem ao país. Trata-se, portanto, de um migrante em condição de extrema vulnerabilidade adentrando numa nova e diferente cultura. Segundo dados recentes (POLÍCIA

4 Elite afortunada formada por militares, políticos, funcionários públicos e empresários ligados ao chavismo. Por manter conexões com o regime, esses grupos também foram apelidados de *enchufados* (apadrinhados). Veja mais em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/alheios-a-crise-burgueses-venezuelanos-mantem-vida-de-luxo.shtml.

5 Reportagem do Portal UOL, de março de 2018, denunciava que para sobreviver, venezuelanas se prostituem em Roraima. Veja mais em: em: https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2018/03/31/las-ochenta-venezuelanas-recorrem-a-prostituicao-nas-ruas-do-brasil.htm.

FEDERAL, 2019), mais de 504 mil venezuelanos cruzaram a fronteira apenas entre janeiro de 2017 e setembro de 2019. Atualmente, cerca de 261 mil continuam no país, tendo obtido algum tipo de autorização para permanecerem (OIM, 2021).

Destarte, compelido a sair de seu país em busca de melhores condições de vida, o migrante venezuelano enfrenta uma série de desafios ao chegar ao Brasil. Primeiro, o país passa por uma crise econômica sem precedentes com alto índice de desemprego[6] e insatisfação popular generalizada[7]. Segundo, uma polarização política se faz presente e nela a Venezuela está sempre presente como exemplo e contraexemplo, o que pode favorecer episódios de xenofobia. Terceiro, o país passa por uma crise moral, em que discursos contra direitos humanos ganham força, assim como outros ultranacionalistas. Quarto, o Brasil vem enfrentando uma série de crises ambientais (desastres com barragens de rejeitos de minério, aumento de queimadas em biomas, litoral sendo poluído por petróleo bruto). E por último, o país é o mais afetado da região e segundo em âmbito mundial[8] pela pandemia em número de casos e de mortes. Todo um contexto presente no destino que pode desfavorecer a vida dos migrantes.

Tendo em vista dar alguma resposta àqueles que buscaram o Brasil, no primeiro trimestre de 2018, foi iniciada a Operação Acolhida. Viabilizada pelo Governo Federal e pela Organização das Nações Unidas (ONU), a política consiste em ordenar, abrigar e, através de um programa de interiorização, levar os migrantes, situados em

6 Em 14 de agosto de 2020, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgou que mais de 40 milhões de brasileiros estão à procura desemprego. Veja mais detalhes em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28614-pnad-covid19-7-1-da-populacao-ocupada-estava-afastada-do-trabalho-devido-ao-distanciamento-social-na-quarta-semana-de-julho.

7 Em 2018, por exemplo, uma greve promovida por caminhoneiros paralisou o país por mais de uma semana. Mais detalhes podem ser encontrados em (MELLO; BASTOS; MELLO, 2020).

8 Em 30 de junho de 2021, segundo a plataforma Worldometers, o Brasil alcançou a marca de 18 milhões de infectados e ultrapassou os mais de 500 mil óbitos. Dados atualizados estão disponíveis em: https://www.worldometers.info/coronavirus/country/brazil/.

Roraima, para outras cidades do país, para que eles possam ter novas oportunidades de vida e de trabalho (EXÉRCITO DO BRASIL, 2018). Não obstante, menos de 50 mil venezuelanos haviam sido contemplados pelo programa de interiorização da Operação Acolhida até fevereiro de 2021 (R4V, 2021). O que indica uma lacuna gigantesca entre a permanência e a interiorização dos venezuelanos. Ou seja, por motivos de uma demanda muito superior à que o programa abarca, a maior parte dos migrantes está buscando a integração ou reunião familiar por conta própria, o que tende a gerar problemas sociais, de saúde, habitacionais, etc., levando-os a enfrentar condições sub-humanas. Além disso, até mesmo o migrante beneficiado pelo programa de interiorização não necessariamente consegue ter um acolhimento que propicie sua integração (SIMÕES *et al.*, 2017). Adversidades que poderão ser ou não mais facilmente enfrentadas pelos migrantes conforme o capital de rede que eles possuam.

4. CAPITAL DE REDE COMO FATOR DE DISTINÇÃO

Ao observarmos que indivíduos oriundos do mesmo destino se encontram em situações diferentes no ponto de chegada nos leva a tentar compreender os motivos. Defendemos que tais distinções poderiam ser explicadas a partir do **capital de rede** presente em cada grupo. O capital de rede refere-se às conexões pessoais como uma forma de capital capaz de gerar retornos, uma forma de capital em pé de igualdade com o capital econômico e cultural (WONG; SALAFF, 1998).

A definição de capital de rede que utilizamos é a de Urry (2012). Para ele, capital de rede é a *capacidade de engendrar e manter relações sociais com pessoas próximas ou distantes em busca de ganhos emocionais, financeiros e práticos*. Conforme Martin (2017), o capital de rede surge do acesso às possibilidades burocráticas, econômicas, sociais, corporais, infraestruturais e tecnológicas que facilitam a mobilidade (MARTIN, 2017). O capital de rede fornece uma perspectiva que enfatiza as conexões em si, em vez dos recursos conectados (HOGAN, 2014).

Contudo, Urry (2012) salienta que as mobilidades subjacentes não fazem nada em si mesmas. Para ele, o essencial são as consequências sociais de tais mobilidades, ou seja, ser capaz de engendrar as relações sociais com pessoas e lugares, não fisicamente próximas, visando formar e sustentar redes (URRY, 2012). Os membros da rede fornecem ajuda emocional, material, informacional, companheirismo e um sentimento de pertença. Seu "apoio social" é uma das principais maneiras pelas quais as famílias obtêm recursos para lidar com a vida diária, aproveitar oportunidades e reduzir incertezas (WELLMAN et al., 2001). O capital de rede requer, portanto, os suportes físicos para a rede - a infraestrutura que permite mobilidade e conectividade - bem como as competências incorporadas de indivíduos e grupos para obter vantagem desses suportes em diferentes graus (HOGAN, 2014).

O conceito de capital de rede já é até mesmo usado de forma semelhante pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR (2019) quando considera que a população refugiada dispõe, além de capital econômico e/ou social, de razoável conhecimento de rotas de viagem e conhecimentos administrativos essenciais à emigração. Aos últimos, o ACNUR (2019) denomina capital de mobilidade, que seria um conjunto de bens que se apresentam sob a forma de conhecimentos (formalidades administrativas, procedimentos de viagens, conhecimentos linguísticos e de costumes) e documentos de migração (passaporte, contratos de trabalho ou vistos para residência).

Segundo Urry (2012), o capital de rede consiste numa uma série de documentos apropriados, vistos, dinheiro, qualificações que permitem um movimento seguro; conexões com outros a distância que oferecem hospitalidade; capacidades físicas e cognitivas de movimento; pontos de informações e de contato; aparelhos de comunicação; locais de encontro apropriados e seguros; acesso a múltiplos sistemas; e tempo e recursos para gerenciar quando há uma falha no sistema. Pegando os aparelhos de comunicação como exemplo, Rettie (2008) mostra como os telefones celulares aumentam o valor das redes porque aumentam as oportunidades de sociabilidade e porque permitem que os usuários

prestem serviços às suas relações com mais facilidade. A comunicação por celular aumenta a disponibilidade de suporte social amplificando o suporte proporcionado pelos contatos da rede, aumentando o capital social. (RETTIE, 2008).

O capital da rede é gerado através de mobilidades, pode ser produzido à distância e é auto-catalisante - a produção de conexões é central para o seu valor e cria oportunidades para criar mais conexões (HOGAN, 2014). Assim, o capital de rede pode ser resumido em oitos elementos (URRY, 2012): dispositivos burocráticos (dinheiro, passaporte, cartões de crédito); contatos facilitadores (familiares, amigos, conhecidos); capacidades de movimento (física e cognitiva); pontos de auxílio (informação e apoio); dispositivos de comunicação (smartphones etc.); pontos de abrigo (locais seguros, embaixadas, hotéis); infraestrutura (aeroportos, estradas); e tempo (no sentido de momento).

Para Urry (2012), os grupos sociais ricos em capital de rede desfrutam de significativas vantagens em fazer e refazer suas conexões sociais, sendo os benefícios emocionais, financeiros e práticos não redutíveis aos benefícios que as pessoas obtêm do capital econômico e cultural. Ou seja, é um capital amplamente disponível, mas especializado e distribuído de forma desigual entre pessoas, laços e redes (WELLMAN et al., 2001). Urry (2012) ilustra alguns casos de como as desigualdades no capital da rede afetaram contextos de paralisia. Quando o furacão Katrina atingiu Nova Orleans em 2005, grupos com alto capital de rede conseguiram fugir com antecedência devido à propriedade de carros, contatos e comunicações, enquanto pobres de capital de rede foram deixados para o impacto do furacão. Outro exemplo citado é de que a maioria das pessoas que morrem em acidentes causados por carros, não os possuem (pedestres e ciclistas). Exemplos que demonstram o importante papel que o capital de rede desempenha e como sua ausência afeta os indivíduos.

No entanto, uma melhor compreensão do papel do capital de rede para a mobilidade dos indivíduos passa por um olhar ontológico e epistemológico. O primeiro para demonstrar como o movimento é

construtor das realidades sociais e o segundo para contextualizar os conhecimentos presentes no ato de migrar.

5. VIDAS MÓVEIS NO SUL GLOBAL

Partindo do ponto em que a ciência social estática não mais parecer ser capaz de responder os problemas contemporâneos gerados por um mundo em contínuo movimento, Sheller e Urry (2006, 2014), baseados em trabalhos anteriores deste último, apresentaram a ideia do *paradigma das mobilidades*. Uma visão de mundo em movimento, sendo a mobilidade entendida como o movimento de pessoas, bens e informações, onde os meios de deslocamento e comunicação modernos são estruturantes e reveladores dos mecanismos de reprodução social (URRY, 2007). Vivemos em tempos intensificação dos deslocamentos humanos e aceleração dos fluxos digitais (FREIRE-MEDEIROS, TELLES, ALLIS, 2018) e que a mobilidade se torna condição de existência que relaciona as infraestruturas imóveis que organizam o fluxo intermitente de pessoas, informações e imagens, com as fronteiras ou bloqueios que limitam, canalizam e regulam o movimento (SHELLER; URRY, 2006, 2014).

De acordo com Hannam, Sheller e Urry (2006), as novas mobilidades estão gerando mudanças climáticas, movimentando riscos e doenças em todo o mundo, alterando padrões de viagens, turismo e migração, produzindo uma vida familiar mais distante, transformando a vida social e educacional dos jovens, conectando pessoas distantes, ou seja, estão centralmente envolvidas na reorganização de instituições. Como a mobilidade envolve um emaranhado frágil de movimentos físicos, representações e práticas (CRESSWELL, 2010), ela se mistura com percepções, experiências e desejos do eu moderno (JENSEN, 2011), fazendo com que o social seja reestruturado. E assim, uma nova condição *móvel* se constitui. O que gera mudanças substanciais na política, no exercício do poder e resistência a ela, mas também nos modos de perceber e organizar a

vida cotidiana (JEREZ, 2016). A desigualdade de condições de vida se daria, portanto, pela incapacidade de se ter uma vida móvel.

Diante desta nova condição móvel, a identidade reformula-se em termos de capacidades para movimento. Para Urry (2007) e Elliott e Urry (2010), a vida 'em movimento' exige que o deslocamento espaço-temporal seja central. O que demanda flexibilidade, adaptabilidade e reflexividade para se viver numa condição de estabilidade dinâmica. Se tornar-se móvel é algo inerente ao homem moderno, quanto mais potencialmente móvel mais adaptado ao mundo contemporâneo ele estará. No entanto, uma vida em movimento também tem seus problemas, como, por exemplo, avanços sexuais efêmeros, viagens imprevisíveis, separação de entes queridos e altamente dependente de uma série de tecnologias de tempo real (ELLIOTT; URRY, 2010; VIRILIO, 1999). Formas específicas de mobilidade implicam formas específicas de benefício e perigo, todas imbricadas com as materialidades de lugares particulares e com as singularidades da experiência incorporada dos sujeitos móveis (MARTIN, 2017). Assim, ao mesmo tempo que o indivíduo é condicionado ao movimento, este também fica exposto percalços que poderão ser subsumidos em decorrência de quão potencialmente móvel for o indivíduo.

O potencial de movimento do indivíduo pode ser traçado através das variáveis acesso, competência e apropriação que são a base do conceito de motilidade (KAUFMANN, 2014). A variável acesso refere-se à gama de mobilidades possíveis de acordo com o local, o tempo e outras restrições contextuais, e pode ser influenciado por redes e dinâmicas dentro dos territórios. Já a competência inclui capacidades e habilidades que podem direta ou indiretamente se relacionar ao acesso e à apropriação. Por último, a apropriação refere-se a como agentes (incluindo indivíduos, grupos, redes ou instituições) interpretam e agem com base no acesso ou nas habilidades percebidas ou reais (KAUFMANN; BERGMAN, JOYE, 2004). Tal conceito é complementar ao de capital de rede e ajuda na compreensão de contextos em que a estabilidade dinâmica vigora. No entanto, quando a estabilidade se perde, o conceito de capital de rede parece mais apropriado para

explicar como o indivíduo se desloca para e em outro lugar em busca de recuperá-la. Ou seja, os indivíduos carecem de ambientes com estabilidade dinâmica e quando não os encontram, movem-se em sua direção. Destinos que, por sua vez, possuem suas lógicas e conhecimentos próprios e que carecem de ser aprendidos por aqueles que imigram.

Assim, dentro de uma visão do movimento como construtor da realidade social e da necessidade de se obter uma série de conhecimentos que permitam a adaptação e integração a um determinado destino, no caso dos venezuelanos no Brasil, como investigar o papel do capital de rede como mecanismo que potencializa o movimento dos indivíduos? Um caminho que propomos é investigar os conhecimentos gerados por migrantes venezuelanos em território brasileiro e como este conhecimento é capaz de potencializar o movimento de outros venezuelanos. Diante disso, para identificar as práticas e conhecimentos que estão sendo gerados pelos venezuelanos para favorecer a migração frente aos desafios que a acolhida brasileira oferece, destacamos o papel desempenhado por *youtubers* venezuelanos morando no Brasil em agregar capital de rede aos seus conterrâneos.

6. O *YOUTUBE* COMO FERRAMENTA DE CAPITAL DE REDE

Na modernidade, principalmente com o advento da virtualidade, a busca por informações ficou muito mais acessível. No entanto, ao se buscar sobre um tema qualquer, a facilidade também gerou excessos de dados disponíveis, tornando necessário descobrir formas de se filtrar a informação que se deseja. Atualmente, as redes sociais são os pontos de aglutinação da sociedade (HIDALGO-MARÍ; SEGARRA-SAAVEDRA, 2017), porém ao mesmo tempo que aproximam, podem dificultar o encontro de informações relativamente confiáveis. Tendo isso em vista, é de se esperar que para se aprender sobre algo, como a cultura, o idioma ou certos conhecimentos de um país, por exemplo, os indivíduos busquem redes sociais de quem já tem alguma experiência

sobre aquilo buscado. Dessa forma, por suas características de facilidade de acesso e linguagem, bem como pela permanência do que é produzido, acaba por se tornar uma rede social muito utilizada para aprendizagem (FRALINGER; OWENS, 2009), o *Youtube* é normalmente uma rede que atende tal demanda.

No *Youtube*, qualquer pessoa que tenha um canal aberto, o usa para publicação de vídeos e comentários, com o objetivo de obter mais visitas e aumentar sua audiência, geralmente sobre um tema específico (HIDALGO-MARÍ; SEGARRA-SAAVEDRA, 2017). De acordo com Loizos (2002), mídias como vídeos e filmes oferecem um registro restrito, mas poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais, concretos e materiais e, por consequência, trazem um discurso mais acessível, ao combinarem imagem, movimento e texto na busca de transmitir uma mensagem. Essa rede social funciona ainda como porta de entrada para o aumento da rede de contatos (*Instagram, Facebook, Telegram, Whatsapp*, etc.), pois é praxe os donos dos canais deixarem outras redes sociais para que os usuários possam acompanhá-los no cotidiano e até interagir de forma mais pessoal. Características que ajudam a explicar o porquê da escolha do *Youtube* aqui realizada.

Para exemplificarmos o uso do Youtube como ferramenta de capital de rede, fizemos primeiro uma pesquisa básica dos termos-chave "Brasil", "Venezuela", "Migração", "Venezolanos en Brasil" e selecionamos apenas canais que pertenciam a venezuelanos e que em seus vídeos tivessem o conteúdo com viés ao tema migração. Encontramos inicialmente 21 canais, tanto com número expressivo de seguidores, como canais novos e/ou com poucos inscritos, para o corte deste texto, dado o teor do conteúdo ser parecido, escolhemos os 5 canais mais populares, cada um com mais de 10 mil seguidores:

Alejandra TeamJ, morando em Boa Vista (RR), seu canal possuía em junho de 2021 mais de 11 mil inscritos e quase 1 milhão de visualizações em seus vídeos;

Zule VenBra, morando em Sirinhaém (PE), seu canal possuía em junho de 2021 mais de 13 mil e mais de 1 milhão de visualizações em seus vídeos;

Alam Romero, vivendo em Boa Vista (RR), seu canal possuía em junho de 2021 mais de 19 mil inscritos e quase 200 mil visualizações;

Vicky Marquez, morando em Curitiba (PR), seu canal possuía em junho de 2021 mais de 13 mil inscritos e mais de 1,6 milhões de visualizações em seus vídeos;

Maribella, vivendo em Foz do Iguaçu e com mais de 17 mil inscritos e com quase 1,5 milhões de visualizações até junho de 2021;

Do conteúdo destes, bem como nos comentários aos vídeos, pode-se observar como os canais são utilizados como verdadeiros "tira-dúvidas" de seus inscritos, principalmente sobre temas relacionados ao Brasil ou à Venezuela.

Nos conteúdos ali presentes observamos elementos que compõem o capital de rede (dispositivos burocráticos, contatos facilitadores, capacidades de movimento física e cognitiva, pontos de auxílio, dispositivos de comunicação, pontos de abrigo, infraestrutura e tempo). É possível encontrar vídeos com a experiência de comprar comida no Brasil e trazer de volta à Venezuela, inclusive com a diferença de preços entre os produtos e meios de converter os bolívares em reais. Meios de se deslocar entre Santa Elena de Uairén e Pacaraima no Brasil, abrangendo os valores necessários a serem pagos, bem como trilhas que eram utilizadas quando a fronteira venezuelana foi fechada. Como obter produtos como telefones celulares ou gás de cozinha.

Acrescentam-se também informações sobre como retirar documentos exigidos no Brasil, como CPF e Carteira de Trabalho, bem como os meios legais, como visto de residência, para se manter no país. Informações sobre os sistemas de saúde e educação brasileiros e como usufruir deles. Meios para se conseguir dinheiro, como por exemplo, produtos venezuelanos que possam ser vendidos em feirinhas locais e meios seguros de se economizar e transferir dinheiro para a Venezuela. Como também orientações para abrir conta bancária no Brasil. Além de dicas básicas sobre segurança, informes sobre a situação dos venezuelanos em cidades próximas à fronteira e casos de xenofobia e tráfico de pessoas relatados.

É possível encontrar também dicas sobre que objetos deixar e quais trazer para o Brasil, bem como a importância itens como a bicicleta para os venezuelanos se deslocarem na região de fronteira. Vídeos que dão dicas sobre cultura brasileira, sobre como romper a barreira idiomática, relatos de experiência de trabalho e do cotidiano, e formas de montar currículos para tentar adentrar no mercado de trabalho brasileiro. Orientações de como alugar imóveis, bem como de lugares brasileiros para se tentar a vida. E finalmente, orientações sobre os programas de interiorização para venezuelanos do governo brasileiro e as condições dos abrigos oferecidos.

Ou seja, através dos canais analisados é possível obter orientações sobre os dispositivos burocráticos, tais como dinheiro, documentos, contas bancárias; sobre os pontos de auxílio para obter informação e apoio; a respeito dos pontos de abrigo oferecidos pelo governo e outros tipos de locais seguros; sobre infraestrutura como aeroportos e estradas; sobre formas de se movimentar e saberes necessários para tal; funcionam como contato facilitador; e sobre dispositivos de comunicação como smartphones e grupos para aumentar rede de contatos; e a respeito dos distintos momentos do ato de migrar, como planejamento prévio e adaptação. O que demonstra como a plataforma virtual em questão desempenha um importante papel de capital de rede para tornar menos árdua a migração dos venezuelanos para um destino que oferece um contexto de acolhida problemático.

7. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Diante do cenário de crise humanitária e política em que vive a Venezuela, a parte da população que não consegue ter alguma estabilidade no país e que possui alguma capacidade de movimento se vê forçada a emigrar, sendo o Brasil um dos principais destinos buscados. No entanto, existem alguns desafios extras para aqueles que escolheram o nosso país, como diferenças de idioma e cultura, além dos problemas socioeconômicos aqui presentes. O que torna oportuno a compreensão dos mecanismos que possibilitam a integração e

adaptação frente aos obstáculos oferecidos pelo contexto de acolhida brasileiro. Assim, buscamos demonstrar com este artigo a utilidade da noção de capital de rede como ferramenta explicativa dos processos migratórios.

O capital de rede ajuda no entendimento dos mecanismos que permitem a distinção entre os que ficam expostos a condições de vulnerabilidade durante o deslocamento e os que conseguem fazer trajeto e adaptação mais amenos. Nesse sentido, um elemento que se faz necessário é possuir conhecimentos prévios sobre o Brasil. O que, como demonstramos, pode ocorrer através do uso do *Youtube* que atua como ferramenta geradora de capital de rede e potencializa o movimento dos indivíduos.

Em seus canais, além de orientações, os *youtubers* dividem a experiência de viver em outro país e interagem tanto com brasileiros como com conterrâneos. Além disso, são geradores de novos agenciamentos oriundos da migração e ajudam a ilustrar o funcionamento das políticas de acolhimento adotadas pelo governo e o processo de adaptação a um novo país. Um olhar minucioso em seu conteúdo produzido pode até servir para apontar possíveis falhas na atuação governamental frente ao governo. Ao agregarem capital de rede aos seus conterrâneos, eles ajudam a construir realidades sociais, ao mesmo tempo que estão produzidos saberes sobre o ato de migrar no contexto entre países que compartilham problemas socioeconômicos, mesmo que em escalas diferentes.

REFERÊNCIAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil, **ACNUR**, 2019. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Resumo-Executivo-Versa%CC%83o-Online.pdf. Acesso em: 03 ago. 2021.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto. A violência na Venezuela: renda petroleira e crise política. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. suppl, p. 1223-1233, 2006.

CHAVEZ, D. *et al.* **Venezuela: Lecturas urgentes desde el sur**. Buenos Aires: Clacso, 2017.

CORAZZA, Felipe; MESQUITA, Lígia. Crise na Venezuela: o que levou o país vizinho ao colapso econômico e à maior crise de sua história. **BBC News**, 30 abr. 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45909515. Acesso em: 02 jun. 2019.

CRESSWELL, Tim. Towards a politics of mobility. **Environment and planning: society and space**, Santa Bárbara, CA, v. 28, n. 1, p. 17-31, 2010.

ELLIOTT, Anthony; URRY, John. **Mobile lives**. Londres: Routledge, 2010.

EXÉRCITO DO BRASIL. Operação Acolhida: núcleo familiar é preservado nos abrigos para imigrantes em Boa Vista. **Exército do Brasil**, abr., 2018. Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/operacao-acolhida-nucleo-familiar-e-preservado-nos-abrigos-para-imigrantes-em-boa-vista-e-pacaraima. Acesso em 04 ago. 2019.

FONTAINE, Guillaume; CAVIEDES, FONTAINE, Guillaume; CAVIEDES, Cecilia Medrano. How resource nationalism hinders development: the institutional roots of the economic recession in Venezuela. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 67, n. 4, 2016.

FRALINGER, Barbara, OWENS, Russell. YouTube as a learning tool. **Journal of College Teaching & Learning (TLC)**, Littleton, CO, v. 6, n. 8, 2009.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; TELLES, Vera da Silva; ALLIS, Thiago. Apresentação: Por uma teoria social on the move. **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 1-16, 2018.

HANNAM, Kevin.; SHELLER, Mimi; URRY, John. Editorial: Mobilities, immobilities and moorings. **Mobilities**, Lancaster, v. 1, n. 1, p. 1–22, 2006.

HIDALGO-MARÍ, Tatiana; SEGARRA-SAAVEDRA, Jesús. El fenómeno youtuber y su expansión transmedia. Análisis del empoderamiento juvenil en redes sociales. **Fonseca, Journal of Communication**, Salamanca, v. 15, p. 43-56, 2017.

HOGAN, Anna. Boundary spanners, network capital and the rise of edu-businesses: The case of News Corporation and its emerging education agenda. **Critical Studies in Education**, Londres, v. 56, n. 3, p. 301-314, 2014.

JENSEN, Anne. Mobility, space and power: On the multiplicities of seeing mobility. **Mobilities**, Lancaster, v. 6, n. 2, p. 255-271, 2011.

JEREZ, Francisco Adolfo. La movilidad socio-espacial desde la teoría de Pierre Bourdieu: capital de motilidad, campo de movilidad y habitus ambulante. **Sociedad y Economía**, Cali, n. 31, p. 15-32, 2016.

JOHN, Mauricia. Venezuelan economic crisis: crossing Latin American and Caribbean borders. **Migration and Development**, Oxford, v. 8, n. 3, p. 437-447, 2019.

KAUFMANN, Vincent. Mobility as a Tool for Sociology. **Sociologica**, Bologna, v. 8, n. 1, 2014.

KAUFMANN, Vincent; BERGMAN, Manfred Max; JOYE, Dominique. Motility: mobility as capital. **International journal of urban and regional research**, New York, v. 28, n. 4, p. 745-756, 2004.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual Prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 137-155.

MANTOVANI, Emiliano Teran. **El fantasma de la Gran Venezuela: un estudio del mito del desarrollo y los dilemas del petro-Estado en la Revolución Bolivariana**. Caracas: CELARG, 2014.

MANTOVANI, Emiliano Teran. Las nuevas fronteras de las commodities en Venezuela: extractivismo , crisis histórica y disputas territoriales. **Ciencia Política**, Bogotá, v. 11, n. 21, p. 251-285, 2016.

MARTIN, Fran. Rethinking network capital: hospitality work and parallel trading among Chinese students in Melbourne. **Mobilities**, Lancaster, v. 12, n. 6, p. 890-907, 2017.

MELLO, Sérgio Carvalho Benício de.; BASTOS, Antonio Fagner da Silva.; MELLO, Gabriel Benício. [Im]Mobility and Trucking Disruption: what happened to isolated cities and individuals in Brazil after a supply blockage. **Applied Mobilities**, Londres, v. 5, n. 3, 2020.

OIM - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Informe de Interiorização Janeiro 2021**. Disponível em: https://r4v.info/es/situations/platform/location/7509. Acesso em: 20 mar. 2021.

PARDO, Diego. Como era a "Venezuela saudita", um dos países mais ricos dos anos 50 e 80. **BBC News Mundo**, 2 mar. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-4742373. Acesso em: 23 abr. 2020.

POLÍCIA FEDERAL. Migração. **Polícia Federal do Brasil**, out. 2019. Disponível em: http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/Apresentao_setembro_2019_VF.pdf/view. Acesso em: 20 out. 2019.

R4V - Plataforma Regional de Coordenação Interinstitucional para Refugiados e Migrantes da Venezuela. **Refugiados y migrantes de Venezuela**. ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, 2019. Disponível em: https://r4v.info/es/situations/platform. Acesso em: 08 jul. 2021.

RETTIE, Ruth. Mobile phones as network capital: facilitating connections. **Mobilities**, Lancaster, v. 3, n. 2, p. 291-311, 2008.

ROSALES, Antulio. Radical rentierism: gold mining, cryptocurrency and commodity collateralization in Venezuela. **Review of International Political Economy**, Londres, v. 26, n. 6, p. 1311-1332, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Fronteiras do ser e do não ser. **Jornal de Letras**, 8 maio 2019. Disponível em: http://alice.ces.uc.pt/en/index.php/homepage-posts/boaventura-de-sousa-santos-fronteiras-do-ser-e-do-nao-ser-jornal-de-letras-8-maio-2019/?lang=pt. Acesso em: 22 de out de 2020.

SHELLER, Mimi; URRY, John. The new mobilities paradigm for a live sociology. **Current Sociology**, Londres, v. 62, n. 6, p. 789-811, 2014.

SHELLER, Mimi; URRY, John. The new mobilities paradigm. **Environment and Planning**, Londres, v. 38, p. 207-226, 2006.

SIMÕES, Gustavo Frota *et al*. **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017.

UNHCR. **Global Trends in Forced Displacement – 2020**. 18 jun. 2021. Disponível em: <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/60b638e37/global-trends-forced-displacement-2020.html/>. Acesso em: 29 de junho de 2021.

URRY, John. **Mobilities**. Londres: Polity, 2007.

URRY, John. Social networks, mobile lives and social inequalities. **Journal of Transport Geography**, Londres, v. 21, p. 24-30, 2012.

VIRILIO, Paul. **Politics of the Very Worst**: An Interview with Philippe Petit, trans. Micheal Caraliere, Semiotext (e), Columbia University, New York, 1999.

WELLMAN, Barry *et al*. Network capital in a multi-level world: Getting support from personal communities. **Social capital: Theory and research**, New York, p. 233-273, 2001.

WONG, Siu-Lun; SALAFF, Janet W. Network capital: emigration from Hong Kong. **British journal of sociology**, Londres, p. 358-374, 1998.

BASES DE FASCISMO

Wolfgang Theis[1]

RESUMO: Este artigo busca pesquisar as características do fascismo e do nacional-socialismo, bem como o clima que preparou o caminho desses movimentos políticos. Ele se concentra na versão alemã desses movimentos, com os desenvolvimentos começando na época de romantismo até a revolução conservadora que parou nos anos 1930s, momento em que o fascismo quis se posicionar como uma alternativa de "terceira via" entre militarismo e comunismo. Uma vez que vários grupos sustentaram o movimento fascista antes deste aparecer na forma oficial, o fascismo é bem diverso. Ao final, o artigo faz um vínculo com a nova direita e movimentos contemporâneos.

PALAVRAS CHAVE: Fascismo, Revolução conservadora, Nova direita

ABSTRACT: This article tries to investigate the characteristics of fascism and national socialism, as well the climate, which prepared the way for these political movements. It concentrates itself on the German version of fascism, with the first developments starting in the epoch of romanticism and extends itself until the conservative revolution which came to a halt in the early 1930s, where fascism wanted to position itself as a "third way" alternative between militarism and communism. As various groups supported the fascist movement before its official entry on the stage of history, the face of fascism is quite diverse. Towards the end, the article links the topic of fascism to the new right and contemporary movements.

KEYWORDS: fascism, conservative revolution, new right

1 Wolfgang Theis, professor, mestrando em filosofia, Universidade de Brasília (UnB), correspondência para wolfgang.theis1973@gmail.com

1. APRESENTAÇÃO: O SISTEMA DE VESTFÁLIA

A revolução francesa lançou um novo fenômeno na história: o estado nacional. Já existiam algumas formas anteriores, que remontam ao Império Romanos ou chinês por exemplo, mas na perspectiva histórica, o termo "nação" e o estado nacional são desenvolvimentos dos tempos modernos.

Apesar existiu uma forma de sentimento nacional (*Nationalbewusstsein*) já durante das cruzadas no século XI, quando pessoas cristãs dos territórios certos foram chamadas para a libertação de Jerusalém e assim se identificaram com um tipo de pre-nação, que não foi definido pela língua ainda, só o Paz de Vestefália no ano 1648 trouxe a ideia da soberania intraterritorial e extraterritorial dos estados. Assim o termo de nação nasceu, porque a base dessa ideia é de ter uma nação estadual dentro de um estado nacional, com fronteiras bem claras definidas. Essa nação é a legitimação e motivação de domínio político.

1) O sistema de Vestfália conhece três princípios (DURCHHART, 1999):

- Princípio de soberania
- Princípio de territorialidade
- Princípio de legitimação

O princípio da soberania constata, que todo estado é soberano. Não existe uma instituição com autoridade em cima dos todos estados e os estados têm se autossustentar. Assim eles não dependem um do outro (oficialmente). O princípio da territorialidade constata que o estado tem divisas certas e claras com os outros estados e países, e o monopólio do poder no território interno é só do estado individual. Não existe um direito de um estado para interferir no território do outro. O princípio de legitimação é o princípio de igualdade dos estados entre si, no papel não existe um estado mais importante do que o outro. Mas a guerra é um meio legítimo para impor os interesses do próprio estado.

O sistema de Vestfália deu a base para o desenvolvimento dos estados nacionais. Apesar de não ser a hora de nascimento dessa ideia, os três princípios são essenciais para o desenvolvimento da ideia. A ideia desse sistema foi mais desenvolvida no século XVIII, quando o nacionalismo nasceu, e o clímax chegou nos séculos XIX e XX. Infelizmente o sistema foi muito testado, quase até a autodestruição das várias nações durante as duas guerras mundiais.

Hoje o sistema de Vestfália fica questionado, por causa da ideia da intervenção humana em outros países. Mas isso não é o tema deste trabalho.

2. PRÉ-FASCISMO E NACIONALISMO

Na história de fascismo, existe um período chamado pré-fascismo. Isso é um desenvolvimento baseado na ideia de nacionalismo. O nacionalismo em si é uma criança da revolução francesa, porque lá se juntou a ideia da república e com a ideia da nação. A república é uma ideia de iluminismo, que divulgou a ideia da igualdade e individualidade das pessoas e o pensamento em categorias universais. A forma estadual, a república, que se baseia nesses pensamentos, foi estabelecida na revolução francesa. A nação foi criada pelo romantismo, que contradiz o iluminismo em todas as categorias: a razão foi substituída pela emoção, a universalidade foi despida pelas categorias pequenas, os especiais, e o indivíduo foi trocado pelo grupo. A nação foi definida em uma forma cultural e não acessível pela interpretação etnológica ou política. Os dois termos se juntaram, porque com a abolição do absolutismo faltou uma identidade. As ideias abstratas de iluminismo não podiam oferecer uma nova identidade, mas eles de romantismo podiam. No outro lado, o romantismo não podia oferecer um novo sistema político. Por isso, o termo de nação cultural entrou na criação de uma nova identificação. O termo de "identidade nacional" sempre tem uma componente cultural e político público inerente.

2.1 JOHANN GOTTLIEB FICHTE E AS SERMONES À NAÇÃO ALEMÃ

No seu livro "*Reden an die deutsche Nation*", o filósofo alemão Johann Gottfried Fichte, chama a nação alemã para se unir e resistir contra Napoleão. A Alemanha estava fragmentada em vários reinos e esse *Heilige Römische Reich deutscher Nation*, como o reino foi chamado, existiu só no papel mais. Foi fácil pôr o Napoleão conquistar a área da língua alemã, porque existiam tantas brigas entre os vários territórios e o termo da nação alemã não existiu ainda.

Mas porque Fichte, quem se viu na tradição de iluminação e se considerou como sucessor legitimo de Immanuel Kant, entrou na ideia de debate nacionalista? Isso deveria ser considerado no contexto histórico-contemporâneo.

A ideia de nacionalismo de Fichte se alimenta de dois fatores. O primeiro é, como já mencionado, que não existiu uma união verdadeira entre as entidades que falam alemão. Só interesses particulares dominaram os territórios individuais e a ideia de uma nação forte, que poderia resistir contra os ocupadores franceses, deu esperança para recuperar a liberdade. O outro fator é um mais romântico, porque Fichte viu a nação alemã predestinada a ser líderes espirituais na Europa pela localização geográfica e histórica. Como foram as tribos Germânicos, que acabaram com o império romano, os alemães são superiores aos povos latinos, porque as línguas latinas são baseadas em uma língua morta, o Latim clássico, enquanto alemão é baseado em uma língua viva, palavras como humanismo, popularidade, liberdade são como caixas vazias, não tem nenhuma significa e só a língua alemã tem a habilidade de preencher essas caixas vazias com sentido, porque ela está baseada no pensamento e conectado com a vida original (FICHTE, 2008). Essas expressões romanizadas, costumes e modas são contra a natureza alemã, porque são frívolas. O pensamento alemão é sério, laborioso e profundo, precisa diligência e regras claras (FICHTE, ibid.).

Uma outra superioridade dos alemães Fichte está vendo na forte criatividade. Ele considera a reforma luterana como um evento

essencial que comprova exatamente isso. Muitos não-alemães reclamaram sobre a igreja católica e as falhas dela, mas só os alemães conseguiam transformar as palavras de reclamação em ações verdadeiras – com serosidade e rigor alemão. Também na filosofia, educação e governo o exterior só deu ideias, mas foram os alemães que colocaram essas ideias em prática (FICHTE, 2008). Por causa da vaidade e imitação das coisas estrangeiras, o povo alemão se distanciou das origens, envelheceu e fracassou. Mas o povo alemão pode voltar à grandeza original sob a liderança de um homem forte, se esse povo se relembra dessas origens (FICHTE, ibid).

Na perspectiva estrangeira, o estado é uma máquina perfeita, que é liderada por um monarca, que é responsável por tudo. Mas nenhuma educação pode transformar ele em uma pessoa apta, se ele não é um líder natural. A educação alemã, no outro lado, é focada na educação da nação inteira. Os cidadãos devem ser educados como cidadãos responsáveis desde a infância. Mas o pensamento estrangeiro, que é muito espalhado na Alemanha, baseado em uma língua morta, representa parada, retrocesso e morte (FICHTE, 2008). Fichte atacou especialmente os Franceses aqui, porque quando ele deu as sermões em Berlim, a cidade foi ocupada pelas tropas Franceses de Napoleão. [2]

Fichte também constata, que só a crença na existência eterna da nação pode motivar as pessoas a se engajar na concepção e elaboração do estado. O ser humano vive neste mundo e por isso é necessário se envolver em coisas da pátria. Quem acredita na transitoriedade da vida, não pode ter amor a sua terra. Fichte consta, que essa pessoa não tem nenhuma pátria (FICHTE, 2008). O amor à pátria deve ser o objetivo último do cidadão, deve ser acima de manutenção da constituição, da paz interno, da propriedade ou da liberdade pessoal. Só um patriotismo ardente pode iniciar a vontade de se sacrificar com a vida própria para a pátria e a liberdade do povo, se for necessário (FICHTE, 2008).

2 Para deixar mais pessoas participar, ele deu essas palestras nos domingos na hora de almoço. O impacto mediamente foi pequeno, mas os sermones desenvolviam influencia anos depois.

Nos sermones Fichte demanda uma educação nacional, que resulta em educar as pessoas como cidadãos responsáveis. Superação voluntária das limitações pessoais e autocontrole devem ser estimulados já desde a infância e assim, como adultos, eles não precisam mais dos aplausos dos outros para ter autoconfiança. Por isso as crianças de todas as classes devem ser mandadas às escolas e educados juntos, sem diferença entre os sexos, classe social ou outros critérios. Só assim o estado poderia criar uma população, que se engajasse em favor do estado. Instituições como a força militar, prisões ou tribunais serão obsoletas em breve com essa forma de educação. Só com educação o estado consegue salvar o mundo. Em caso necessário, ele deve usar força contra a vontade dos pais para chegar nesse objetivo (FICHTE, 2008).

No final, Fichte escreve que um equilíbrio europeu artificial não ajuda. Só a união da nação alemã pode garantir a sobrevivência. Para Alemanha, expansionismo ou colonialismo não devem ser conhecidos. O país deve ser contente com si mesmo e ficar independente da economia mundial. Todo alemão deve trabalhar por esse objetivo, deve tentar superar as fraquezas próprias e assim prevenir a queda da nação. Baseado numa nação alemã renascida, a salvação do mundo inteiro vai acontecer (FICHTE, 2008).

2.2 O PESSIMISMO CULTURAL E A REVOLUÇÃO CONSERVADORA

Enquanto a luz de iluminismo brilhou ainda, o movimento contrário já se preparou para aparecer: o romantismo. O romantismo buscou se retirar de público para a esfera privada, mas também desenvolveu uma ideia transfigurada de mito dos gênios e heróis, especialmente da idade medieval. Mas também uma personagem com Napoleão se encaixou nessa ideia, que se juntou com movimentos pan-europeus-nacionalistas. A ideia romântica de “nação” começou a se espalhar.

Durante a fase final dessa época uma forma de pessimismo cultural se desenvolveu que disse, um fim da miséria só pode ser esperado pela uma revolução apocalíptica. Esses pensamentos revolucionários foram juntados com os movimentos latentes de nacionalismo, que foi fraco ainda nessa época e influenciada só pelos sonhos transfigurados, mas ele foi sempre presente, com o antissemitismo, que ofereceu uma boa possibilidade em achar um bom bode expiatório para desviar das razões verdadeiras dos problemas, e com o antiliberalismo.

O antiliberalismo foi uma caraterística bem forte do romantismo. O liberalismo em si tem a ideia, que o estado deve se retirar de restringir a liberdade pessoal em qualquer forma. O estado não é rejeitado, ele é a garantia da liberdade e do patrimônio, mas ele não tem o direito de restringir as atividades públicas, econômicas ou particulares de indivíduo. Ele deve defender essa liberdade das atividades pela legislação e constituição aceita. O liberalismo se direciona contra o estatismo, coletivismo, arbitrariedade em qualquer forma e contra o abuso de poder – e tudo isso o romantismo antiliberal recusou. O estado deve ficar forte em todas as formas, até em uma forma totalitária, o coletivo (e com a forma de "nação" um novo coletivo foi criado) conta tudo e o indivíduo conta nada[3]. A palavra "arbitrariedade", no sentido original, significa a possibilidade livre de decidir sem restrições, também se posicionar contra a necessidade – quando a decisão está feita, em caso a situação demanda. No estado liberal decisões só devem ser feitas quando é necessário, mas o antiliberalismo fica contra essa posição e favorece decisões de qualquer vontade. Assim o abuso de poder está junto com essa posição em favor da arbitrariedade e é uma caraterística de totalitarismo também.

A partir dos anos 1870s, o antissemitismo começou se fortalecer, como reação a crescendo autoestima e a emancipação dos judeus. Por séculos os judeus foram prosseguidos em várias formas e motivos, mas na segunda metade do século XIX, o elemento de ser forasteiro

3 Esse pensamento pode ser achado nas obras de Karl Marx e Friedrich Engels também. O coletivo dos trabalhadores pode causar uma revolução. Assim as ideias de comunismo são filhos de romantismo também.

na cultura predominante, causou a eles ser um alvo de ódio. Willhelm Marr, um jornalista alemão, fundou a Liga dos Antissemitas no ano 1879. Alguns anos atrás ele escreveu "os eventos socioculturais e históricos jogaram o judaísmo dentro no ocidente. O mesmo achou um princípio estranho em isso [...]" (MARR, 1873, p. 39)[4]. Ele também defendeu uma dominação dos judeus, que não pode ser revertido mais, quando ele escreveu (MARR, 1873, p. 39f):

> "A falência cultural-histórica e especialmente dos povos germânicos parece se realizar implacavelmente. [...] A fricção entre os dois elementos do povo começou e em essa fricção o judaísmo se provou mais sólido do que o ocidente e os povos germânicos em específico"[5].

Mas não só foi ele que se posicionou assim. Na mesma época o teólogo alemão Adolf Stöcker fundou o Partido Cristã-Social, que foi abertamente antissemita (em tentativa de recuperar os trabalhadores da socialdemocracia e cativar eles para a monarquia e cristianismo). Stöcker e Marr entraram em disputa quem seja o melhor antissemita[6]. Mas não foi só uma disputa ideológica. Por exemplo, o compositor Richard Wagner entrou nesse movimento também e publicou no ano 1869 o artigo *Die Kunst und die Revolution: Das Judentum in der Musik. Was ist deutsch?*. A influência do artigo deste compositor, que foi o

4 Original: Die welt- und kulturgeschichtlichen Ereignisse haben das Judenthum in das Abendland hereingeschleudert. Dasselbe fand in ihm ein fremdartiges Element vor [...]. (trad. WT)

5 Original: Der kulturgeschichtliche Bankerott des Abendlandes und besonders des Germanenthums scheint sich erbarmungslos zu vollziehen. [...] Die Reibung zwischen den beiden Volkselementen begann, und in dieser hat sich das Judenthum fester als das Abendland und speciell das Germanenthum gezeigt. (trad. WT)

6 A disputa antissemita de Berlim durou dois anos e foi importante para dar uma base para o desenvolvimento de antissemitismo até os anos 1930s. Mais sobre essa disputa pode ser encontrado em BOEHLICH, W. *Der Berliner Antisemitismusstreit*, Frankfurt am Main, Insel Verlag, 1988 ou GEISMANN, G. *Der Berliner Antisemitismusstreit und die Abdankung der rechtlich-praktischen Vernunft*, Kant Studien,84, 1993, p. 369 – 380 URL: https://philpapers.org/rec/GEIDBA-2 (acc. 02.07.2021)

músico favorito de Adolf Hitler, se estendeu até a época do nacional-socialismo. Esse tipo de antissemitismo se manifestou bem forte no Movimento völkisch, que começou aparecer em público a partir do ano 1900. O movimento é um elemento bem importante de nacional-socialismo e vai ser tratado em um outro capítulo em baixo.

Um desenvolvimento contínuo do péssimo cultural do fim do século XIX é a revolução conservadora. O termo é um pouco enganoso, porque não teve uma revolução violenta. Ele combina mais todas essas tendências ideológicas após 1918, que tiveram em comum as ideias antiliberais, antidemocráticas e anti igualitárias. Porque o movimento foi bem heterógeno, não pode destacar um partido político como representante dessa revolução, mas essa revolução foi mais a soma de vários interesses e ideologias particulares. Que todos tiveram como alvo junto, foi a ideia da terceira alternativa, do terceiro caminho. Essa alternativa deve juntar o nacionalismo e o socialismo em um país e uma sociedade (BÄRSCH, 1998). A ideia básica foi a dissolução de todas as contraposições e juntar eles em uma terceira alternativa. Mas como essa alternativa deve ser desenhada, isso foi bem difuso.

O conservadorismo revolucionário está baseado em várias ideias. Algumas delas vão ser apresentadas nas próximas linhas. Apesar de ser tão heterogênea, a revolução conservadora teve uma crítica bem forte na razão política. A irracionalidade do movimento é deliberada e os pensamentos se baseiam em valores e ideais eternamente válidos, como base da sociedade. Edgar Jung defende (JUNG, 1932, p. 380):

> *"chamamos como revolução conservadora a reinstalação desses valores e leis elementares, sem quais o ser humano perde a interdependência com a natureza e o Deus e não pode construir uma ordem verdadeira. A igualdade é substituta pelo valor interno, o sentimento social é substituto pela colocação justa em uma sociedade hierarquizada"*[7].

7 Original: Konservative Revolution nennen wir die Wiedereinsetzung aller jener elementaren Gesetze und Werte, ohne welche der Mensch den Zusammenhang mit der Natur und mit Gott verliert und keine wahre Ordnung aufbauen kann. An

Um ponto central da revolução conservadora é o elemento de conservadorismo. Mas os protagonistas não quiseram conservar e manter tradições ou restaurar uma sociedade passada, eles quiseram instalar novos valores. Arthur Moeller van den Bruck definiu isso como "o homem conservador [...] busca hoje o lugar que é um novo início. Ele é um conservador necessário e um provocador ao mesmo tempo."[8] (MOELLER VAN DEN BRUCK, 1931, p. 189). No mesmo texto ele defende "ser conservador é criar coisas, que valem pena ser sustentadas"[9] (MOELLER VAN DEN BRUCK, 1931, p. 202). Essa ideia da contemporânea criação das coisas que valem a pena ser mantidas, é algo que os representantes da (nova) direita do século XXI sempre mencionam também. Aparentemente o século XXI está enfrentando uma outra revolução conservadora. O conservadorismo desse tipo não tem como objetivo a conservação das tradições ou costumes, mas ele quer criar um fictício status ideal, que, na ideia e imaginário desses conservadores, sempre existiu e simplesmente foi destruído pelos reacionários da esquerda e agitadores do mundo moderna. Por isso (STEINBÖMER, 1932, p. 26)

"para manter o vínculo do mundo com uma ordem maior, o conservadorismo hoje tem de destruir e, a respeito da sensação dos valores niilista e a representação político-institucional dele no demoplutocracia, só pode ser revolucionário"[10].

Como já foi mencionado na parte sobre o pessimismo cultural, o antiliberalismo se fortaleceu durante essa época também. Os inimigos, que foram responsáveis pela evolução social, que quiseram destruir a civilização, foram o iluminismo e as ideias da revolução francesa, porque eles favoreceram o desenvolvimento do liberalismo e das ideias dele.

Stelle der Gleichheit tritt die innere Wertigkeit, an Stelle der sozialen Gesinnung der gerechte Einbau in die gestufte Gesellschaft (trad. WT)

8 Original: Der konservative Mensch [ ] sucht heute wieder die Stelle, die Anfang ist. Er ist jetzt notwendiger Erhalter und Empörer zugleich (trad. WT)

9 Original: Konservativ ist, Dinge zu schaffen, die zu erhalten sich lohnt (trad. WT)

10 Original: Um die Verknüpfung der Welt mit einer höheren Ordnung zu erhalten, muß der Konservatismus heute zerstören und kann gegenüber dem rechnerisch und nihilistischen Werteempfinden und dessen politisch-institutioneller Entsprechung in der Demoplutokratie nur revolutionär sein (trad. WT)

Isso vai contra a ideia do estado nacional, mas a revolução conservadora se interessou mais na sociedade e cultura do que no estado em si. Mas o liberalismo, que é um quadro para o estado e a ideia republicana, foi considerado como essência da sociedade. Moeller van den Bruck acusou o liberalismo ele "minasse culturas [...], eliminasse religiões [...], destruísse pátrias. Ele foi o auto apagador da humanidade"[11] (MOELLER VAN DEN BRUCK, 1932, p. 119). O parlamentarismo, uma ideia central de liberalismo e assim da democracia, foi considerado sem valor destinado à queda certa (ZEHRER, 1932). Mas em esse mundo irracional e cheio das contradições, as ideias de ter ditadura e democracia não foram opiniões opostas. Com a ideia de participação do povo no seu destino (MOELLER VAN DEN BRUCK, 1932), a ditadura foi considerada como possibilidade de restabelecer o contato entre um líder e o povo (JUNG, 1991). O problema desse pensamento é essa ideia romântica e sonhadora, porque ditaduras de qualquer cor partidário, nunca mostraram uma possibilidade de contato entre o(s) líder(es) e o povo. Eles estabeleciam um sistema elitista baseado em estruturas antigas, que ainda existiam, mas em uma forma mais fraco, desde dos tempos da monarquia e esse sistema não foi exterminado com a introdução da democracia, ou esses líderes ditatoriais acabaram com as estruturas antigas radicalmente e violento e estabeleciam uma nova casta política, que sempre se apresentou não menos corrupto a antiga casta política. A calha ficou a mesma, só os porcos se mudaram.

Um outro problema foi a rejeição da república de Weimar. Ela foi considerada como uma construção britânico, porque foi baseada nas ideias de contratos (sociais) de Thomas Hobbes, John Locke e Jean Jacques Rousseau. Só uma forma nacional, na forma alemã, foi aceitável para os revolucionários conservadores. O objetivo foi a introdução de um estado baseado no status social da população e dos representantes do povo, como aconteceu na Áustria depois da guerra civil no ano 1934, e em uma forma cooperativa. A desigualdade das pessoas foi dada pela natureza e assim baseada na ordem social dos

11 Original: Er untergrabe Kulturen [...], vernichte Religionen [ ], zerstöre Vaterländer. Er war die Selbstauflösung der Menschheit. (trad. WT)

tempos medieval como Othmar Spann defendeu na forma seguinte (SPANN, 1921, p. 176):

> "que toda classe social mais baixa seja lida na forma intelectual pela classe mais alta, seguindo a lei de vida da toda comunidade com a subordinação de mais baixo ao mais alto"[12]

Assim se manifesta a rejeição da igualdade das pessoas e a desigualdade é considerado justificado em uma forma social. Também essa ideia do estado está seguindo a ideia de Hegel, que considerou como objetivo altíssimo de todo cidadão, ele deveria ser parte do estado (HEGEL, 2012). Assim o estado em si (com a vontade popular) é a autoridade máxima, até uma autoridade autoritária que não deve ser questionada por que ela é legitimada pelo si mesmo, simplesmente porque ela é o estado.

O relacionamento dos revolucionários conservadores com o socialismo foi bem interessante. Algumas ideias básicas de Marxismo, como o anticapitalismo e a anti burguesia, são visíveis nos trabalhos, porque não pode ser esquecido o nacionalismo e Marxismo são filhos de romantismo, mas a crença no progresso e a transformação de ser humano, dois conceitos essenciais de Marxismo, faltaram no mundo dos revolucionários conservadores. Também a internacionalidade, que seria um outro ponto importante, faz falta. Por isso um socialismo deveria ser desenvolvido na forma nacional. Isso seria a superação de Marxismo e "o socialismo começa onde o Marxismo termina"[13] (MOELLER VAN DEN BRUCK, 1932, p. 68). Assim a demarcação de Marxismo conforme a interpretação de Lênin é bem clara. Enquanto Lenin quis desenvolver o socialismo em uma forma internacional e seguindo Marx, para os poucos representantes da revolução

12 Original: daß jeder niedere Stand geistig vom jeweils höheren nach dem geistigen Lebensgesetz aller Gemeinschaft und Gemeinschaftsverbindung Unterordnung des Niedern unter das Höhere geführt wird (trad. WT)

13 Original: Der Sozialismus beginnt, wo der Marxismus endet.

conservadora que se sentiam perto do socialismo, o socialismo não começou ainda e se ele começará, isso só pode acontecer em um nível nacional. Mas entre o socialismo nacional e o nacional-socialismo teve uma diferença. Alfred Rosenberg definiu isso assim (ROSENBERG, 1923 apud PIPER, 2013):

> *"A palavra 'nacional-socialismo' como substantivo é uma nova síntese, que enfatiza a inseparabilidade dos dois termos, enquanto o 'socialismo nacional' em realidade poderia significar Marxismo nacional"*[14]

O antissemitismo dos revolucionários conservadores deve ser olhado no contexto contemporâneo deles. Como já foi escrito sobre o pessimismo cultural, o antissemitismo dessa época se manifestou como reação contra a emancipação Judeia, que no outro lado se manifestou nas ideias de Sionismo de Theodor Herzl e Nathan Birnbaum[15]. A segregação entre judeus e não-judeus acelerou a cada ano, e a ideia de purificar a raça (JÜNGER, 1925) se manifestou mais e mais. Ser judeu e alemão no mesmo tempo em uma união pessoal, não correspondeu com a ideia de ter um puro corpo popular. Enquanto a maioria dos representantes da revolução conservadora pelo menos flertaram com o antissemitismo em uma forma mais forte, teve alguns

14 Original: Nationaler Sozialismus oder Nationalsozialismus" mit der Definition: ,,Das Wort Nationalsozialismus stellt als Hauptwort eine neue Synthese dar, die die Untrennbarkeit zweier Begriffe betont, während die Bezeichnung nationaler Sozialismus in Wirklichkeit nationaler Marxismus bedeutet oder bedeuten könnte (trad. WT)

15 Os livros *Gottes Volk* de Nathan Birnbaum (URL: http://sammlungen.ub.uni-frankfurt.de/urn/urn:nbn:de:hebis:30-180014084002), publicado no ano 1918, e *Der Judenstaat* de Theodor Herzl (URL: https://fedora.phaidra.univie.ac.at/fedora/objects/o:117328/methods/bdef:Book/view), publicado no ano 1896, são essencial para esse movimento. A ideia de ter um território judeu na área de antigo Israel e a demanda para considerar os judeus como cidadãos iguais são devidos dos movimentos nacionalistas, quais foram já mencionados em esse texto. Ter pensamentos nacionalistas não só foi reservado para uma parte da população em essa época. Mas que é interessante, muitos judeus foram patriotas ardendo dos países em quais eles moraram. Mas sobre isso em HEID L, SCHOEPS J., Juden in Deutschland. Von der Aufklärung bis zur Gegenwart, München, Piper Verlag, 1994, esp. p. 224 - 227

que se posicionaram contra essas teorias antijudeus e racistas. Oswald Spengler se posicionou contra a ideia de raça como não-sistemático (SPENGLER, 1918) e quando o nacional-socialismo entrou no poder, ele rejeita completamente a ideia de uma pura raça biológica na forma seguinte (SPENGLER, 1933, p. 157):

> *"A pureza da raça é uma expressão grotesca, considerando o fato da mistura das tribos e espécies humanas por milhares dos anos [...] Quem fala de raça demais, não tem nenhuma. Não depende em uma raça pura, mas em uma forte, que a nação incorpora".*[16]

Para ele a crise atual da humanidade não é devida das várias raças no mundo, é devido de um ciclo de decadência das culturas que acontece todos mil anos (SPENGLER, 1933).

3. OS GRUPOS PRINCIPAIS QUE ANTECIPARAM A IDEOLOGIA

Os princípios da revolução conservadora se diferenciam do nacional-socialismo em alguns pontos. Mas é incontestável, esse movimento foi um movimento preparador do nacional-socialismo que tomou posse de poder na Alemanha a partir do ano 1933. A revolução conservadora foi carregada por vários grupos. Eles não foram uma união homogênea, porque todos deles teriam interesses particulares. Em princípio foram os seguintes que foram os carregadores dessas ideias:

- Movimento völkisch
- Os revolucionários nacionais
- Os jovens conservadores
- O *Bündische Jugend* e o Movimento Rural

16 Original: Rassereinheit ist ein groteskes Wort angesichts der Tatsache, daß seit Jahrtausenden alle Stämme und Arten sich gemischt haben, [ ]. Wer zuviel von Rasse spricht, der hat keine mehr. Es kommt nicht auf die reine, sondern auf die starke Rasse an, die ein Volk in sich hat. (trad. WT)

A maioria dos representantes mencionados em 2.2 são do grupo dos jovens conservadores. Eles não tiveram essa ideia de estado baseado só em uma nação. Para eles um império na forma de *Heiliges Römisches Reich Deutscher Nation*, como existiu até o ano 1804, foi o ideal. Um império unificado que consiste em vários reinos pequenos, representado pelo um monarca, que regula as coisas internas. O estado nacional, baseado na ideia de uma nação uniforme, foi considerado como uma ideia estreita de mais. Também foi considerado inadequado o pensamento imperialista, porque o estado deve reconhecer e respeitar autonomias e independências.

Os revolucionários nacionais foram formados pelas experiências de guerra e a derrota alemã em 1918. Eles foram mais prontos para entrar em uma revolução verdadeira, se necessário com o uso de violência também. Eles foram prontos para "destruir esse tempo [...] porque vale a pena destruir ele" (SCHAUWECKER, 1931, p. 162). O elemento conservador, como realmente preservar algo, deve se retratar em favor de progresso e tecnologia para alcançar os objetivos. Uma ordem não-capitalista foi desejável para eles, mas só poderia ser criado em uma base nacional (SCHAUWECKER, 1931, p. 276).

O *Bündische Jugend* e o movimento rural foram dois movimentos que se desenvolviam do movimento *Wandervogel* e a vista romântica de natureza. O movimento *Wandervogel*, que se orientou na ideia de *Boy Scouts*, quis reformar o indivíduo, mas o *Bündische Jugend* quis reformar a sociedade. Não teve uma idade mínima para entrar, mas como o nome já disse, só pessoas jovens (a maioria na idade de pré-adolescência até adolescência) participaram. Em uma forma elitista eles quiseram seguir os ideais dos cavalheiros medievais e não todos os candidatos, que quiseram entrar, poderiam participar. Cerimonias festivas e místicas, a subordinação do indivíduo à comunidade, uniformização das roupas e a idealização de uma ordem certa, foram elementos principais desse movimento.

O Movimento Rural, em contrapartida, foi um movimento que resultou na crise agrária dos anos 1920. Roubado do estatuto social importante, que a agricultura teve durante a monarquia, combinado

com as crises socioeconômicas causado pela hiperinflação, especialmente a partir do ano 1927 quando teve algumas perdas de colheitas nos anos seguintes, e a mudança a uma sociedade industrial, a população rural se radicalizou. Ela não pode se identificar com a democracia e buscou uma solução mais radical. O movimento organizou manifestações violentas, os sócios recusam pagar impostos, e até ataques com meios explosivos contra instituições públicas aconteciam nessa época. Esses atos terroristas causaram os nacional-socialistas se afastar do movimento, porque eles não quiseram ser associados com atos terroristas antes das eleições.

O movimento völkisch começou a se organizar no final do século XIX, também seguindo a moda de nacionalismo que se fortaleceu. Eles tiveram uma ideologia que foi baseada na ideia racista (tudo que não foi germânico foi considerado inferior de deve se subordinar aos arianos) e a sociedade deve ser anti-igual, organizado em uma forma militar, e orientado por uma classe masculina que organiza a sociedade pela classe social. Tudo isso deve ser fundamentado em uma religião neopagão ou germano-cristã. A demanda central foi a exigência de uma religião caraterística baseada nos termos de raça e povo puro (PUSCHNER & GROSSMANN, 2009). Mas essa situação religiosa não foi heterógena. Havia muitas perspectivas. Por exemplo, enquanto uma parte quis voltar para a religião dominante nos tempos pré-cristãs e venerar os deuses germânicos antigos, como Thor, Freia, Loki etc., outros quiseram tirar todos os elementos judeus de cristianismo e definir Jesus como ariano (FENSKE, 2018). Em outras palavras, eles quiseram purificar o povo de tudo que não foi original em uma definição particular deles. Por isso antigos símbolos germânicos como as runas ou a suástica depois foram recarregados com um significado maior para valorizar a importância. A ideia de ariosofia, o misticismo nazi, como também é chamado, ganhou mais importância. A luta dos arios, como uma raça superior, contra as raças inferiores foi justificado pelas escrituras da bíblia e a história de cristianismo. Uma mistura entre as raças não poderia acontecer mais, porque essa miscigenação causou a fraqueza dos arios. A ideologia da ariosofia se estendeu até

as propostas de instalar futuros programas para produzir arios puros e esterilizar pessoas dessas raças inferiores (MARBY, 1935, VON LIST, 2008). Círculos como a *Thule Gesellschaft* foram estabelecidos, mas não tiveram tanta influência. O movimento völkisch oficialmente rejeitou violência, mas participou em vários golpes contra o estado, porque foi contra a democracia e o Marxismo dos partidos esquerdas. Apesar de o movimento perder na importância com o fortalecimento do partido nacional-socialista, o elemento völkisch ficou presente na vida cotidiana.

4. OS PRINCÍPIOS DE FASCISMO

Baseado no clima dessa época, seguindo a moda contemporânea, se desenvolveu um movimento chamado nacional-socialismo. Eles se definiam como movimento e não como partido, para alcançar eleitores de protesto e pessoas desinteressadas em política. Para se diferenciar da esquerda e o uso do termo "socialismo" eles adicionam o termo "nacional" em frente e se apresentaram como alternativa em contraste dos partidos antigos. O socialismo foi definido na seguinte forma (HITLER, 1930 apud GOSCHLER & HARTMANN, 1997, p. 47):

> *"serviço para o povo, abandonar de lucro pessoal em favor de coletivo [...] O benefício de coletivo é o essencial. Por fim, o termo nacionalismo não significa nada outro do que a dedicação e o amor para meu povo".*[17]

Assim não teve nenhuma visão diferente entre o socialismo e nacionalismo. Mas a luta das classes, que é uma ideia básica de socialismo de acordo com Marx, impede a união do povo, porque (HITLER, ibid, p. 146)

17 Original: Ich verstehe unter Sozialismus: höchster Dienst an meinem Volke, Aufgeben des persönlichen Vorteils im Interesse der Gesamtheit. [ ] Der Nutzen der Gesamtheit ist das Wesentliche. Der Begriff Nationalismus bedeutet am Ende auch nichts anderes als Hingabe und Liebe zu meinem Volk. (trad. WT)

> *"o nome nacionalismo ou socialismo se refere às abordagens de vida e não permitiu a criação dos novos valores. A ausente sensação de união se transformou em ódio de um contra o outro [...] hoje a oposição entre burguês e proletário deve ser superado, porque a ascensão de qualquer nação só pode ser alcançada sob slogans comuns. Temos de fechar a fenda e reunir as forças em uma nova plataforma"*[18]

Mas essas palavras de Hitler são só para cobrir as intenções verdadeiras, porque a socialização dos meios da produção, um ponto central de socialismo, nunca fez parte da ideia nacional-socialista.

O nacional-socialismo tem os seguintes princípios (HITLER, 1928):

- Abolição das todas as condições impostas pelos Tratados de Versalhes no ano 1918
- Legitimação de antissemitismo pela lei e impunidade das ações contra os judeus
- Obrigação de trabalhar fisicamente e mentalmente para todos os cidadãos para contribuir a bem comum
- Quebra de servidão aos juros
- Nacionalização da indústria com o direito do estado de reter os lucros
- Melhorar o sistema da aposentadoria e da saúde nacional
- Reforma agrária e preferência das empresas pequenas e médias em licitações públicos
- Reformar o sistema de educação para dar mais cidadãos a chance para estudar em um nível médio ou superior

18 Original: „Der Name Nationalismus oder Sozialismus bezeichnete Lebenseinstellungen und ließ nicht zu, daß neue Werte geschaffen wurden. Das mangelnde Gemeinschaftsgefühl wandelte sich in gegenseitigen glühenden Haß. [ ] [H]eute muß der Gegensatz zwischen Bürger und Proletarier überwunden werden, denn der Aufstieg jeder Nation kann nur unter gemeinsamen Parolen stattfinden. Wir müssen den Spalt schließen und die Kräfte wieder auf neuer Plattform sammeln. (trad. WT)

e reformar os currículos em favor das questões práticas cotidianas

- Reintrodução de serviço militar obrigatório e reinstalação das forças armadas (que foi proibido pelos Tratados de Versalhes)
- Introdução da censura da imprensa e impedimento de trabalho dos todos jornalistas judeus
- Restrição das todas as religiões, que ameaçam a existência do estado e o sentimento moral da raça germânica
- Substituição de materialista direito romano pelo direito comum na forma alemã
- Centralização do poder e supressão de federalismo a um necessariamente nível mínimo

No programa dos 25 pontos, esses princípios foram publicados no ano 1920 e um pouco modificados no ano 1928 de novo. O ponto três deste programa demanda a criação de colônias para segurar "a alimentação do nosso povo, e assentamento do nosso superávit da população"[19] (HITLER, 1928). Assim, a expansão ao Europa-Leste, onde os povos inferiores e a União Soviética foram locados, já foi pré-programado em caso o partido deve entrar no poder.

Alguns pontos mencionados acima viraram realidade. A discriminação, expropriação, perseguição, até a "solução final" (*Endlösung*), a matança de mais de seis milhões de judeus, foram transformados em realidade. A censura e *Gleichschaltung*, o controle sobre a toda imprensa pelo estado, a política cultural do estado nazista, que determinou que pode ser "arte alemã" e que é "arte degenerada", e outras atividades bem conhecidas seguiam[20]. Mas a maioria dessas demandas mencionadas em cima, nunca se transformaram em realidade. Em um lado, foi impossível por eles em prática e no

19 Die Ernährung unseres Volkes, das Sichern des Überlebens unserer Bevölkerung (trad. WT)

20 Esse trabalho não vai entrar nos detalhes das atividades antidemocráticos e autocráticos da ditatura nazista contra a humanidade.

outro lado teve alguns conflitos internos no partido, onde interesses particulares tentaram dominar os outros interesses particulares. A demanda "o interesse geral têm prioridade de interesse particular"[21] (HITLER, 1928) só existiu no papel.

Uma outra base importante de nacional-socialismo é o livro *Mein Kampf*, que Adolf Hitler escreveu durante a detenção dele em Landsberg entre os anos 1923 e 1924. Em esse livro, Adolf Hitler ataca os judeus bem abertos e em uma forma teorética de conspiração. Ele chama o Marxismo o destruidor da cultura, afirma os judeus devem favorecer a prostituição para espalhar sífilis, acusa os judeus de intenção de dominar o mundo, chama eles parasitas, ratos, sanguessugas e muito mais, porque eles pretendem de sugar os povos hospedeiros (HITLER, 1925, HITLER, 1927). Também no livro ele demanda a quebra de servidão dos juros, mas fica bem vague como isso deve acontecer. Ele só menciona a existência da diferença entre o capital da bolsa e a economia nacional. Essa diferença possibilita a defesa da econômica nacional contra a internacionalização e se defender contra o capital financeiro e empréstimo internacional sem atacar o capital mesmo como base de auto-sustentação independente (HITLER, 1925). A expansão da Alemanha ao Leste e a unificação com Áustria, que aconteceu no ano 1938, são outros pensamentos do livro. Um ponto bem polêmico do livro é a crítica de parlamentarismo, um problema que pode ser resolvido pelo um estado germânico com um líder forte. O princípio de líder do estado e do povo, com poder absoluto, aplicando um culto de personagem, não é só um princípio fascista, mas é um princípio autoritário em geral. A criação de um mito sobre a personagem é uma ferramenta de marketing para vender o totalitarismo ao povo em uma forma acessível. O estado foi governado diretamente pelos decretos e portarias que foram assinados direto do líder e assim prejudicaram uma burocracia, que funcionou até um certo ponto.

21 Das Allgemeininteresse geht vor dem Privatinteresse (trad. WT)

Uma propaganda que funciona, ajuda um sistema totalitário. A encenação perfeita dos eventos do partido (*Reichsparteitag* 1934 em Nürnberg, perpetuado com o filme "*Triumph des Willens*" de Leni Riefenstahl), mas também os Jogos Olímpicos no ano 1936, ou vários desfiles militares ajudaram. Os nazistas foram mestres em encenar eventos. Com uma organização rígida dentro da população isso foi mais fácil de realizar. Isso também fortaleceu o militarismo crescente dentro da população. Uma Alemanha forte não deve ter medo de ninguém, especialmente não da União Soviética, que foi considerada como inimigo número um de nacional-socialismo, e isso só poderia ser alcançado com uma força armada forte, enraizado na população. Os Tratados de Versalhes não permitiam à Alemanha ter uma força armada acima de 115.000 homens; mas isso foi bem claro desde o ano 1918, que essa força não poderia ser suficiente para defender o país. Assim, já nos anos 1920s, os governos diversos tentaram de achar soluções para rearmar os militares. Mas só com a introdução de serviço militar obrigatório no ano 1935, que foi completamente contra os Tratados de Versalhes, o número de militares aumentou. Até o ano 1939, quando a Segunda Guerra Mundial começou, Alemanha teve uma força militar de 1,1 milhão militares ativos e com a mobilização geral o número aumentou a 4,6 milhões soldados (KROENER & MÜLLER & UMBREIT, 1988).

O totalitarismo com a destruição da democracia, um governo de só um partido, a abolição de divisão dos poderes (legislativo, executivo, judicativo), a expansão dos direitos e poderes dos serviços de inteligência interna e externa – juntado com um sistema extensivo dos informantes para denunciar qualquer oposição contra o governo, resultando em um estado policial, são outras características do nacional-socialismo. Hannah Ahrendt descreve a caraterística do totalitarismo como fita de ferro de terror, que tranca as pessoas, para causar o desaparecimento de espaço de agir – e esse espaço de agir seja a realidade de liberdade (AHRENDT, 1995). Exatamente esse espaço de agir foi retirado pelos nacional-socialistas com a introdução gradual de totalitarismo.

Antes de assumir o poder, os nacional-socialistas já exaltaram o militarismo. Muitos guerreiros nazistas da primeira hora participaram da Primeira Guerra Mundial e não podiam aceitar a derrota da Alemanha. Eles acreditaram na vocação do povo alemão para salvar o mundo, como já Fichte propagou (ver o subcapítulo 2.1) e os nacionalistas românticos do século XIX também. Junto com esse pensamento, a expansão da raça dominante (*Herrenrasse*) foi uma consequência lógica. Nos anos inícios, a propaganda nazista demandou a recuperação dos territórios perdidos depois do ano 1918, quando a guerra acabou. Mas depois, após as invasões na Áustria, Tchecoslováquia e na Polônia em 1939, o pensamento de dominação dos territórios ocupados pelas raças inferiores (*Untermenschen*) começou a dominar a ideologia. Até hoje não é claro se o nacional-socialismo quis dominar Europa (até a parte Europeu da União Soviética) ou teve como objeto a dominação do mundo. Na música nazista chamada "*Es zittern die morschen Knochen*", tem uma linha dizendo *„[...] wir werden weiter marschieren, bis alles in Scherben fällt, denn heute gehört uns Deutschland und morgen die ganze Welt*" (BAUMANN, 1933). A tradução seja, vamos continuar a marchar, até tudo quebra, porque hoje somos os donos da Alemanha e amanhã do todo mundo". Em uma outra versão, a palavra "*gehört*" foi substituída pela "*hört*" que mudaria o sentido completamente para: "vamos continuar a marchar, até tudo quebra, porque hoje a Alemanha escuta nos, e amanhã o todo mundo". O autor Hans Baumann defende a versão que a palavra "*hört*" foi o original, mas a partir dos anos 1934 a música foi abusada pelos meios de propaganda e ele não podia fazer nada contra essa nova versão e interpretação (BAUMANN, 1956).

O nacional-socialismo teve uma inerente ideologia, que idealizou a classe dos agricultores, a *Blut und Boden Ideologie* (ideologia de sangue e terra). Essa ideologia vem do movimento völkisch e está expressa como "raízes naturais de nosso povo em sangue e terra"[22] (WUNDT, 1924, p. 32). A legislação da agricultura seguiu essa ideia já dois dias

22 Original: Die natürlichen Wurzeln unseres Volkes in Blut und Boden

depois da posse de Adolf Hitler como chanceler. Foi introduzida uma classe das fazendas (*Erbhöfe*) de tamanho certo, que foram definidos como inesperáveis e só podem ser herdados pelo uma pessoa só, e as fazendas não poderiam ser vendidas. O dono deveria ser de sangue ariano puro ou de sangue parentesco (eslavos ou romanos foram considerados como parentes), e assim exclui todos que foram de sangue judeu ou negro (DEUTSCHES REICH, 1933). A ideia básica da ideologia de *Blut und Boden* já foi apresentada no capítulo 3 no parágrafo sobre o movimento völkisch. Apresar o movimento völkisch foi parcialmente incorporado no nacional-socialismo e parcialmente empurrado na ilegalidade, a ideia de *Blut und Boden* continuou vivendo no movimento principal de nazismo.

A ideia da conspiração dos judeus contra o povo alemão com a intenção de dominar o mundo é considerada como ideia central de nacional-socialismo. Enquanto o antissemitismo do século XIX se manifestou em uma forma mais leve e menos organizado (com e exceção de Karl Lueger[23], prefeito de Viena e também é dito Adolf Hitler considerou como modelo a seguir (NOVY, 2020)), a partir dos anos 1920s, com a propaganda de nazismo se fortalecendo. Dietrich Eckhart, publicitário e promotor de Adolf Hitler nos anos iniciantes do partido nazista, rastreou essa conspiração dos judeus contra a humanidade dos tempos bíblicos até o bolchevismo (ECKHART, 2012). Baseado no famoso *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, uma escritura

23 Até hoje o legado de Karl Lueger está bem controverso. No um lado, ele foi um benfeitor da população de Viena, introduz muitos programas de caridade e bem-estar para a população, aumentou a cidade e transformou Viena em um capital verdadeiro de um império grande. No outro lado, ele atacou os Judeus bem aberto todo tempo, em uma forma brutal, imprudente e não pensando nas consequências. O imperador Franz Josef negou a nomeação de Lueger, que teve uma origem humilde e chegou ate ser advogado, como prefeito duas vezes, porque o imperador apreciou os Judeus como cidadãos leais e diligentes desde o império reconheceu eles como cidadãos iguais no ano 1867. Mas depois das terceiras eleições ganhadas, o imperador não podia negar mais. Os ataques de Lueger contra os judeus não causaram mortes, mas a população se brutalizou internamente, perdendo toda compaixão para os Judeus. Mais em: HAMANN, B. Hitlers Wien, Lehrjahre eines Diktators, München, Piper Verlag, 1996, ou WISTRICH, R.B. Karl Lueger and the Ambiguities of Viennese Antisemitism, em: Jewish Social Studies, Vol. 45., Bloomington, Indiana University Press, 1983, p. 251 - 262

anônima que mencionou a intenção da dominação mundial judeu (PROTOCOLS, 1922), o bolchevismo, o grande inimigo de nacional-socialismo, é vinculado com a religião judeu e deve ser combatido com toda veemência (ECKHART, 2012). Hitler propagou um apocalipse se o judeu, com o credo e fé marxista, vai ganhar a vitória final (HITLER, 1927). Assim o bolchevismo deve ser vencido para evitar o mesmo destino para o povo alemão que o povo russo experimentou, porque quando Rússia caiu para o bolchevismo toda inteligência anterior, que existiu na população, foi apagado (HITLER, 1927, ROSENBERG 1930) e assim a salvação só pode ser em trazer inteligência da Alemanha para lá, porque os Alemães são o povo escolhido.

5. A NOVA DIREITA – UMA FORMA DE FASCISMO?

Depois dos eventos que devastaram o mundo até 1945 com todas as consequências, hoje só poucos se declaram abertamente como fascistas. O ostracismo de fascismo é forte demais para se autodeclarar, mas correntes e movimentos políticos fascistas tomam uma forma igual, mas com uma etiqueta diferente. Mas no outro lado, os termos "fascista" ou "nazista" são usados fácil demais para se defender contra uma situação autoritária não necessariamente nazista.

Como foi mostrado em cima, o fascismo e nazismo são caracterizados pelos grupos e movimentos certos e hoje, o movimento völkisch na forma original por exemplo, é quase impossível de ser encontrado. Em Alemanha existem alguns grupos ainda, que pensam nessa forma e eles se juntam em colônias, especialmente no Leste da Alemanha onde a terra está mais barata para viver e morar com uma ideologia em forma particular. Eles se consideram como sucessores da Liga Artamana, que fez parte do Movimento völkisch, na forma de volta à natureza. Esses Neo Artamanas se identificam com os conceitos de esotérica, ecologia ou proteção dos animais (FÖRSTER, 2015). Eles se consideram como elite dentro a direita, eles não estão indo nas ruas, não gritam, nem demandam um líder forte, mas ficam tranquilos e querem missionar a população nos arredores com persuasão. O

deslocamento das pessoas da região, que não pensam como elas, já começou (RÖPKE & SPEIT, 2019). Essa população se sente incomoda e migra para outras regiões, deixando a terra vazia, que dá mais chances e espaço para colonizar a região para eles, que pensam igual como esse Neo Artamanas. Assim uma sociedade paralela começa a existir.

Mas nem todos da nova direita são tranquilos. O neonazismo e o neofascismo tem muitas facetas diferentes. Eles se estendem dos grupos pequenos (e muitas vezes isolados) pronto para usar violência de qualquer forma na rua até representação política em assembleias locais ou regionais. Em uma democracia o espectro político da direita deve ser aceito, mas a pergunta remanesce: tem de tolerar os intolerantes até qual ponto? O paradoxo da tolerância define que, se a tolerância fica sem limites, a tolerância vai sumir, porque a tolerância vai ser usada pelos intolerantes para atacar a sociedade existente e assim a tolerância vai acabar (POPPER, 2003). Isso é mais como uma ideia paradoxal: por um direito de não ter direitos. Quando esse direito é introduzido, como alguém pode tirar esse direito, porque não tem o direito de retirar?

O fascismo não é um status que se desenvolve de um dia para o outro. Como foi mostrado em cima, vários movimentos e escolas de pensamentos prepararam o caminho por muitos anos antes o fascismo e o nacional-socialismo tomaram posse do poder. Em tempos de crise o extremismo sempre acha solo fértil, porque a população está em busca de alguma solução (rápida) de crise. Se uma pessoa carismática aparece no palco e promete a solução dos todos os problemas, ou pelo menos está salientando esses problemas e promete pensar sobre uma solução no futuro em caso ele seja eleito, essa pessoa vai ser eleita. A história demonstrou a repetição desse padrão de comportamento com vários exemplos. Essa pessoa não precisa ser necessariamente carismática, se um sistema autoritário já estabelecido favorece a ascensão dessa pessoa. Mas o que definitivamente é essencial é o momento do tempo e se essa pessoa pode esperar esse momento. Em tempos das crises econômicas e internacionais, que também provocam movimentos imigratórios para o país, o espectro nacionalista vai se usufruir muito

mais desse padrão de comportamento das massas (CANETTI, 2016, FLUSSER, 2008, KLEMPERER, 1995). Claro a história do país e se teve algo passado com períodos longos da ditadura, ou opressão em várias formas ou estruturas sociais coloniais que nunca foram abandonadas, faz uma parte importante nesse desenvolvimento.

Hoje a nova direita se distancia oficialmente do nacional-socialismo, mas sempre flerta com os elementos dele. Assim não necessariamente pode ser falado de fascismo, porque elementos importantes dele faltam, mas nos anos 20s de século XXI conseguimos ver um período da revolução conservadora de novo. A rejeição dos direitos humanos ou a proteção dos infratores pelas instituições estaduais, atos antidemocráticos com participação das pessoas que foram eleitos democraticamente para ser representantes do estado e do povo, comparação de liberalismo (uma base da democracia) e demanda de fechamento das instituições da separação dos poderes para deixar um homem forte governar (porque essa separação impede o presidente ou chanceler de governar), e atos similares, são claros sinais por esse desenvolvimento. Etiquetar todo pensamento diferente, dito pelo lado não nacionalista ou ultraconservadora, como comunismo é um outro sinal. Como foi mostrado, os judeus foram acusados para tudo, até o tentativo de dominar o mundo, e agora pensamentos esquerdos, que são em favor dos direitos humanos e dos direitos trabalhistas e sociais, e pessoas que criticam um sistema autocrático, são ostracizados. Até pensadores e educadores de importância mundial são incluídos nesse círculo de ostracização. Eles são acusados de pregar comunismo – sem definir qual comunismo eles defendem, quais seriam os elementos comunistas que eles promoveriam.

A nova direita incorpora técnicas baseadas nos pensamentos de Antonio Gramsci, porque a ideia de hegemonia cultural parece atraente. Gramsci defendeu que hegemonia cultural funciona, se é possível participar em associações, instituições culturais e clubes, infiltrar o discurso das elites pelas atividades publicistas, e assim apresentar conteúdos ideológicos para a discussão na sociedade, conseguir aceitação social e dominar a opinião pública assim. Com

a percentagem dos votos crescendo nas eleições a sociedade estaria pronta para ser subvertida (GRAMSCI, 2012). Em princípio democracia funciona assim, mas o grande perigo é se um movimento autoritário (ou um em favor de governo autoritário) está tomando posse. Esse governo talvez nunca queira sair do poder mais. Isso aconteceu com Hitler em 1933. É sempre esquecido que ele entrou no poder não pelo golpe de estado, mas por ganhar eleições parlamentares democráticas. O que ajudou ele a assumir poder total, foi a morte do presidente Paul von Hindenburg no ano 1934 e a constituição (de parlamentarismo) previu nesse caso o poder de presidente, como representante do estado e última instância do estado, vai ser assumido pelo chanceler até novas eleições presidenciais. Essas eleições nunca aconteceram.

Uma etiqueta da nova direita para ser socialmente aceitável é a substituição de racismo clássico pelo conceito de etno pluralismo. Como foi mostrado no capítulo 1 deste texto, a ideia de estado nacional é baseada na autodeterminação. A nova direita brinca com o medo da população de ser dominado por uma outra nação que envia imigrantes para escavar a sociedade receptiva de dentro e assim pode transformar o próprio país em uma colônia de um poder externo. "Povos homogêneos em um mundo heterogêneo – e não em uma forma inversa" (KREBS apud KRASKE, 2021, p. 75). Assim a identidade nacional deve ser fortalecida e preservada. No mundo da nova direita essa identidade é sabotada pelos esquerdistas, que querem abrir as portas do país para todos e querem substituir o povo autóctone por um povo multicultural, que não tem nenhuma identidade nacional mais. Esse pessimismo cultural já foi dominante no final do século XIX e os inimigos da nova direita são os mesmos que já foram dos revolucionários conservadores nos anos 1920s. O movimento völkisch pode ser encontrado nesse pensamento, mas em uma forma diferente. A nova direita não quer glorificar os crimes de nacional-socialismo (talvez também, porque isso é ilegal e pode resultar em ser preso; mesmo assim certos grupos se apresentam abertamente anticonstitucional e antidemocrático), mas eles são atrás de relativismo e revisão da história. No entendimento deles, a história

é escrita pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial e essa história distorça é doutrinado nas crianças como uma verdade absoluta, que nunca aconteceu assim.

A nova direita também é contra o feminismo e o movimento 68. Para ela, esses dois movimentos destruíram a família e a sociedade seria melhor se os membros da família cumprissem o papel tradicional. Mas esses valores da família, que sempre são mencionados em várias campanhas eleitorais dos conservadores e de direita, são não mais que palavras vãs, porque quando o candidato quem propaga esses valores é perguntado sobre eles, normalmente não consegue responder em uma forma satisfatória. Talvez esses valores da família são valores (econômicos) da família do candidato. Mas a nova direita tem a ideia de um mundo utópico onde valores masculinos e uma dominação masculina são válidos e incontestados.

Em princípio existem duas alas da nova direita: os jovens conservadores e os revolucionários nacionais. Os jovens conservadores evitam mencionar termos como revolução ou socialismo e se vinculam mais com a revolução conservadora e as ideias dela. São eles que se empenham na criação dos (novos) valores que devem ser preservados, enquanto os antigos são destruídos. Os revolucionários nacionais, no outro lado, tentam pescar nas águas tradicionais da esquerda com as ideias de anti-imperialismo e anticapitalismo. Mas eles são bem ativos nos campos tradicionais da direita e muitas vezes agem abertamente na forma nacional-socialista. Por isso eles são mais presentes na percepção e consciência da população, enquanto os jovens conservadores agem mais nos quartos dos fundos do poder para conseguir os objetivos deles.

Conquanto a nova direita não pode ser associada com um partido político só e é bem heterógeno, todos grupos têm as seguintes caraterísticas em comum:

- Um grupo composto quase exclusivamente dos conservadores intelectuais de sexo masculino

- Uma delimitação estrita da direita velha, dos nazistas originais e os sucessores deles e de direto negacionismo de holocausto
- Etno Pluralismo como núcleo ideológico
- Revolução cultural de direita seguindo as ideias de hegemonia cultural de Antonio Gramsci
- Anticonstitucionalismo
- Dicotomia clara de inimigo-amigo relação, com rejeição um pluralismo dentro da sociedade
- Linha de argumentação sem provocação para ter acesso ao discurso socialmente aceito
- Intenção de uma restauração de nacionalismo völkisch

O futuro da nova direita está bem incerto, porque com a pandemia de CoV-19 a partir do ano 2020, a nova direita caiu voltando no comportamento da antiga direita. Os protestos contra as medidas para tentar diminuir o impacto da doença, mostraram uma imagem bem clara. Se o representante supremo de um estado mostra claramente ele não se importa com a população e só com as crenças particulares dele, ele participa em desfiles de motoqueiros que são cópias de desfile em que Mussolini participou em 1933 (HYPENESS, 2021), ele se expressa contra o federalismo e a constituição abertamente todo tempo, o passo de nova direita democrática ao totalitarismo de forma antiga, como foi executado até o meio de século XX, é só um pequeno.

REFERÊNCIAS

AHRENDT, H. **Elemente und Ursprünge totaler Herrschaft. Antisemitismus, Imperialismus, Totalitarismus**, München, Piper Verlag, 1995

BÄRSCH, C.E. **Die politische Religion des Nationalsozialismus**, München, Wilhelm Fink Verlag, 2002

BAUMANN, H. **Es zittern die morschen Knochen** (1933), em: Der Spiegel, Nr. 34, Hamburg, 1956, URL: https://www.spiegel.de/politik/die-morschen-knochen-a-9a0d060043063741?context=issue (acc. 09.07.2021)

CANETTI, E. **Masse und Macht**, München, Carl Hanser Verlag, 2016

DEUTSCHES REICH **Reichserbhofgesetz vom 29. September 1933 i.d.F.v. 30. September 1943**, RGBL I. S. 549, ber. S. 564, Berlin, 1933, URL: http://www.verfassungen.de/de33-45/reichserbhof33.htm (acc. 09.07.2021)

DURCHHART H. **Westphalian System. Zur Problematik einer Denkfigur**, em: Historische Zeitschrift, Vol. 269, ep. 2, Oldenbourg, De Gruyter Verlag, 1999

ECKHART, D. **Der Bolschewismus von Moses bis Lenin**. Zwiegespräche zwischen Adolf Hitler und mir (1924), North Charleston, Create Space Independent Publishing Platform, 2012

FENSKE, W. **Wie Jesus zum Arier wurde**, Darmstadt, WBG Verlag, 2018

FICHTE, J.G. **Reden an die deutsche Nation**, Hamburg, Felix Meiner Verlag, 2009

FLUSSER, V. **Von der Freiheit des Migranten**, Einsprüche gegen den Nationalismus, Hamburg, Europäische Verlagsanstalt, 2008

FÖRSTER, A. **Siedler auf befreiter Scholle**, em: Der Freitag, Ausgabe 33, Berlin, 2015, URL: https://www.freitag.de/autoren/der--freitag/siedler-auf-befreiter-scholle (acc. 12.07.2021)

GOSCHLER, C., HARTMANN, C. **Hitler. Reden. Schriften. Anordnungen. Februar 1925 – Januar 1933**. Von der Reichstageswahl bis zur Reichstagspräsidentenwahl. Oktober 1930 – März 1932, Bd. IV, Berlin, De Gruyter Verlag, 1997

GRAMSCI, A. **Gefängnishefte**, BOCHMANN, K., FRITZ, W. (eds.), Hamburg Argument Verlag, 2012

HEGEL, G.W.F. **Grundlinien der Philosophie des Rechts oder Naturrecht und Staatswissenschaft im Grundrisse**, Hegel Gesamtausgabe, Band 7, Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 2012.

HITLER, A. **Mein Kampf**, Eine Abrechnung, Band 1, München, Verlag Franz Eher Nachfolger, 1925, URL: http://www.bicat.net/spiegel/MeinKampf/f1.htm (acc. 05.07.2021)
_____ **Mein Kampf**, Die nationalsozialistische Bewegung, Band 2, München, Verlag Franz Eher Nachfolger, 1927, URL: http://www.bicat.net/spiegel/MeinKampf/f2.htm (acc. 05.07.2021)
_____ **Das Programm der Nationalsozialistischen Deutschen Arbeiterpartei**, München, 1928, URL: http://www.bicat.net/spiegel/MeinKampf/Nsdapprg.htm (acc. 05.07.2021)

HYPENESS **Mussolini, ditador fascista italiano, também desfilou de moto para demonstrar poder**, 25.05.2021, URL: https://www.hypeness.com.br/2021/05/mussolini-ditador-fascista-italiano-tambem-desfilou-de-moto-para-demonstrar-poder/ (acc. 12.07.2021)

JUNG, E. J. **Deutschland und die Konservative Revolution**, Deutsche über Deutschland: Die Stimme

eines unbekannten Politikers, München, Albert Langen Verlag, 1932
_____ **Die Herrschaft der Minderwertigen** – Ihr Zerfall und ihre Ablösung durch ein neues Reich, Nachdruck von 1930, Berlin, Verlag für ganzheitliche Forschung und Kultur, 1991

JÜNGER, E. **Unsere Politiker**, em. Die Standarte, Wochenschrift des neuen Nationalismus, ed. 06.09.1925, München, 1925

KLEMPERER, V. **Ich will Zeugnis ablegen bis zum Letzten**, Tagebücher 1933 – 1945, NOWOJKSI, W., KLEPERER, H. (eds.), Berlin, Aufbau Verlag, 1995
_____ **LTI – Notizbuch eines Philologen**, Zur Sprache des Dritten Reiches, Stuttgart, Reclam Verlag, 2015

KRASKE, M. **Denn AfD & Co. meinen was sie sagen**, Berlin, Ullstein Verlag, 2021

KROENER, B. R., MÜLLER, R.D., UMBREIT, H. **Das Deutsche Reich und der Zweite Weltkrieg**, Band 5/1: Organisation und Mobilisierung des deutschen Machtbereichs: Kriegsverwaltung, Wirtschaft und personelle Ressourcen, 1939 bis 1941, Band 1, Stuttgart, Deutsche Verlags Anstalt, 1988

NOVY, B. **Als die Wiener Hitlers Lehrmeister wählten**, Deutschlandradio, 29.10.2020, Köln, 2020; URL: https://www.deutschlandfunk.de/karl-lueger-als-die-wiener-hitlers-lehrmeister-waehlten.871.de.html?dram:article_id=486439 (acc. 12.07.2021)

MARBY, F.B. **Rassische Gymnastik als Aufrassungsweg**, Stuttgart, Marby Runen Bücherei 5/6, 1935

MARR, W. **Der Sieg des Judenthums über das Germanenthum**, Bern, Costenoble Verlag, 1879, URL: http://www.gehove.de/antisem/texte/marr_sieg.pdf (acc. 01.07.2021)

MOELLER VAN DEN BRUCK, A. **Das dritte Reich**, Berlin, Der Ring Verlag, 1923, URL: https://refubium.fu-berlin.de/handle/fub188/20280 (acc. 05.07.2021)

MOHLER, A. **Die konservative Revolution in Deutschland 1918 – 1932**, Stuttgart, Friedrich Vorwerk Verlag, 1950

PIPER, E. **Nationalsozialismus: seine Geschichte von 1919 bis heute**, Berlin, Prospero Verlag, 2013

POPPER, K. **Die offene Gesellschaft und ihre Feinde**, Band 1 & Band 2, Tübingen, Mohr Siebek Verlag, 2003

PROTOCOLS **The Protocols of the Learned Elders of Zion** (1905), MARSDEN, V.E. (trad.), Reedy, Liberty Bell Publications, 1922, URL: https://archive.org/details/protocolsofthelearnedeldersofzion/page/n1/mode/2up (acc. 12.07.2021)

PUSCHNER, U., GROSSMANN, G. **Völkisch und national**. Denktraditionen und Mythenbildung im 21. Jahrhundert, Darmstadt, WBG, 2009

ROSENBERG, A. **Die Protokolle der Weisen von Zion und die jüdische Weltpolitik**, München, Deutscher Volksverlag, 1922, URL: https://archive.org/details/Rosenberg-Alfred-Die-Protokolle-der-Weisen-von-Zion-Scan-1/mode/2up (acc. 05.07.2021)
_____ **Der Mythus des 20. Jahrhunderts**, Eine Wertung der seelisch-geistigen Gestaltungskämpfe unserer Zeit, München, Hoheneichen Verlag, 1934, URL: https://archive.org/details/DerMythusDes20Jahrhunderts/mode/1up (acc. 05.07.2021)

RÖPKE, A., SPEIT, A. **Alte Sippen, junge Siedler, rechte Ökos**, Berlin, Ch. Links Verlag, 2019

SCHAUWECKER, F. **Deutsche allein**. Schnitt durch die Zeit, Berlin, Frundsberg Verlag, 1931

SPANN, O. **Der wahre Staat**: Vorlesungen über Abbruch und Neubau der Gesellschaft, Gehalten im Sommersemester 1920 (1921) an der Universität Wien, Whitefish, Kessinger Publishers, 2010

SPENGLER, O. **Der Untergang des Abendlandes**, Umrisse einer Morphologie der Weltgeschichte, Gestalt und Wirklichkeit, Wien, Braumüller Verlag, 1918
_____ **Jahre der Entscheidung**, Deutschland und die weltgeschichtliche Entwicklung, München, C.H. Beck Verlag, 1933

STEINBÖMER, G. **Betrachtungen über den Konservatismus**, in: Deutsches Volkstum: Monatszeitschrift für das deutsche Geistesleben, 14. Jg, Hamburg, 1932, p. 25 – 30

VON LIST, G. **Die Religion der Ario-Germanen in ihrer Esoterik und Exoterik** (1910), Graz, Edition Geheimes Wissen, 2008

WAGNER, R. **Die Kunst und die Revolution: Das Judentum in der Musik. Was ist deutsch?**, Theodor Kneif (ed.), München, Roger und Bernhard Verlag, 1975

WUNDT, M. **Was heißt völkisch?**, Langensalza, Hermann Beyer und Söhne Verlag, 1927

ZEHRER, H. **Das Ende der Parteien**, em: Die TAT, 24, Jena, Diederichs Verlag, 1932

A (IN)EFETIVIDADE DOS DIREITOS DOS REFUGIADOS: UMA ANÁLISE DAS NEGATIVAS A ACEITAÇÃO DOS REFUGIADOS PELOS PAÍSES DA EUROPA

Lisa Lima Benevides Carneiro de Oliveira [1]
Érica Rios de Carvalho[2]

RESUMO: O presente trabalho acadêmico apresenta uma discussão sobre os argumentos nacionalistas utilizados como justificativa ao descumprimento do direito internacional dos refugiados, dos princípios gerais de direito internacional e dos direitos humanos, descrevendo o panorama mundial em que se insere a crise atual e analisando as políticas externas dos países da União Europeia quanto a aceitação dos refugiados. Para tanto, elabora-se uma crítica à (in)efetividade dos direitos dos refugiados a partir de pesquisa construída via revisão bibliográfica e análise de documentos – especificamente de tratados internacionais em vigor sobre pessoas refugiadas e de notícias midiáticas sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVES: Refugiados; União Europeia; Direito Internacional dos Refugiados.

ABSTRACT

This academic paper presents a discussion about the nationalist arguments used as justification for non-compliance with international refugee law, general principles of international law and human rights, describing the world panorama of the current crisis and analyzing the foreign policies of the EU countries on the acceptance of refugees. In order to do so, a critique of the (in)effectiveness of refugee rights

1 Bacharela em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica do Salvador Salvador/BA. Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista Capes. Email: lbeneviides@gmail.com.

2 Professora da Universidade Católica do Salvador (UCSAl). Especialista em Direito Privado. Mestre, e Doutora em Políticas Sociais e Cidadania pela UCSAL. Bolsista FAPESB. Email: erica.carvalho@pro.ucsal.br.

is made from research built through bibliographical review and document analysis - specifically international treaties on refugees and news on the subject.

KEY-WORLDS: Refugees; European Union; Economic Crisis; International Law of Refugees; Nationalism.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos do século atual tem havido inúmeras guerras civis e conflitos armados. A África encontra-se imersa em diversos conflitos internos que provocam um intenso fluxo migratório desde antes dos anos 2000. A Guerra do Iraque só encontrou seu fim no final de 2011. Já a guerra na Síria está momentaneamente em destaque devido ao conflito de interesses existente entre grandes potências internacionais, o que acabou por resultar no prolongamento do conflito. Não apenas isso, temos assistido, paralisados, ao aumento dos ataques terroristas na Somália e à proliferação do terror no continente africano.

Face ao crítico fluxo imigratório atual, do avanço das disputas sectárias e da recusa no recebimento de refugiados dos países vizinhos ao conflito, é estimado que o impacto de tal situação tenha resultado na maior crise humanitária desde a 2ª Guerra Mundial e o destino da grande maioria destes refugiados é, no mínimo, incerto.

Diversos são os motivos que impulsionam pessoas a saírem de seus Estados de origem, todavia, o que ocorre hoje, particularmente na Europa e nos países de primeiro recebimento, possui uma característica muito específica: é uma questão humanitária, ou seja, as razões promotoras dos deslocamentos encontram justificativa em reiteradas violações a direitos humanos, assim como o perigo iminente posto à vida das pessoas que vivem em zonas de conflito. (MARCON, 2015)

O principal objetivo deste trabalho é a melhor compreensão sobre os panoramas de direito que estão envolvidos nesse embate e uma análise crítica das razões apresentadas pelos países receptores

para denegar direitos consagrados como princípios basilares da ordem jurídica internacional.

Este é um problema recorrente durante os períodos de guerras civis e que resta até hoje sem solução. A formulação de políticas rígidas anti-migratórias, como fechamento de fronteiras e estabelecimento de cotas para recebimento de refugiados, além do direcionamento desses refugiados à campos de concentração, tal como Hannah Arendt narrava ainda sobre 1940, são comportamentos que se reproduzem ao longo dos anos, desde a primeira guerra mundial (ARENDT, 2012). Assim, o presente inicia com uma breve análise do avanço da internacionalização dos direitos humanos, até o período das grandes guerras, da proteção às pessoas envolvidas em conflitos armados e a promulgação da Convenção dos Refugiados de 1951, mais tarde ampliado seus efeitos pelo Protocolo de 1967.

Continuando o estudo da atual conjuntura mundial, com um clima geral de desconfiança dos efeitos ainda não superados da crise financeira mundial de 2012 – na qual o bloco da União Europeia (UE) foi um dos mais atingidos – somado à quebra de diversos países e políticas de austeridade que foram amplamente criticadas e combatidas pelos nacionais, além da alta dos níveis de desemprego para além de 22% da população ativa em 2015 e o *Brexit*, houve um crescimento anormal de tendências das grandes potências ao isolacionismo. Não apenas isso, o agravamento da crise humanitária e a perspectiva de abarcamento interno desse número expressivo de estrangeiros culminaram em um dos mais importantes problemas políticos contemporâneos.

Entendendo como preconceituosas e xenófobas as posições protecionistas de alguns países, com intolerância à entrada de refugiados e recusa a negociações junto ao bloco da União Europeia, busca-se compreender até que ponto decisões emanadas dos Estados, dentro de seus âmbitos de competência e em pleno exercício de sua soberania nacional, podem configurar posições coimadas por mecanismos internacionais como a Declaração Universal de Direitos Humanos, a Convenção de 1951 e seu Protocolo de 1967, o Pacto de San José da Costa Rica e outros tratados.

Logo, frente às ofensas a princípios de direito da sociedade internacional, pedras angulares com raízes no nascimento da própria organização em sociedade, resta imprescindível que se proceda ao estudo sobre o crescimento de posicionamentos nacionalistas, protecionistas e manifestações xenófobas para justificativa de violações aos direitos humanos dos refugiados, assim como da sua ilegalidade frente aos direitos adquiridos consagrados nos inúmeros tratados internacionais vigentes.

2. O DIREITO DOS REFUGIADOS NA ORDEM JURÍDICA INTERNACIONAL

A internacionalização dos direitos humanos é o primeiro passo em direção ao direito dos refugiados e sua institucionalização. A Convenção de 1864 foi a primeira a promover a proteção das vítimas de guerra, terminologia essa que mais tarde foi ampliada para conflitos armados. Posteriormente foram celebradas a Convenção de Haia, em 1899, que tratou de regulamentar o uso da força no conflito armado, e as Convenções de Genebra de 1906 - que estendeu as obrigações da primeira convenção às forças navais, de 1929 - que definiu o tratamento a prisioneiros de guerra, e de 1949 - que definiu a proteção aos civis, e seus dois Protocolos adicionais em 1977 – o primeiro sobre proteção das vítimas dos conflitos armados internacionais e o segundo quanto a às vítimas de conflitos internos, como guerras civis.

A primeira guerra mundial (1914-1918) trouxe inúmeras consequências quanto à regulação internacional da situação dos que foram afetados pelo conflito, iniciando-se pela criação da Liga das Nações durante a Conferência de Paz em Versalhes, com a finalidade principal de preservação da paz e da mediação de conflitos internacionais, além da resolução das problemáticas dos deslocados forçadamente e apátridas, consequências do conflito. Nesse sentido:

> Apesar de ser um fenômeno antigo e que acompanha a evolução da humanidade, pode-se afirmar que a

> proteção dos refugiados, de forma coordenada, iniciou-se por meio das atividades da Liga das Nações. Isso se deu, primordialmente, em razão de acontecimentos que tiveram lugar, pouco antes, durante e, em especial, imediatamente após a primeira grande guerra. Nos anos que precederam e durante esse conflito, grandes contingentes de refugiados dos Impérios Russo e Otomano dirigiram-se à Europa central e à do Oeste, assim como para a Ásia. Durante a primeira guerra, houve diversos movimentos populacionais que se caracterizavam por serem temporários, posto que não causassem movimentos contínuos; vários ocorreram dentro dos limites internos dos Estados, não havendo necessariamente, pois, a passagem por fronteiras. (CAMPOS, 2008, p. 14)

Após o descrédito e extinção da Liga das Nações, com a deflagração da segunda guerra mundial (1939-1941) e as atrocidades realizadas durante a mesma, em novembro de 1943, foi fundado um corpo intergovernamental chamado de Administração das Nações Unidas para Auxílio e o Restabelecimento (UNRRA). Tinha a função principal de resolver o problema sistêmico que havia se tornado os refugiados, voltada a repatriação dos deslocados no continente europeu. (COSTA E SILVA, 2016)

No entanto, nenhum conteúdo claro foi dado à noção de refúgio em nível internacional até que a Convenção de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados, foi adotada, e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) foi criado pela Assembleia Geral da ONU e incumbido de supervisionar sua implementação.

Assim, em Genebra, em novembro de 1950, foi finalmente aprovada pela Assembleia Geral da ONU a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados. Ela estabeleceu os princípios básicos para o tratamento de refugiados. Contudo, seus efeitos foram limitados aos eventos ocorridos anteriormente a 1° de janeiro de 1951,

cuja aplicação só fora estendida aos outros conflitos pelo Protocolo de 1967. Vejamos:

> Art. 1º - Definição do termo "refugiado" [...] 2) Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em conseqüência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (CONVENÇÃO DE 1951)

Apesar de não ter havido nenhuma outra guerra mundial com graves consequências humanitárias, devido aos sucessivos surgimentos de conflitos por todo o mundo, gerando fluxos migratórios constantes de refugiados e deslocados, tornou-se necessário que as garantias da Convenção dos Refugiados de 1951 fossem estendidas aos eventos posteriores.

Alargou-se, através do Protocolo de 1967, o âmbito de aplicação da mesma a todos os que se enquadrem na definição de refugiados constante na Convenção de 1951, agora independentemente da época. Observe-se:

> *§2. Para os fins do presente Protocolo, o termo "refugiado", salvo no que diz respeito à aplicação do §3 do presente artigo, significa qualquer pessoa que se enquadre na definição dada no artigo primeiro da Convenção, como se as palavras "em decorrência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e..." e as palavras "... como conseqüência de tais acontecimentos" não figurassem do §2 da seção A do artigo primeiro. O presente Protocolo será aplicado pelos Estados Membros sem nenhuma limitação*

> *geográfica; entretanto, as declarações já feitas em virtude da alínea "a" do §1 da seção B do artigo1 da Convenção aplicar-se-ão, também, no regime do presente Protocolo, a menos que as obrigações do Estado declarante tenham sido ampliadas de conformidade com o §2 da seção B do artigo 1 da Convenção. (PROTOCOLO DE 1967)*

De acordo com a referida norma, a responsabilidade para a promoção de instrumentos internacionais para proteção dos refugiados e fiscalizar a sua efetiva aplicação é do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Assim, a Convenção da ONU de 1951 e seu Protocolo de 1967 são os pilares do regime de proteção de refugiados moderno. Eles estabelecem uma definição universal de refugiado e incorporam os direitos e deveres básicos dos refugiados. (ACNUR, 2012). Pelo princípio de cooperação internacional e toda a estrutura da sociedade internacional, resta obrigado a cooperar com o ACNUR no desenvolvimento das suas funções e a respeitar o Estatuto do Refugiado todo e qualquer Estado que tenha ratificado a Convenção de 1951, cumprindo integralmente com as disposições constantes do Estatuto.

3. PANORAMA MUNDIAL ATUAL

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) divulgou em 2015 uma revisão sobre o recorde de deslocamento forçado global devido a perseguição, conflitos armados, violência generalizada ou violação de direitos humanos. A agência estimou que existiam 65,3 milhões de pessoas que se encontravam naquela situação no mundo todo, sendo que, desses, 21,3 milhões são refugiados e o conflito armado na Síria seria responsável, sozinho, por 5,5 milhões. Apenas para comparação, o segundo maior responsável pelo fluxo migratório seria o Afeganistão, com 2,5 milhões de pessoas deslocadas – menos que a metade resultante do conflito sírio.

Em verdade, a existência de tal fenômeno durante períodos marcados por conflitos sangrentos não é nenhuma novidade. O mesmo aconteceu durante as guerras mundiais, isso sem falar durante o conflito que resultou no desmembramento da Iugoslávia ou dos conflitos existentes no oriente médio – Guerras do Afeganistão e Iraque. Contudo, infelizmente, tais crescimentos no fluxo migratório permanecem sem solução, ainda que esbarrem novamente em velhos obstáculos.

Constata-se que a situação crítica apresentada pela massiva migração dos refugiados para a Europa e outras regiões mais afastadas do conflito possui a característica da fuga de locais em situação de guerra e estado de exceção, com extrema violação dos direitos humanos e liberdades civis. Portanto, cunha-se o panorama como uma crise humanitária e, correndo o risco da obviedade, questão própria dos direitos humanos. É aqui que se insere a problemática do referido trabalho, ao acompanhar as posições adotadas por diversos países procurados pelos refugiados.

O direito internacional consagra entre seus princípios a soberania nacional, a autodeterminação dos povos e a não intervenção, mas também o princípio da solidariedade entre os povos, e, mais especificamente ao caso dos refugiados, o princípio da não devolução.

Contudo, nem todos os países que são procurados pelos refugiados aceitam sua entrada, seja por alegações de incapacidade financeira ou por argumentos que refletem preconceitos internos, como tem ocorrido em países da Europa. Por exemplo, em 2015, a Alemanha havia aberto suas fronteiras ao recebimento dos refugiados, porém o agravamento da crise, o crescimento de posições nacionalistas e a recusa de países da União Europeia em dividir a responsabilidade culminaram na mudança do discurso da Primeira Ministra alemã, Angela Merkel, que atualmente finalizou acordo para o estabelecimento de um limite na entrada de refugiados no país, reforçando sua campanha em prol da implementação de quotas para a distribuição de refugiados.

Não apenas, a última crise mundial demonstrou a fragilidade da economia mundial frente a um modelo global ultrapassado de políticas econômicas, cuja produção, após inúmeras reformas e melhoramentos, chegou ao ponto onde conseguiria superar o consumo, arrefecendo toda a cadeia produtiva e chegando a uma situação de estagnação econômica[3]. Ainda hoje a economia internacional persiste apresentando baixas taxas de crescimento, com elevada instabilidade financeira e tendência à deflação de preços, dado o excesso de oferta de produtos e de capacidade ociosa instalada em diversos setores manufatureiros, que, em conjunto com a alta do desemprego e redução da renda, fica estagnado frente à diminuição do consumo e das exportações, sem falar na resistência à diminuição dos gastos públicos.

Nesse cenário de desaceleração econômica, aumento do desemprego e da inflação, além do alto endividamento e consequente diminuição do crédito, insere-se um panorama social repetitivo que causa o acirramento das discussões internacionais, com ampla difusão de ideais nacionalistas e divisão de opiniões quanto ao acolhimento humanitário. Observe-se:

> *Um estudo do Banco Mundial do Verão de 2000, da autoria de Paul Collier, director de investigação do departamento de economia de desenvolvimento, chega à seguinte conclusão: "Os conflitos internos em todas as partes do globo, contrariamente ao que habitualmente se pensa ou ao modo habitual de o público os encarar, raramente têm por base objectivos políticos ou disputas étnicas ou religiosas, mas sim motivações decisivamente económicas... As motivações políticas... na maior parte*

3 Sobre o assunto Belluzo (2009) faz uma análise sobre como a facilidade do crédito e o abandono da poupança pessoal por muitos anos alavancaram o consumo irrefreado das famílias, que somado à complacência bancária e desregulamentação financeira, culminou em uma completa dissonância entre a renda e o consumo, levando ao endividamento massivo de grande parte da população ativa dos grandes países, gerando diminuição da capacidade de compra e, consequentemente, queda da produção.

> *dos casos são usadas apenas como fachada justificativa e para fins de relações públicas internacionais." (NEUE ZÜRCHER ZEITUNG, 2000 apud KURZ, 2003, p. 4).*

As políticas restritivas de imigração são uma constante nos países ditos desenvolvidos, pela ideia amplamente difundida de que os mesmos são poços de oportunidade e de melhoria de vida, razão pela qual é comum que tais nações adotem protocolos rígidos para entrada de estrangeiros, principalmente quanto a situações de permanência no país.

Observando-se a grande queda na economia mundial, tais políticas retrativas tendem a aumentar e multiplicar-se, em cega tentativa de obstar o crescimento dos índices de desemprego e inflação. Tal situação é narrada em artigo especifico sobre Portugal, quando da crise de 2002, por Baganha:

> *Com o país em recessão econômica, estabelece-se, pela primeira vez, uma quota máxima de entradas e afirma-se uma profunda determinação de combate à imigração ilegal. Parecia o início de uma política de regulação dos fluxos, mas não o foi porque os mecanismos de preenchimento da quota se mostraram totalmente inoperacionais. (BAGANHA, 2005, p. 42)*

Os velhos e inexoráveis inimigos da população retornam a toda força, sem limitações de classe, mas atingindo toda a nação, com a alta da inflação, do desemprego, das taxas de importação frente à desvalorização da moeda, precarização de serviços básicos e, ainda, a proliferação de discursos raivosos e de anti-imigração (ARENDT, 2012). Como recorrente na história humana, cria-se um inimigo, um bode expiatório, a ser apontado como culpado de todos os problemas e impasses da sociedade. Ao invés de enxergar de forma mais profunda e crítica a insustentabilidade estrutural e o risco sistêmico, é mais fácil apontar o dedo para um grupo – agora, os refugiados, sempre lidos

como estorvo ou até como terroristas – e puni-lo com o isolamento e o estigma de ser o refugo da terra (ARENDT, 2012).

O panorama de qualquer crise humanitária não pode ser dissociado do histórico de ideologias nacionalistas acirradas em períodos de desaceleração econômica e uma tradição histórica de políticas restritivas de imigração. Que quando somadas a uma recessão mundial, ainda que derivada da crise financeira sistemática, geram um acirrado descontentamento quanto ao acolhimento dos refugiados pelos nacionais e pela própria nação, principalmente ao proliferar-se a crença de que lhe falta capacidade econômica para abarcamento dos mesmos frente aos seus conflitos internos.

4. NEGATIVA DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS RECONHECIDOS

Historicamente existiram diversas tentativas de construir-se um etnocentrismo ou ideologia supremacista que justificasse a colocação dos brancos europeus acima das outras etnias, na forma de estudos biológicos e antropológicos, com o objetivo de galgar uma justificativa cientificamente aceitável que considerasse outras "raças" (especialmente africanas e indígenas) de forma inferior ou mesmo débeis.

Resistentes ao reconhecimento do racismo persistente em suas instituições públicas e privadas, apesar de um aumento visível da influência de partidos e entidades de extrema direita, os europeus permanecem observando o desenrolar de inúmeras guerras e conflitos nos países no âmbito de seu controle geopolítico sem engajar-se e, quando as consequências de tais conflitos – e exploração histórica – atracam à sua costa, insistem que tal questão nada tem a ver com eles.

Após a crise mundial, os países considerados ricos e desenvolvidos têm lutado para reaquecer suas economias. O aumento do desemprego como consequência da modernização tecnológica e do corte de gastos, a diminuição do poder de compra do nacional, a redução dos investimentos em saúde e educação, além da implementação de

políticas econômicas drásticas para cumprir as metas de austeridade acordadas quando do recebimento dos pacotes de auxílio pela União Europeia (a exemplo da Espanha e da Grécia, que receberam 40 bilhões e mais de 110 bilhões de euros, respectivamente) aumentam a impopularidade dos governos e criam uma situação de desagrado que culmina no instinto protecionista.

5. O MEDO/ÓDIO DO DIFERENTE

Alastra-se pelo mundo uma posição agressiva de aversão a pessoas estranhas ao meio, estrangeiros comumente possuidores de línguas, religião e costumes diferentes. Conceitua-se a xenofobia como "o medo, aversão ou a profunda antipatia em relação aos estrangeiros" (BOLAFFI, 2013, p. 331). Argumenta-se que a mesma teria ressurgido com o aumento da entrada de imigrantes e refugiados, mas, em verdade, tal fenômeno nunca fora superado, até porque a mesma parte da ideia de que exista superioridade entre um e outro modo de vida, religião ou nacionalidade e tal preconceito encontra-se enraizado nas nações imperialistas de uma sobremaneira assustadora[4].

Sendo o mais antigo dos preconceitos, presente no berço da democracia frente ao tratamento dos não-gregos chamados "bárbaros", o mesmo permaneceu presente ao longo do avanço da humanidade, sendo um de seus ápices mais brutais datado de menos de 80 anos atrás, com o massacre promovido pelo líder nazista Adolf Hitler em busca da purificação da Alemanha para a prosperidade da raça ariana e um dos mais desumanos de pouco mais de trinta anos atrás, com o *apartheid* (VENTUROLI, 2017).

O fenômeno da xenofobia está de volta. Ou ele nem sequer foi superado? Normalmente só se discute sobre isso quando um perigo emergente já se torna tão perceptível que a situação possa vir a

4 Para ilustração de tal ideia consolidada da existência de uma visão de superioridade de um sobre outro grupo social, indica-se a conclusão de estudo realizado por Norbert Elias na obra 'Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade', Editora Zahar, 2000.

piorar. Até então, costuma-se acreditar que esse problema seja coisa passada e que a discriminação nos últimos anos tenha diminuído. Mas a realidade, que novamente confirma o caráter contraditório da existência humana, demonstra que a história não necessariamente ruma numa direção positiva, como se quer acreditar, mas que avanços contrastam com recuos. Ideias que se tinha como fora de moda, absurdas e retrógradas, podem novamente vir a ser atuais e modernas. Isso significa que as ideais não morrem pelo simples decurso do tempo e que, em conformidade com o espírito de uma época, podem retornar. (ANDRIOLI, 2002, online)

Pelo que observamos neste trabalho, de fato não houve uma superação da xenofobia. Ela no máximo fica esquecida ou invisibilizada (ANDRIOLI, 2002), tratada como um problema resolvido assim que os ânimos acirrados se acalmam e a vida em sociedade parece retornar ao seu eixo. Contudo, ao encontrar um panorama social marcado pela construção da ideologia do migrante e refugiado como inimigo (KURZ, 2003), como o responsável pela falta de vagas no mercado de trabalho, pela precariedade das estruturas do governo e, por fim, da própria crise, a xenofobia próspera.

A violência contra o diferente toma proporções catastróficas pela influência da ascensão e impunidade de políticas e atitudes xenófobas de nações e instituições estatais, o que gera um ciclo de violações que vão desde a crença em estereótipos – como a associação da religião mulçumana ao terrorismo – à agressão física, culminando, ainda, na criação de milícias urbanas anti-refugiados que afirmam exercer vigilância nas fronteiras de forma voluntária. Vale a reflexão do Alto Comissariado da ONU sobre Direitos Humanos:

> *Em algumas partes da Europa, e nos Estados Unidos, a retórica anti-estrangeiros cheia de acrimônia e ódio desenfreado tem proliferado a um nível alarmante, e é, cada vez mais, incontestada. A retórica do fascismo não mais se encontra confinada ao submundo secreto dos fascistas, reunidos em clubes mal iluminados ou na 'deep*

web'. Isso tem se tornado parte dos discursos normais do dia-a-dia. (HUSSEIN, 2016 apud FRA, 2017, p. 80)

Um relatório realizado pela Agência de Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA, em inglês) indicou que houve um crescimento nos números de ataques violentos contra imigrantes[5], especialmente nos países onde tais milícias encontram-se presentes, a exemplo da própria Alemanha onde os ataques contra centros de refugiados aumentaram em mais de 500% de 2014 para 2015 (EU, 2017).

5.1 A REJEIÇÃO AO MUNDO GLOBALIZADO: A ASCENSÃO DO NACIONALISMO E DO PROTECIONISMO ECONÔMICO RELACIONADO AO CRESCIMENTO DA EXTREMA DIREITA

Comum à época da ascensão de regimes fascistas, o aumento do nacionalismo enquanto sentimento de valorização da unidade da Nação e sua identidade cultural, abrangendo também sua língua, costumes, tradições e religião, inclusive com a defesa do território e suas fronteiras, não é, por si só, responsável pela retórica extremista a que dá vazão. O problema se dá quando tal sentimento de valorização da nação torna-se exacerbado ao ponto de uma visualização de mundo em modo de competição, acirrando-se as hostilidades e políticas protecionistas e antiglobalização.

Com o sentimento de identidade nacional exacerbado, encontra-se uma resistência ao aumento da imigração e mesmo da livre circulação de pessoas, numa perspectiva de rivalidade derivada da construção do estrangeiro enquanto inimigo tanto na economia quanto nos aspectos culturais.

5 Interessante, nesse momento, trazer uma análise realizada por Nobert Elias (2000) quando do estudo de uma pequena comunidade e suas estruturas de poder, onde o mesmo afirma que os estabelecidos sentiram que seu monopólio das fontes de poder, seu carisma coletivo e suas normas grupais estavam sendo ameaçados pelos outsiders, razão pela qual revidaram com tamanha força. Esforçaram-se para repelir os recém-chegados, inclusive mediante a prática de isolá-los, humilhá-los ou excluí-los.

Vale afirmar que práticas protecionistas sempre existiram, especialmente após a implementação do livre comércio nos blocos econômicos, devido à competitividade característica do capitalismo e o oferecimento de melhores condições aos produtos que fossem produzidos domesticamente. Após as crises de 2008 e 2012, contudo, houve claro aumento de medidas protecionistas com o objetivo de proteger empregos e produtos nacionais, com barreiras à importação (sobretaxação) e subsídios aos seus produtores.

Nesse sentido, o protecionismo europeu tem sido repetidamente criticado, mais recentemente pela Organização Mundial do Comércio na reunião em Bruxelas para discutir políticas comerciais, que chegou a responsabilizar tal protecionismo pelas baixas taxas de crescimento econômico. Até mesmo o Brasil criticou tal posição, principalmente na área econômica, havendo sobretaxação de alguns produtos em até 146%.

Estando tal panorama relacionado à crise econômica ainda não superada e à percepção pela população trabalhadora de que suas perspectivas de aumento de renda e classe encontram-se cada vez menores, a rejeição do mundo globalizado e a ascensão do nacionalismo e protecionismo econômico constroem o cenário ideal para o avanço de lideranças mais radicais, com promessas que realizariam mudanças expressivas (SOARES, 2017). Vide o que Keneth Roth, diretor executivo do *Human Rights Watch*, afirmou:

> O poder de atração dos populistas aumentou por causa da crescente insatisfação pública com o status quo. No Ocidente, muitas pessoas se sentem deixadas para trás pelas mudanças tecnológicas, pela economia global e pela crescente desigualdade. Atos terríveis de terrorismo geram apreensão e medo. Alguns sentem desconforto com sociedades que se tornaram mais diversas étnica, religiosa e racialmente. Há uma crescente sensação de que os governos e a elite ignoram as preocupações da população. Nesse caldeirão de descontentamento, certos políticos estão

> florescendo e até ganhando apoio ao tratarem os direitos como algo que protege apenas os suspeitos de terrorismo ou refugiados em detrimento da segurança nacional, do bem-estar econômico e das preferências culturais da suposta maioria. Eles usam os refugiados, as comunidades de imigrantes e as minorias como bode expiatório. A verdade é uma vítima frequente. O nacionalismo, a islamofobia, o racismo e a xenofobia estão em ascensão. (ROTH, 2016, online)

A crescente insatisfação da população, altos índices de desemprego frente à preferência por mão-de-obra especializada enquanto o investimento para educar-se torna-se cada vez mais alto, fechamento de indústrias ou mudança das mesmas para países com melhores taxas alfandegárias e mão-de-obra barata, terminam por fomentar a ascensão da extrema direita, com seus discursos inflamados e propostas isolacionistas.

A referida ala política representa ideais nacionalistas, protecionistas e populistas anti-migratórias. O populismo é uma forma de governar (e não um sistema de governo) que se utiliza dos clames dos nacionais para ganhar mais apoiadores, construindo uma plataforma política que visa atender aos seus pedidos. O perigo que o avanço de tais governos representa é claro, pois aliados ao crescimento do nacionalismo, a extrema direita vem obtendo resultados expressivos nas últimas eleições.

O aumento de governos de extrema direita em todo o mundo assusta, especialmente considerando-se que a globalização da economia, com livre circulação de mercadorias e pessoas e alto nível de integração mundial frente aos avanços tecnológicos parecia nos fazer acreditar que suas propostas isolacionistas não teriam mais persuasão. Contudo, frente à estrangulação do mercado de trabalho e à estagnação econômica, inicia-se uma tendência de retração que faz a sociedade frustrada criticar políticas de integração, tais como o NAFTA, a OTAN e a União Europeia. Apontados como espantalhos, distraem a população das reais causas das crises.

Nesse panorama, a construção do estrangeiro como inimigo é uma estratégia política de unicidade, ao mesmo tempo em que se propõe um responsável pelos problemas internos e se solidificam ganhos de popularidade. Criar um bode expiatório ou um espantalho não é uma estratégia inédita, vide quão bem funcionou para a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha pós-primeira guerra mundial.

Nas últimas eleições, verificou-se o crescimento do eleitorado de partidos com tais ideais[6], a exemplo da Alemanha, onde pela primeira vez o AfD, neonazista, ameaça tornar-se a terceira maior força política alemã, com 13% dos votos. Na Holanda, o partido ultradireitista tornou-se a segunda maior força política no parlamento holandês, o que se repetiu em menor escala em países como Suécia, Grécia, Bélgica, Bulgária e Áustria. Na França, houve uma eleição apertada entre o ultradireitista Le Pen e o vitorioso Emmanuel Macron.

Esse é o panorama das eleições em diversos países da União Europeia, sendo que a realidade em alguns de seus países (Hungria, Finlândia, Polônia, Noruega, Suíça, Eslováquia e Grécia) já é de governos populistas ativos – e preocupantes – a exemplo da Hungria, governada pelo primeiro ministro Victor Órban. Recentemente, ele impôs nova vedação na fronteira com a Sérvia, de forma a impedir ainda mais a entrada de refugiados em seu território.

6. A INEFETIVIDADE DOS DIREITOS DOS REFUGIADOS

Conforme desenvolvido anteriormente, a Convenção dos Refugiados de 1951 e seu Protocolo de 1967 constituem legislação internacional em vigor sobre a questão específica dos refugiados, juntas em um corpo legal que também protege o ser humano enquanto apenas o que é, sua dignidade, liberdade e integridade física (ACNUR, 1967).

6 Vale mencionar que uma análise do eleitorado de Trump e dos pró-*Brexit* demonstra que sua maioria esmagadora é composta de pessoas brancas com menor escolaridade, mais velhas, que assistiram a redução de seus salários ou mesmo perderam seus empregos devido à crise econômica.

No início da convenção, as partes contratantes iniciam as considerações proclamando o princípio de proteção da dignidade humana consagrado na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, prosseguindo ao princípio da cooperação internacional que é a égide da sociedade internacional. Em seguida, elencam na Convenção os deveres de não discriminação, liberdade de associação religiosa e de proteção dos direitos humanos.

Nos artigos 31 a 33 da mesma, se estabelece o princípio do *non-refoulement*, a proibição de expulsão ou rechaço do refugiado as fronteiras onde sua vida ou liberdade sejam ameaçadas, e, ainda, proíbe a aplicação de sanções penais a permanência ou entrada irregular dos mesmos, se se apresentam regularmente às autoridades e apresentem suas razões.

No Tratado de Lisboa, criador da União Europeia, encontra-se estabelecido em seu artigo 78 que:

> A União desenvolve uma política comum em matéria de asilo, de proteção subsidiária e de proteção temporária, destinada a conceder um estatuto adequado a qualquer nacional de um país terceiro que necessite de proteção internacional e a garantir a observância do princípio da não repulsão. Esta política deve estar em conformidade com a Convenção de Genebra, de 28 de julho de 1951, e o Protocolo, de 31 de janeiro de 1967, relativos ao Estatuto dos Refugiados, e com os outros tratados pertinentes. (TRATADO DE LISBOA, 2007).

Em seguida, elenca que o Parlamento Europeu e seu conselho adotam um sistema de asilo que deve incluir, entre outras coisas, "um sistema comum que vise, em casos de afluxo maciço, a proteção temporária das pessoas deslocadas" (TRATADO DE LISBOA, 2007) e que "no caso de um ou mais Estados-Membros serem confrontados com uma situação de emergência, caracterizada por um súbito fluxo de nacionais de países terceiros, o Conselho, sob proposta da

Comissão, pode adotar medidas provisórias a favor desse ou desses Estados-Membros" (TRATADO DE LISBOA, 2007).

Por fim, o artigo 80 do presente tratado afirma: "As políticas da União referidas no presente capítulo e a sua execução são regidas pelo princípio da solidariedade e da partilha equitativa de responsabilidades entre os Estados-Membros, inclusive no plano financeiro" (TRATADO DE LISBOA, 2007). Ademais, no artigo 18 da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia se consagra a garantia ao direito de asilo nos termos da Convenção de 1951 e de seu protocolo (ACNUR, 1967). A Convenção Europeia dos Direitos do Homem, de 1950, também prevê a proteção de qualquer pessoa dependente de sua jurisdição, especialmente quanto ao direito à vida, à liberdade e à proteção.

Apesar de não estar mais em vigência, a decisão do Conselho da União Europeia 1601/2015, de 22 de setembro de 2015, estabelecia a urgência em se "reconhecerem imediatamente o caráter excecional dos fluxos migratórios nessa região e requer medidas concretas de solidariedade para com os Estados-Membros da primeira linha" (UE, 2015).

Na decisão havia a proposta de mecanismo de relocação de emergência para abranger 40 mil refugiados localizados primeiramente na Itália e Grécia para outros Estados-membros do Bloco e, progressivamente, tentar abranger até 120 mil deslocados, tudo com base no princípio da solidariedade e partilha equitativa de responsabilidades previstos no Tratado de Lisboa. A medida fora votada por maioria qualificada, mas era válida a todos os países da União Europeia de forma igualitária. Contudo, além do número aprovado ter sido baixo, culminou no afastamento dos países do bloco que eram contrários à decisão.

Embora nenhum dos países do bloco seja exemplo de cumprimento de tal decisão, alguns países eram insistentes na desobediência do mesmo, como a Hungria, que votou contra a medida, negou-se ao recebimento de qualquer refugiado e ergueu muros acerca de suas fronteiras; a Polônia, apesar de ter concordado com a medida (a contragosto, em verdade), terminou não recebendo

ninguém; a República Tcheca, que também aprovou, decidiu retirar-se do programa após o recebimento de 12 refugiados.

Diante de tais posições contrárias aos princípios de cooperação no qual se baseia a União Europeia, a Comissão decidiu adotar processo de punição contra os mesmos. Tais países que se negam ao recebimento são, contraditoriamente, os que mais recebem dentro do orçamento comunitário, o que levou o Comissário Europeu de Migração, Dimitris Avramopoulos, a criticá-los, afirmando que a Europa não consiste apenas em receber fundos, mas de apoio em momentos difíceis, devendo todos colaborarem.

Assim, resta claro que existem inúmeras legislações que garantem os direitos dos refugiados, porém sem efetividade. São estranguladas pelas desculpas apresentadas pelas nações de segundo recebimento, que afirmam não possuir condições financeiras ou estruturais de recebê-los e abarcá-los de forma regular e devida. Visam escusar-se do cumprimento do direito internacional humanitário, além das normas de direito internacional dos refugiados, como dos próprios princípios gerais de direito internacional e de direitos humanos. E, sob a ascensão de governos extremistas, crescimento do nacionalismo e isolacionismo, somado à xenofobia e a construção do inimigo como estrangeiro – mulçumano e, claro, terrorista – estão conseguindo.

7. AS VANTAGENS DA MIGRAÇÃO

As vantagens no recebimento da população migrante (aqui, enquanto gênero do qual refugiados e deslocados forçadamente fazem parte) não são desconhecidas às nações desenvolvidas. Grande parte de sua economia fora construída a partir do labor do trabalhador estrangeiro, que estimulou não apenas o crescimento populacional desses países no século XX, como contribuiu extensivamente para o seu avanço econômico (DUSSEL, 1993) e recuperação pós-guerras.

O gradual envelhecimento da população, as baixas taxas de natalidade e o reduzido crescimento populacional da maioria das nações desenvolvidas são desafios ao seu desenvolvimento econômico

em longo prazo, além de preconizar futuros problemas na manutenção de programas sociais[7].

Um estudo realizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), denominado "Onda de Refugiados na Europa – desafios econômicos", publicado em janeiro de 2016, demonstra que o benefício, em longo prazo, para as nações que receberem esses refugiados será muito maior do que o gasto imediato que elas teriam que fazer nesse momento inicial de abarcamento dos deslocados (IMF, 2016). Contudo, o próprio estudo afirma que tais vantagens só poderão fazer-se presentes se for realizado um esforço rápido de integração à sociedade e ao mercado de trabalho.

No curto prazo, o efeito do recebimento desse fluxo migratório é óbvio; com a economia retraída e a contenção de gastos, crescimento na economia será pequeno e apesar do aumento no gasto público, os serviços sociais básicos permanecerão precários, o que acarreta a onda anti-migratória que engolfa os países da União Europeia. Contudo, uma avaliação mais profunda, conforme o estudo do FMI, demonstra que a população de refugiados estimularia um crescimento no PIB não apenas devido ao aumento do consumo de produtos e serviços, como também promoveria o rejuvenescimento da força de trabalho tão necessitada, podendo chegar a um aumento de até 1,1% do produto interno bruto nos países que mais recebem refugiados em até 4 anos.

O mesmo foi reforçado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que ainda afirmou que o mercado europeu teria, sim, condições de abarcar, em longo prazo, o fluxo atual de refugiados. Em um adendo, a OCDE ainda afirmou que os custos da integração não são tão elevados quanto afirmados pelas nações, sendo estimado que a Alemanha gastaria apenas 0,5% do seu PIB para o apoio com refugiados imediato por ano e quanto mais

7 A exemplo da situação da Alemanha, onde estima-se que daqui a quatro décadas terá apenas dois cidadãos em idade econômica ativa trabalhando e contribuindo com impostos para cada alemão aposentado. Essa é a razão pela qual, em 2015, ao anunciar que a Alemanha estava com as portas abertas para o recebimento dos refugiados, o discurso da Primeira Ministra Alemã, Angela Merkel recebeu pouca resistência frente ao consenso que se instalou no país.

rapidamente for realizada a integração, mais rapidamente essa força de trabalho pode ser aproveitada, diminuindo os gastos do Estado com seu apoio e estimulando a economia com consumo, contribuição e progresso tecnológico[8].

Embora neguem-se a admitir, existe um racismo pungente nas suas instituições estatais e privadas também quanto à aceitação dos próprios imigrantes, verificado quando se compara o tratamento receptivo das nações aos trabalhadores brancos aposentados que vêm para a Europa de outros países do mundo, ou mesmo se deslocam internamente. Tal migração é consagrada bem-vinda, sob a análise de que tais pessoas impulsionam a economia e, assim, ganham uma denominação diferente da maioria dos outros imigrantes, que são considerados uma ameaça ao crescimento econômico e retorno da glória das nações.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se, com o presente trabalho, apresentar um questionamento acerca da legalidade das posições adotadas por países europeus, principalmente quanto aos seus discursos, quando avaliados pela perspectiva atual do acirramento de ideais fascistas e xenófobos, ao negar auxílio e recebimento dos refugiados que vêm aos seus territórios. O aumento do nacionalismo e do isolacionismo são algumas das consequências da rejeição ao mundo globalizado de hoje – que, com seu modelo econômico recheado de contradições internas, pode ser considerado o responsável pela crise mundial, pelo desemprego estrutural e por todas as formas de exclusão – culmina em um panorama fértil para a ascensão de regimes ultradireitistas e populistas, que, por sua vez, não veem problema no descumprimento de normas internacionais.

8 Vale ressaltar que segundo estudo realizado pela London School of Economics (LSE), não há relação direta entre o aumento de imigrantes e o crescimento de taxas de criminalidade.

Utilizou-se de pesquisa bibliográfica e da visão que nos proporcionam as notícias midiáticas sobre o tema, além da coleta de informações por análise de documentos – especificamente de tratados internacionais em vigor sobre pessoas refugiadas. Assim, foi possível a construção de uma crítica às posições dos países europeus, assim como uma discussão acerca da inefetividade dos direitos dos refugiados dentro da sociedade internacional.

Verificou-se, assim, que a crise humanitária internacional em curso inseriu o tema dos refugiados na agenda da alta política. O Direito Internacional dos Refugiados determina que as fronteiras devem estar abertas para a passagem de refugiados – que não podem ser devolvidos (princípio do *non-refoulement*). Os países ao redor dos conflitos, que não contribuíram para as crises de seus vizinhos, recebem grandes fluxos de refugiados e o fazem sem cerimônias, cumprindo com seus compromissos internacionais e indo além, exercitando sua solidariedade, ainda que a altos custos.

Esses países, conhecidos como de primeiro acolhimento, são os maiores afetados pela chegada de milhões de refugiados. Para refugiados que se deslocam aos milhares e permanecem em regiões de fronteira inóspita, o ACNUR tem soluções temporárias, via logística humanitária, com sua alocação em campos de refugiados. Porém, a crise econômica mundial, desde 2008, diminuiu dramaticamente os recursos canalizados para essas ações, impactando negativamente o orçamento da agência, que depende de doações e não recebe verbas da ONU – salvo para as despesas administrativas referentes ao funcionamento do escritório do Alto Comissariado.

A essa situação crítica de escassez de recursos se somou a elevação de refugiados e deslocados internos, a um patamar que, após 70 anos, ultrapassou o número de migrantes forçados da Segunda Guerra Mundial. Diante do grande fluxo de refugiados, por terra ou pela via marítima, boa parte dos países da União Europeia (EU) tem adotado postura ilegal, com o fechamento de fronteiras, levantamento de muros ou estabelecimento de cotas rígidas de entrada de refugiados.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos confirma o direito de toda e qualquer pessoa a se beneficiar de refúgio. No entanto, não houve estipulação exata de qualquer conteúdo dado à noção de refúgio em âmbito internacional até que a Convenção de 1951, o Estatuto dos Refugiados, foi adotada e o ACNUR incumbido de supervisionar sua implementação. Tal convenção, seu protocolo de 1967 e outros instrumentos específicos de refúgio citados neste trabalho, são os pilares do regime contemporâneo de proteção aos refugiados. A partir deles se estabeleceu uma definição universal do que é o refugiado e incorporaram os seus direitos e deveres básicos.

Sendo a Convenção de 1951 o padrão internacional para o julgamento de medidas protetivas e quanto ao tratamento dedicado aos refugiados, mediante o princípio de *non-refoulement* (não devolução), refugiados não poderiam ser expulsos ou devolvidos aos seus países de origem, onde suas vidas ou liberdade estão sob ameaça.

Diante de tal situação, é possível considerar o fechamento de fronteiras ou mesmo a recusa de abrigo a estes refugiados como uma patente afronta a diversos instrumentos de direito internacional humanitário, além das normas específicas de direito internacional dos refugiados, como dos próprios princípios gerais de direito internacional e de direitos humanos.

Ponderando a relação de até que ponto, quando se impede a entrada de um refugiado humanitário, estar-se-ia a defender, legitimamente, os interesses internos do país e de seus nacionais, ou se, a despeito disso, apenas se está a negar ajuda àqueles que dela necessitam, em uma repetição teimosa de sua história, cedendo a ideais de extrema direita populistas que afrontam completamente a própria idealização do propósito das Nações Unidas e da formação de blocos econômicos, como o da União Europeia.

Parafraseando o presidente executivo da Comissão Europeia, Claude Jucker, falta união à união europeia. Considerando, ainda, a assunção deste compromisso em tratados internacionais, deixar tais necessitados à própria sorte não parece ser admissível pela sociedade global, como um todo, rendendo diversas críticas ao comportamento

dos países na rota dos Balcãs e a Hungria, sendo esta última, ainda, investigada por infrações aos direitos humanos.

Assim, resta claro que os argumentos amplamente utilizados pelas Nações de segundo recebimento para a recusa ao recebimento ou o fechamento de suas fronteiras a entrada dos refugiados são ilegais, fundada em sentimentos xenófobos aflorados pelas consequências das políticas de austeridade implementadas como resposta a crise econômica de 2012, com a valorização do sentimento nacionalista em prol de um protecionismo contra ameaças externas, que florescem sob a chancela de governos populistas que se aproveitam de tais posições extremistas para a implementação de posições que, ainda que internacionalmente controversas, são majoritariamente aprovadas pelos seus nacionais.

O sentimento de competição – por vagas, por espaços, por atendimento nos serviços públicos – solapa o de solidariedade, criando um sentimento de ódio que não tem especificamente uma direção e termina por ser depositado na "ameaça" mais próxima – sendo os refugiados os representantes destas. ARENDT (2012) fez uma analogia quando da Segunda Guerra Mundial que até hoje é extremamente atual, ao dizer que o Estado transformava-se em um instrumento da nação e não mais da lei, de forma que o interesse nacional tinha prioridade sobre ela e seria do discurso da maioria que se elencaria as ações do Estado.

Além das obrigações legais de acolher os refugiados e não os devolver, derivadas do Direito Internacional e já reconhecidas pela Corte Europeia de Direitos Humanos de Estrasburgo, a exemplo do caso em que a Itália foi condenada (2012), a Europa tem uma obrigação moral de acolher os refugiados. Tal obrigação parte não apenas dos princípios originários de sua própria formação - como o respeito à dignidade humana, a igualdade, ao Estado de Direito e o respeito pelos direitos humanos, como de assumir sua responsabilidade frente a séculos de exploração desenfreada.

O sentimento de solidariedade demanda que olhemos a situação com a consciência que não se tratam de pessoas que partiram de seus

países em busca de melhores condições de vida por oportunidades financeiras e econômicas, mas porque a amplitude dos conflitos ameaçava a vida e integridade física não apenas sua, mas de sua família e entes queridos.

Tal sensibilização para a condição de extrema vulnerabilidade dos refugiados não é crucial apenas para as políticas de proteção, voltadas majoritariamente para soluções temporárias. Ela é tão ou mais importante nas soluções duradouras, em que as políticas de integração dos refugiados – que incluem acesso à educação, saúde, habitação, trabalho etc. – são absolutamente necessárias para sua integridade física e psicológica, principalmente diante de sua capacidade benéfica, em longo prazo, visto que os refugiados proporcionam aquecimento da economia de consumo, rejuvenescimento da população trabalhadora economicamente ativa e influência no crescimento do Produto Interno Bruto, previsões realizadas pelo Fundo Monetário Internacional.

REFERÊNCIAS

ACNUR. In: **Site Organizacional do ACNUR**. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/refugiados-e-migrantes-perguntas-frequentes/> Acesso em 17 nov. 2016.

_____. In: **Site Organizacional do ACNUR**. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/breve-historico--do-acnur/> Acesso em 12 out. 2017

_____. **Protocolo de 1967 sobre a Convenção de 1951 sobre Direitos dos Refugiados**. Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Protocolo_de_1967> Acesso em 12 out. 2017.

_____. **Global Trends: Forced Displacement in 2015**. Disponível em:< http://www.unhcr.org/576408cd7.pdf> Acesso em 08 out. 2017.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **O retorno da xenofobia**. Disponível em: <http://www.andrioli.com.br/index.php/artigos/23-o-retorno-da--xenofobia> Acesso em 17 nov. 17.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 236-263.

BAGANHA, Maria Ioannis. Política de imigração: A regulação dos fluxos. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 73, 2005. Disponível em: <https://rccs.revues.org/952> Acesso em 18 out. 16.

BELLUZO, Luiz Gonzaga. A crise financeira e o papel do Estado. In: **Crise Econômica Mundial, Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil** (Org.), Brasília, 2009, p. 19-29. Disponível em: <http://dowbor.org/blog/wp-content/

uploads/2012/06/102859970-Crise-Financeira-Mundial.pdf> Acesso em 18 out. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo. In: **Revistas Estudos Avançados**. V. 22, p. 171-197, n. 62, 2008. Disponível em:<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.18NacionalismoCentroEPeriferiaDoCapitalismo.pdf> Acesso em 17 nov. 17.

BRITO, Fausto. A politização das migrações internacionais: direitos humanos e soberania nacional. In: **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 77-97, jan./jun. 2013.

CAMPOS, Camila Gabriella. **O surgimento e a evolução do direito internacional humanitário.**. Brasília, 2008. 53 p. Monografia (Relações Internacionais) - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2008 Disponível em:<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/dih/mono_campos_hist_dih.pdf>. Acesso em: 28 Nov. 2017

CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA. Bruxelas, 2007. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:12016P/TXT&from=PT> Acesso em 25 de nov. 2017.

CONVENÇÃO DE 1951. Genebra, 1951. In: Site Oficial do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados> Acesso em 25 nov. 2017.

CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS DOS HOMENS. Roma, 1950. In: Site Oficial da Corte Europeia de Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf> Acesso em 25 nov. 2017.

COSTA E SILVA, Frederico. A evolução normativa internacional dos refugiados e sua influência no ordenamento jurídico brasileiro. In: **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 22, n. 5091, 9 jun. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/57777>. Acesso em: 12 nov. 2017.

DANA, Samy. **Imigrantes são parte da solução para a economia europeia.** In: Portal de Notícias G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/blog/samy-dana/post/imigrantes-sao-parte-da-solucao-para-economia-europeia.html> Acesso em 26 nov. 2017.

DUSSEL, Enrique**. Europa, modernidad y eurocentrismo.** Disponível em: < http://enriquedussel.com/txt/1993-236a.pdf> Acesso em 17 nov. 17.

ECHR. **Convenção Europeia de Direitos Humanos.** Disponível em: <http://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf> Acesso em 12 out. 17.

ELIAS, Nobert; e SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000, p. 13-37.

FERREIRA, Susana. Orgulho e preconceito: A resposta europeia à crise de refugiados. In: **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 50, p. 87-107, jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992016000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 nov. 2017.

FRA. **Fundamental Rights Report 2017.** Disponível em: <http://fra.europa.eu/en/publications-and-resources/publications/annual-reports/fundamental-rights-2017>. Acesso em 15 nov. 2017.

KURZ, Robert. **Os paradoxos dos Direitos Humanos: inclusão e exclusão na modernidade.** Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz116.htm>. Acesso em 16 ago. 2017.

_____. **A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise de regulação política.** Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz66.htm> Acesso em 16 out. 2017.

ONU. **Declaração Universal de Direitos Humanos. 1948**. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf> Acesso em 12 out 2017.

OSORIO, Luiz Felipe Brandão. Soberania estatal e o direito do migrante internacional: antinomia irresolúvel?. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 118, nov. 2013. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13776>. Acesso 29 em set. 16.

PINHEIRO, Emília da Silva. Direito internacional humanitário: história e princípios. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIX, n. 150, jul 2016. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17438&revista_caderno=29>. Acesso em nov 2017.

PROTOCOLO DE 1967. Nova Iorque, 1967. Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados> Acesso em 25 nov. 2017.

REGULAMENTO 604/2013. Bruxelas, 2013. In: Site Oficial da União Europeia. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN-PT/TXT/?uri=CELEX:32013R0604&from=EN> Acesso em 25 nov. 2017.

ROTH, Kenneth. A perigosa ascensão do populismo: ataque globais aos valores dos direitos humanos. In: **Humans Rights Watch**. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/country-chapters/298880> Acesso em 25 nov. 17.

TRATADO DE LISBOA. Lisboa, 2007. Disponível para consulta em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:12016ME/TXT&from=PT> Acesso em 25 nov. 2017.

VARELLA, Marcelo D. **Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 4ª ed. São Paulo, 2012.

VENTUROLI, Thereza. Jornadas de Desespero. In: **Revista Atualidades**. São Paulo: Abril, ed. 26, p. 135-147, 2017.

ZIZEK, Slavoj. **Não podemos abordar a crise dos refugiados sem enfrentar o capitalismo global.** Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/09/18/zizek-nao-podemos-abordar-a-crise-dos-refugiados-sem-enfrentar-o-capitalismo-global-os-refugiados-nao-chegarao-a-noruega-tao-pouco-a-noruega-que-eles-procuram-existe/> Acesso em 12 out. 17.

BRASILEIRAS NA HUNGRIA:

CONSIDERAÇÕES DE GÊNERO, XENOFOBIA E ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO PROCESSO MIGRATÓRIO

Clara Suit [1]

RESUMO: Este estudo buscou dar início a uma compreensão geral da população de mulheres, brasileiras, migrantes e residentes na Hungria. Os principais objetivos desta pesquisa foram: caracterizar em termos sociais, econômicos e demográficos o perfil da mulher brasileira que emigra para a Hungria; analisar os fatores que influenciam o processo de decisão dessa população; e compreender os aspectos gerais e específicos que constituem a experiência dessas migrantes, desafios enfrentados e mecanismos psicossociais encontrados. O estudo mesclou instrumentos de caráter quantitativo e qualitativo, articulação fundamental para a análise dos resultados aqui apresentados. Espera-se que tal pesquisa possa servir como base para estudos posteriores, bem como contribuir para a literatura a respeito dos processos de migração feminina no mundo atual.

PALAVRAS-CHAVE: migração, gênero, racismo, xenofobia, Brasil, Hungria.

ABSTRACT: This study sought to initiate a general understanding about the population of Brazilian immigrant women residing in Hungary. The main goals of this research were: to characterize in social, economic and demographic terms the profile of the Brazilian women who emigrate into Hungary; to analyze the particular factors that influence the migration decision process of this population; and to understand the general and specific aspects that determine the

1 Clara Suit é estudante da graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e atua como membro voluntária do Núcleo de Apoio a Migrantes e Refugiados (NAMIR) na mesma instituição. Filha de migrantes, entre fevereiro de 2020 e novembro de 2021, Clara esteve trabalhando e morando na cidade de Budapeste, Hungria, onde entrou em contato direto com a questão migratória e iniciou seu envolvimento acadêmico com esse assunto.

migrants experience, the challenges they face and the psychosocial coping resources they find. The study mixed quantitative and qualitative instruments, an articulation that was key for the analysis of the results hereby presented. It is expected that this study can be of use as a basis for further studies, as well as contribute to the literature on female immigration processes in the current world.

KEYWORDS: migration, gender, racism, xenophobia, Brazil, Hungary.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o mundo assistiu a um aumento significativo dos fluxos migratórios entre países e territórios. Nunca antes se viu tamanha população de seres humanos residindo em outros que não os seus países de origem (Nascimento, 2017). Tal aumento se deve, em especial, aos processos de globalização e o estabelecimento de uma nova ordem mundial, na qual tanto fronteiras políticas, econômicas e territoriais, quanto fronteiras sociais, culturais e valorativas se veem menos definidas e - até certo ponto - mais maleáveis (Gondim et al., 2013). Esse processo gera não só implicações de ordem política para os países, nações e territórios, mas, também, consequências psicossociais para os indivíduos, para as sociedades e a rede dinâmica de relações em que ambos se inserem – consequências, portanto, que têm relevância científica transdisciplinar.

Da mesma forma que é relativamente recente o recrudescimento dos fluxos migratórios, são também recentes as suas implicações, e ainda mais juvenis as tentativas de acomodação desse processo frente aos Estados e suas conjunturas particulares como nações. Compreende-se que as políticas migratórias devem fazer parte das políticas públicas de cada país e, portanto, é responsabilidade do governo decidir sobre a sua legislação e execução. Entende-se, ainda, a migração como um direito fundamental, que deve ser estendido a todos os seres humanos, e que se relaciona intimamente com a noção socioemocional ampla de planejamento e projeto de vida; bem como

a noção jurídica mais estrita de trânsito, segurança, livre circulação e residência e saída consentida (Menezes & Contipelli, 2018).

De maneira contra intuitiva, o aumento da migração mundial veio acompanhado do recrudescimento na imposição de medidas e políticas restritivas à migração, bem como o afloramento de movimentos discriminatórios em relação às populações migrantes (Nascimento, 2017). A competição no mercado de trabalho, o desemprego, o terrorismo internacional e o racismo puro e simples são alguns dos fatores estressores considerados nesse sentido. A xenofobia vem sendo frequentemente associada aos processos migratórios, urgindo o debate específico a respeito dos fenômenos psicossociais envolvidos na migração.

Ao contrário das migrações massivas de meados do século XIX e início do século XX que foram visualizadas como uma redistribuição de recursos humanos, considerados como parte da riqueza das nações, as migrações atuais são vistas como uma redistribuição da pobreza, em um mundo caracterizado pela concentração de riquezas (MENEZES & CONTIPELLI, 2018, p. 172-188).

Cada vez mais se torna imperativa a discussão transdisciplinar a respeito dos processos migratórios, tanto do ponto de vista jurídico, internacionalista e político; quanto do ponto de vista social e psíquico - ou seja, pensando a experiência do migrante como única, válida e própria. Se fazem necessários estudos específicos sobre a condição do migrante nas sociedades, bem como a promoção dos Direitos Humanos para esta população, compreendendo que o migrante é um sujeito ativo, que ocupa determinado lugar social e enfrenta situações que lhe são particulares: "Olhar o\a migrante como um ser singular, identificando\a como protagonista político, capaz de ressignificar os processos de produção e reprodução do capital e do modo de vida" (Nascimento, 2017).

É ainda mais particular (e frequentemente negligenciada) a condição da mulher migrante frente à sociedade. A percepção da migração como um fenômeno masculino tem, por diversas vezes, contribuído para a invisibilização da mulher imigrante e

do lugar específico que ela ocupa na construção desse fenômeno. O estrangeiro, visto por muitas vezes como o "inimigo do Estado" (Menezes & Contipelli, 2018), atravessado pelo recorte de gênero irá ocupar, ainda, o papel de "Outro": na visão beauvoiriana, a mulher historicamente tende a ser retratada sempre em relação ao homem; se o homem é "o Sujeito", "o ser Absoluto", a mulher é, portanto, "o Outro", um sujeito "incompleto" e "relativo" (Diogo & Coutinho, 2006). A interseccionalidade dessas noções (bem como as suas implicações psicossociais), constituem aspectos fundamentais para compreender o papel culturalmente ocupado pela mulher migrante.

Além da posição de migrante, à luz do recorte de gênero, essa mulher articulará, naturalmente, também os recortes de raça e classe. Segundo Morokvasic (1984):

> Primeiro, elas [as mulheres migrantes] entram em setores tradicionalmente femininos. Lá, seus salários sempre foram baixos devido ao status de inferioridade socialmente atribuído às mulheres, e porque seus salários nunca foram considerados a fonte primária de renda familiar, embora ainda sofram com o peso da ideologia do racismo e do status político e legal inseguro, como qualquer migrante. É a articulação entre os processos de discriminação de gênero, discriminação racial de trabalhadores migrantes e exploração da classe trabalhadora (Parmar, 1982; Philzacklea, 1983; Morokvasic, 1980; Anthias, 1983) que torna sua posição particularmente vulnerável. (MOROKVASIC, 1984, p. 890-891, tradução nossa). Carvalho (2017) ressalta a demanda por um estudo específico da migração feminina, enfatizando que, especialmente no processo migratório para trabalho, as relações sofrem transformações, diferenciações e desigualdades ao longo do tempo, como se observa na sociedade como um todo. Além disso, a mobilidade feminina tem sido encarada na literatura.

Como um formato de resistência, frente às circunstâncias que expõem, oprimem e tornam mais desafiadora e vulnerável a inserção equitativa de mulheres no mercado de trabalho.

Nesse sentido, cumpre discorrer a respeito do papel do século XX em promover essa inserção mais incisiva das mulheres na força de trabalho do Ocidente (importante ressaltar: as mulheres brancas, visto que as mulheres negras já eram tidas como mão de obra, principalmente escravizada, forçada, privada de direitos); inserção que mais se relaciona com a demanda econômica em aumentar a mão de obra ativa, do que em efetivamente promover algum tipo de equiparação e equidade social entre homens e mulheres. Isso se evidencia na falência de políticas públicas e privadas específicas para inclusão dessa mão de obra e manutenção de discriminações de gênero de maneira velada e explícita; culminando, por exemplo, na acumulação das funções associadas ao propósito do capital com as funções domésticas (historicamente encabeçadas pelo público feminino), e gerando a tão conhecida e discutida "jornada dupla" (e mesmo "tripla") de trabalho, que atravessa as experiências femininas de maneira particular (Diogo & Coutinho, 2006). Morokvasic (1984) ressalta, ainda, que as mulheres "sempre trabalham" e sempre trabalharam. O que muda, ao longo dos tempos e ao longo dos seus vários estágios da vida, é se elas são devidamente remuneradas pelas suas atividades, e se essas atividades são reconhecidas (e valorizadas) como atividades econômicas de fato ou não.

As mulheres seguem sendo pior remuneradas em relação aos homens, seguem sendo discriminadas enquanto força de trabalho com relação à maternidade, e seguem sendo restritas socialmente a determinadas funções, posições e áreas – dentre outras desigualdades ainda tão presentes e comuns ao mundo Ocidental como um todo. Segundo Diogo e Coutinho (2006):

> É um círculo vicioso implicado na dialética da inclusão/exclusão: a inserção das mulheres no setor produtivo, principalmente daquelas pertencentes às

> camadas populares, é muitas vezes limitada pelas suas responsabilidades domésticas e familiares; culturalmente o seu trabalho é menos valorizado que o masculino, incluindo aí menores salários; são atribuídos às mulheres trabalhos reprodutores das tarefas domésticas, ou seja, trabalhos não-qualificados, em postos não-automatizados, que utilizam poucos componentes tecnológicos. Estes são os primeiros a desaparecer quando surgem novas tecnologias ou mudanças nas estratégias organizacionais. Estas mudanças geram ampliação da rede de subcontratação, terceirizando vários postos ou estabelecendo contratos flexíveis, mal pagos e provisórios. Estes postos são ocupados maciçamente por mão-de-obra feminina. O fruto de toda esta segmentação ocupacional deixa as mulheres sempre mais vulneráveis aos processos de exclusão social. (DIOGO & COUTINHO, 2006, p. 121-142)

Todos esses fatores perpassam também a mulher migrante e, portanto, devem integrar a análise e compreensão desta população como tal.

Ao pensar nas migrações, é necessário, ainda, observar tanto as condições do país de origem, quanto às condições do país de destino (Carvalho, 2017). Essas são cruciais para a análise do processo, mas não devem ser tomadas como únicas e determinantes por si só, especialmente no que tange a migração feminina e suas motivações específicas. Durante muito tempo se pensou que a migração sempre ocorreria de um país "menos desenvolvido" para um "mais desenvolvido"; de um "mais opressivo" para um "menos opressivo" para a mulher; via de regra, de um "pior" para um "melhor" - o que não necessariamente é verdade. As mulheres migram tanto por razões similares às dos homens (comumente relativas às condições financeiras e econômicas do país de origem [Morokvasic, 1984]), quanto por razões que lhe são próprias enquanto recorte de gênero. Conforme Nascimento (2017), é importante frisar que os motivos vinculados

ao processo migratório são complexos e nem sempre "objetivos", ao que se faz imprescindível "considerar os múltiplos e imprevisíveis elementos presentes na realidade daqueles\as que migram".

Considerando como público-alvo para o presente estudo a população de brasileiras que emigram para a Hungria, faz-se necessário, portanto, levar em consideração as especificidades políticas, sociais, econômicas e culturais próprias a esses dois países; ao mesmo passo que compreendemos como fundante o posicionamento de Morokvasic (1984) - visão amplamente adotada e incorporada por autores da temática - de que o processo migratório acarreta tanto em ganhos quanto em perdas para as mulheres; uma balança que encontrará tanto fatores comuns dentre elas, quanto outros que se relacionem especificamente com a história biopsicossocial dos indivíduos em questão.

Os principais objetivos almejados por este estudo são: a) caracterizar brevemente em termos sociais, econômicos e demográficos o perfil da brasileira que emigra para a Hungria; b) analisar os fatores particulares que detêm influência no processo migratório dessa população; e c) compreender os aspectos gerais e específicos que constituem a experiência dessas migrantes, desafios enfrentados e mecanismos psicossociais encontrados. Para tanto, foi realizada uma pesquisa que mesclou instrumentos de caráter quantitativo e qualitativo, cujos resultados levantaremos para análise à frente. Espera-se, ainda, que tal pesquisa possa servir de arcabouço para estudos posteriores, bem como que possa contribuir para a literatura a respeito dos processos de migração feminina no mundo atual.

2. METODOLOGIA

Optou-se, no presente estudo, por mesclar instrumentos de caráter quantitativo e qualitativo, analisando os resultados obtidos de maneira correlata e complementar. Tal metodologia foi adotada pela complexidade dos fenômenos envolvidos, buscando abranger da

melhor maneira as percepções dessa população específica e, ainda, dar voz ativa às participantes, através de diferentes possibilidades de interação e diálogo.

A pesquisa foi conduzida em duas etapas, realizadas de maneira concomitante:

2.1 ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO (GOOGLE FORMS)

a)Questionário socioeconômico

O questionário socioeconômico constituiu a subseção primeira da pesquisa. Seu objetivo foi, precisamente, o de delinear o perfil da brasileira imigrante na Hungria, em termos sociais, econômicos e demográficos. As perguntas foram elaboradas pela pesquisadora, mesclando diversos questionários da literatura correlata em Psicologia Social, que compõem o quadro teórico de referência deste artigo.

b)Vida na Hungria

Esta subseção foi livremente elaborada pela pesquisadora, buscando compreender de maneira mais específica e complementar aspectos da vida no país de destino. Ex.: "há quanto tempo mora na Hungria?", "em que cidade da Hungria reside?", etc. Foram utilizadas tanto perguntas objetivas quanto subjetivas (abertas).

c)Escala de Discriminação Cotidiana

Criada por Williams, Yu, Jackson & Anderson (1997), a Escala de Discriminação Cotidiana é um dos instrumentos mais utilizados para avaliar a percepção da discriminação, já tendo sido aplicada a diferentes contextos - inclusive aos processos migratórios. Foi feita uma adaptação da escala a partir da tradução ao Português de Portugal no estudo de Freitas et al. (2015); bem como articulações para melhor adaptação e tradução a partir dos estudos feitos na América Latina por Smith-Castro (2009) e García, García e Smith-Castro (2017). O instrumento final consiste em 9 itens, que relatam diferentes situações relacionais do cotidiano (ex.: "Você é tratada com menos simpatia do

que as outras pessoas"; "Você recebe um serviço pior do que outras pessoas em restaurantes ou lojas"; "As pessoas agem como se fossem melhores do que você"; etc.). As participantes deveriam avaliar com que frequência as situações descritas pelos itens estariam presentes nas suas vidas, conforme percepção individual, utilizando uma escala de 0 a 5 (sendo 0 - Nunca; 1 - Menos de uma vez ao ano; 2 - Algumas vezes ao ano; 3 - Algumas vezes ao mês; 4 - Pelo menos uma vez por semana; 5 - Quase todos os dias). Em seguida, foi-lhes solicitado que avaliassem qual (ou quais) seriam as principais razões para esse comportamento (ex.: nacionalidade, gênero, cor/etnia, etc.), conforme modelo original proposto por Williams et al. (1997).

d)Inventário de Eventos Sexistas

Desenvolvida e validada por Klonoff & Landrine (1995), o Inventário de Eventos Sexistas se assemelha à Escala de Discriminação Cotidiana, adotando, para a elaboração dos itens, um modelo situacional e cotidiano para percepção de eventos sexistas. O inventário foi devidamente adaptado para a realidade migratória (o inventário original avaliava a ocorrência dos eventos no último ano e em toda a vida da participante; optou-se por avaliar a partir das experiências vivenciadas na Hungria de maneira específica, de forma a analisar de maneira direcionada os aspectos competentes a esse país de destino), e a escala de avaliação foi sutilmente adaptada para assemelhar-se à da primeira escala, de forma a reduzir confusões para as participantes (0 - Nunca; 1 - De vez em quando (menos de 10% do tempo); 2 - Às vezes (10%-25% do tempo); 3 - Muitas vezes (26%-49% do tempo); 4 - Boa parte do tempo (50%-70% do tempo); 5 - Quase o tempo todo (mais de 70% do tempo)). Alguns itens foram incluídos ou adequados no sentido de abranger não apenas a percepção como "mulher" mas, também, como "brasileira" e "estrangeira", totalizando 24 afirmativas. Em seguida, foi-lhes solicitado que avaliassem qual seria a principal razão para esse comportamento (nacionalidade, gênero, cor/etnia ou "outro"), de forma a corroborar qual desses componentes teria predominância nas experiências vivenciadas.

Foi solicitada de todas as participantes a anuência inicial ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

2.2 CONDUÇÃO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

A partir das participantes do questionário, algumas participantes foram selecionadas de maneira aleatória, e convidadas a participar de entrevistas gravadas de duração média (50min-1h20).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do questionário 73 participantes, das quais 4 foram convidadas aleatoriamente (a partir das participantes que, no questionário, se declararam disponíveis para tal) para a realização de entrevistas gravadas. As idades das participantes variaram entre os 22 e os 45 anos, estando a maioria (64%) localizada na faixa entre os 27 a 32 anos, e sendo a média geral de aproximadamente 30 anos. A ampla maioria das respondentes se declarou de orientação heterossexual (71.2%); seguida pela orientação bissexual (19.2%); e as remanescentes homossexuais (4.1%), pansexuais (2.7%) e uma assexual, além de uma participante que preferiu não responder à pergunta. Quanto à cor/etnia, 61.6% das participantes se autodeclaram brancas, seguidas de 21.9% pardas, e 9.6% pretas. Todas as participantes completaram, pelo menos, a Educação Média, e a maioria esmagadora (97.3%) realizou ou está realizando algum tipo de Educação Superior. Considerando o contexto socioeconômico brasileiro, esses dados demonstram a evidente posição de privilégio que esse perfil de migrantes ocupa em relação ao restante da população do país de origem.

Quanto ao estado civil, 39.7% das respondentes do questionário se declarou solteira; 30.1% casada; e 21.9% em algum tipo de relacionamento estável. 10 das participantes possuem filhos, das quais 6 possuem 2 filhos e 4 possuem 1. Corrobora-se a fala de Nascimento (2017) sobre a heterogeneidade do universo feminino nesse sentido,

que também integra e dá significado à experiência de migração de maneira única.

Já no campo profissional, uma parcela considerável das respondentes atualmente é estudante; parcela que se relaciona com os 26% que recebem bolsa estudantil e/ou os 16% que realizam algum tipo de estágio remunerado no país de destino. Esses dados podem ser interpretados a partir das amplas oportunidades de estudo oferecidas pelas universidades húngaras, tanto por programas nacionais (o mais conhecido, o programa de bolsas "Stipendium Hungaricum") quanto europeus (como o "Erasmus", que atua em diversos países da União Europeia); além do programa de estágio remunerado da "AIESEC"; formas de entrada comuns a muitos dos brasileiros e estrangeiros que migram para a Hungria. 46.6% trabalham em emprego fixo, com todos os direitos trabalhistas garantidos, e as áreas de atuação mais comuns (agrupadas a partir da declaração de ocupação das respondentes) são, respectivamente: Administração e Finanças (27%), Atendimento ao Cliente em TI (11%) e Marketing/Design/Arte (9%). Embora a maioria (41%) trabalhe de 31 a 40 horas semanais, corroborando diretamente a porcentagem de migrantes que possuem um emprego fixo no país, uma fatia relevante de 21% das respondentes à pesquisa trabalha mais do que 40 horas semanais, dado que é aqui interpretado junto aos 23% que trabalham por conta própria – ou seja, como renda complementar. Essa interpretação se deu a partir das experiências com as entrevistadas e comentários no questionário, que mencionaram atuações complementares independentes: em funções de cuidado freelancer (atuando com crianças, idosos ou animais), gerindo pequenos empreendimentos pessoais (ex.: serviços cosméticos, comercialização de alimentos caseiros, produção de eventos, venda de roupas ou artesanatos, etc.) e, abarcando o mundo digital em que hoje nos inserimos, na administração de redes sociais pessoais (algumas atuam como "influencers", produzindo conteúdo digital, especialmente, sobre a experiência de morar fora do Brasil e as oportunidades existentes no continente europeu).

Quanto à remuneração, 52% recebem entre 1 a 3 salários mínimos e 19.2% recebem até 1 salário mínimo (o salário mínimo na Hungria é de 167.000 HUF, aproximadamente 2835 BRL). Apenas 6.8% não possuem renda (5 das 73 respondentes são donas de casa), e as remanescentes possuem renda superior a 3 salários mínimos. Os dados nos permitem inferir com certa segurança que a maioria das respondentes parece deter uma posição financeiramente confortável no país de destino, especialmente ao se considerar que 75% das participantes não se responsabilizam pelo sustento de outras pessoas (pais, filhos, cônjuges, etc.) além delas mesmas. No entanto, cumpre ressaltar que o custo de vida na Hungria é 17% mais alto do que no Brasil. Ainda, o custo de aluguel é 37% mais alto do que no Brasil, e esse custo costuma comprometer entre 30% a 50% da renda média de um habitante da cidade de Budapeste (como 93% das participantes do estudo), capital do país. Esse é um dado relevante para nosso estudo, já que 93% das participantes da pesquisa moram em casas ou apartamentos alugados, estando compreendidas nessa fatia populacional que desprende considerável parcela da sua renda em acomodação. Por isso, é bastante comum, principalmente entre estagiários e estudantes, dividir moradia com amigos ou colegas, realidade de 41.7% das participantes do estudo. Esse dado se relaciona também com a impermanência associada ao perfil migrante retratado, que costuma residir no país de destino por períodos de curto a médio prazo; 94% das respondentes mora na Hungria há menos de 5 anos e, de maneira geral, o país é visto como um "trânsito" mais que um "destino", já que muitos dos migrantes se utilizam das oportunidades disponíveis unicamente para adentrar o continente europeu e, posteriormente, emigrar para países do Oeste.

Adentrando nos aspectos socioeconômicos e demográficos evidenciados, importantes considerações devem ser feitas no que tange, de maneira específica, a experiência da migrante brasileira em território húngaro. Muitos dos depoimentos deixados livremente no questionário, bem como os diálogos tecidos no processo de entrevista, relatam uma dificuldade comum, que parece atravessar boa parte

dessas vivências: a barreira linguística. Tido como um dos idiomas mais difíceis do mundo, pertencente à reduzida família das línguas urálicas (que em nada se aproximam às raízes latinas do português, espanhol, francês ou italiano; ou ao inglês, amplamente falado em nível intermediário entre as migrantes), não é surpresa que apenas 2 das 73 participantes do estudo declarem domínio no idioma local. 3, ainda, são capazes de tecer conversações básicas - mas corresponde à maioria esmagadora (de 62 respondentes) as que dominam apenas expressões básicas (como "bom dia", "obrigada", "com licença", etc.) ou simplesmente não sabem falar.

Aqui tocamos em um ponto central para a experiência do migrante que tem a Hungria como país de destino. Para além da dificuldade latente com o aprendizado do idioma, bem como a insuficiência por parte do governo e das instituições em prol da inserção linguística, tanto entrevistadas quanto respondentes relatam uma latente questão atitudinal negativa por parte da população local. "O tratamento é diferenciado (negativamente) para não falantes da língua local", diz uma delas. "[Eles] se esquivam de te atender quando veem que é em inglês"; "É uma sensação de impotência enorme"; "Medo de ter uma situação emergencial e não conseguir me comunicar" para citar outras. Essa barreira atitudinal é amplamente relatada e integra negativamente a experiência diária de migrantes, denunciando a xenofobia de muitos dos cidadãos locais.

Em depoimento mais longo, deixado em um dos espaços abertos do questionário, temos:

> Muitas pessoas na Hungria não falam inglês e muitas vezes sinto que não há nenhum interesse de algumas partes em ser legais ou gentis, especialmente quando elas notam que você não fala a língua. Eu, por exemplo, frequentemente evito determinadas situações, por não estar disposta a passar pelo possível desconforto desse embate da língua. Já passei por situações em que a pessoa ficava gritando comigo em húngaro, e eu completamente constrangida sem

saber o que a pessoa estava me dizendo (Participante anônima da pesquisa). 70% das participantes do estudo relataram conviver majoritariamente com brasileiros e/ou estrangeiros de outras localidades, evidenciando uma certa "desistência" (para usar um dos termos utilizados por uma das entrevistadas) em se integrar com a população local, devido às situações cotidianas enfrentadas. Naturalmente, com a redução do convívio com húngaros, as chances desse cenário se alterar de alguma forma permanecem pequenas, gerando um ciclo de evitação de estímulos aversivos, que se retroalimenta dessa dificuldade de inserção e dos padrões de xenofobia vivenciados. Apesar das diversas oportunidades de entrada que existem no país (conforme anteriormente mencionado), politicamente o governo húngaro se posiciona de maneira essencialmente contrária à imigração, insuflando a opinião pública nesse sentido e contribuindo para as experiências migrantes observadas neste processo de pesquisa.

Em seguida, farei considerações a respeito dos resultados obtidos a partir da aplicação da Escala de Discriminação Cotidiana (Williams et al., 1997) e do Inventário de Eventos Sexistas (Klonoff & Landrine, 1995); cuja aplicação objetivava levantar tanto insumos quantitativos para o estudo, quanto promover a reflexão e evocação de experiências das participantes, relatadas nas caixas de comentários e durante as entrevistas.

Para a Escala de Discriminação Cotidiana, as 3 situações que foram elencadas como mais frequentes e/ou presentes no dia-a-dia das participantes foram, em ordem: "Você é tratada com menos simpatia do que as outras pessoas" (Avg 2.38); "Você recebe um serviço pior do que outras pessoas em restaurantes ou lojas" (Avg 2.12); "As pessoas agem como se fossem melhores do que você" (Avg 1.97). Em contrapartida, para o Inventário de Eventos Sexistas, as 4 situações relatadas com maior frequência para as participantes foram, nessa

ordem: “Em alguma instituição do Estado, você foi atendida pior do que outras pessoas por ser estrangeira?” (Avg 2.05); “Olharam para você de maneira desagradável, e você sentiu que era porque você é estrangeira?” (Avg 2.04); “Você quis repreender alguém por alguma fala ou atitude sexista?” (Avg 2.01); “Você foi tratada de maneira injusta por pessoas em serviços (balconistas, garçons, bartenders, garçonetes, caixas de banco, mecânicos e outros)?” (Avg 1.97).

Utilizando como referência os valores de controle definidos para estudos similares, observa-se que os resultados das escalas denunciam, efetivamente, a ocorrência de eventos de discriminação cotidiana e sexista; mas, por si só, não representam evidência latente de discriminação cotidiana ou de eventos sexistas. A frequência de situações de discriminação cotidiana com maior incidência se centrou na faixa de 2 (“algumas vezes ao ano”) a 3 (“algumas vezes ao mês”); enquanto que, para os eventos sexistas, a maior incidência se centrou em faixa similar, atribuindo-se a 1 “de vez em quando (menos de 10% do tempo)” e a 2 “às vezes (10%-25% do tempo)”. Nesse sentido, foi fundamental para este estudo a complementaridade dos dados quantitativos com os resultados coletados em formato qualitativo; limitar-se a um ou a outro certamente limitaria (e prejudicaria) a interpretação final dos fenômenos. A interpretação correlacional, essencialmente, permitiu a atribuição de significados à experiência psicossocial da população em análise.

Partindo da perspectiva das participantes do estudo, foi possível considerar importantes variáveis relativas ao enfrentamento da xenofobia da Hungria como país de destino. Embora as situações colocadas para análise pela escala de Williams et al. (1997) pareçam ter ocorrência relevante dentre as respondentes, quando questionadas sobre as principais razões que poderiam justificar esses comportamentos, 14.8% das participantes selecionou a opção “outro” e incluiu o desconhecimento da língua local. Certamente que o aprendizado de um novo idioma (e um idioma tão distinto do português, como é o húngaro) é um desafio enfrentado por qualquer migrante; e que, quando superado, possibilita, de fato, um acesso

mais facilitado aos serviços e interação com a rede local. No entanto, entende-se que o desconhecimento do idioma não deve atuar como justificativa para situações de evidente xenofobia, racismo, assédio ou qualquer tipo de discriminação e desrespeito para com o migrante – como foi, efetivamente, evidenciado na análise qualitativa dos resultados deste estudo.

Nesse sentido, algumas questões importantes podem ser trazidas para investigação e aprofundamento em futuros estudos, como: a contraposição das identidades sociais dos países de partida e destino; e a relação com os conceitos de endogrupo e exogrupo nesta população específica. Especialmente, cumpriria aprofundar-se na extensão de uma possível introjeção psíquica do processo xenofóbico, e o papel que esse fenômeno detêm para o Bem-Estar Psicológico (enquanto construto) e a saúde mental da migrante na Hungria; para assim, considerar propostas de intervenção cabíveis. Por ora, ressalta-se aqui, como citado anteriormente neste artigo, a migração digna como um direito estendido a todos os seres humanos, que se insere sob a redoma dos direitos universais à humanidade como um todo. Ademais, o papel dos Estados nacionais é fundante para a promoção de políticas públicas efetivas, que levem em consideração também a sensibilização da população local, bem como diretrizes claras para situações de discriminação e preconceito.

Já aconteceu aqui na Hungria de um senhor me insultar, perto de um ponto de ônibus, em plena luz do dia, mas como não falava húngaro, não compreendi o que ele disse. Mas pela expressão facial dele e o dedo em riste em minha direção, percebi que tinha algo a ver com o fato de eu parecer uma estrangeira (e ainda por cima sou uma mulher negra de pele clara). Este foi um episódio de xenofobia, mas considero-o de racismo também, porque quando converso com outras mulheres brancas brasileiras, não é comum elas relatarem isso. Agora, outras brasileiras de pele mais escura têm experiências parecidas com essa que narrei, infelizmente. Nos últimos anos, o discurso xenofóbico/racista na Hungria ganhou força e eu pude perceber isso na minha própria pele (Participante anônima da pesquisa).

Penso que é não só a nacionalidade, mas principalmente o fato de não falar húngaro. Somos constantemente subestimados na Hungria por esse fator, muito mais que por sermos brasileiras. Claro que isso se distingue de forma evidente para as pessoas que não se identificam como brancas porque elas são visualmente discriminadas, fator que não acontece comigo (Participante anônima da pesquisa).

Ao tratar especificamente de uma população de migrantes brasileiras, uma das hipóteses iniciais deste estudo se centrava em torno do estereótipo da mulher brasileira no exterior, e como isso atravessaria (se é que atravessaria) as participantes do estudo. Efetivamente, foi ressaltado por algumas das participantes a percepção dos brasileiros como "promíscuos", noção que se relaciona diretamente com o recorte de gênero aqui proposto. A condução das entrevistas também permitiu uma investigação mais profunda deste aspecto, e especialmente as entrevistadas que tiveram vivências com homens locais (ou europeus) relataram a presença desse estereótipo em falas como "você é diferente das outras brasileiras", "as brasileiras nunca querem nada sério" e similares. Isso é algo que ficou ainda mais evidente entre as participantes negras do estudo, que são atingidas diretamente pelos recortes de cor e gênero e, por consequência, têm a sua sexualização potencializada por homens brancos. Em citação direta a uma das participantes do estudo, ressalta-se que "a cor da pele "chega" antes da nacionalidade" e/ou do gênero; consideração fundamental para a elaboração e evidência do racismo involucrado nos processos xenofóbicos e sexistas.

Por fim, cumpre ressaltar que é próprio à mulher migrante o sentimento de insegurança social que frequentemente motiva a migração e, por muitas vezes, segue integrando a sua experiência no país de destino. Esse é um aspecto complexo e ambivalente, citado durante as entrevistas tanto como mobilizador para a saída do Brasil, quanto relatado nas situações de assédio vivenciadas já na Hungria. A presença e o medo da violência – e, em especial, da violência sexual – constituem processos de vulnerabilidade da migrante que, portanto, irão compor o leque de experiências do seu processo migratório. É

comum, inclusive, que essa mulher tenha o seu movimento migratório questionado (por amigos e/ou familiares) pelo "risco" que corre, principalmente quando emigra sem a presença de um companheiro (ou, de maneira geral, de um homem), em falas como "mas você vai sozinha?". Nesse sentido, entendemos que o movimento migratório das mulheres rompe com muitos dos estereótipos de subalternidade que lhes são atribuídos pela maioria dos estudos (Nascimento, 2017), mas que isto não implica na invisibilização das situações específicas a que essas mulheres se veem expostas durante a migração. É necessário compreender o enfrentamento da migração, em um recorte de gênero, como heterogêneo, interseccional e, portanto, também sob perspectivas interdisciplinares, que deem conta de caracterizar o local ocupado pela mulher migrante em sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou, humildemente, dar início a uma compreensão geral a respeito da população de mulheres, brasileiras, migrantes e residentes na Hungria. Segundo Gondim et al. (2013), entre os anos 2000 e 2008, o número de brasileiros que saíram para trabalhar fora do país aumentou de 2 para 3.7 milhões, o que destaca a importância de abarcar esse público de migrantes de maneira direcionada. Pela condição de vulnerabilidade que a brasileira ocupa no exterior, faz-se igualmente necessário o aprofundamento a respeito do seu papel na sociedade, bem como a dinâmica de relações em que se vê inserida. Embora os resultados quantitativos e qualitativos do estudo tenham indiciado os fenômenos de xenofobia, racismo e sexismo que atravessam essa população de mulheres migrantes, ressalta-se a importância da continuidade de estudos estatísticos mais aprofundados; especialmente articulando métodos de caráter qualitativo, que deem voz às participantes - como esperado de qualquer pesquisa feminista. Em estudos futuros, seria importante pensar na comparação com grupos de controle de brasileiras residentes no Brasil; e mulheres parte da população do país de destino. Ademais, elaborar a

correlação entre o conceito de Bem-Estar Psicológico, discriminação cotidiana e eventos sexistas é não só possível, como recomendado.

Por fim, a saúde física e mental da mulher migrante - assim como a de todo ser humano - perpassa por múltiplos aspectos biopsicossociais que precisam ser considerados em qualquer estudo da Psicologia. Atravessada pelos recortes de gênero e de raça/cor/etnia que aqui tratamos de maneira particular, entendemos que os elementos que compõem o bem-estar subjetivo dessa população formam uma rede complexa, que carece de estudos contínuos no presente e futuro. O aumento da migração e, em especial, da migração feminina, demanda igualmente o aumento da pesquisa científica nessa linha de estudos, pensando principalmente na promoção dos Direitos Humanos e da saúde mental das migrantes. Ademais, evidencia-se que a promoção da segurança psicológica precisa integrar qualquer intervenção com mulheres migrantes, bem como se faz necessária a elaboração de políticas públicas dos Estados nacionais. Migrar é, afinal, um direito.

REFERÊNCIAS

Assembleia Geral da ONU. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos (217 [III] A). Paris.

CARVALHO, Josianny. Migração e gênero: sobre as desigualdades de gênero no processo migratório. In: Congresso em Desenvolvimento Social, nº 6, 2018, Montes Claros, pp. 114-122.

DIOGO, Maria Fernanda; COUTINHO, Maria. A dialética da inclusão/exclusão e o trabalho feminino. Revista Interações, vol. 11, nº 21, pp. 121-142, 2006.

FREITAS, Daniela et al. Adaptação da Escala de Discriminação Quotidiana para jovens portugueses. Psychology/Psicologia Reflexão e Crítica, 28(4), pp. 708-717, 2015.

GARCÍA, Felipe; GARCÍA, Angelina; SMITH-CASTRO, Vanessa. Bienestar psicológico, identidade colectiva y discriminación em habitantes de barrios estigmatizados. Pensando Psicología, 13(22), pp. 41-50, 2017.

GONDIM, Sônia. et al. Imigração e trabalho: um estudo sobre identidade social, emoções e discriminação contra estrangeiros. Revista Psicologia em Pesquisa, 7(2), pp. 151-163, 2013.

KLONOFF, Elizabeth; LANDRINE, Hope. The Schedule of Sexist Events: a measure of lifetime and recente sexista discrimination in women's lives. Psychology of Women Quarterly, 19, pp. 439-472, 1995.

MENEZES, Daniel; CONTIPELLI, Ernani. Migração e Direitos Humanos – uma abordagem preliminar. Ius Gentium. Curitiba, vol. 9, n. 1, pp. 172-188, 2018.

MOROKVASIC, Mirjana. Birds of passage are also women... The International Migration Review, vol. 18, nº 4, pp. 886-907, 1984.

NASCIMENTO, Mariângela. Imigração da mulher latina no Brasil. Salvador: Vol 03, N. 01, pp. 114-136, 2017.

SMITH-CASTRO, Vanessa. Experiencias de discriminación social de inmigrantes nicaragüenses en Costa Rica: reacciones afectivas y atribuciones causales. Revista Interamericana de Psicología, Vol. 44, nº 2, pp. 368-381, 2009.

DEGREDADOS NO TRECHO: EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO E MIGRAÇÃO

Sérgio Ricardo Oliveira Martins[1]

RESUMO: Este texto é sobre a trajetória de trabalhadores migrantes no trecho. São protagonistas de uma perambulação que alterna trabalho e desocupação. Migrante trabalhador pobre e, por isso mesmo, degredado em sua penúria e aparência maltrapilha. O trecho é invisibilizado nas cidades e quem está nele é assunto de políticas assistencialistas. Com o objetivo de compreender o significado de "estar no trecho", expõem-se aqui depoimentos de trabalhadores em fluxo por instituições de assistência e apoio ao migrante na cidade de Campo Grande-MS. Tal procedimento metodológico dá voz àqueles que protagonizam a migração e o trabalho no trecho. Os relatos explicitam sua situação, motivações e percepções da migração. Cada migrante depoente traz na aparência a clara expressão de uma vida sujeita ao trabalho degradante e incontáveis deslocamentos, marcas do permanente trânsito pelo trecho. Perambulação, trabalho e assistência perfazem o trecho em sua dimensão humana e espacial. Os depoimentos mostram claramente que o trabalhador só existe para o trecho se ampla e irrestritamente disponível para o trabalho, seja onde for; empobrecido, porém esperançoso de poder mudar sua vida. A perambulação no trecho se faz também de vontade de lutar, de trabalhar e poder reverter uma existência de grandes dificuldades. Esse é um dado fundamental: no trecho, a existência é também de muita luta; o trecho, pois, tem uma alma e nela não se conta apenas o sofrimento e a desilusão, conta a saudade e muita esperança.

PALAVRAS-CHAVE: Migração; Trecho; Trabalho degradante.

1 Doutor em Geografia Humana, docente do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

1. INTRODUÇÃO

Andando devagar eu atraso o final do dia.
Para as crianças da estrada eu sou o Homem do Saco.
Manoel de Barros

Já se vão alguns anos desde que estive face a face com a perambulação de trabalhadores no trecho. Espaço semovente, fluido, o trecho é entrecortado por atividades trabalhistas associadas às mais precárias condições de existência, vivenciadas por pessoas em franco processo de degradação. A percepção recorrente de que pessoas migram por trabalho, que possibilite o provimento de alimento e abrigo, dentre outras necessidades fundamentais, precisa se atentar também para os meios e condições desta busca quanto o quê (ou quem) dela resulta. Estar face a face com um/a migrante trabalhador/a do trecho é encarar alguém em explícito estado de "predisposição a migrar", dadas as profundas limitações de acesso a bens e serviços essenciais à sobrevivência própria e/ou familiar. Ainda assim, pressionado (forçado!) Por necessidades prementes, inadiáveis, mesmo sem alternativa minimamente razoável à migração, a partida apenas parece (e sobretudo lhe parece) ser uma decisão própria. E tal deslocamento também aparenta não ter destino prévio. Destino incerto talvez, mas dificilmente aleatório. Ora, esse trabalhador é mobilizado, recrutado e conduzido para trabalhar em outro lugar; e tanto a superexploração a que está sujeito, quanto o profundo estado de carência em que se encontra, lhe disponibilizam à oferta contínua e quase incondicional de sua força de trabalho onde e quando existe demanda. Não se dispor à migração é uma falsa opção.

A migração, identificada por um claro processo de degenerescência socioeconômica do migrante, revela mecanismos de mobilização e subjugação da força de trabalho, que tem por ponto de partida o estado de penúria extrema de amplas frações da população, potencialmente pronta para o trabalho, e a dificuldade crescente que elas encontram para satisfazer às suas necessidades fundamentais no

entorno onde vivem. Daí a perambulação, essa itinerância constante que resulta da mobilização de "Um contingente significativo [...], não especializado, pau pra toda obra, [...] para diferentes atividades e diferentes lugares, alternando trabalho e desemprego. " (VIEIRA; BEZERRA; ROSA., 1994, p. 22).[2]

O distanciamento do fenômeno em que se prostram visões (neo) clássicas e estruturalistas presentes em muitas conceituações, que supõem e se fundam em uma racionalidade econômica do migrante[3], confere à migração a decorrência direta de carências materiais e dificuldades de subsistência, como se o migrante fosse mesmo "livre" para decidir se vai ou fica. Se decide ir, é porque reconhece nessa "opção" a "oportunidade" de satisfazer suas necessidades por meio de trabalhos em outro lugar. É como se a migração fosse tão somente consequente de desigualdades regionais ou da espacialização diferenciada da oferta de trabalho. Certamente essa é uma compreensão corrente das causas das migrações em muitos contextos e escalas (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011; OBAL; LENZ, 2019). Mas, ela não cabe no trecho, onde o momento definido pela expressão "decisão de migrar" não ocorre apenas sob as pressões exercidas pela miséria, baixas remunerações ou quaisquer outras condições adversas e restritivas à subsistência. Não tem a autonomia que a racionalidade econômica leva a supor. A migração no trecho se dá por deslocamentos forçados e, sobretudo, *estimulados* e *condicionados*.

Este texto tem por base uma pesquisa realizada há cerca de duas décadas em instituições de apoio ao migrante pobre em Campo Grande-MS. Entrevistas foram realizadas com migrantes trabalhadores do trecho durante sua passagem pelas instituições assistenciais. Por ser mais prático, o depoimento se revelou mais adequado às circunstâncias em que foram realizadas as entrevistas. Em geral, elas ocorreram em logradouros públicos, nas imediações

2 A essa condição de estar disponível para qualquer espécie de serviço onde quer que seja, Becker (1985) chamou de "polivalência ocupacional".

3 Isto é, que o migrante, ao decidir migrar, tenha percebido alguma vantagem em fazê-lo em relação à outra alternativa que seria ficar.

ou no interior de instituições assistenciais, na rodoviária ou nas filas do "sopão".[4] Em todas essas ocasiões houve pouco tempo e encontros que dificilmente se repetiriam. Os depoimentos foram colhidos de indivíduos cuja experiência de vida retomava aspectos fundamentais relacionados ao movimento migratório que protagonizam: itinerância, trabalho degradante em serviços e locais ofertados por empreiteiros ou agenciadores de mão-de-obra ("gatos") e frequência constante às instituições assistenciais.[5]

Trazemos aqui relatos de sete trabalhadores do trecho em passagens que explicitam sua situação, motivações e percepções da migração. Cada migrante depoente traz na aparência a clara expressão de uma vida sujeita ao trabalho degradante e incontáveis deslocamentos, marcas do permanente trânsito pelo trecho. Mas, certamente não é apenas na degradada aparência desse trabalhador (frequentemente identificado como mendigo pelo senso comum) que a perambulação no trecho se manifesta. A itinerância é também um processo cumulativo de experiências na vida daqueles que, para trabalhar e sobreviver, precisam migrar. São tais experiências desses migrantes que, a meu ver, constituem valiosa fonte de "informações vivas" apenas acessíveis por uma observação horizontal, expostas às vicissitudes dos sentidos diante de pessoas sofridas, (super)exploradas e excluídas da condição de cidadãs.

Assim, nas linhas que se seguem, o objetivo é, a partir de depoimentos de trabalhadores em fluxo por instituições de assistência e apoio ao migrante na cidade de Campo Grande-MS, visualizar e compreender a itinerância migratória a que estão sujeitos no trecho. Ouvi-los em situações distintas definidas no âmbito do próprio

4 "Sopão" é o termo usado para designar a oferta de comida, em geral, na imediação de albergues, por grupos que se organizam para esta finalidade, a partir de doações e recursos próprios.

5 Durante o Seminário Nacional sobre Trabalho Escravo, realizado em Goiânia, em 1997, José de Souza Martins afirmou que o conceito de *trabalho degradante*, desenvolvido pelo Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (GERTRAF), é aquele que "... compromete a saúde do trabalhador e a sua humanidade." Trabalho degradante é assim considerado, por seus efeitos, como aquele que coloca em risco a saúde e a vida do trabalhador, submetido a condições desumanas (KANIAK, 2015).

movimento é seguir um procedimento metodológico, nos termos de Queiroz (1991), dar voz às pessoas que protagonizam a perambulação no trecho para que possam expor suas próprias percepções da realidade de migração e trabalho degradante que vivenciam. Sem dúvida, o "trecheiro" tem muito a dizer sobre a sua condição de migrante e trabalhador, e não apenas com palavras, mas com sua face envelhecida, mãos calejadas, desilusões, fome, noites sem teto, irritação e às vezes alguma hostilidade, mas também com esperança ou mesmo com uma surpreendente gentileza.[6]

2. PERNAMBUCANO: DO BALCÃO AO TRECHO

40 anos, muito doente, alcoólatra em fase terminal, como afirmaram as assistentes sociais que o conheciam, Pernambucano está no trecho e é protagonista de uma história que emociona. Balconista de farmácia em Recife, casado e pai de dois filhos, gozava de uma vida pacata, porém estável. Em 1982, aconteceu algo que mudaria a sua vida.

> *Era casado e tinha dois filhos, há oito anos não vejo meus filhos. Trabalhava na farmácia lá em Recife sabe, vivia bem com a minha esposa sabe, mas eu perdi minha mulher, ela morreu, foi num acidente de moto, quando nós tava viajando, a gente viajava de férias sabe. Ela morreu e eu caí no mundo sabe. Vendi tudo e fui viajar, fui pará em Buenos Aires. Aí o dinheiro foi acabando e eu fui ficando por aí sabe. Então comecei a beber, em oitenta e quatro.*

6 Trecho é o espaço de perambulação entre serviços variados, temporários, em áreas rurais e urbanas, e instituições de assistência ao migrante. Trecheiro, todavia, é mais comumente usado em referência a quem pratica a mendicância e também circula em albergues em diferentes cidades, como no estudo de Flora (1987), portanto, com sentido de vadiagem, de quem não quer ou já pode trabalhar, como poderá ser conferido em alguns depoimentos aqui apresentados.

Saiu de Recife e foi para a Bahia, daí para Curitiba até Buenos Aires. Retornou pelo Rio Grande do Sul e seguiu para São Paulo, daí para o Mato Grosso do Sul, em 1984. Em Mato Grosso do Sul, trabalhou em carvoarias de Água Clara, com cana em Brasilândia e com braquiária em Três Lagoas. Em todos esses casos foi contratado por intermediários ("gatos"), e com eles também passou por Brasília e Goiânia. Pernambucano conta que começou a beber mesmo por causa do "gato".

> *Ele chama a gente pra trabalhar, promete uma coisa, sabe, chega lá, é outra sabe. Ele promete que vai pagar a gente bem, sabe, de quinze em quinze dia, sabe, mas não é de quinze em quinze dia, é um mês, dois mês. E dá pinga pra gente, sabe. Quando acaba o serviço, no intervalo lá, sabe o que ele faz? Tem um garrafão de cinquenta litros, sabe o que ele faz: peão, ó o pagamento! peão, ó o pagamento!*

Neste momento, Pernambucano fez uma encenação: como se estivesse segurando uma caneca e diante de um tambor de pinga, ele se abaixava e enfiava a caneca no "garrafão" e a levantava como se estivesse cheia e, entornando a pinga de volta, repetia: "peão, ó o pagamento! peão, ó o pagamento!" Ele continua:

> *Quando eu fazia a conta do mês, sabe, eu via pinga, pinga, pinga. Tinha mais pinga do que fumo, do que sabonete, sabe. Eu dizia: eu não bebo, eu não bebo, filho. Sabe o que ele falou pra mim? Você não bebe porque não quer, porque a pinga taí. Todo mundo bebe, você vai ser mais bonito que os outros. Aí ele me deu oito garrafas de Três Fazendas*[7].

7 Marca de cachaça.

Ele lembrava desse episódio com expressões que misturavam tristeza e irritação. Culpava o "gato" por ter viciado em álcool e já bebeu muito para tentar esquecer a própria história, a fatalidade que levou uma pessoa de amada.

> *Sabe filho, eu amo a minha mulher; lembro dela sempre, sabe. Vou contar uma coisa pra você, filho: toda noite eu me masturbo pensando nela, sabe.*

Pernambucano se emocionou, tinha muita dificuldade para falar, estava visivelmente alcoolizado, mal se aguentava em pé, seu aspecto era desolador.

> *Tô a oito dias sem comer nadinha, só bebida, só pinga. Aí fora a bebida é fácil conseguir, todo mundo dá. Um prato de comida é mais difícil sabe, mas pinga a gente arruma fácil. Eu peço, já pedi: filha, pelo amor de Deus, me dê uma pinga que eu sou alcoólatra, eu sou alcoólatra, filha.*

A aparência dele me fez acreditar que ele não exagerava ao dizer que estava há oito dias sem comer. Já não trabalhava mais, provavelmente porque ninguém o empregaria mais, nem mesmo o "gato". Pensando nisso, perguntei a ele se alguma vez pensou em voltar para sua terra, para seus filhos e o restante da família, em Recife. Disse:

> *Eu quero voltar pra minha terra, sabe, mas o dinheiro... Esse gato sem-vergonha, sabe, ele não dá dinheiro pra gente não, sabe. Sabe o que ele faz, ele dá pinga, comida e a tarimba*[8]*. Eu sei que eu tou morrendo, mas se Deus quiser, quando chegar na minha terra, eu não bebo mais não.*

8 Cama de pura tábua, comum no alojamento onde ficam os peões (o "barracão").

A julgar por seu estado, Pernambucano talvez não tivesse muito tempo. Seus 40 anos de idade estavam escondidos em uma aparência muito degenerada. Apesar de tudo, ele ainda sonhava:

> *Meu maior sonho é voltar pra Recife, pra ver meus filhos.*

E chorou novamente.

3. PAULISTA: PEDREIRO DA ROÇA

Nascido em Alves Florença, São Paulo, Paulista é um senhor de 61 anos que anda com certa dificuldade, devido a um derrame que sofreu recentemente. Com origem "na roça", pais sitiantes, aos 18 anos começou a trabalhar como pedreiro; casou-se e teve filhos, mas há muito não está com a família.

> *Faz tempo que eu não vou lá rapaz, 15 anos. Quando eu tinha dinheiro, fazia tudo pra mim, agora como eu tou doente, já não interesso mais. Mulher só enxerga a gente quando tem dinheiro.*

Entendi que ele não separou da mulher em razão da doença, mas é certo que essa separação, que lhe distanciou também dos filhos, tenha pesado fortemente sobre ele nos últimos 15 anos. O fato de lamentar o abandono em que se encontra, responsabilizando a esposa, deixava entrever uma certa frustração: não foi capaz de sustentar mulher e filhos, de manter a família unida sob dificuldades de subsistência.

Trabalhando como pedreiro, Paulista esteve em diversas cidades – na capital São Paulo, Londrina, Marília, Cuiabá, Campinas, entre outras. Morava no emprego ou alugava quando podia um quarto de pensão. Em geral, deslocava-se com a firma que o contratava para trabalhar, mas também rumava para outras cidades por própria conta.

Foi assim que passou por Campo Grande várias vezes, de onde partia para outros lugares. De Cuiabá foi trabalhar em fazendas.

> *Eu cheguei em Cuiabá, passei na pensão primeiro. A mulher da pensão falou pra mim, tinha aquela coisa de pesquisando, aí eu pesquisava escritório dali. Tinha um escritório na cidade de Cuiabá, do dono da fazenda... Na fazenda, lá tinha alojamento pra peão, casão de tábua do tamanho desse albergue aqui. Tinha aqueles beliche, tinha a cozinha, onde fazia comida pra peão.*

Por este meio, trabalhou em várias fazendas, em Sinop e Ariquemes entre outras cidades do Mato Grosso e de Rondônia, fazendo cercas ou casas de madeiras. Esteve nessa vida até sofrer um derrame. Desde então, não foi mais possível trabalhar. Nesta andança, Paulista se revelava migrante e também trabalhador ocupado em diferentes atividades e lugares. É trabalhador do trecho, mas não se identificava com os albergues nem muito menos com a rua.

> *Eu vim conhecer albergue depois do derrame. Peão falava de albergue, né. É negócio de cascuda. Eles falava em cascuda pra mim, eu pensava que era peixe* (risos). *Outro dia falei com peão: que cascuda é isso? Eu ouvi falar de cascuda na rua.*

"Cascuda" é a denominação usada na rua para se referir aos diferentes recipientes (latas, garrafas cortadas, pequenas bacias plásticas ou de alumínio, etc), que servem de pratos nas refeições. Não é de se estranhar que, no trecho, Paulista tenha tal experiência, mas é notável o esforço em se mostrar distante das ruas.

> *(O que o senhor acha da vida nas ruas?) Se eu for pra pedir, eu morro de fome. Nunca tive contato com eles, porque eles bebe e eu não bebo, né.*

É até mesmo compreensível que estabeleça uma relação entre os albergues e uma vida de não-trabalho, que pense o albergue como lugar de trabalhador fracassado, que pense a rua como lugar de pedinte, de mendigo. Ele está no albergue porque está doente, não pode (por enquanto) trabalhar.

> *(O que o senhor mais deseja neste momento?) Desejo melhorar e trabalhar.*

Mas a sua situação é certamente muito difícil. Paulista tinha no trabalho a sua vida. Mas, diante dos sérios problemas de saúde, da idade já avançada e do afastamento em relação à família, é mais provável que a rua estivesse prestes a receber um novo "hóspede". Naquele momento, ter para onde voltar, um lar, uma família, poderia ser uma saída possível, mas é improvável que ele tome este rumo. Sente-se rejeitado pela família e para ela não voltaria pior do que quando a deixou.

> *Vai dizer: se não procurou quando tava são, por que vem agora que tá doente?*

Paulista tinha a aparência muito desgastada pelo trecho. Não obstante tenha afirmado não trabalhar em lavouras desde que deixou o sítio dos pais, este fato não o nega como trabalhador rural, posto que tenha desempenhado inúmeras atividades em fazendas, sobretudo, lidando com madeira, fazendo cercas e barracos. Com efeito, foi onde mais trabalhou.

> *Trabalhei mais nas fazendas, né. Nas fazendas é mais tranquilo e inclusive como eu ganhei mais dinheiro.*

Eis mais um trecheiro que esteve constantemente trabalhando, ora num lugar, ora noutro. Tem experiência na rua, vivenciou-a, mas

não se identifica com ela, porque não pensa a rua como lugar de trabalhador.

4. PARANAENSE: ANÔNIMO NO TRECHO

Assim começou o seu relato esse mecânico de 28 anos:

> *Eu morei em Londrina até os meus 16 anos, saí pra morar em Boituva, estado de São Paulo com um tio meu. Não me dei certo, né. Criado pela vó, a mãe, o pai não cheguei a conhecer (separou). Dezesseis anos é a época que a gente quer sair, dançar, tem que proibir isso aí, né. Não me ajeitei com ele e saí. Fui pra Cascavel. Trabalhei como auxiliar de mecânico na época. Daí veio o quartel, servi, em 85. Em 85, com dinheiro que ganhei todo durante um ano pus na poupança, né, e fui pra Rondônia, disseram que era bom pra mecânico ganhar dinheiro. Fui pra Alvorada do Oeste, permaneci lá uns 4 anos. Lá eu comecei a me envolver com bebida alcóolica, não firmava em oficina nenhuma.*

Insatisfeito com o fato de ter ido morar com o tio, especialmente com as privações e regulações impostas por ele, Paranaense resolveu sair de casa, para onde ainda não havia retornado. Acredita mesmo que esteja aí a origem de uma vida de trabalho instável e doente (alcoolismo) como a sua.

> *O meu alcoolismo me transformou para minha pessoa mesmo. E se não tenho um afeto, um carinho, uma família, que diz pai e mãe, né. Sempre fui criado assim na, na... paranaense é assim na porrada, né. Comecei a beber por falta de afeto, né.*

Parece claro que seus maiores problemas tenham começado com o vício, mas é quase certo que a explicação que apresentava para

seu estado não estivesse isenta de tudo o que tinha ouvido nas reuniões do alcóolicos anônimos, das quais havia participado.

Em Alvorada do Oeste, constituiu família.

> *Nessa época, conheci minha ex-mulher, vivi 8 anos com ela, aí não deu certo. Atualmente, ela tá morando em Jaciara (Mato Grosso). Havia muita briga, desacerto por causa do meu alcoolismo. Daí chegou a separação, né, acabei perdendo minha esposa, duas filhas...*

Tendo sido, como afirmou, praticamente expulso pelos parentes da sua ex-mulher, disse que estava em Campo Grande havia duas semanas. Quando foi para esta cidade, de carona, ele tinha a intenção de chegar a Corumbá.

> *Lá no Norte, sempre se fala que Corumbá é bom de serviço.*

Era a primeira vez que ele se encontrava em um albergue.

> *Eu cheguei aqui (na Pousada) com uma graça de Deus. Lá na rodoviária, tinha permanecido uma noite lá, alcoolizado, deitado lá no meio da bebaiada lá, foi o pior apoio que eu achei, né, não conhecia ninguém, num lugar assim ninguém mexe comigo. Eu perdi o endereço, onde era a saída de Corumbá. Chegando aqui em cima, onde passa o trem pra Corumbá, tinha dois ou três ali, eu perguntei pra eles, e eles tava descendo pra cá. Já tava quase na hora do almoço, eu tava ruim que eu bebia água gelada e vomitava água quente, água meia esverdeada. Aí eles falaram pra mim: 'vamo até lá no Seu Môra[9], aí você almoça, você melhora.*

9 Ademar Vaz de Moura era quem presidia o Centro Espírita Obreiros do Bem, instituição que mantém a Pousada de Francisco, em Campo Grande-MS.

De certo modo, Paranaense estava contente por estar se recuperando, precisava retornar ao trabalho, exercer novamente a sua profissão, mas precisava antes parar de beber. Acreditava estar no lugar certo, pois ao lado do albergue ficava o Alcóolicos Anônimos, cujas reuniões já vinha frequentando. É importante ressaltar este trabalho assistencial de luta contra o vício do álcool, de ocorrência comum no trecho, que corrói ainda mais o ímpeto do trabalho, portanto, acelerando a degradação que ali se processa.

> *(Como você vê essa vida do trecho?) Olha meu colega, vou dizer uma coisa pra ti, viu, é um sufrimento muito grande. É, a gente vive cercado, humilhado. Tem vez que a gente tá num cantinho de uma calçada, descansar o corpo, já não agüenta mais, tá cansado, passa fome, frio, o sono vem, né, a gente escuta: sai daí vagabundo!*

Eis a vida no trecho, da qual ele almejava sair e pensava estar no rumo certo.

> *Não sou um trecheiro que anda de cidade em cidade. Praticamente fui expulso de casa, né, pelos parentes da mulher. Igual seu Môra disse: levantei a cabeça mais rápido possível, eu consegui vê a luz, mas eu tava no caminho. Já não tava querendo tomar banho, alcoolizado, eu não chegava perto de outra pessoa igual você, eu queria mais me afastar, ficar no meio de bebo nos buteco aí.*

É interessante observar o sentido que ele conferiu à palavra *trecheiro*, identificada com uma vida atravessada pela fome, frio, álcool, sujeira e humilhação. O caminho do trecho, no entendimento de Paranaense, é o caminho que leva à impotência para o trabalho, que leva ao isolamento e à dor. Influenciado pela doutrina espírita, orientação religiosa do lugar onde se encontrava em tratamento, Paranaense estava certo de que o trecho é a verdadeira doença, um

mal que encarcera a alma dos que nele se encontram; o trecho seria uma provação. Noutro momento, contudo, Paranaense revelou como de fato encarava a vida no trecho:

> *Todos têm o mesmo problema: não têm família, não têm uma profissão definida, qualquer dinheirinho que ganha já é suficiente ou pra trocar de cidade, ou beber, né. O que eu vejo aí, eu sinto uma dor muito grande, né, tudo o mesmo problema: perda de família e alcoolismo. Os trecheiros que eu vejo passar por aqui são trabalhadores."*

Ele trabalhou como mecânico e como armador na construção civil, mas a instabilidade no emprego o colocou diante de uma outra situação trabalhista: o trabalho intermediado. Recebeu ofertas do "gato", mas recusou-as.

> *(Você já trabalhou com o "gato"?) Ofertas a gente recebe, né, por causa que vê a gente, né, numa situação assim parado, lugar assim, né. Lá em Alvorada do Oeste, não conhecia ninguém, tava 4 ou 5 dia rodando na cidade, tavam fazendo encanação pública, tinha que esperar alguém sair pra poder pegar a vaga, não deu certo, né. Mas não fui, porque isso aí eu já conheço, desde quando era moleque que eu sei que isso aí, você vai pro mato, alguma coisa assim, trabalha feito um doido lá e maior parte do dinheiro fica lá. Se compra cigarro, fumo, compra bebida... ninguém quer trabalhar de graça, né*

Não é nem um pouco estranho que Paranaense tivesse se confrontado com um empreiteiro, surpreendente seria antes o contrário, tal a frequência com que ocorrem, no trecho, as ofertas de serviços intermediados em lugares e atividades os mais diversos. Aos 28 anos, Paranaense se mostrava um trecheiro esperançoso por sua recuperação, pela sua cura do alcoolismo. Esperava retornar ao

trabalho, recuperar sua dignidade para que possa então rever sua família.

5. BAIANO: NO TRECHO SEM SER TRECHEIRO

Eletricista de automóveis, de 43 anos, Baiano me surpreendia com a sua vitalidade, tanto mais inesperada dada a sua aparência mais idosa e desgastada. Nasceu na Bahia e se criou em São Paulo, onde foi policial militar. Morou também no Rio de Janeiro, em São Cristóvão.

Referindo-se a problemas familiares, Baiano começou assim a história de suas andanças:

> *Eu dei uma saída. Eu... eu tive um problema de família, aí eu saí, eu sou roqueiro mermo. Cê sabe, o cara que toma cachaça, a família... Ah! então fica em sua casa, que eu vou viver na rua.*

Voltou a São Paulo:

> *Aí, eu vim descendo, peguei o trem ali na Estação da Luz, eu vim descendo, de trem, parei em Santa Fé do Sul. Aí, eu entrei na cidade, dormi no Albergue. Peguei o trem e vim descendo. Lá em São Paulo, qualquer cidade do interior tem albergue, serve sopa. Santa Fé do Sul, dormi na rodoviária. Peguei o ônibus, vim pra Mato Grosso do Sul,... cumé que chama?... Santa Maria do... Apa... Aparecida do Taboado...*

Chegando em Mato Grosso do Sul:

> *...Cheguei lá, dormi na rodoviária, que não conhecia a cidade, né. Aí, fui nas oficinas e tal, teve um amigo que me deu a passagem pra mim vim pra Campo Grande. Ele me deu a passagem, toma, em dinheiro, e aí, que eu fiz, eu*

perguntei: quanto é tem que dá pra ir pra Três Lagoas? Aí, eu fui pra Três Lagoas. Cheguei lá, dormi na rodoviária, não conhecia ninguém também. Aí, no outro dia, fui procurar serviço nas oficinas, enchi a cara, não achei serviço. Fiquei três dia. Aí, acharquei um companheiro de oficina, eu vim cá... cumé que chama... em São Paulo... tem barragem, tava voltando... Paranaíba, aí, eu vim cá pra Paranaíba. Em Paranaíba, fui numa oficina de um japonês lá. Aí, fui numa fazenda, negócio da prefeitura, consertar um trator, ganhei 30 pau. Eu resolvi vim pra Campo Grande, ía sair ônibus às 11:15h, eu com 30 pau no bolso, eu lá na rodoviária... eu vou tomá uma. Ih! cara, não deu outra. Aí, eu tomei um gole, uma cerveja e pá! pá! pá! Fui lá e pedi um conhaque. Depois pedi uma pinga. Eu fiquei doido, fiquei doidão! Aí, a polícia chegou, me levaram em cana. Tinha sobrado um dinheiro, tava no bolso, o soldado me robou, o que tinha ele me robou, é mole! Aí, dinheiro acabou. Aí, eu vim, fiz um biquinho na oficina e tal, arrumei um dinheiro, fui pra Cassilândia. Passei por Cassilândia, também me robaram. Aí, peguei, fui para Aparecida do Taboado, não tinha serviço também. Aí, dormi na rodoviária. Aí, no outro dia, eu fui lá pedi Seu Jair me dá uma passagem pra... cumé... Cama, Camapuã, né. Camapuã, fui na assistência social pedi passagem, me deram pra Campo Grande.

Baiano falava quase sem parar sobre suas andanças. Não tinha paradeiro, alternando com a realização de alguns serviços ("bicos"), o pedido ("achacar"), a rua, as rodoviárias e os albergues. Não era mendigo, e sim trabalhador, bebia, era trecheiro afinal. Mesmo assim, Baiano, ao falar sobre o trecheiro, pensava não estar falando sobre si próprio.

Aí, você conhece quando o cara é trecheiro, aquele cara que não quer trabalhar, só quer viver de... aquele cara que vive

> *só de albergue em albergue. Aqui não é albergue, no caso[10], albergue é só na prefeitura, casa de migrante. Não quer saber de nada, só quer... Saiu dali, toma umas cachaças e espera a hora da sopa, e volta para lá novamente. Não quer trabalhar.*

Ao atribuir à palavra *trecheiro* um claro sentido de vadiagem, Baiano realmente só poderia se excluir desse grupo, dado que desejava continuar trabalhando. Entretanto, esta associação que fazia entre o trecheiro e uma vida de não-trabalho, de vadiagem, ócio e oportunismo, embora coerente, não correspondia à vida no trecho para a maioria dos que nele se encontram. Vale observar como ele continuava se referindo ao trecheiro:

> *(Então, o trecheiro não é trabalhador?) O trecheiro... tem o trecheiro que gosta de andar o mundo, trabalhando e tal... Mas tem uns que não, tem uns que só quer viver na carona, com caminhoneiro, chega lá: ô! conhece uma cidade que tem um albergue bom? Aí, ele vai pra lá e fica na rua. Em vez de procurar um serviço, fica acharcando. Arruma um conto de um, um conto de outro, vira cara-de-pau, e já compra um tubo, uma garrafa de cachaça, vão tomá mais os outros lá e...*

De acordo com Baiano, haveria então dois tipos de trecheiro: o que anda e trabalha e aquele que não quer trabalhar, apenas viver andando de albergue em albergue, onde encontra gratuitamente um lugar para repousar e comer. Neste momento, certamente sem o perceber, Baiano revelava a si próprio como trecheiro: "anda o mundo, trabalhando e tal...". Por um lado, ele apenas ratificava o fato de que o trecho é lugar de trabalho e de não-trabalho, por outro estabelecia uma separação entre esses dois momentos: trabalhar e não-trabalhar não apareciam, no relato de Baiano, como momentos que se alternam

10 Refere-se à Pousada de Francisco, onde era hóspede.

em função da própria condição de existência que se verifica no trecho, mas como opções feitas pelos que nele estão. Atenção nesse momento, pois o próprio Baiano, que se apresentava como trabalhador (do que não duvidei), mencionou em seu depoimento ter achacado (pedido) "um amigo"[11]; esteve em inúmeros albergues; dormiu na rua, em rodoviárias. Quem o consideraria trabalhador, dormindo bêbado no chão de uma rodoviária ou numa calçada? Não tive dúvida de que Baiano era trabalhador, tampouco de que estava no trecho.

6. MINEIRO: MUITAS ANDANÇAS NO TRECHO

De Uberlândia, Mineiro se encontrava nas proximidades do Albergue Noturno, onde momentos antes de conversarmos havia se servido de um prato de comida[12]. Não achou muito simpática a ideia de falar sobre sua vida, suas andanças, mas, mesmo sem muita insistência, foi o que acabou fazendo.

> *Eu tava trabalhando ali em São Paulo, fazendo bico, né. Tem a construção, fazia bico, tinha saco para descarregar; trabalhei um ano e meio. Fui lá pra Ubatuba. Ubatuba lá, eu entrei no parque, entrei no cobertura de São Paulo, parque do Tranquedo (Tancredo); fui lá, tava trabalhando por cinco conto a diária. A diária tava dois e cem, eles tava pagando cinco, só montando parque. Ali nós dormia no trecho.*

Ao relatar essa experiência trabalhista em São Paulo, Mineiro queria apenas nos dizer que esteve próximo ao Rio de Janeiro. Falava com um ar de vantagem sobre essa experiência e revelou que dormia

11 Na verdade, achacar não é simplesmente pedir, procura-se antes sensibilizar a solidariedade alheia quase sempre com uma estória triste.

12 Chegamos ao local logo após o "sopão", ou seja, o jantar normalmente servido em alguns dias da semana na frente do Albergue Noturno.

no trecho, no caso, referia-se certamente à rua. E pelo trecho chegou ao Mato Grosso do Sul.

> *Aqui eu já trabalho lá na planta. Na época da planta, eu vou pra planta, é soja, em São Gabriel[13], já tenho um lugar certo pra trabalhar. Todo mundo já tem lugar certo. Quando vejo o cara falar, vou trabalhar lá que trabalho tá bom, entendeu? É no plantio, carregar o tratô, porque nós pega o barracão geral. Então ali tá em equipe de dez, doze para trabalhar na planta.*

Parece mesmo inusitado que o cultivo da soja, com toda a tecnificação produtiva, empregue a força de trabalho que está no trecho. Não é, porém, a primeira vez que um trecheiro afirmava esse envolvimento. Ao que parece, mesmo no plantio mecanizado da soja há atividades mais simples que não exigem de seus executantes qualquer formação além da mera força muscular. E Mineiro também falou muito bem desse serviço, oferecido em épocas e lugares certos e conhecidos.

> *Moço uma planta aí num brejo aí, você ganha sete a 8 salário, é uma planta de vinte e cinco dia e meio. É, é o que dá dinheiro é só aí."*

E os serviços na "planta" não param por aí:

> *E aí ô, o cara pega o barracão geral, ali tem que passar aquele veneno pra... entendeu como é que é?... na soja? Ali aquele veneno, aquele bagulho na cara, aquele bagulho vermelhinho, tem que tirar ela pra plantar. Faz aqueles sacos de sessenta quilos, setenta, tira tudo de lá; e tem*

13 São Gabriel do Oeste, um dos municípios sul-matogrossenses mais importantes na produção de soja ("a planta").

que carregar o caminhão de adubo pra ir pra roça, dois, três, quatro, cinco caminhão todo dia.

Para não fugir do que é muito comum no trecho, os serviços referidos por Mineiro associados ao plantio da soja são árduos e também insalubres, dado que expõem o trabalhador a substâncias tão prejudiciais à saúde como os agrotóxicos. E tal relação com o trecho fica ainda melhor compreendida considerando que tais serviços são de oferta e realização intermediadas. Mas, como afirmou Mineiro, "o gato ali é organizado".

> *(Quem leva vocês para trabalhar com a planta é o gato então?) Não, o gato é da fazenda, mas tem tudo quanto é apoio, tem remédio, tem tudo, lá é gato organizado. Mas tem aquele cabeça pra tomá conta da rapaziada, entendeu como é que é: oh gente, hoje nós vamo levantá cedo, porque o bicho vai pegar[14]. Entendeu como é que é, ele é que é o cabeça-da-planta, ele contrata os cara pra trabalhar com ele, fulano, sicrano. Aí, ele fala: oh gente, amanhã nós vamo largar mais cedo. Tem dia que a gente sai quatro horas da manhã e vai. Tem vez que almoça uma, duas horas da tarde. É ele que paga, é só pra pegar a planta, assina o contrato com o cara da firma mermo, no escritório, ele assina o contrato pra pegar a planta, e nós vamo trabalhar na planta.*

Fora da "planta", o algodão.

> *Quando é época do algodão, eu tava trabalhando aqui no Acre[15], aqui, dois meses atrás, aqui no Acre, inclusive até choveu muito, o algodão deu pequenininho cara, ó!*

14 Gíria, que já vi ser frequentemente usada pelo carioca e pelo fluminense da Baixada, que significa que vai haver agitação, no caso, que o dia vai ser duro, difícil.

15 Provavelmente, o nome de uma fazenda próxima a Campo Grande.

Mineiro continuava falando quase sem parar sobre suas andanças, sobre os serviços que havia realizado.

> *Trabalhei no Pantanal também, pra cá de Corumbá, no Pantanal, aqui, Miranda. Trabalhei em Aquidauana também, na fazenda, lampinando poste pra fazer cerca. E aí a gente trabalha assim, trabalha um ano, dois ano, três mês...*

Eis o trecho pela percepção desse trabalhador: serviços vários de oferta intermitente ou mesmo contínua, marcados fortemente pela instabilidade no emprego associada à constante circulação da força de trabalho. Em sua perambulação, da qual certamente ainda teria muito o que falar, Mineiro revelaria uma experiência da qual não gostou.

> *(Você já trabalhou com braquiária?) Braquiária já trabalhei, agora num gostei não. Braquiária, o cara joga o cara lá, pensa que o cara é porco. Lá você tem que dormir é na tarimba*[16].

João falou muito sobre trabalho e quase nada sobre sua família ou claramente sobre as razões que o levaram a deixá-la. Seu relato, porém, sugeria dificuldades de ordem econômica.

> *Tenho nove irmãos, eram dez, morreu um, ficaram nove. Estão quase todo em Uberlândia, mas tem um que trabalha no Rio, torneiro mecânico. (Mas por que você saiu de casa?) Saí pra trabalhar fora, vai fazer dois anos.*

Desde então, Mineiro tem perambulado por diferentes lugares e se ocupado de inúmeros serviços. É, pois, trecheiro e como tal não

16 Cama de tábua sem colchão, comum nos barracões, ou seja, nos alojamentos onde ficam os peões.

poderia deixar de falar sobre os albergues, falando também sobre essa condição.

> *Em albergue a gente passa em todo lugar, mas em albergue eu não durmo não. Na casa de um amigo meu que eu durmo lá. Na rodoviária não gosto de dormir não, já passei a noite, mas tem outros que dorme.*

E o trecheiro?

> *Trecheiro é o cara que trabalha no trecho. Trabalha no trecho, é da firma, cada firma tem o trecho. Tem o quilômetro 16, tem o trecho 17, tem o trecho 118, é igual a BR 101, ali é o trecho.*

Aqui o trecho aparece identificado, por Mineiro, com as vias de circulação. Não compreenderia tal relação, senão por uma acepção dessa palavra que foge da ideia de *condição de existência e trabalho*. O trecho não se materializa no espaço apenas pela malha rodoferroviária, mas também nas instituições de assistência social e no mercado de trabalho que ali se verificam.

Não poderia ainda deixar de registrar que logo após Mineiro ter encerrado o seu depoimento, ele me pediu algum dinheiro, em outras palavras, achacou-me.

7. POÇOS-CALDENSE: "NEGOCINHO DE ROÇAR PASTO"

Mineiro também, 52 anos, negro, tinha acabado de chegar a Campo Grande.

> *Eu vim de São José do Rio Preto, o dinheiro acabou... onte acabou o dinheiro, eu pousei no albergue em São José do Rio Preto. E hoje, eu peguei carona e vim aos*

> *pouquim, e consegui chegar até aqui. É a terceira vez que eu vem aqui.*

Sem dúvida, um longo percurso até Campo Grande, onde pretendia ir até a GMSUL, uma empresa que comercializava sementes de braquiária, com a qual já havia trabalhado. Mas Poços-caldense era trabalhador também de outras paragens:

> *Trabalhei em Camapuã, mexi com gado né, acho que um ano; trabalhei com semente de braquiária na GMSUL, em Campo Grande; trabalhei com máquina na Camargo Correa, Mendes Júnior, em São Paulo; trabalhei um ano e seis mês como vigia, vigilante, em Osasco.*

Em Poços de Caldas, onde nasceu, ele morava com a família em um sítio, antes de se mudarem para a cidade. Desde que deixou a casa, para servir o exército e trabalhar, tem perambulado pelo trecho, trabalhando em diferentes atividades. Além de já ter passado por diversas cidades nos estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, já esteve trabalhando em Curitiba, Maringá, Rio de Janeiro e nos municípios sul-mato-grossenses de Ribas do Rio Pardo, Três Lagoas, Brasilândia, Ponta Porã, Terenos, Dourados, Sidrolândia, Bataguassu, Camapuã e Campo Grande.

> *Trabalhei é Debrasa né, usina de álcool né, trabalhei lá duas safras de cana. (Como o senhor ficou sabendo deste serviço na Debrasa, em Brasilândia?) Descobri porque é perto da rodovia né, tem alojamento então..., informação de outros amigos né, eu tava lá em Três Lagoas.*

A cidade, enquanto espaço de apoio e trânsito, é também lugar onde a demanda por força de trabalho no trecho se realiza como oferta. Foi na cidade de Três Lagoas, provavelmente na rua ou na rodoviária, que Poços-caldense ficou sabendo do serviço na Debrasa,

em Brasilândia. Este fato é facilmente percebido no trecho. É em grupos de trecheiros, na rua ou nos albergues, que se fala dos lugares "bons de serviço", do fazendeiro ou "gato" fulano de tal que é gente muito boa. Mas também dos que não prestam, porque não pagam, porque exploram. E por falar no trabalho intermediado:

> *(O senhor já trabalhou com gato?) Já trabalhei com o gato, já trabalhei. É negocinho de roçar pasto, fazer cerca né, aqui em Campo Grande.*

A experiência trabalhista de Poços-caldense não parava por aí:

> *Já trabalhei em carvoaria, em Bataguassu. Trabalhei com carvão em Ribas também. Né muito fácil não né, é meio difícil. É mais ruim quando é pra tirar o carvão do forno, muito calor. Lá eles paga o salário.*

E sobre os albergues, tinha a dizer:

> *É coisa boa porque a situação das pessoas, tá sem dinheiro né. Eles chamam umas duas pessoas pra não ficar depois na rua, na rodoviária né, tem lugar perigoso né. Então, aqui tá seguro aqui dentro aqui, não tem, né, problema não. Dispois pega um dia de chuva também, outro dia vai mais discansado, vai não arranja emprego, que não tem emprego certo, a não ser esses emprego né, uma ocupação né. Uma coisa boa.*

É interessante notar que Poços-caldense não via os albergues como lugar de vadios, percebe o apoio prestado por essas instituições, bem como a sua importância para pessoas como ele, trabalhadoras do trecho. No entanto, já passou muitas noites na rua, em rodoviárias, onde, como afirma, nem sempre se encontra gente disposta a dar duro para sobreviver.

> *Às vez tem alguém, como tava falando pra você aqui, tem uns que agora não quer saber de trabalho não, já se conformou. As irmãs tem vez que fornece janta, e também aí né, fornece janta aqui na porta do albergue aí. Então, uns tem a vidinha aí, pedindo na rua aí e num trabalha mesmo, e se ficar meio na reta, eles róba também né.*

Poços-caldense queria assim dizer que há como viver na rua sem trabalhar, achacando, sobrevivendo da assistência social pública ou privada, e até mesmo roubando os que passam a noite embriagados no canto de uma calçada, assim é a vida nas ruas. Com efeito, o trecho não é apenas lugar de trabalho, é também lugar do ócio e do oportunismo. É o que percebia Poços-caldense, em sua vivência.

> *Trecheiro, tem uns que trabalha no trecho assim, mas vive em cima né. Igual eu assim, tô no trecho, pr'ali e pr'aqui, mas trabalhando né. E tem alguns que é trecheiro, mas não procura nada, somente andá, pedir nas casas, dinheiro, comida né. Muitas vezes, fica na reta eles róba também, tem esse pobrema também né. Tem trabalhador né, mas tem uns que não trabalha não, só andando, pedindo e até róba também.*

Eis mais uma vida de muito trabalho e muita experiência no trecho. Percebe-se que pouco restava a Benedito: de família, um irmão, em Maringá, de quem emprestava o endereço quando era necessário informar; de esperança, apenas poder continuar trabalhando.

> *Amanhã, eu vou na GMSUL certamente trabalhar né, e vê se sobe na vida um pouco né, por no banco o que sobrá e continuar trabalhando, se Deus quiser.*

Sobre Poços-caldense não poderia ainda deixar de registrar um fato muito interessante, a meu ver. Quando o encontrei já em sua cama

no alojamento do albergue, ele estava guardando, em sua bolsa, um tubo de creme dental juntamente com a escova de dentes, e também a toalha usada no banho e mais umas poucas peças de roupa sujas, as quais dobrava cuidadosamente.

8. GAÚCHO: TRABALHADOR "PEÃO DO TRECHO"

Este é de Santa Maria e, a julgar por sua aparência, ninguém acreditaria que tinha apenas 33 anos, conforme revelou.

> *Trabalho com trator, trabalho com motosserra, trabalho com gado, serviço em geral né. Eu agora tava tirando madeira lá na Cidade de Leste, no Paraguai, divisa com Foz do Iguaçu. Eu fui com um homem daqui memo, o cunhado dele mora aqui e é o gerente de lá, é gerente de todas as fazendas, supervisor né. Daí encontramo, aí eu fui... Tava trabalhando aqui na... perto do Rochedo[17], cabei uma cerca, daí vim, ía dá um pulo em casa, visitá minha mãe, aí encontrei com ele, daí eu fui pra lá.*

Trabalhando e andando, não se trata de um andar sem rumo, sem paradeiro, é andar para o trabalho: eis o trecho. Gaúcho falou em visitar sua mãe, que mora em Santa Maria e cuida de seus filhos, pois há oito anos é desquitado. Falou-me também que já ganhou muito dinheiro com braquiária:

> *Eu tô indo de novo agora lá no São Gabriel do Oeste, na firma, na ETENCO, do Rio Grande. Eles tiram semente, eles têm muitas terra pra plantar ainda, e só aqui pro lado do norte do Mato Grosso eles têm oitenta mil alqueire de terra pra formar. Então, tem um que tira a semente, que é o chefe da semente, que tira a semente deles lá é o...*

17 Rochedo, município sul-mato-grossense ao norte de Campo Grande.

ele é fazendeiro também. Então, ele que é o encarregado, mas quem paga é o patrão memo.

Parecia que Gaúcho, enquanto falava, esforçava-se em deixar claro que este serviço com braquiária, no qual já trabalhou e novamente estava voltando, não foi intermediado. E ele tinha suas próprias razões:

> *É, braquiária tem nesses outros lugar aqui num... quase num vô, porque é muito empreiteiro, o gato, eu num gosto de trabalhar com o gato. Com o gato é rolo. O que você faz fica tudo com ele. Uma vez eu trabalhei, derrubando mato, levei só na cabeça. E não foi só eu. Lá nós derrubemos, entre a turma toda que foi, foi cinco mil alqueire de mato. Daqui de Bandeirante, morreu um debaixo de pau; de São José do Rio Claro, morreu dois; Naviraí, morreu seis. Lá eu andei escapando também por um triz: macaco de pau que vem, cê derruba, sorta um pau aqui pra caí aqui, ele puxa outro galho, ele cai e vem. Aí eu livrei assim, eu sortei o motor, que enterrou o motor que nós tiramos os pedaço do motor. Se pega ne mim, tinha matado.*

Disse que não costumava dormir em albergue.

> *Agora em albergue que eu tô vindo, nesse albergue aqui é a primeira vez que eu tô vindo aqui. Essa é uma instituição carente pra hora que você tá desamparado, só que a pessoa não pode habituar né. Eu tive ali no Seu Moura[18], em tratamento. Durmo no trabalho, quando eu venho pra cidade, eu durmo no hotel né. Mas eu pouco paro aqui na cidade, a maior parte é pro mato trabalhando. Olha, a morada minha é onde tô trabalhando.*

18 Refere-se à Pousada de Francisco.

Sua aparência severamente desgastada era a expressão mais acabada de uma vida de muito trabalho, de muita andança também e dos problemas de saúde e dos acidentes que relatou.

> *Já tive problema sério de malária, problema... quase que me deu hepatite junto com a malária; fui ofendido de cobra na fazenda; essa perna foi quebrada, tive aí no Seu Moura, foi trombada de caminhão.*

Gaúcho, porém, não se considerava trecheiro.

> *O trecheiro é o peão que anda de cidade em cidade, de albergue em albergue, peão que num dá um prego, cê olha a mão dele é mão de doutô. Minha mão é calejada, creio que estorada de trabalhar (Paulo mostra a mão neste momento) . Cê olha a mão dele, anda pedindo, anda com mulher, com filho, sai pra... Quantas vez eu já vi parado aí e falei: você é rapaz novo, vai trabalhar rapaz igual o tio trabalha. Pedindo, pede pra inteirar pra passagem, pra comprar leite pras criança, sai daqui vai lá no buteco lá, vai beber cachaça. E a vida deles é, põe o filho pra pedir, pedir comida. Quando é de noite vem pros albergue. Quando não tá em albergue, tá aí pro, tá pela avenida, como cê vê aí, com a família, esse aí é o tal do gato do trecheiro.*

Ele entendia que o trecheiro é aquele que não trabalha, que vive perambulando por cidades e albergues, pedindo nas ruas ou em rodoviárias. Perguntamos a ele se havia algum trecheiro que trabalha, que estivesse no trecho trabalhando, e esta foi sua resposta:

> *Olha, o trecheiro memo ele num trabalha. O que trabalha é esse peão, que se trata de peão aí, é o que anda trabalhando. Muitos trabalha aí com o gato, mês e mês, quando vai acertar, num tem nada. Bom, eu com*

> *o gato senhor sabe memo que eu num trabalho. Se for preciso, eu saio da cidade a pé pra outra cidade, aonde que eu tenho conhecimento, mas isso aí nunca aconteceu comigo. (Então você é um peão?) Pra mim eu sou um peão né, porque o trecheiro é, ele é novim com todos lugar, e uma hora ele tá, outra hora ele tá lá em Dourados, outra hora ele tá lá por Guaíra, outra hora ele tá em Cascavel, outra hora ele tá pra Curitiba, é desse jeito. Cê pode ouvir esses home que fala que são trecheiro, cê não escuta ele falá que esteve trabalhando em algum canto, só vive... hoje memo tava um ali. Tem gente aí que eu vou te dizer pra você, a gente sai pra trabalhar, trabalha aí quatro, cinco mês pro mato aí, tem vez que eu vou e fico seis mês trabalhando, venho na cidade, quando venho o cara tá aí. Perdeu aquela coragem, aquele ânimo de trabalhar.*

Gaúcho é claro: trecheiro é pedinte, não é trabalhador, mas está no trecho como ele, trabalhador, peão-do-trecho. Note-se que ele se referia ao trecheiro como aquele que perdeu a coragem de trabalhar e ensaiava uma explicação para isso.

> *Alguns entra na bebida demais, outro é parte de família, sempre tem um motivo né. Maior parte é a bebida, bebe demais, num se controla mais, num guenta mais trabalhar, é aonde que vai morrendo aos pouco né. Eu num vou dizer que num... parei de beber, vortei a tomar de novo, mas a gente trabalha, soa, coisa desaparece um pouco né. Agora essas pessoa fica aí só todo dia bebendo, só bebendo...*

Visivelmente, o álcool tem uma presença marcante no trecho e não há dúvida que, enquanto vício, só tem a agravar a já muito difícil situação do trecheiro, mas não pode pois ser a origem de todo o seu infortúnio, como sugeriu Gaúcho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas foram breves passagens da trajetória de alguns (entre muitos) trabalhadores migrantes do trecho. Pessoas que, para trabalhar, tiveram, têm e terão que migrar. Essa é uma migração tida como "indesejável", sobretudo, porque quem migra é pobre e se encontra em estado de extrema penúria. Não é por outra razão que trecho é tácita, porém propositadamente, invisibilizado nas cidades, transmutado em mero problema social a ser enfrentado por políticas assistencialistas. Às vezes disfarçado de "chapa", presentifica-se nos eixos rodoviários. Escamoteado na frente de albergues, em filas do "sopão" em canteiros e praças, é frequentemente percebido como horda de "indigentes", "mendigos" e "maltrapilhos" a serem degredados das cidades (SILVA, 1999).

Perambulação, trabalho e assistência perfazem o trecho, que tem forma física, está no espaço, abrangendo a área de circulação e de trabalho de um grande número de trabalhadores migrantes. Mas o trecho, a bem da verdade, é muito mais do que a sua espacialidade. O trabalhador só existe para o trecho em franca disponibilidade para o trabalho, empobrecido, porém esperançoso de poder mudar sua vida. Eis o verdadeiro "motor" da perambulação no trecho: a vontade de lutar, de trabalhar e poder reverter uma existência de grandes dificuldades. Esse é um dado fundamental: no trecho, a existência é também de muita luta; o trecho, pois, tem uma alma e nela não se conta apenas o sofrimento e a desilusão, conta a saudade e muita esperança. E é com alguma esperança que o trecheiro trabalhador luta contra a dependência de albergues, contra ter que pedir por não poder mais trabalhar.

Por ser, no mais das vezes, alguém que deixou o núcleo familiar para trabalhar. Os ganhos escassos e a perambulação dificultam-lhe a manutenção de laços familiares. A falta de contato com a família, marcante e frequente no trecho, certamente fragiliza e deprime o trabalhador, deixando-o ainda mais disponível. Disponibilidade que se expressa e se amplia na circulação andarilha, na itinerância que

confunde o antes e o depois. Para o trecheiro, não há lugares, apenas locais desafetos que só acionam a memória da exploração.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha. Os deserdados da terra. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v.3, n.17, p.25-32, mar./abr. 1985.

FLORA, Marilene C. **Mendigos**: por que surgem, por onde circulam, como são tratados? Petrópolis: Vozes, 1987.

KANIAK, Vanessa. **Trabalho degradante**: definição, causa, efeito e medidas protéticas com análise dos casos encontrados nas carvoarias com método rudimentar. Niemcy: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

OBAL, Karoline K.; LENZ, Talita C. Z. **Geografia Humana e da População**. Indaial: Uniasselvi, 2019.

OLIVEIRA, Luiz A. P.; OLIVEIRA, Antônio T. R. (org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. (Estudos e Análises – Informação Demográfica e Socioeconômica, número 1).

QUEIROZ, Maria I. P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

SILVA, Maria A M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: UNESP, 1999.

VIEIRA, Maria A. C.; BEZERRA, Eneida M.; ROSA, Cleisa M. M. **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. 2. ed. São Paulo, Hucitec, 1994.

APOIO CULTURAL PUBLICAÇÃO